

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências**  
**Campus de Marília**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

LUIZ ALEXANDRE BARBOSA PINTO JÚNIOR

**A DINÂMICA DAS CLASSES SOCIAIS NO PENSAMENTO DE  
FLORESTAN FERNANDES**

Marília  
2016

LUIZ ALEXANDRE BARBOSA PINTO JÚNIOR

**A DINÂMICA DAS CLASSES SOCIAIS NO PENSAMENTO DE  
FLORESTAN FERNANDES**

Versão final da dissertação apresentada à banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Marília.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Angélica Lovatto.

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Marília

Março de 2016

Pinto Júnior, Luiz Alexandre Barbosa.

P659d            A dinâmica das classes sociais no pensamento de  
Florestan Fernandes / Luiz Alexandre Barbosa Pinto Júnior. – Marília,  
2016.

236 f. ; 30 cm.

Orientador: Angélica Lovatto.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual  
Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 231-236

1. Classes sociais - Brasil. 2. Fernandes, Florestan - 1920-  
1995. 3. Comunismo. I. Título.

CDD 301.44

LUIZ ALEXANDRE BARBOSA PINTO JÚNIOR

**A DINÂMICA DAS CLASSES SOCIAIS NO PENSAMENTO DE  
FLORESTAN FERNANDES**

**Banca Examinadora**

**Dissertação de Mestrado**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr. Angélica Lovatto (Orientadora)  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília

---

Prof<sup>º</sup> Dr. Anderson Deo  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília

---

Prof<sup>º</sup> Dr. Antonio Carlos Mazzeo  
Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Marília, 4 de março de 2016



## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço às instituições que acolheram essa pesquisa. A Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP – Marília, onde através da linha 3 (Determinações do mundo do trabalho) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pudemos acessar uma rica gama de debates e discussões sem os quais não poderíamos realizar esse trabalho. Agradecemos também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela disponibilização do auxílio financeiro.

De maneira geral é deveras complicado dar conta de reconhecer nesse curto espaço a contribuição que diversas pessoas e grupos deram para a realização desse trabalho. A formação e desenvolvimento do indivíduo que pesquisa nunca é linear, nunca se vale apenas de algumas pessoas. Àquelas que ficarão aqui apenas subentendidas, agradeço profundamente por, de uma forma ou de outra, estarem presentes no caminho que trilhei.

À minha família não poderia expressar senão gratidão pela liberdade com que apoiaram minhas escolhas. Ao meu pai e minha mãe, agradeço especialmente pela compreensão serena e pelo amor sublime que me dedicaram ao longo desses anos. Aos meus irmãos e à minha irmã deixo aqui o meu carinho especial, afinal são também uma parte importante daquilo que hoje sou.

Aos amigos das “comunas” por onde passei sou grato sobretudo pela convivência tão enriquecedora que travamos nesses anos de mestrado. No plano cotidiano posso dizer que nossas relações contribuíram de forma inestimável tanto para o meu desenvolvimento pessoal, quanto para a realização dessa pesquisa. Por isso, meu carinho especial para os amigos e amigas: Alex Willian Leite, Nicolle Montalvão, Rodrigo Bischoff, Francieli Martins, João Vicente Lins, Eduardo Perillo, Jeff, Diego Ruiz, João Henrique Pires, Luís André Lisque e Rosangela Ticianeli.

Aos amigos que as circunstâncias não permitiram que estivéssemos juntos, nem por isso foram menos importantes em todo esse processo. Os debates, as discussões críticas e as relações afetivas que nos impulsionam ainda nos unem, foram e são fundamentais nessa trajetória. Nesse sentido, mando minhas lembranças para: Gustavo Corral, Rafael Massuia, Cássius Brito, Luiz Augusto Carneiro, Celso Monteiro, André Valentini, Diego Valadares (Dorme), Emerson Luiz (Sheba), Felipe Ramos (Ventania) e Lucas Nascimento (Lucão).

Gostaria de agradecer especialmente a Rodolfo Sanches e Leandro Modolo, pela preciosa amizade que me proporcionaram ao longo desses anos. Sem o apoio crítico e a presença acolhedora de vocês, nada disso teria sido possível.

Aos “camaradas” ao lado dos quais militei, deixo aqui um singelo agradecimento pela disciplina militante que partilhamos em nome de um futuro emancipado.

Os mestres que cruzamos e que nos auxiliam nessas primeiras incursões teóricas possuem um valor fundamental. De forma que eu não poderia deixar de agradecer à professora Maria da Anunciação Madureira, pela atenção e pela gentileza com que me guiou na construção do objeto dessa pesquisa; à professora Meire Mathias, pelo carinho e pela disponibilidade que sempre demonstra como amiga e como colega pesquisadora; e ao professor Anderson Deo, pelos imensos “buracos negros” nos quais enveredamos e que, ao contrário do que muitos pensam, são de valor inestimável para o meu aprendizado e desenvolvimento intelectual.

À minha orientadora Angélica Lovatto, agradeço pelas longas reuniões discutindo esse trabalho, através das quais ela soube, habilmente, conter meus ímpetos e incentivar meus atrevimentos.

Por fim, e principalmente, gostaria de agradecer a minha companheira Thais Pimentel, personagem central em todo esse processo e nos últimos cinco anos de minha vida. Me acompanhou atentamente durante essa pesquisa, aguentando de forma acalentadora todo o ônus dessa trajetória: ouvindo minhas lamentações, ministrando minhas inseguranças, compreendendo minhas obsessões e compartilhando meus entusiasmos. Espero retribuir à altura sempre que puder. Por isso, e pelo amor que nos une, dedico a ela esse trabalho.

## **RESUMO**

O objeto central desta pesquisa é o pensamento de Florestan Fernandes, especificamente a análise do uso que o autor faz do conceito de classes sociais na sua produção teórica acerca do capitalismo dependente no Brasil. Como o recorte temporal da obra não nos permitiria um tratamento adequado do objeto em questão, optamos por extrair de seus principais textos as referências acerca da construção do conceito. A partir disso, conseguimos consolidar a hipótese de que o conceito de classes sociais no pensamento de Florestan Fernandes é determinado por uma base teórica centrada simultaneamente nas teorias sociais de Max Weber e Karl Marx, ao longo de toda a sua obra. Defenderemos que a inflexão ocorrida no seu ideário teórico posteriormente à década de 1970, apesar de tornar predominantes os referenciais marxistas, ainda assim estabelece linhas de continuidade ecléticas com a produção anterior, o que se reflete no tratamento dado pelo autor ao conceito de classes sociais e nas suas análises acerca da luta de classes no Brasil.

**Palavras-chave:** Florestan Fernandes – Marxismo – Classes sociais.

## **ABSTRACT**

The main object of this research is the thought of Florestan Fernandes, specifically the analysis of what was the use of the concept of social classes defined by the author along his theoretical production about dependent capitalism in Brazil. As the time frame of the work would not allow us a proper treatment of the object in question, we chose to extract from his main production the references concerning his theoretical construction of the concept. From this, we were able to consolidate the hypothesis that the social concept of social classes within Florestan Fernandes' thought is determined by a theoretical base centered simultaneously in the social theories of Max Weber and Karl Marx, throughout his entire work. We will argue that the inflection occurred in his theoretical ideas after the 1970s, even though makes the marxist referencial become predominant, still establishes eclectic lines of continuity with his previous production, which is reflected in the treatment given by the author to the concept of social classes and his analysis about the class struggle in Brazil.

**Key-words:** Florestan Fernandes – marxism – Social classes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I – A Sociologia de Florestan Fernandes e a análise da realidade social</b> .....	27
1. Surgimento e desenvolvimento da Sociologia na visão de Florestan.....	28
2. O empirismo-indutivista e a união metodológica dos clássicos da Sociologia.....	44
2.1 Émile Durkheim.....	48
2.2 Max Weber.....	53
2.3 Karl Marx.....	59
2.4 Entre o ecletismo de fato e o “ecletismo bem emperado”.....	71
<b>CAPÍTULO II – A análise das Classes Sociais</b> .....	75
1. O debate da conceituação das classes sociais.....	75
2. A concepção sociológica da análise das classes sociais em Florestan Fernandes (entre Marx e Weber).....	95
<b>CAPÍTULO III – Capitalismo Dependente e Classes Sociais no Brasil</b> .....	120
1. Introdução – Capitalismo Colonial e Pré-capitalismo.....	120
2. A formação social da Colônia e o processo de Independência.....	131
3. O desencadeamento da Revolução Burguesa.....	148
4. A formação do Capitalismo Dependente.....	166
5. O regime de classes próprio do Capitalismo Dependente.....	175
6. Do “Modelo Autocrático-Burguês de Transformação Capitalista” à “Democracia de Cooptação”.....	201
7. A Luta de classes na desagregação da Ditadura Militar e a classe como <i>sujeito histórico</i> .....	212
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	224
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	231

## INTRODUÇÃO

Desde a morte de Florestan Fernandes, em meados da década de 1990, dezenas de livros, artigos, dissertações e teses vem sendo produzidas com o intuito de analisar as diversas faces da vasta obra do autor. Sua diversificação interna – fruto do interesse de Florestan em transitar por variados fenômenos como a natureza da Sociologia enquanto ciência, o estudo de sociedades indígenas originárias do Brasil, a inserção do negro na sociedade brasileira, o papel da educação no seio da sociedade e a especificidade do capitalismo brasileiro – suscita ainda hoje a necessidade de que estudos focados em determinados temas consigam, a partir deles, contribuir para o entendimento geral de sua teoria.

O nosso foco específico, pode-se dizer, é estrategicamente localizado no pensamento de Florestan para dar conta de identificar características essenciais da produção teórica do autor. A razão desse fato ganha sentido quando observamos que desde seus escritos da década de 1940, Florestan já volta suas preocupações de pesquisador para o problema das classes sociais como característica básica da sociedade burguesa. Atento que estava às necessidades de análise sociológica da sociedade brasileira na primeira metade do século XX, Florestan cada vez mais se insere nos debates nacionais do caráter do capitalismo brasileiro, visando sempre contribuir para conquistar uma orientação teórica que intervenha praticamente nos conflitos sociais do país. Tal linha de atuação política e de pesquisa teórica se intensifica cada vez mais na medida em que a própria história brasileira atravessa a trajetória do autor, determinando seus rumos e as respostas que ele dá para a realidade que se coloca à sua frente.

A temática das classes, em um primeiro momento, ganha proeminência com ensaios das décadas de 1940 e 1950, eminentemente metodológicos, voltados para a discussão sociológica acerca da possibilidade de conhecimento da sociedade. Significativo desse período, é o ensaio *A análise sociológica das Classes Sociais* (FERNANDES, 1976a) publicado pela primeira vez em 1948, que será analisado detidamente por nós no capítulo II desse trabalho.

Posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, Florestan escreve uma série de ensaios e livros voltados para a compreensão da realidade da sociedade brasileira, debatendo com grandes clássicos do pensamento social brasileiro como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Hollanda e Oliveira Vianna. O livro *Mudanças Sociais no Brasil* (FERNANDES, 2008a) é característico desse período, mas com certeza ganha maior destaque uma obra

que já ganhou status de *clássica* no seio do tema a que se dedica, trata-se de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, publicada em 1964. (FERNANDES, 2008b)

Do mesmo período são importantes dois livros que surgem como reflexo do acúmulo do autor frente às suas inserções interpretativas na sociedade brasileira e dos trabalhos realizados por Florestan e seus assistentes, em torno da cadeira de Sociologia I da USP e do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) criado em 1960. Trata-se de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (FERNANDES, 1981) e *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (FERNANDES, 1976b). Nesse período a análise das classes sociais já ganha um caráter “interpretativo” mais categórico, na medida em que o conceito é utilizado como forma de conhecer a realidade da sociedade capitalista brasileira.

A partir da década de 1970, o problema da formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro e latinoamericano ganha centralidade na produção teórica de Florestan. A necessidade de enfrentar teórica e politicamente a Ditadura Militar, instaurada em 1964, fez nosso autor dedicar-se incansavelmente – por meio de artigos em jornais e revistas, livros, ensaios, palestras e cursos – à análise histórica e conjuntural do capitalismo brasileiro. Nesse período a análise das classes sociais ganha uma profunda densidade com obras como *A Revolução Burguesa no Brasil* (FERNANDES, 2005), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (FERNANDES, 1973) e *A Teoria do Autoritarismo* (FERNANDES, 1979), formando as bases teóricas de toda sua discussão posterior.

No início da década de 1980, a ascensão do movimento operário e das lutas populares no Brasil, e o processo de decadência da Ditadura Militar, coloca Florestan no centro de um grande acirramento da luta de classes no interior do país. Sua adesão ao PT, e os dois mandatos que cumpre como Deputado Federal, sendo o primeiro deles na Assembleia Constituinte de 1986, marcam uma postura militante radical de nosso autor. Seus escritos da época, refletindo tal papel ativo nas lutas do período, preocupam-se principalmente em analisar o desenrolar da luta de classes da sociedade brasileira “no calor do momento”, como referência política e intelectual ativa. Obras como *Brasil: em compasso de espera* (FERNANDES, 1980b), *A ditadura em questão* (FERNANDES, 1982) *Que tipo de República?* (FERNANDES, 1986), *Nova República* (FERNANDES, 1985), entre outras, são características desse período.

Tendo como base essa trajetória, devemos dizer que a delimitação de que nosso objeto perpassa toda obra do autor em seus diferentes momentos, por si só, estabelece a

necessidade de a opção metodológica de sua análise não se basear em uma abordagem cronológica. Se assim fosse, ou precisaríamos violentar a dinâmica do próprio objeto, retirando-o de seu movimento processual e limitando ainda mais o alcance da análise, ou teríamos que recorrer a um estudo sistemático de toda obra do autor – que possui mais de cinquenta livros publicados – algo obviamente desnecessário em termos analíticos, e que inviabilizaria qualquer dissertação de mestrado. A saída, para esse aparente “beco sem saída”, está justamente na seleção prévia de escritos de seminal relevância para o tema, no caso principalmente aqueles que se aproximam da temática do capitalismo brasileiro, e a identificação, no interior desses escritos, das características fundamentais de tratamento e definição do conceito em sua ligação com outros conceitos e categorias, por parte do autor. A complexificação desse tratamento no interior da variação temporal nos permite identificar, por um lado, a maneira como ele vai adquirindo uma forma específica, aglutinando características teóricas particulares, e por outro, os seus elementos de continuidade e descontinuidade.

Obviamente que somente tal análise não encerra o estudo, nem poderia. A base teórico-filosófica do pensamento de um determinado autor, e a forma como ele se insere na sua realidade social, são aspectos essenciais para qualquer conhecimento que se queira ter de sua obra. A interpretação por ele feita da realidade que o rodeia pode ser determinada por meio de dois aspectos: 1) pela *determinação social* do seu pensamento; ou os limites e possibilidades colocadas para o seu pensamento pela determinação do momento histórico e do local na sociedade em que está situado; e 2) pelo seu posicionamento teórico-filosófico; ou seja, os princípios ontológicos, gnosiológicos e metodológicos que estão na base de sua concepção a respeito da realidade. Esses dois aspectos possuem ramificações múltiplas.

No caso da determinação social do pensamento, optamos por trabalhar topicamente com esse complexo da compreensão da obra do autor. O procedimento de identificação dos principais momentos nos quais estruturas históricas específicas foram determinantes para uma certa evolução teórica e interpretativa, entra nessa forma de abordagem. Por meio da identificação dos momentos nos quais o objeto foi influenciado por tais estruturas históricas – resgatadas por nós dentro da bibliografia comentadora e da historiografia do período – pudemos topicamente posicioná-los no seio do esquema interpretativo. Isso nos possibilitou uma abordagem que é limitada em termos analíticos, já que não leva a cabo uma análise sistemática da questão, distinguindo e explorando os diversos níveis de determinação. Mas que objetivamente não ignora a dimensão da práxis, da determinação

social do pensamento do autor nos momentos em que ela se coloca como relevante para o objeto. O leitor verá essa dimensão surgir no texto pontualmente, justamente por conta de uma exigência da exposição.

Já o posicionamento teórico-filosófico do autor demandou de nós um esforço um pouco maior. A forma como se elabora uma teoria social pressupõe a existência de certas concepções que guiam a elaboração dos conceitos e a maneira como o pesquisador se porta frente a realidade. Isso se dá pelo fato de que uma compreensão específica sobre as possibilidades do conhecimento científico é de fato o que guia qualquer análise da realidade social, independentemente do maior ou menor grau de consciência que o autor da análise possui acerca dessa relação. No caso específico de Florestan, não há como compreender o conceito de classes sociais em sua obra sem levar em conta sob quais bases teórico-filosóficas ele constrói sua concepção sobre a ciência em geral e sobre a sociologia como disciplina científica particular.

Partindo disso, a análise da percepção que Florestan tem dos problemas metodológicos do conhecimento sociológico nos permitiu relacionar as suas diferentes influências teóricas em determinado período de sua formação, verificando quais delas possuem maior relevância para o conhecimento de nosso objeto. É necessário dizer que a monumental produção teórica do autor, e sua característica erudição, condicionam uma vasta rede de teorias e teóricos como possíveis influências em cada caso. Por essa razão, deve ficar claro que esse trabalho não tem como objetivo fazer um “pente fino” nessas influências.

O nosso recorte objetual, as classes sociais, determina as influências relevantes sob as quais devemos nos aprofundar, limitando o alcance de nossa pesquisa nesse terreno. É possível adiantar que a maneira como Florestan trabalha as teorias dos três autores clássicos da Sociologia – Marx, Weber e Durkheim – adquire centralidade tanto na orientação teórica de sua produção analítica como um todo, e na forma como trabalha o conceito de classes sociais em toda a sua obra. Através dessa delimitação, portanto, é que poderemos adentrar à problemática das bases teórico-filosóficas do pensamento do autor.

Mesmo no interior de tal condição restrita, o recorte nos possibilitará explorar como algumas dessas influências se cruzam na obra do autor em momentos determinados de sua produção. Principalmente dois debates que perduram na literatura comentadora aparecem aqui como centrais. Em primeiro lugar está a tentativa de compreender como Florestan articula as diversas influências teóricas da sociologia clássica em suas análises da realidade brasileira. A tese de Gabriel Cohn, que atesta existir uma modalidade de

ecletismo na articulação teórica de Florestan, denominada por ele de *ecletismo bem temperado* está no centro desse debate (COHN, 1987). Em segundo lugar está o debate da necessidade de se compreender as consequências na obra do autor da inflexão que ele experimenta a partir de um determinado momento de sua vida, modificando substancialmente o seu posicionamento e a sua percepção de questões teóricas e políticas centrais em sua obra. Esse debate pode ser denominado como o “problema da *inflexão*” na obra de Florestan, e também é central no interior da literatura comentadora da obra do sociólogo paulista, principalmente a partir da contribuição de Barbara Freitag, que postula a existência de um “corte epistemológico” na trajetória de Florestan. (FREITAG, 1987)

O tratamento sistemático que essas duas problemáticas exigem, como leitor deve intuir, não compete a esse trabalho. Contudo, também não nos é possível deixá-las passar despercebidas, como se em nada influenciassem nosso objeto. Há que se adentrar essas questões na medida em que o nosso objeto as exige, procurando pontuar a forma como elas se expressam nele, constituindo-o. Essa abordagem, que poderíamos aceitar como periférica, ainda que constitutiva do objeto, exige que as problemáticas sejam apresentadas previamente, para que depois, no decorrer da análise do objeto central desse trabalho, possamos identificar os traços marcantes das problemáticas em questão, que, se não cumprem o papel de resolvê-las definitivamente, ao menos elencam pistas importantes para futuras pesquisas e discussões.

Dito isso, trataremos da questão do ecletismo no último item do capítulo I, após analisarmos a forma como Florestan encara a sociologia enquanto ciência e a contribuição dos três clássicos da sociologia. Assim, imbuídos de uma síntese acerca da base teórico-metodológica do pensamento do autor, poderemos avaliar corretamente a forma como a problemática do conceito de classes traz características importantes para esse debate.

Já o “problema da *inflexão*” deve ser apresentado e tematizado ainda na presente introdução, justamente por possuir um caráter introdutório tanto à análise da base teórica e filosófica da obra do autor, quanto da discussão da dinâmica das classes sociais especificamente. No decorrer do trabalho, a análise do nosso objeto vai demonstrar onde essa questão surge topicamente, e como é possível dizer que alcançamos nexos específicos no interior da problemática sem fugir do núcleo investigativo que nos compete.

Há que se especificar, contudo, que nossa abordagem não tem a pretensão de se debruçar sobre questões biográficas específicas do autor, e nem de explicitar os nexos que determinaram seus diferentes posicionamentos no nível do cotidiano. O nosso

objetivo ao resgatar a discussão da inflexão na obra do autor, visa apenas determinar em que medida elementos dessa inflexão se apresentam teoricamente na leitura que faremos acerca do nosso objeto, uma vez que a formulação de Florestan sobre as classes sociais permeia todo o seu itinerário intelectual, desde os primeiros escritos do sociólogo em formação, até os últimos ensaios combativos do intelectual alinhado a uma vertente socialista radical, no interior do PT. Estamos certos de que o alcance desses elementos, que são pela natureza da abordagem apenas tópicos, contribuirão para o enriquecimento do debate mesmo sem a pretensão de serem conclusivos.

\*\*\*

O pequeno esquema da trajetória de Florestan que delineamos acima já nos serve como ponto de partida<sup>1</sup>. As obras e ensaios publicados durante a década de 1940 e 1950 atestam sobretudo para uma necessidade de consolidação científica do indivíduo inserido no circuito acadêmico da Universidade de São Paulo. É patente como escritos da monta de *A função da Guerra na Sociedade Tupinambá*, *O método de interpretação funcionalista na Sociologia* e outros, explicitam as necessidades acadêmicas concomitantes de desenvolvimento prático da pesquisa empírica e, por outro lado, da reflexão metodológica no que tange as possibilidades de conhecimento da Sociologia como ciência.<sup>2</sup> É necessário somar a essa definição sintética a dedicação política efetuada por Florestan no interior do Partido Socialista Revolucionário (PSR), de orientação trotskista, no qual nosso autor militou até o final da década de 1940. Tal militância de fato aproximou Florestan das obras e discussões dos clássicos da literatura revolucionária marxista<sup>3</sup>, o que o fez atribuir a si mesmo o título de “socialista”, que jamais abandonaria.

A partir do final da década de 1950 e na década de 1960 se delineia um novo perfil da produção teórica e da atuação política de Florestan. Suas obras se voltam principalmente para a pesquisa dos dilemas da realidade social brasileira. A questão da modernização de uma sociedade arcaica e atrasada é o centro da reflexão, em todas as suas manifestações. No âmbito econômico, Florestan debatia com os “obstáculos” à

---

1A pesquisa da vida e obra de Florestan Fernandes já avançou consideravelmente no aspecto biográfico. Dispomos de pelo menos uma dezena de livros e entrevistas nas quais se explora as diferentes etapas da vida do autor, sua formação, desenvolvimento acadêmico, inserção política etc. Sobre os livros que consultamos para desenvolver as considerações biográficas desse trabalho ver: FERNANDES, 1980a; CERQUEIRA, 2004; GARCIA, 2002; SOARES, 1997; COHN, 2008; CANDIDO, 2001; ARRUDA & GARCIA, 2003; SEREZA, 2005; MARTINEZ (org), 1998; D'INCAO, 1987; FERNANDES, 1978;

<sup>2</sup> Um estudo minucioso feito sobre o “período de formação” de Florestan Fernandes pode ser encontrado em GARCIA, 2002.

<sup>3</sup> Destaque para tradução feita como tarefa de militância, por Florestan, do livro de Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, cuja introdução, feita pelo jovem sociólogo é uma grande reflexão acerca da importância de Marx para o conhecimento sociológico. (FERNANDES, 1976a, p. 301-342)

industrialização da sociedade brasileira (FERNANDES, 2008a). No âmbito político, Florestan discutia especificamente os dilemas de uma sociedade que “tende” para a democracia, mas que se prende nas heranças patrimonialistas coloniais (FERNANDES, 2008a). Mas é principalmente na pesquisa das relações raciais que a obra de Florestan mais se destaca nesse período, colocando, por assim dizer, os elementos germinais que irão ganhar desenvolvimento mais intensivo no período posterior, no qual se dedica à análise da formação do capitalismo brasileiro.

Primeiramente, pesquisando em conjunto com seu professor da Universidade de São Paulo, Roger Bastide, Florestan inicia uma pesquisa sobre as relações raciais que renderia muitos frutos à Sociologia brasileira, tanto com suas publicações, como com aquelas efetuadas por seus orientandos<sup>4</sup>. O central aqui é que de fato há a consolidação de um rompimento de Florestan com a tradição intelectual anterior que interpretava o dilema racial brasileiro sob o manto da tese da “democracia racial”. Élide Rugai Bastos elucida isso muito bem, quando afirma que Florestan, ao questionar a tese da democracia racial, demonstra como se dá o processo precário de integração do negro na sociedade moderna brasileira, denunciando ao mesmo tempo a permanência do preconceito racial e de valores patrimonialistas, associados aos limites da ordem social que o capitalismo dependente estabelece no Brasil. (BASTOS, 1998)

No final da década de 1960 a orientação central das pesquisas de Florestan já começa a se deslocar das relações raciais para o estudo do tipo particular de capitalismo que vai se formando no Brasil. Na verdade o estudo das relações raciais é o caminho por meio do qual a própria pesquisa exige que Florestan vá mais a fundo e amplie o escopo de análise. O caráter do capitalismo dependente e da sociedade de classes na qual o negro vai ser integrado, deve ser aprofundado nos estudos do autor, que passa a desenvolver uma teoria acerca do processo de formação do capitalismo brasileiro, ou, em suas palavras, da revolução burguesa no Brasil.

Tanto Garcia (2002), como Bastos (1998) afirmam que nos estudos das relações raciais o ponto de vista “desenvolvimentista” ou “dualista” já está superado na obra de Florestan. De fato, é possível dizer que Florestan nunca conservou um posicionamento “clássico” de contraposição dualista rígida entre o “arcaico” e o “moderno”, sendo antes

---

<sup>4</sup> A pesquisa inicialmente feita em colaboração com Roger Bastide à pedido da UNESCO, culminou no livro *Negros e Brancos em São Paulo*. Posteriormente, Florestan continua a se dedicar ao tema escrevendo o livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (FERNANDES, 2008b) Tal tema também permeou os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros, orientados por Florestan. (CARDOSO, 2008), (FRANCO, 1974)

uma característica central de sua formulação teórica justamente a rejeição de tal contraposição, e a demonstração de que o arcaico e o moderno, no interior do tipo particular de capitalismo que é o dependente, se fundem e adquirem uma dinâmica própria.

Assim, pode-se dizer que Florestan supera objetivamente uma tendência de abordagem linear do processo histórico-universal que considera o progressivo desenvolvimento de sociedades diferenciadas como uma linha unilateral de desenvolvimento que sempre anda para frente. No interior dessa visão, a única coisa que impede o avanço de países periféricos como o Brasil são determinados entraves que, se retirados do caminho, darão livre curso ao desenvolvimento.

Entretanto, mesmo no interior dessa superação, o próprio autor reconhece que ainda oscilava nas suas interpretações e nos seus posicionamentos. Diversos elementos em sua análise do período ainda denotam a crença na necessidade do desenvolvimento de certos aspectos da realidade econômica, política e social do Brasil, como uma possibilidade real para se alcançar um patamar de desenvolvimento do capitalismo análogo àquele conquistado nos países centrais.

Na verdade esse era um debate muito comum na realidade brasileira das décadas de 1950 e 1960. Da direita à esquerda, no espectro político, existiam núcleos advogando pela necessidade do desenvolvimento brasileiro, da superação do subdesenvolvimento. Instituições importantes como a CEPAL, o ISEB, o PCB, oxigenavam o debate da época nesse sentido, e Florestan não estava excluído dessa miríade de formulações. Para ele a problemática se concentrava em torno da possibilidade do desenvolvimento de uma *revolução nacional* e de uma *revolução democrática* que proporcionassem à nação brasileira, no interior dos marcos do capitalismo, alçar a condição de uma nação desenvolvida, livre dos entraves sociais, políticos e econômicos que o subdesenvolvimento legava<sup>5</sup>.

A existência de tal posicionamento já foi destacada por comentadores<sup>6</sup> da obra de Florestan, inclusive pelo próprio autor. Ele mesmo identifica que, no livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*:

“deixo bem claro o pensamento fundamental: as burguesias da América Latina haviam perdido a oportunidade histórica de liderarem a transformação capitalista; elas próprias forjaram, em certo sentido, a situação de dependência. Contudo, ainda acreditava que, sob a pressão

---

5 Sobre a defesa da possibilidade de superação do subdesenvolvimento Cf. FERNANDES, 2008a, p. 74, 89-91; FERNANDES, 1981, p. 34-35, 182-183, 186)

<sup>6</sup> Ver CASTELO, s/d.

de outras classes (como o proletariado, o campesinato ou certos setores insatisfeitos das classes médias), tal acomodação poderia ser rompida abrindo-se espaço político para outro tipo de nacionalismo e de revolução democrática.” (FERNANDES, 1981, p. 202)

O interessante desse relato de Florestan é que ele é bem claro quanto ao que estamos tentando demonstrar. Se as formulações do autor não permitem que ele seja enquadrado no esquema clássico do dualismo desenvolvimentista, pois ele compreende que não se pode forjar uma burguesia heroica e revolucionária no capitalismo dependente, elas ainda admitem uma alternativa dentro do desenvolvimentismo, isto é, que a burguesia interna, ou pelo menos que uma fração dela, seja pressionada pelas classes baixas à fazer uma *revolução nacional e democrática* no rumo da superação da condição de subdesenvolvimento. Florestan afirma ter demorado longos 10 anos para superar completamente certas “limitações descritivas e interpretativas”, “hesitações e oscilações” que marcam obras como *A Sociologia numa Era de Revolução Social* e, principalmente, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. (FERNANDES, 1980a, p. 199)

Esses 10 anos, mais ou menos, compreendem desde 1964, ano da instauração da Ditadura Militar no Brasil, até 1973, ano em que Florestan retorna ao Brasil. Após o golpe de 1964, com sua aposentadoria compulsória da USP em 1969, nosso autor vai lecionar no Canadá, na Universidade de Toronto, e retorna de lá com uma postura diferenciada com relação à intervenção na sociedade e até com relação ao papel da sociologia como ciência.

Aqui está situado o ponto que queríamos alcançar. Essa postura diferenciada marcou de fato a trajetória de Florestan. Tanto que uma grande parte da literatura que procura compreender sua obra não se furta a interpretar essa mudança e suas consequências tanto na atividade teórica e pedagógica do autor, quanto na sua ação política. Se a maioria dos comentadores admite uma certa descontinuidade entre esses dois momentos da obra do sociólogo<sup>7</sup>, nota-se uma certa dificuldade para interpreta-la de forma a conseguir fazer uma leitura coerente da totalidade da trajetória do autor. Uma das leituras mais proeminentes e polêmicas acerca dessa problemática é feita por Bárbara Freitag (1987), que atribui a tal descontinuidade o caráter de “ruptura” ou de “corte” epistemológico. Diz a autora:

“A ruptura se manifesta, no meu entender, na descontinuidade entre a

---

<sup>7</sup> Estamos pensando aqui principalmente em ARRUDA & GARCIA. *Florestan Fernandes: Mestre da sociologia moderna*. Paralelo 15. Brasília. 2003. Mas também SEREZA, 2005, SOARES, 1997, NETTO, 1987.

postura ‘acadêmico-reformista’ na obra do Florestan Fernandes de antes do AI-5 e uma postura ‘político-revolucionária’ no trabalhos que seguem ao AI-5” (FREITAG, 1987, p.165).

Na primeira fase, “acadêmico-reformista” os trabalhos de Florestan estariam centrados no debate da reflexão teórica da Sociologia, em análises antropológicas e no estudo “pormenorizado da realidade brasileira”. Influenciado profundamente pelas teorias de Mannheim e Freyer, Florestan, assume uma postura claramente racionalista e cientificista, vendo na intervenção crítica a principal tarefa do intelectual na sociedade. Por outro lado, outra característica dos trabalhos dessa fase é a grande influência da metodologia funcionalista nos estudos antropológicos, tendo como base autores como Radcliffe-Brown, Marcel Mauss e Durkheim. Além disso, se inserem também nessa fase os trabalhos sobre a mudança social no Brasil e as pesquisas sobre as relações raciais. (*ibidem*, p. 165-166)

A síntese da autora é que nessa fase é clara a postura reformista de Florestan com relação aos problemas nacionais com os quais se defronta. Diz ela que no posicionamento de Florestan, “os dilemas e problemas sociais brasileiros só teriam solução dentro de uma visão que teríamos que chamar de *liberal-democrática*”. Um exemplo ilustrativo estaria na *Campanha em Defesa da Escola Pública*, na qual o autor se engaja profundamente exigindo a “democratização do ensino no Brasil”, ou seja, uma reforma para o aperfeiçoamento interno da ordem social. (*ibidem*, p. 166)

Por outro lado, a fase “político-revolucionária” de Florestan se inicia, para Freitag, a partir da sua aposentadoria compulsória da Universidade de São Paulo em virtude do Ato Institucional nº 5 (AI-5), instituído pelo regime militar. De forma que a própria radicalização do processo político no Brasil impelia Florestan para a “ruptura epistemológica definitiva” com seus posicionamentos anteriores. A principal característica teórica das obras desse período, que se coloca ainda como transição no início da década de 1970, mas que depois se radicaliza definitivamente, é a adoção de uma influência teórica dos clássicos do pensamento marxista (Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Stálin e outros). (*ibidem*, p. 168)

Diz a autora, que em obras como *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973) e *Circuito Fechado* (1976)

“as estruturas sociais da sociedade brasileira são interpretadas como decorrentes de um processo histórico, intimamente ligado aos padrões de dominação (econômica e política) externa, que geraram uma estrutura social e de dominação típicas para o capitalismo dependente.

As mudanças estruturais e os obstáculos que a ela se opõe /.../ são relacionados ao desenvolvimento do capitalismo internacional cujos interesses, no Brasil ou na América Latina, são representados e mediatizados por frações de uma burguesia internacional /.../ e nacional /.../ beneficiárias da manutenção dos padrões de dominação tradicional. **A posição idealista-racionalista do sociólogo que acreditava poder ‘provocar’ mudanças sociais através de sua análise racional e objetiva das contradições e dos dilemas sociais é abandonada /.../ em favor de uma concepção histórico-materialista dos processos societários.**” (*ibidem*, p. 168. Grifos nossos)

Portanto, para Freitag, o posicionamento político de Florestan, passa, nessa fase, a ser menos pautado em reformar a ordem vigente com o fito de aperfeiçoá-la, e mais orientado para a defesa da necessidade da revolução socialista no Brasil. Assim, deixa de ser “reformista” para se tornar “revolucionária”, e dessa forma perdurar até sua morte. (*ibidem*, p. 169)

Essa interpretação de Freitag é muito polêmica dentro do debate comentador da obra de Florestan, e foi por diversas vezes criticada pela bibliografia<sup>8</sup>. Nos parece claro que a proposta do “corte” ou da “ruptura” engessa muito a trajetória do autor (no intuito de categorizá-la), independente das ressalvas que possam ser feitas a respeito de “momentos transitórios” variados. Aparentemente, a formulação se presta principalmente à dar ênfase *ao momento que representa a mudança*, mais do que à *mudança como processo*, e acaba perdendo, dessa forma, diversos aspectos da trajetória do autor que não conseguem ser compreendidos no interior dessa lógica dualista.

Em nossa forma de ver, entretanto, o equívoco fundamental da tese da “ruptura” não é somente metodológico, mas sim interpretativo. Na gana de diferenciar frontalmente o mesmo autor em torno de uma tipologia polarizada o centro da tese escorrega ao postular – mesmo reconhecendo a interconectividade de traços das duas fases em questão – a existência de uma ruptura teórico-metodológica na obra de Florestan.

Freitag (1987) aposta na possibilidade de que Florestan, depois de um determinado período, passa a se pautar no arsenal teórico-metodológico marxista, predominantemente, deixando de lado o instrumental teórico sociológico que o guiou em seus primeiros

---

<sup>8</sup> Para Paiva essa leitura “não só obscurece a insofismável dimensão de continuidade presente no conjunto dos trabalhos do autor, como obscurece as determinações ‘sociais e políticas que dão sentido à descontinuidade temática de sua obra” (PAIVA, 1991, p. 35). José Paulo Netto também não poupa críticas às teses baseadas na ideia da “ruptura”. (NETTO, 1987, p. 294). Sílvia Garcia, analisando o período de formação de Florestan, rejeita metodologicamente a interpretação que se pauta na tese da “ruptura”. Para ela, “não se trata de negar as distintas fases de sua trajetória, /.../, mas de considerar como a mudança se faz sem configurar uma ruptura na perspectiva geral a partir da qual Florestan coloca-se diante dos problemas que enfrenta.” (GARCIA, 2002, p. 171)

trabalhos. Ora, se por um lado essa tese tem umnexo aparente que é verdadeiro e incontestável no fato de que as temáticas, as discussões prioritárias, as intervenções políticas, passam a ser fortemente determinadas pelos valores e pela dinâmica interna da tradição marxista<sup>9</sup>, por outro, não é menos verdade que o núcleo que compreende o marxismo como uma teoria específica no seio da tradição sociológica, permanece dando sentido à forma como se interpreta essa mesma teoria marxista.

Veamos como isso se dá. Se analisarmos os livros e ensaios produzidos na primeira fase, dita “acadêmico-reformista”, veremos que a tentativa de incluir Marx com uma certa centralidade no interior do instrumental teórico da Sociologia como ciência sempre foi uma característica da formulação de Florestan. Principalmente em seus livros metodológicos (*Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* e *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*) a contribuição de Marx para o problema do conhecimento científico na sociologia é analisada com muito cuidado, particularmente em ensaios acerca da origem da Sociologia, e no clássico *O problema da indução na Sociologia*. (FERNANDES, 1976a)

E não é sem surpresa que se constata, como veremos no decorrer desse trabalho, que o Marx, ou o marxismo, que vai orientar a análise da realidade social brasileira na segunda fase, “político-revolucionária”, é justamente aquele Marx que foi teorizado como uma das principais contribuições para a colocação das bases do conhecimento sociológico. A forma como se torna possível o conhecimento sociológico indutivo por meio do materialismo dialético, considerando suas especificidades e os seus limites em analisar somente determinados tipos de objetos etc., é aquela da qual se vale o nosso autor para radicalizar sua prática política e teórica no período tardio de sua produção, justamente porque esses objetos específicos que podem ser conhecidos pelo método dialético é que passam para o centro de sua reflexão<sup>10</sup>.

Quando analisarmos essa construção das bases teóricas do pensamento de Florestan mais detidamente, veremos porque é difícil defender a existência de uma “virada teórico-metodológica” radical, que abandonaria o “positivismo”, o “empirismo” e o “funcionalismo” para aderir totalmente ao marxismo. Há, no interior dessa

---

<sup>9</sup> Determinadas publicações demonstram isso com clareza. Textos como: *A ditadura em questão* (FERNANDES, 1982), *O PT em movimento* (FERNANDES, 1991), *Marx, Engels e Lenin* (FERNANDES, 2012), entre outros. Florestan está discutindo problemáticas situadas especificamente no interior da tradição marxista, como atesta Netto (NETTO, 1987, p. 298)

<sup>10</sup> Dada a dinâmica de nossa exposição, essa questão se concretizará ainda mais no Capítulo I desse trabalho, no qual iremos demonstrar melhor tal especificidade da visão do autor sobre a Sociologia em geral, e no seu interior, sobre o método dialético.

problemática, uma linha de continuidade passando por toda a obra de Florestan, que a tese da “ruptura epistemológica” violenta, consciente ou inconscientemente. Só se poderia comprovar a existência de uma “ruptura epistemológica” se se comprovasse que o marxismo levado à cabo na segunda fase rejeita radicalmente as bases sob as quais o marxismo é teorizado na primeira fase, como uma forma particular de resolver o problema da indução no interior do desenvolvimento da Sociologia como ciência<sup>11</sup>.

Aqui, novamente, nos parece adequado, na linha da interpretação de José Paulo Netto (1987), falar de uma “inflexão” na obra do autor, ao invés de um “corte epistemológico”. A obra de Florestan passa a ser centralizada pela problemática revolucionária própria do marxismo, mais do que pela problemática metodológica indutivista da Sociologia do período anterior. Mas isso não quer dizer que o autor rejeita a Sociologia que sustentava e que ajudou a erigir anteriormente, nem as suas múltiplas subdivisões. Ele passa a focar em uma determinada subdivisão dessa Sociologia (Sociologia histórica ou diferencial), que é adequada ao uso do método dialético e ao objeto que ele julga imperativo conhecer nesse novo momento histórico (o processo de formação do capitalismo no Brasil, ou a revolução burguesa brasileira)<sup>12</sup>. Aqui, a tensão demonstrada por Netto, existente desde os tempos da militância no PSR, entre o Florestan sociólogo profissional e acadêmico, e o militante socialista, pende para o lado do militante e permite que o sociólogo e sua teoria adquira uma nova faceta, voltada para a atuação política militante e para o posicionamento socialista revolucionário. (NETTO, 1987, p. 295)

É certo que Florestan nunca descartou a possibilidade e a necessidade da revolução socialista *in limine*. E também não defendeu posições reformistas como questões de princípio. Mas a partir de um determinado momento de sua vida, a realidade sócio-econômica na qual ele estava inserido exige respostas radicais como a única possibilidade de caminho em direção ao progresso. O essencial da inflexão, a nosso ver, se situa justamente aí: a mudança do posicionamento teórico e político de Florestan com relação à realidade sócio-econômica na qual está situado. A única possibilidade de avanço

---

<sup>11</sup> É patente que nem o próprio Florestan autorizaria isso. A despeito de certas variações, ou descontinuidades – que iremos observar ao longo do trabalho – na forma como Florestan interpreta o método dialético e a contribuição de Marx, as bases de sua reflexão se mantêm, tanto é que ele mesmo, em obras maduras, reivindica seus trabalhos metodológicos antigos como forma de esclarecimento sobre de sua visão sobre a teoria de Marx. (Ver Capítulo II, item 2 do presente trabalho)

<sup>12</sup> Sobre isso é útil ver a forma como Florestan considera que Marx, através do “método dialético” e do “tipo extremo” estabelece a solução metodológica para o campo da Sociologia diferencial, ou seja, da sociologia que “procura explicar a ordem existente nas relações dos fenômenos sociais através de condições, fatores e efeitos que operam em um campo histórico”. (FERNANDES, 1976a, p. 27)

que aponta na direção do progresso e do desenvolvimento social passa a ser a *revolução contra a ordem*, a revolução socialista de fato.

Vejamos isso mais detidamente. Quando Freitag (1987) estabelece a fase “acadêmico-reformista” a caracterização de reformista está precisamente focada nos posicionamentos políticos do autor com relação a realidade brasileira. O empresário brasileiro, diz Florestan, precisa racionalizar a sua forma de intervenção econômica, a escola precisa ser reformada para otimizar o condicionamento da população de forma a não permitir desvios no padrão de equilíbrio da ordem, etc. (FERNANDES, 2008a) O centro do alegado reformismo, acima de tudo, está na ideia de que haveria possibilidade de que o capitalismo dependente brasileiro superasse o subdesenvolvimento por meio de uma revolução *dentro da ordem*, capitaneada pela burguesia pressionada pelas demandas dos setores subalternos e populares da sociedade. Note-se: isso é uma crença na existência, mesmo que tardia e periférica, de um papel civilizatório ainda possível de ser concretizado pelo capitalismo e pela ordem burguesa no Brasil.

Por outro lado, a caracterização do período “político-revolucionário”, ou do posicionamento especificamente revolucionário, não está na parcela de mudança proporcionada pela atuação de Florestan nos diversos locais onde ele atuou, como sugere Eliane Vera Soares (SOARES, 1997, p.123-124). Mas sim na ideia de que a superação do capitalismo selvagem, subdesenvolvido, que assola os países periféricos, e o Brasil particularmente, só pode ser feita através de um processo de revolução *contra a ordem*, liderado pelas classes trabalhadoras.

O correto seria dizer que nos dois momentos Florestan estava centrado em uma posição política revolucionária. O que ocorre é que no primeiro, o sujeito histórico, ou a classe, que seria o centro dessa revolução, não possuía possibilidades de levá-la a cabo nas condições da luta de classes do capitalismo dependente brasileiro. Nosso autor sabia dessa condição da burguesia brasileira, mas acreditava que a pressão popular “de baixo” poderia forçar essa burguesia e suas elites a antagonizar os interesses arcaicos e externos que barravam o desenvolvimento capitalista brasileiro. Somente no período posterior Florestan se dá conta de que essa possibilidade não existia, e de que a única saída passível de engendrar progresso ao desenvolvimento social brasileiro é a da revolução socialista. Ele vê que a burguesia aqui já surge no seio das classes arcaicas (no esquema conceitual de Florestan, os estamentos senhoriais) como uma classe conservadora, e sobretudo, que não existe qualquer possibilidade de que ela possa ser pressionada pelas classes populares para fazer uma *revolução democrática* e uma *revolução nacional*. Quando ela é

pressionada pelos “de baixo” ela fecha a ordem social mediante uma “contrarrevolução preventiva” e reestabelece duramente a sua dominação de maneira “autocrática”.

Portanto, há de fato uma descontinuidade na obra de Florestan, e ela se revela como uma inflexão na estratégia revolucionária que o autor defende no período anterior aos seus “10 anos” de “oscilações” (entre 1964-1973), e aquela que ele defenderia no período posterior.

Dito isso, temos que considerar que pensar essa descontinuidade na obra do autor como uma inflexão tem certas implicações metodológicas para o nosso trabalho. A ideia de inflexão estabelece que, a partir de um determinado momento de um fenômeno considerado no interior do seu processo histórico particular, há uma mudança de rumo que estabelece a *predominância* de diferentes categorias em detrimento de outras. Como complexo, a determinação desse fenômeno requer a sua análise em diversos níveis, que se configuram como linhas de continuidade e descontinuidade que se cruzam no interior da entidade ainda unitária. Contudo, mesmo sem essa determinação concretizada totalmente, é possível inferir que a inflexão é um “salto qualitativo”. O “momento predominante” desse salto qualitativo, na nossa forma de analisar o processo de desenvolvimento de Florestan, é a forma como ele mesmo traça uma nova estratégia revolucionária para o desenvolvimento social brasileiro.

Obviamente que isso não encerra análise. Somente a longa pesquisa coletiva dos comentadores do autor, vai determinar de maneira cada vez mais profunda as diversas linhas de continuidade e descontinuidade que se estabelecem no interior dessa inflexão. E é pensando nisso que inserimos tal problemática na presente introdução. Nosso trabalho, focado que está na análise da questão das classes sociais na obra de Florestan, nunca poderia ter a pretensão de ser somente um compêndio de citações sobre o tema. Inteligir esse objeto nos exige pesquisar múltiplas questões que se relacionam com ele de maneira complexa, formando assim uma visão sintética da totalidade da evolução do pensamento do autor e suas determinações mais importantes. Totalidade aqui não significa esgotar todas as determinações em seus diversos níveis, mas sim identificar os nexos que fazem a mediação entre o todo e as partes e que permite abordar o objeto como uma “unidade na diversidade”. Isso torna possível uma visão aproximativa do pensamento de Florestan “como um todo complexo” e alcançar o nosso objeto específico, a questão das classes sociais, considerando a relação que ele tem com essa totalidade. Verificar em que medida o “problema da inflexão” tem consequências na forma como o autor encara a questão das classes sociais, sob esse ponto de vista, passa a ser uma tarefa

importante de nosso trabalho.

\*\*\*

O primeiro capítulo da dissertação analisará a maneira como o autor encara o problema do surgimento da Sociologia e sua legitimidade como ciência particular. Através dele poderemos obter posicionamentos importantes de Florestan que demonstram não apenas uma tensão teórico-filosófica específica que está no centro do seu pensamento, no que se refere ao problema da possibilidade do conhecimento nas ciências sociais, mas também o desdobramento desse mesma tensão, que é o postulado da união eclética dos princípios metodológicos das três teorias clássicas da Sociologia.

Essa tarefa poderá ser concretizada em duas etapas. Na primeira, analisaremos escritos onde o autor expõe sua particular concepção sobre o surgimento da Sociologia, tanto das décadas de 1940 e 1950, quanto de um período mais avançado de sua carreira, já nos anos 1970. Na segunda, analisaremos os textos metodológicos do autor, identificando como uma visão específica acerca dos problemas fundamentais do conhecimento científico reflete na interpretação que Florestan faz da teoria dos três clássicos da Sociologia. Após cumprir essa tarefa, nos será possível avaliar sinteticamente o peso que a problemática do “ecletismo” possui no interior da obra de Florestan, colocando as bases para pensarmos a sua concepção acerca do conceito de classes sociais.

O segundo capítulo vai se voltar principalmente para as análises que o autor faz da necessidade do uso do conceito de classes. Portanto trata-se de demonstrar como ele teoriza o conceito e o admite enquanto instrumento de análise. A literatura comentadora permite postular adiantadamente que a influência das formulações de Weber e de Marx são importantes para determinar esse debate. Portanto, o capítulo dois inicialmente apresenta de maneira sintética como é encarado o conceito de classes sociais na obra desses dois autores, para posteriormente considerar os textos e trechos específicos onde Florestan faz tal debate conceitual.

O terceiro capítulo, finalmente, irá analisar a teoria de Florestan sobre a formação do capitalismo no Brasil e como, no interior dessa teoria, ele utiliza o conceito de classes para analisar a realidade brasileira. Começaremos pelo debate do seu posicionamento acerca da formação colonial brasileira, para depois expor e analisar a sua interpretação da concretização da revolução burguesa no Brasil e da formação da particularidade do capitalismo dependente. A partir daí já teremos condições de fazer uma síntese analítica da concepção geral do autor acerca do conceito o que tornará possível analisar sua leitura

da ascensão e queda da Ditadura Militar do ponto de vista da luta de classes.

## **Capítulo I – A SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES E A ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL**

O presente capítulo possui uma função determinada no seio da nossa exposição. Em um nível mais abstrato trata-se de demonstrar por meio da abordagem de textos específicos da obra de Florestan, qual a concepção científica, metodológica e epistemológica que o autor defende em seus escritos sobre o tema. Essa abstração poderá ser concretizada na medida em que se demonstra que a uma forma de compreender a ciência corresponde uma determinada concepção dos principais problemas do conhecimento nas ciências sociais. A resposta a esses problemas indica posicionamentos do autor que determinam sua prática teórico-científica em cada momento. Os posicionamentos do autor, não apenas dinamizam a forma como ele elabora seu conhecimento acerca da realidade social, mas também articulam influências teóricas pressupostas, que serão determinantes para avaliarmos o nosso objeto de maneira adequada. Tal procedimento, sem pretensões de esgotamento da questão, culminará em um desenho, mais ou menos concreto, da base teórico-filosófica sob a qual se ergue o pensamento de Florestan para analisar a dinâmica das classes sociais.

É possível inferir que essa base, ainda sempre unitária se encarada em todo o seu processo de constituição, sofre diferenciações ao longo da obra do autor, abandonando certas concepções ou influências, adquirindo ou dando predominância à outras, etc. Por isso é necessário também que a abordagem expositiva explore diferentes momentos em que aparecem os mesmos temas, procurando determinar o conteúdo das diferenciações e o seu caráter de descontinuidade ou de continuidade.

Para se acessar a concepção acerca da ciência, na obra de Florestan, é imprescindível que analisemos aqueles textos e livros nos quais ele se debate com a questão, ainda que indiretamente. No caso específico da obra do autor isso se liga imprescindivelmente à leitura em torno do surgimento da sociologia como uma ciência particular e sua legitimidade científica.

## 1. O Surgimento e desenvolvimento da Sociologia na visão de Florestan

A forma como se concebe a origem da Sociologia na civilização ocidental já foi muito discutida no decorrer do século XX. Nosso autor, como professor de Sociologia, e sociólogo de ofício, enfrentou esse tema diversas vezes ao longo de sua obra. Isso é verificável, tanto no seu período de formação, discutindo as origens da Sociologia e as possibilidades de se conhecer, com ela, a realidade, quanto no seu período maduro, refletindo ao mesmo tempo os rumos tomado pela disciplina já na segunda metade do século XX. Iremos rapidamente explorar essas duas abordagens procurando identificar alguns posicionamentos do autor essenciais para sua concepção geral acerca da problemática do conhecimento.

Dois ensaios da década de 1950 são de seminal importância para iniciarmos a nossa abordagem sobre o tema, ambos publicados no livro *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. (FERNANDES, 1976a). Trata-se dos artigos *A herança intelectual da sociologia* e *A Sociologia: objeto e principais problemas*. Florestan parte da afirmação de que foi com a “extensão dos princípios e do método da ciência à investigação das condições de existência social dos seres humanos” que se tornou possível o surgimento do objeto da ciência sociológica. Ainda assim, diz o autor, esse surgimento, como de resto das ciências de modo geral, não pode ser compreendido separadamente das suas “condições histórico-sociais de existência, nas quais [a Sociologia] se tornou intelectualmente possível e necessária” (*ibidem*, p. 273).

Para esclarecer esse ponto, o autor nos diz que é no bojo das “modernas sociedades industriais” que se coloca a necessidade do saber sociológico. O seu progresso no sentido da constituição de um saber “científico-positivo” concretiza-se, ainda que lentamente, sob pressão das necessidades sociais surgidas da desagregação do mundo feudal, e do surgimento do capitalismo. Tal conjuntura ampliou

“as esferas de existência nas quais o ajustamento dinâmico às situações sociais exigia o recurso crescente a atitudes secularizadas e apreciação dos móveis da ação humana, do significado dos valores e da eficiência das instituições.” (*ibidem*, p. 276)

Portanto, o aspecto central da modernização capitalista que impulsiona a extensão do método científico para o conhecimento dos fenômenos sociais é o surgimento de formas de conceber o mundo “secularizadas”, ou seja, situadas para além dos “limites do

que era sancionado pela tradição, pela Religião, ou pela Metafísica”. As categorias do pensamento que são dinamizadas por essas esferas, diz o autor, tendem a condicionar a percepção social a uma forma “estática e absoluta” de enxergar a realidade. Ora, tais formas estavam em patente contradição com as condições de instabilidade que advinham da desagregação da sociedade feudal e da formação do mundo moderno. Essas novas condições davam base para o surgimento de uma “consciência realista” tanto no “senso comum”, quanto no “pensamento racional sistemático”, cabendo, nesse âmbito, à Filosofia moderna o papel essencial de oferecer os “meios intelectuais através dos quais se esboçaram as primeiras tentativas de explicação realista e sistemática das condições e efeitos da vida humana em sociedade”. (*ibidem*, p.278-9)

Existia, portanto, uma tendência de alteração nas formas de consciência dos principais centros da sociedade ocidental. Isso se colocava tanto no âmbito das ciências em geral – com o combate aos preceitos religiosos como forma correta de explicação do mundo no âmbito da física, da química, da biologia e etc. – como na vida cotidiana, através da valorização de formas de pensamento orientadas pela racionalização. Mas foi por meio do pensamento filosófico moderno, diz Florestan, que passa a se valer de *abordagens empíricas* e da *inferência indutiva* como forma de generalização, que a reflexão acerca dos fenômenos sociais iniciou sua inserção no âmbito da ciência propriamente dita. (*ibidem*, p. 282)

Diz Florestan que isso pode ser verificado em dois pontos. O primeiro, seria a “revolução copernicana” que representou a transição do “ponto de vista normativo” para o “ponto de vista positivo” “na interpretação dos fenômenos sociais”. A antiga metafísica medieval, se torna a “filosofia da ação humana” moderna, e as teorias passam a considerar as situações sociais por meio das “instâncias empíricas” e da “análise indutiva”. Por outro lado, o conhecimento das relações sociais, por serem relações constituídas de *sentido*, somente poderia ser feito através da criação de novas categorias, diferenciadas daquelas usadas para o conhecimento do “mundo físico exterior”. (*ibidem*, p. 283)

Aqui é necessário que façamos um parênteses para destacar dois elementos que são característicos da leitura de Florestan, e que terão desdobramentos importantes no futuro da nossa exposição. O primeiro deles é a separação feita pelo nosso autor entre o pensamento filosófico e o pensamento científico, tributária de uma visão positivista sobre o pensamento filosófico, na medida em que imputa a ele um tipo de “raciocínio fundamentalmente distinto e oposto do raciocínio científico”, que tem base no pensamento “especulativo”, e não no “ponto de vista positivo”. Para Florestan, as formas

“pré-científicas” de consciência e explicação do mundo e das relações sociais, como “o Mito, a Religião e a Filosofia”,

“tinham, com efeito, por objeto, não explicar as sociedades tais e quais elas são ou tais e quais elas foram, mas indagar o que as sociedades devem ser, como elas devem organizar-se, para serem tão perfeitas quanto possível” (DURKHEIM *apud* FERNANDES, 1976a, p. 31)

A diferença específica do raciocínio filosófico e do raciocínio científico tem por base justamente o segundo ponto a ser observado por nós, a saber, a identificação da “análise empírica” e do uso da “inferência indutiva” como a forma de operação científica por excelência. O caráter especulativo e normativo do pensamento filosófico, para Florestan, está justamente na ausência da pesquisa sistemática que se pauta na observação empírica e na generalização através da indução. Na medida em que a filosofia passa a centrar suas intervenções na observação sistemática dos fenômenos sociais recorrendo à análise empírica, ela deixa de ser filosofia e pensamento especulativo, para se tornar uma ciência positiva, a Sociologia.

Obviamente, é preciso que se considere que na transição do feudalismo ao capitalismo a reivindicação de que o processo de negação da especulação religiosa e metafísica pela análise e observação dos fatos era essencialmente correta, até revolucionária<sup>13</sup>. Em tal lógica somente por esse meio seria possível atingir algum conhecimento que refletisse de fato a legalidade da realidade, e não na invocação das potências das divindades ou da veracidade dos profetas. Mas o desenvolvimento posterior das ciências e da própria filosofia, que não é mais uma filosofia religiosa, comprometida com a ordem do *antigo regime*, irá demonstrar que nem todo fazer filosófico é uma atividade “especulativa” possível de ser descartada pelas necessidades do método científico. A tradição filosófica moderna, em alguns de seus representantes mais ilustres, irá conquistar – ou resgatar – a importância que questões ontológicas fundamentais possuem para a orientação e sustentação da cientificidade.

Portanto, a visão que rejeita a Filosofia, com base na argumentação de Durkheim,

---

<sup>13</sup> “Até um autor anti-empirista como Marcuse (1960) foi obrigado a reconhecer que no começo da filosofia moderna, e novamente no século XVIII, o positivismo/empirismo foi militante e revolucionário. Àquela época, fazer dos fatos árbitros das querelas metafísicas tinha um significado epistemológico e político extremamente transformador: retirava o suporte ideológico do velho *magister dixit* e do *anciên régime*. A partir do momento em que foram neutralizados os elementos ‘transcendentalistas’ da velha ordem político-cultural, é evidente que propugnar por uma atividade de pesquisa circunscrita ao mero *estar* dos fatos podia significar o acatamento, como *natural*, da ordem vigente entre os fatos.” (OLIVA, 1997, p. 207-208)

como especulativa, ganha aqui uma acentuação “empirista” que vincula unilateralmente a possibilidade de conhecimento científico à análise empírica e à inferência indutiva. Posteriormente, no entanto, a própria prioridade absoluta da *empíria* na construção do conhecimento será questionada por diversas vertentes da filosofia moderna, da mesma forma que a *inferência indutiva* como modo de generalização “por excelência”. É importante que retenhamos esses dois elementos, essas duas leituras que Florestan defende acerca dessas problemáticas, pois elas são um traço da sua concepção de ciência que se repõe continuamente conforme ele desenvolve os fundamentos de sua Sociologia. A unidade dos “princípios científicos” da atividade de investigação sociológica vai também estabelecer uma unidade histórica no interior das várias iniciativas que caminharam nesse sentido.

Por isso a Filosofia é concebida como a primeira fase de desenvolvimento da Sociologia, que Florestan chama de “Sociologia filosófica”. A abordagem levada a cabo por autores tão díspares como Comte, Marx, Saint-Simon, von Stein, Proudhon, Spencer, entre outros, será vista como uma contribuição “lógica” diversificada para caracterizar o objeto da Sociologia, através da unificada percepção de que “o princípio da ‘uniformidade do mundo exterior’ se aplica aos fenômenos sociais humanos e de que estes estão submetidos, portanto, a uma ordem social” (*ibidem*, p.285)

A Sociologia filosófica, tomada de modo geral, também passa a reconhecer a Sociologia como “ciência nomotética” (ou seja, generalizadora), elaborando formulações sistemáticas sobre a importância de fatores específicos como determinantes da vida social, elaborando “leis sociológicas” e delineando a diferenciação social por meio de uma linha evolutiva. Por essa razão é que foi possível para essa sociologia “incipiente” o avanço em investigações de “situações histórico-sociais” concretas, que orientavam a “análise sociológica para pequenas massas de dados homogêneos”, e demonstravam, sobretudo, que há uma “contradição entre os modelos de explicação tomados das ciências naturais e as possibilidades de generalização nas investigações sociológicas” (*ibidem*, p.287).<sup>14</sup>

A grande limitação identificada por Florestan nas incursões da Sociologia

---

<sup>14</sup> “Coube aos autores que limitaram o campo de suas investigações (como Marx, Le Play, Sumner Maine, Espinas, Durkheim, Tarde, Tönnies, Simmel, Summer, etc.) ou que se preocuparam com a especificidades de suas construções teóricas (como Gumpłowicz, Ratzenhofer, Ward, Small, Giddign, etc.), a tarefa de expurgar a Sociologia dos resíduos filosóficos mais prejudiciais ao espírito científico. Na busca incessante de procedimentos de investigação, ao mesmo tempo fundados na natureza do conhecimento científico e compatíveis com a complexidade dos fenômenos sociais, surgiram as principais soluções metodológicas dos problemas fundamentais da Sociologia”. (FERNANDES, 1976a, p. 35)

filosófica está no pouco avanço que efetuou na tarefa de desenvolver ferramentas de cunho científico que pudessem auxiliar na “observação, descrição e interpretação da realidade”. No entendimento de Florestan, isso se deu por que os conceitos e a terminologia dessa Sociologia inicial estavam mais preocupados com soluções inscritas “na órbita do pensamento filosófico” do que “na do conhecimento científico”. Isso significa, no raciocínio desenvolvido pelo nosso autor, que ao orientar seus questionamentos para problemáticas que não necessariamente teriam resposta “generalizante” no âmbito da investigação empírica, as incursões do pensamento da “Sociologia filosófica” desviaram-se do rumo da cientificidade. Nele, o caminho travado pela ciência, diz Florestan, é lento, e demanda o enriquecimento que as pesquisas, os resultados e as verificações vão aos poucos proporcionando.

Aqui também surge, por trás da leitura dos limites da Sociologia em suas origens, um outro princípio empirista do desenvolvimento científico como análogo ao desenvolvimento da observação dos dados empíricos. Ora, se é de conhecimento geral que o avanço sistemático de pesquisas em torno de questões particulares pode enriquecer o domínio que uma determinada ciência possui sobre o seu campo, isso não equivale à visão que fixa no desenvolvimento de análises empíricas acumulativas a condição do desenvolvimento teórico de uma ciência. O empirismo dessa afirmação, defendida de diversas formas por Florestan ao longo desses ensaios<sup>15</sup>, está justamente em supor que só é científico aquilo que generaliza regularidades observáveis do mundo fenomênico, e que só se pode falar em desenvolvimentos teóricos de uma ciência específica, na medida em que se avança na análise empírica que acumulativamente vai esgotando as instâncias particulares da realidade e, por meio da indução, alcançando as leis dessa mesma realidade. A *redução ontológica da realidade à sua aparência* é um traço específico da sociologia empirista durkheimniana, que é aceito por Florestan nas suas “obras metodológicas”, e generalizado como princípio para todo desenvolvimento da Sociologia. Dessa forma, se às ciências “jovens” falta desenvolvimento da pesquisa empírica sistemática, não se pode exigir delas respostas mais complexas, teorias acerca da realidade e nem desenvolvimentos metodológicos mais sofisticados. Ela deve tomar de outras ciências alguns princípios da investigação científica (como o “determinismo universal” na Sociologia de Durkheim<sup>16</sup>) e comprovar empírica e indutivamente sua

---

<sup>15</sup> As afirmações de Florestan que condicionam o desenvolvimento da Sociologia ao desenvolvimento de seu caráter empírico e observacional são tomadas aqui como exemplo. Ver FERNANDES, 1972, p. 62-68

<sup>16</sup> Ver FERNANDES, 1972, p. 83

validade para as ciências sociais.

É assim que Florestan avalia, nesses ensaios da década de 1950, que a herança intelectual que está na origem da Sociologia é uma “faca de dois gumes”, pois avança em questões científicas fundamentais, mas não consegue captar

“a significação e a importância da pesquisa empírica sistemática, tanto para o desenvolvimento do aparato conceptual e metodológico da Sociologia, quanto para o progresso da teoria e das indagações de interesse prático.” (*ibidem*, p. 288)

Diz Florestan, que somente determinados autores e tendências que se debruçaram sobre problemas práticos específicos, avançaram no sentido de demarcar com menor ou maior rigor as possibilidades de exploração da pesquisa empírica. O desenvolvimento da Sociologia na última metade do século XIX, defende nosso autor, conseguiu pelo menos avançar no sentido de dar maior importância para a “fundamentação empírica de suas explicações”, além de, tendencialmente, operar com “*problemas sociológicos*” propriamente ditos.

Essa primeira leitura que nosso autor faz da origem da Sociologia, é possível dizer, caracteriza de fato uma visão interna da própria Sociologia examinando as origens de seus principais problemas, os entraves ao seu desenvolvimento e os fundamentos de sua análise. Cravada pela forte influência empirista de desenvolvimento da ciência, a leitura de nosso autor ainda assim não se abstém de identificar a torrente histórica que impulsiona o desenvolvimento da Sociologia na “nascente sociedade burguesa”. Não obstante, existe aqui uma forma de conceber a origem da Sociologia, mais centrada em identificá-la em sua unidade, como uma extensão das principais tendências de desenvolvimento da “modernidade”, do que de questionar suas raízes sociais concretas e sua função no seio das relações de classe. Pode-se dizer que essa é uma *diferença fundamental* entre a formulação que Florestan faz acerca da origem da Sociologia no seu período de formação (décadas de 1940 e 1950), e aquela que produz já em uma fase avançada de sua obra.

Não obstante, é possível delimitar certos nexos de continuidade entre as duas formulações, centrados principalmente nas concepções acerca do conhecimento científico em geral, e sobre a legitimidade da Sociologia como ciência, em particular. A diferença é que, se no momento anterior os problemas científicos da Sociologia estavam especificamente vinculados à questões epistemológicas e metodológicas, unificados pela concepção empirista do desenvolvimento da ciência, nesse segundo momento as raízes desses problemas científicos serão analisadas por meio de sua vinculação de classe.

Florestan estará justamente avaliando em que medida a Sociologia de maneira geral, e seus desenvolvimentos primários, podem ser tidos como legítimos avanços da ciência se se considera sua origem no interior da luta de classes. Nesse sentido é possível afirmarmos que varia o marco da análise, indo de uma interpretação compreensiva, focada principalmente no desenvolvimento das ideias (do pensamento médio geral do senso comum e da ciência ocidental) à uma interpretação materialista, na qual a consciência social tem uma vinculação de classe que não poder ser generalizada.

No livro *A natureza sociológica da Sociologia*, publicado em 1980, está situada a visão mais acabada de Florestan acerca dessa problemática. Se agora a chave para a interpretação é a vinculação de classe da Sociologia como ciência, Florestan de pronto reconhece a sua ligação com o processo de Revolução Burguesa, no Ocidente. Faz, no entanto, uma ressalva que dá o tom da exposição: a ciência em si, não é um subproduto da burguesia. Mas a sua expansão, como forma de rejeição dos parâmetros ideais que regiam o *antigo regime*, coincide com a eclosão revolucionária da burguesia.

Há aqui um debate subjacente que devemos pontuar. Durante muito tempo as tentativas de diálogo entre a sociologia e o marxismo redundaram em fracasso. Diversos autores atestam que na raiz desse impasse está a caracterização, por parte de autores marxistas, da sociologia como uma “ciência burguesa”<sup>17</sup>. Uma das principais formulações em torno dessa problemática se encontra na obra de György Lukács. O filósofo húngaro questiona veementemente o caráter burguês da Sociologia como ciência que surge, após a decadência da economia política clássica e do socialismo utópico, exercendo a função concreta de dar uma resposta burguesa ao socialismo científico de Marx e Engels. (LUKÁCS, 1968)

Diz Lukács, que após à crítica da economia política feita por Marx, se tornou impossível conhecer os fenômenos sociais prescindindo do conhecimento de sua base econômica, e portanto, da economia. A tentativa de criação de uma ciência particular como a Sociologia, postula “a independência dos problemas sociais com relação aos econômicos” como um “ponto de partida metodológico”, que acaba por “eliminar o caráter contraditório do ser social” e “a crítica de fundo ao sistema capitalista”. (LUKÁCS, 1968, p. 472)

O autor marxista até reconhece que os primeiros autores da Sociologia de fato se

---

<sup>17</sup> Sobre isso ver CUIN & GRESLE, 1994, p. 52 e OLIVA, 1997, p. 302.

ligavam a uma visão de “progresso social” que orientava a consciência burguesa em seu período revolucionário. Mas a tendente decadência dessa consciência de classe quando atinge já a posição de classe dominante determina o rápido abandono da ideia de progresso e da pretensão sociológica de ser uma ciência universal. Como ciência especializada, ou seja, tendo que resolver seus problemas de conhecimento prescindindo de uma visão dialética de totalidade, a sociologia passa a se dedicar a problemas específicos legados pela divisão do trabalho capitalista e a não conseguir responder a questões vitais da vida social, decaindo a um “agnosticismo social” que passa a “metodologicamente” defender as posições ideológicas da classe burguesa dominante. (*ibidem*, p. 472-473)

“O nascimento de uma nova ciência, a sociologia, serve fundamentalmente para tratar as categorias sociais desligando-as da economia e, portanto, por um lado, para transformá-las – agora que foram destacadas da base econômica – em formas ‘eternas’, ‘universais’, da convivência dos homens abstratamente concebida, e, por outro, para destacar os fenômenos econômicos de sua referência à sociedade e conseqüentemente para transformá-los – também eles convertidos em formas ‘puramente econômicas’ – em ‘eternos’ e ‘universais’. O método dialético de Marx – no qual a história, a sociedade e a economia são representadas como um processo unitário indissociável (mantendo-se firmemente a prioridade da base econômica) – é uma intensa polêmica, portanto, contra esta separação mental daquilo que na realidade é ligado, contra essa unilateralização abstrata de setores parciais artificialmente divididos, contra a exclusão das reais mediações econômicas e sociais, contra a dissolução artificial e sofisticada das contradições, etc.” (LUKÁCS, 1970, p. 86)

Florestan vai dialogar com tal leitura indiretamente. Mas assume um posicionamento específico com relação a ela. Diz o autor que para compreender a vinculação de classe da Sociologia como ciência é preciso encarar essa conexão como “totalidade”. Isso significa, diz Florestan, reconhecer que a sociedade burguesa é uma sociedade “antagônica”, o que faz com que as tentativas de interpretar os fenômenos sociais dessa mesma ordem vão se dinamizar em torno desse antagonismo, adotando perspectivas de “defesa da ordem” e perspectivas de “crítica à ordem”. (FERNANDES, 1980b, p. 20)

Para Florestan, reconhecer a vinculação da Sociologia com a ordem nascente, e suas funções na posterior reprodução dessa mesma ordem, não autoriza a, unilateralmente, encarar toda a sociologia como uma “ciência burguesa”, descartando qualquer conhecimento que ela produz, como uma mistificação. Mesmo no interior dessa dinâmica de determinação social, ou de classe, do fazer científico da Sociologia, foi

possível para ela avançar em determinados problemas científicos<sup>18</sup>.

O aprofundamento dessa problemática será feito por Florestan a partir da ideia de que o “*status*” de classe do “ser burguês” vai experimentar uma certa alteração ao longo da história, não sendo algo substancializado e estanque. Isso implica em considerar que a burguesia como classe possuiu um momento revolucionário, no qual não negava o caráter dialético da história humana e nem o humanismo universalista. No processo de decadência da ordem feudal, como classe revolucionária, a burguesia necessitava de ter ao seu lado uma concepção de mundo que sintetizasse as necessidades histórico-universais desse processo. (*ibidem*, p. 22)

A partir de um determinado momento, quando se consolida politicamente como classe dominante, as classes burguesas deixam de ter a necessidade de revolucionamento das coisas e passam a assumir posturas conservadoras frente a nova realidade social. Marx reconhece o marco desse momento histórico no ano de 1848<sup>19</sup>, no qual uma série de revoltas sociais ocorrem na Europa selando um tensionamento que já vinha amadurecendo por conta dos limites emancipatórios da nova ordem. As classes baixas, os camponeses, o proletariado e frações da pequena burguesia radicalizada, tencionavam a burguesia, nova classe dominante, para a continuidade e radicalização do processo revolucionário. Como se sabe, tal tarefa era impossível à burguesia, já que significava, na prática, abrir mão da condição que garantia a sua dominação.

Como nova classe dominante, portanto, a burguesia passa a dispor de mecanismos políticos, econômicos e sociais para sustentar a sua dominação e aprimorar a ordem que lhe assegurava seus privilégios. Tal movimento histórico, implica, também a formação de uma consciência de classe que responda a essas tarefas cotidianamente, e nos diversos âmbitos ideológicos, como na ciência, na filosofia, nas artes, na vida cotidiana, etc.

Para Florestan o surgimento da Sociologia como ciência corresponde a esse momento de consolidação da burguesia como classe dominante. Como dito, essa classe não pode mais, em sua consciência, conservar uma imagem revolucionária de mundo, já que suas tarefas apontam para outra direção. Isso seria um argumento para, no âmbito da ciência e da filosofia, já identificar necessidades de mistificação do pensamento burguês

---

<sup>18</sup> À luz do “problema da *inflexão*” na obra de Florestan, veremos adiante que no tema específico da defesa da Sociologia como ciência, de certos princípios metodológicos e posicionamentos ontológicos característicos, essa relativização da absolutização mistificadora da Sociologia como ciência burguesa, é evidência de uma linha de continuidade muito importante em toda a obra de Florestan. Problemas sociológicos antes tratados no registro cientificista mais próximo da abordagem positivista, posteriormente, ainda serão considerados como válidos mesmo no registro marxista.

<sup>19</sup> Sobre isso ver LUKÁCS, 2010, p. 51-103.

como justificação da sua dominação. Nosso autor admite que esse “reflexo” das necessidades políticas da dominação burguesa na sua consciência de classe também se manifestam na Sociologia. Defende, no entanto que, mesmo que a burguesia incorra em mistificações teóricas como forma de justificção da sua realidade, a eficiência de sua dominação depende de que ela minimamente consiga conhecer essa realidade. O irracionalismo do ponto de vista burguês, defensor da ordem, diz Florestan, é não querer mudar o mundo revolucionariamente. Há um limite no pensamento. Ele não consegue ir a fundo em determinadas estruturas da dinâmica social, pois elas se situam no fundamento de sua dominação. Daí que Florestan se pergunta: mas qual é a realidade que a *racionalidade burguesa* consegue “conhecer, explicar, controlar”? E responde: “o que lhe interessa é a continuidade e a eficácia crescente da dominação”. Portanto, ela se redefinirá “nesse nível”, que é ao mesmo tempo “político, lógico e ontológico”. (FERNANDES, 1980, p. 24)

No âmbito científico, especificamente, Florestan diz que o ideal de uma “ciência positiva” não respondia a uma “compulsão burguesa”. Mas esse ideal é apropriado pelo movimento de ascensão burguesa, primeiramente revolucionário, e posteriormente conservador. Nesse sentido, a ciência e a técnica, que para Florestan possuem um elemento “intrinsecamente revolucionário”, serão o impulso da dominação e das mudanças que a ordem burguesa introduz na realidade humana, controlando o “desenvolvimento da massa de excedente” por meio das revoluções tecnológicas, e o desenvolvimento das forças armadas, do Estado, da política, dos meios de comunicação e da educação, para articular sua dominação, cujo fundamento material se encontra na “expropriação dos meios de produção”, do “trabalho assalariado” e da “extração de mais-valia relativa”. (*ibidem*, p. 22-23)

O que passa a orientar o fazer científico são valores e interesses que advém diretamente da “organização social e dos dinamismos políticos da sociedade capitalista”. Existe aqui o que Florestan chama de uma “contaminação burguesa do pensamento científico”, que estabelece os marcos, portanto, do lócus específico onde se torna possível a fruição da Sociologia no momento de seu surgimento. De um lado, na necessidade do desenvolvimento de uma *tecnologia social*, presa ao pragmatismo, ao “campo empresarial” e à “esfera política”. E de outro nas “ideias, ideais, valores e ideologias, [que] penetraram maciçamente as *categorias de explicação* e os conceitos-chave dos cientistas sociais”, mais nos precursores do que nos fundadores da disciplina.

No início, diz Florestan, a sociologia não tinha tanto a função “técnico-

pragmatica” e imediatista, senão uma “função pedagógica” de “alargar o nível de esclarecimento da consciência burguesa, e servir como fator de reforço do sistema axiológico da sociedade capitalista”, como “intelectuais orgânicos da ordem”. (*ibidem*, p. 25)

“A sociologia se propunha descobrir ‘alternativas’ para o *uso racional* dos recursos materiais e humanos da sociedade em um momento dado e para a *seleção racional* de transformações inevitáveis, dentro de uma estratégia de defesa e consolidação da ordem existente (note-se: segundo gradações que vão do reacionarismo ao conservantismo e ao reformismo)”<sup>20</sup>. (*ibidem*, p. 26)

À essa Sociologia alinhada com a ordem, diz Florestan, corresponde uma outra que reflete o antagonismo fundamental que permeia toda a estrutura da sociedade. A Sociologia como ciência, nasce “estilhaçada”, ou seja, dividida em diversas vertentes que se posicionam de maneira dinâmica no interior da ordem social, conforme sua vinculação de classe. Também entre os clássicos da Sociologia, entre os fundadores, estão autores como Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Marx e Engels, etc., que se estabeleceram no marco da crítica à ordem consolidada. Para Florestan, foi graças a esse “estilhaçamento” que as ciências sociais puderam explorar “vários caminhos e consequências” que resultam das implicações da posição do sujeito investigador na investigação científica. Daí vem também a “ruptura precoce” da Sociologia com a “lógica formal” e com a “lógica da investigação experimental”. (*ibidem*, p. 28)

Entretanto, esse mesmo estilhaçamento condicionou que as contradições da sociedade capitalista tornam impraticáveis aproveitamentos unificadores dos avanços metodológicos, lógicos e ontológicos da Sociologia. Florestan defende, com isso, que se a sociedade burguesa não fosse essencialmente antagônica, “as diversas problematizações da sociologia e as ‘soluções metodológicas’ correspondentes convergiriam para uma superposição e uma coordenação em termos de complementariedade, /.../, e de unificação”. (*ibidem*, p. 29)

É preciso refletir sobre essa afirmação. A lógica do autor fixa-se no mesmo pressuposto da crítica lukacsiana à Sociologia como ciência, que a fundamentação do seu objeto refletia em soluções metodológicas vinculadas a um interesse ideológico da

---

<sup>20</sup> É importante destacar essa citação de Florestan como uma forma de compreender o papel que sua Sociologia pré-inflexão cumpriu frente a realidade brasileira. Conforme uma estratégia que visa a possibilidade de superação do estatuto do subdesenvolvimento por meio de uma *revolução dentro da ordem*, cabe ao sociólogo trabalhar para aprofundar as potencialidades progressistas da ordem, através do “*uso racional* dos recursos materiais e humanos da sociedade”, dentro de uma estratégia de defesa e consolidação da ordem.

burguesia dominante, que estabeleciam um “crivo” no caráter de *totalidade concreta* da realidade, excluindo a discussão sobre as “relações de produção” da explicação dos fenômenos sociais. Nesse sentido, o estilhamento da Sociologia, tal como Florestan nos apresenta, indica que se a sociedade burguesa não fosse uma sociedade antagônica, a vinculação de interesses de classe no âmbito da delimitação do objeto da Sociologia e de suas soluções metodológicas, não existiria, sendo possível, portanto, uma unificação dessa ciência. É preciso reter, entretanto, que a existência do objeto da Sociologia “em si”, e o acerto de algumas de suas “soluções metodológicas” não são questionados como vinculados a interesses da luta de classes. São admitidos como avanços genéricos da ciência, como revolucionários em si mesmos.

Tal concepção será funcional para Florestan interpretar as possibilidades de contribuição da sociologia clássica, já no período de afirmação dominante da burguesia. Para o nosso autor, não há um acompanhamento imediato dessa diferenciação que ocorre na consciência burguesa por parte da Sociologia. A “idade cultural” dos diversos setores da burguesia não era homogênea. O isolamento acadêmico de alguns autores, ou o fato de estarem presos demais ao pensamento abstrato, permitiu que a Sociologia clássica se erguesse sob o signo de uma “fixação utópica” liberal, ainda em consonância com os ideais progressistas da consciência burguesa revolucionária. (*ibidem*, p. 34) Esse fato torna possível que tais autores alcancem determinados nexos racionais da realidade que analisam, através da abordagem sociológica, pois não são barrados pelas necessidades da consciência burguesa dominante, e sim estimulados pelo ideal de uma sociedade plenamente racional, guiada pela ciência e pela técnica.

“Deparamos com um distanciamento que surgia, no início, como parte de um quadro no qual os conhecimentos descobertos pelas ciências sociais não correspondiam às exigências práticas da tecnologia social necessária à dominação burguesa e ativada pelo sistema capitalista de poder. O que quer dizer que a validade das ciências sociais, em geral, e da sociologia, em particular, determinava-se na esfera de uma fixação utópica que não continha significação histórica concreta.” (*Ibidem*, p. 36)

Ora, a defesa do nosso autor é de que a fixação utópica da Sociologia clássica não possuía uma “significação histórica concreta”, quer dizer, não era instrumentalizada pelas necessidades de dominação interna à ordem. De forma que a criação da Sociologia levada a cabo por esses sociólogos associados a tal forma de pensamento não sofria pressões externas da consciência burguesa. Esse raciocínio leva Florestan a concluir que certas questões podiam ser amplamente exploradas sem esbarrar com interferências da

compressão burguesa da imaginação sociológica” (*ibidem*, p. 37). Aqui, estão subentendidas, principalmente, as elaborações que visavam estabelecer os “aspectos axiomáticos” da vida social, com caráter de “investigação sociológica pura”, fundando uma “teoria geral” da sociologia.

Em outro campo Florestan defenderá uma posição semelhante. No que diz respeito ao desenvolvimento empírico da Sociologia, diz nosso autor, a criação de “técnicas autônomas de coleta de dados” desenvolvidas a partir da “reforma social” na França e na Alemanha, o “*social survey*” na Inglaterra e nos Estados Unidos, apesar de sofrerem duras críticas posteriormente, deram amplo impulso ao avanço da Sociologia no campo da observação empírica. A crítica que normalmente se faz a tais procedimentos, diz Florestan, se refere principalmente ao limite de tais incursões, presas que estão à necessidade de coletas de dados para somente “corrigir” os “desajustamentos” da ordem social pesquisada.

Discutindo isso, Florestan sintetiza seu pensamento:

“No plano da racionalidade, deve-se ter em mente que a práxis burguesa é, por excelência, *fracionadora* e *pulverizadora*. No período do ascenso revolucionário, a consciência burguesa compartilhava de uma impulsão totalizadora, que correspondia aos seus papéis históricos na desagregação da sociedade feudal e de transição para a sociedade capitalista. Como classe dominante, o horizonte crítico fica confinado aos novos papéis históricos, de consolidação e defesa da ordem. O conhecimento empírico ‘retalhador’ é, pois, funcional para uma práxis que se volta para a correção dos desequilíbrios, para o controle dos desajustamentos e para o conformismo institucionalizado. Aí, a chamada ‘opacidade’ da consciência burguesa não *limita* o pensamento sociológico de cunho empírico. Ao revés, ela engendra o conhecimento sociológico empírico necessário à informação e ao esclarecimento de uma práxis social conservadora e repressiva”. (*ibidem*, p. 39)

Existe um *locus* da realidade que a racionalidade burguesa dominante consegue compreender. Ele está tanto em alguns aspectos das condições *sine qua non* da vida social, quanto no desenvolvimento das técnicas de abordagem e interferência empírica (planejamento, mudança social etc.). Nesse âmbito, a irracionalidade “fracionadora” e “pulverizadora” da consciência burguesa consegue apreender racionalmente certas questões e avançar cientificamente no conhecimento da realidade social. Seu limite estará somente naquelas questões que a consciência de classe alinhada com a ordem não consegue ultrapassar.

De modo geral, portanto, a releitura que Florestan faz do surgimento da Sociologia reconhece os limites das possibilidades de unificação teórica da disciplina por conta do

caráter “estilhaçado” que ela cultiva, desde o seu surgimento. Ressalva que a gama de sociólogos que se posicionam “contra a ordem” não padecem dos limites ao pensamento que a vinculação de classe burguesa impõe, possuindo maior liberdade ideológica para investigar determinados aspectos dessa sociedade. Defende, por fim, que tanto os sociólogos clássicos que se vinculavam a uma consciência com “fixação utópica liberal”, quanto os sociólogos burgueses que se vinculam à determinados momentos da realidade que a racionalidade burguesa *pode* conhecer, contribuíram praticamente para o desenvolvimento de questões fundamentais para a Sociologia, de forma que não devem ser rejeitados “unilateralmente” como “ciência burguesa”.

É possível notar que as duas formas expostas aqui de encarar o processo de surgimento da Sociologia são bem diferenciadas. Nos primeiros ensaios, Florestan está mais preocupado em demonstrar como as diversas problemáticas e abordagens que surgiram nos primeiros passos da pretensão científica da Sociologia, contribuíram ou não para o avanço da ciência. No segundo ensaio Florestan percorre um itinerário que visa justamente explorar em quais condições materiais concretas, foi possível para a Sociologia surgir e alcançar um núcleo racional, ainda que no interior da ordem burguesa. Um trabalho de reconstrução mais sistemático demonstraria inclusive descontinuidades bastante evidentes entre o discurso “unificador” da primeira abordagem, e o discurso “estilhaçador”, da segunda.

Para além de tais descontinuidades na leitura de Florestan sobre a sociologia pode-se identificar uma considerável discordância entre sua interpretação acerca do fenômeno, e aquela desenvolvida por Lukács. Se o último assevera que há um problema fundamental na tentativa de se isolar metodologicamente o objeto próprio da Sociologia por conta das vinculações de classe que marcam a iniciativa desse isolamento, Florestan vai defender, como vimos, que não há margem para essa “rejeição unilateral”.

Aqui nos parece que existe um problema fundamental. Qual é o critério que permite que Florestan postule a continuidade do alcance científico das explicações da consciência burguesa? Se pensarmos no seu argumento da “fixação utópica liberal” podemos inferir que ele defende que a irracionalidade da consciência burguesa, em negar a possibilidade de se transformar o mundo revolucionariamente, não afeta os pensadores que ainda se situam no âmbito dessa “fixação”, porque eles acreditam estar trabalhando para construir uma ordem social otimizada ao máximo pela atividade racional da ciência. O exemplo dado por Florestan como expressão desses pensadores é o próprio Durkheim. Para o sociólogo francês, diz Florestan, trata-se de “conciliar o ‘equilíbrio da ordem’ com

sua transformação saneadora”, de elevar ao máximo as potencialidades da sociedade burguesa. (*ibidem*, p. 34)

Para compreender isso temos que ter em mente que na visão de Florestan o bloqueio que a consciência burguesa exerce no pensamento científico somente se dá em uma questão específica da realidade social que afeta diretamente os interesses da ordem burguesa:

“A impregnação burguesa do pensamento sociológico não foi igualmente bloqueadora e inibidora ou destrutiva em todas as direções. O bloqueio efetivo aparece na relação entre situação de classe, consciência social e explicação sociológica da constituição, desenvolvimento e colapso da sociedade capitalista. Outras questões sociológicas puderam ser tratadas com maior ou menos penetração pelo pensamento sociológico ‘clássico’, apesar da impregnação burguesa”. (*ibidem*, p. 37)

Somente na medida em que os valores, os ideais e as crenças, que determinavam a constituição concreta da consciência burguesa em cada momento histórico, e portanto da relação entre situação de classe e consciência social, incidiam sobre o problema concreto da explicação da sociedade burguesa, eles eram bloqueadores do pensamento sociológico burguês, pois esse não concebe o caráter *racional* da revolução social. Isso significa que em outros âmbitos o *irracionalismo burguês* não necessariamente se expandia, sendo possível para a Sociologia, mesmo na pena de teóricos conservadores como Comte, avançar em problemas fundamentais da sua constituição como ciência. Aí, o que conta para avaliar as contribuições dos sociólogos, não é apenas a sua vinculação de classe, mas a forma como se trabalha os princípios racionais do método científico.

Se desvenda aqui um elemento importante para inteligir outros momentos da formulação de Florestan. Com base nessa leitura do surgimento da Sociologia e de seus específicos limites de consciência de classe enquanto disciplina científica, é que vai ser possível para nosso autor desenvolver um posicionamento que concilia concepções metodológicas, epistemológicas e ontológicas divergentes através da separação entre *diferenças metodológicas com relação a problemas científicos e posicionamentos políticos com relação a ordem estabelecida*.

A polêmica que Florestan trava entre o método “estrutural-funcional” e a dialética até o final de sua vida demonstra bem essa tese. A questão metodológica, em si mesma, não possui um vínculo específico com a possibilidade de explicação sociológica da sociedade capitalista. Portanto, ela não seria atingida necessariamente pelo nexó “irracionalista” do pensamento burguês, que toma como universal a realidade histórica

particular do capitalismo. É possível, com isso, do ponto de vista socialista e crítico, analisar a ordem burguesa por meio do método “estrutural-funcional” sem necessariamente falsificá-la. (FERNANDES, 1978, p. 107)

A adequação do método à realidade que se pretende estudar, no caso, depende não do posicionamento político do sociólogo com relação à ordem, mas da dinâmica do próprio objeto que se pretende estudar. No caso da análise “estrutural-funcional”, Florestan a toma como necessária no estudo das “uniformidades de coexistência” de uma determinada ordem social. Aplicando com rigorosidade científica os pressupostos dessa análise – por meio da análise e interpretação dos dados empíricos e da indução generalizadora como forma de identificação das regularidades – se teria como resultado um conhecimento científico que seria válido universalmente, nas condições delimitadas pela pesquisa. Se ele fosse mobilizado por um sociólogo burguês, contudo, ele não conseguiria atingir o fundo da questão, pois sofreria pressões externas dos valores, das crenças e dos ideais da ordem, no sentido de reproduzir sua particular irracionalidade, ou seja, o fato de não aceitar a racionalidade do processo revolucionário<sup>21</sup>. (*ibidem*, p. 107-108)

Obviamente que não poderemos avaliar corretamente essa polêmica somente tirando suas conclusões a partir da leitura que Florestan faz do surgimento da Sociologia. Ela surge aqui, mas só terá sua resolução no item seguinte do presente capítulo, onde aprofundaremos a demonstração de como Florestan concebe a resolução dos principais problemas metodológicos do conhecimento da realidade social de uma maneira específica, que dá base para essa conciliação de diferenças metodológicas particulares de abordagem da realidade, sob o signo do desenvolvimento da Sociologia como ciência.

Importa nesse momento fixar o essencial, que pode ser sintetizado em dois aspectos. O primeiro aspecto é a defesa que Florestan faz do objeto da Sociologia, e portanto da disciplina de modo geral, como válida em si mesma. A forma como se trabalha esse objeto varia conforme as problemáticas sob as quais os pesquisadores se debruçam e conforme as diferenças metodológicas que eles professam. Essas diferenças, no entanto, são metodológicas, relacionadas a problemas científicos. Poderiam ser superadas caso houvessem condições para um processo de unificação teórica da

---

<sup>21</sup> Representativo desse limite da consciência burguesa é a censura feita por Florestan às análises empíricas que limitam a ampliação da captação dos dados empíricos e as diversas possibilidades interpretativas que eles encerram de acordo com a visão que possuem acerca dos objetivos da pesquisa. Para o nosso autor esses objetivos e limitações da pesquisa estão intimamente condicionados pela consciência burguesa conservadora. (FERNANDES, 1976a, p. 38)

Sociologia enquanto ciência. O essencial é que o critério de validade dessas diferenças não possui necessária vinculação com a consciência de classe e com posicionamento político de seus teóricos. À Sociologia é possível conciliar diferenças metodológicas complementares, na visão de Florestan, porque elas respondem a diferentes faces do objeto da Sociologia.

O segundo aspecto é o posicionamento do autor segundo o qual a vinculação burguesa de boa parte dos autores da Sociologia não invalida a possibilidade de conhecimento da realidade que sua atividade teórica encerra. Ela limita a possibilidade de eles conhecerem a realidade *burguesa* “radicalmente”, ou seja, até o fundo – residindo aí sua irracionalidade -, mas não impede que eles desenvolvam uma série de conhecimentos que captem momentos da realidade social necessários ao conhecimento da sociedade por parte da “racionalidade” burguesa (para fins de manipulação, controle, condicionamento, etc.). Aqui estaria propriamente dito o limite do pensamento sociológico burguês. Ele conseguiu, por meio de sua “consciência utópica” desenvolver certos problemas sociológicos fundamentais (as diferentes subdivisões da sociológica, a análise e interpretação dos dados empíricos, os processos de *interação social*, o principais problemas da investigação sociológica, etc.), mas não pode conhecer a ordem burguesa em sua totalidade, pois naturaliza as condições de conservação e reprodução dessa ordem (não compreende o Estado em sua vinculação de classe, não compreende a determinação das classes pelas relações de produção, etc.)

## **2. O empirismo-indutivista e a união metodológica dos clássicos da Sociologia.**

No capítulo atual de nosso trabalho já vimos que a leitura que o autor tem da Sociologia como ciência também incorre em uma *inflexão*, ocasionada pela predominância do referencial marxista na obra madura do autor. Não obstante, essa inflexão marca também uma continuidade, na qual, mesmo no interior do referencial marxista, Florestan continua a defender posicionamentos antigos no que se refere ao desenvolvimento da ciência e à validade da Sociologia como ciência particular.

O subitem que iniciamos agora, tem como objetivo aprofundar a determinação dessa conexão fundamental, explorando de maneira mais detalhada como se sustenta essa concepção unitária da Sociologia defendida por Florestan, no interior da discussão metodológica que ele faz acerca das possibilidades do conhecimento da realidade social. A partir disso poderemos iluminar aspectos centrais da posição metodológica de

Florestan, elaborados principalmente em suas “obras metodológicas”, que serão imprescindíveis para analisar a forma como ele encara o uso do conceito de classes sociais para a interpretação da realidade social.

Tendo isso em vista, será necessário que trilhemos um caminho que liga as afirmações mais genéricas do sobre a natureza do método científico na Sociologia – que já implicam em posicionamentos teórico-filosóficos importantes –, à análise que ele mesmo faz, da contribuição das três teorias clássicas da Sociologia, Marx, Weber e Durkheim.

Os primeiros escritos nos quais nosso autor se voltou para a discussão em torno da coerência metodológica da Sociologia como disciplina científica estão em obras e ensaios das décadas de 1940 e 1950. Principalmente em livros como *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* e *Fundamentos empíricos da Explicação Sociológica*, nosso autor vai expor de maneira mais sistemática as características metodológicas específicas dessa nova ciência, na sua visão. (FERNANDES, 1976a) (FERNANDES, 1972)

A concepção segundo a qual o método científico não deve partir de nenhuma visão *a priori* e ordenar toda e qualquer forma de generalização submetendo-a ao crivo da observação empírica é um pressuposto gnosiológico atribuído normalmente à filosofia empirista. Ele é resultante de um posicionamento ontológico (pressuposto, ainda que não admitido) no qual a realidade existente é vista como uma estrutura objetiva, regida por leis deterministas próprias, passíveis de serem apreendidas através da experiência e dos sentidos. Todo e qualquer conhecimento deve partir necessariamente da realidade empírica imediatamente observável, sendo esse o critério de sua validade (experiência).

A consequência metodológica dessa concepção é de que a forma lógica mais adequada para captar as “regularidades” de tal realidade é a *inferência indutiva*, por meio da qual as características que se repetem na realidade empírica são apreendidas e generalizadas como características “essenciais” dos fenômenos em tela. Essa visão, portanto, estabelece uma identidade de manifestação entre fenômeno e essência, ou, não reconhece a diferença qualitativa, no plano ontológico, entre fenômeno e essência, já que a segunda está presente no primeiro por completo, sendo apenas uma tarefa do sujeito investigador a sua identificação.

Muitas polêmicas no interior da discussão epistemológica se acirraram por conta das insuficiências lógicas do mecanismo da indução. A utilização da indução como forma de generalização por excelência, no fim pressupõe o princípio ontológico do “determinismo universal” – ou da “uniformidade do mundo exterior” – como forma

garantida de saltar, a partir da observação das características essenciais particulares, para a elaboração de “leis universais”. É assim que Durkheim justifica seu inducionismo, apesar de no interior das ciências sociais, o reconhecimento de que as relações sociais são regidas tanto por estruturas sociais externas aos indivíduos, quanto pela síntese contraditória das ações individuais, coletivas ou de classes, contribuir muito para a rejeição de tal “determinismo”. (FERNANDES, 1972, p. 83)

Ainda assim, no início da Sociologia, diversos autores defenderam o estatuto determinista dos fenômenos sociais, a abordagem empirista como pressuposto ontológico eficiente e o indutivismo como forma lógica adequada de generalização (Comte, Spencer, Durkheim, Marcel Mauss, entre outros). A França e a Inglaterra, por exemplo, eram países amplamente influenciados por essa forma empirista de encarar os fenômenos sociais, ainda que em alguns autores ela fruisse a partir de uma abordagem organicista, com considerável influência das ciências biológicas.

A visão de Florestan vai se inserir de forma contraditória em toda essa nuvem de polêmicas. Porque ao mesmo tempo em que ele concorda com visões que professam o equívoco do princípio do “determinismo universal” ele não exita em afirmar o *indutivismo* como forma lógica mais adequada do método científico das ciências sociais. O que decorre desse posicionamento contraditório é que nosso autor irá atribuir à teoria social de cada um dos clássicos da Sociologia a resolução de uma face do amplo “problema da indução”, que estaria no bojo do avanço da ciência.

Diz Florestan que, como a Sociologia é uma ciência “nova”, não há outra solução para ela senão o objetivo de trilhar o caminho percorrido pelas já avançadas “ciências experimentais”. Isso significa, na sua visão “conduzir os homens aos fatos, a fim de que sigam sua ordem e encadeamento” (BACON *apud* FLORESTAN, 1972, p. 120) Ora, a analogia com determinadas posturas metodológicas da física e da química, pode-se dizer, é algo que, em algum momento, tanto Marx, quanto Weber e Durkheim utilizaram. Mas concluir que essa tentativa de aproximação e descoberta do método científico adequado ao estudo dos fenômenos sociais seria um retorno ao empirismo, é algo que não pode ser generalizado para todos esses autores.

Mesmo assim, apoiado nessa premissa, Florestan vai defender que não apenas os três autores clássicos responderam aos “problemas da indução”, mas que as diferentes respostas dadas por eles não representam suas diversas “preferências intelectuais”, mas

“incidem sobre questões essenciais, que precisavam ser resolvidas antes que os sociólogos pudessem se lançar em pistas novas, capazes de

conduzir a maior integração sistemática da teoria sociológica”. (*ibidem*, p. 121)

Ou seja, a Sociologia como ciência empírica e indutiva coloca problemas metodológicos específicos que foram respondidos por distintos autores, situados em diferentes referenciais teórico-filosóficos. Essa diferenças entre eles, contudo, “não emanam propriamente da natureza da análise sociológica”, mas sim “da influência de correntes filosóficas ou de maneiras peculiares de entender os limites e os fundamentos da explicação científica”. À luz da superioridade do método científico, para Florestan, as diferenças filosóficas são menos importantes se as respostas dadas pelos autores podem ser vistas como “possibilidades legítimas” de “solução dos problemas da explicação sociológica”. (*ibidem*, p. 121-122)

Sob o manto do desenvolvimento da Sociologia, visto a partir da impositação empirista de ciência, se ergue o estatuto eclético do pensamento de Florestan, a admissão da complementariedade entre as formulações dos três clássicos da Sociologia e a descaracterização dos fundamentos teórico-filosóficos de suas obras. Rigorosamente, somente a teoria de Durkheim pode ser considerada alinhada com a visão empirista do desenvolvimento da ciência, e com a defesa do método indutivo como o método próprio da ciência moderna. Marx e Weber, no entanto, além de serem radicalmente contrários ao “determinismo universal” e aos pressupostos da ciência empirista, não estabelecem nenhuma centralidade ao “problema da indução” no interior de suas teorias. É a interpretação que Florestan vai fazer delas que as relacionam com problemáticas que lhes são alheias, e pode-se dizer, que lhes deturpam.

“Só a pretensão de tornar universal uma particular linha metodológica poderia dar sentido ao empreendimento. No fundo, é isso que Florestan faz. Universaliza o ponto-de-vista pragmático de Durkheim promovendo a subrepitícia recodificação indutivista das diferenças com Marx e Weber. Não deixa de ser a assunção de uma atitude eclética que superestima as convergências e minimiza as diferenças: os divergentes podem ser subsumidos a um único modelo epistêmico que, em maior ou menor grau, estaria em todos eles”. (OLIVA, 1997, p. 335)

O caráter polêmico dessa afirmação não tira-lhe a razão de ser. Veremos na próximas páginas como o problema da indução colocado por Florestan conduz à inúmeras contradições no interior de sua interpretação acerca da possibilidade do conhecimento dos fenômenos sociais pelas teorias dos três clássicos da Sociologia. Ao cabo, nosso autor defende uma interpretação empirista tanto da contribuição de Weber como da contribuição de Marx, já que elas são analisadas sob as lentes do empirismo positivista

durkheimniano.

## 2.1 Émile Durkheim

Como dissemos, é Durkheim quem mais incorpora os parâmetros norteadores do positivismo e da filosofia empirista no seu esforço de legitimar a Sociologia como uma disciplina científica. Para Florestan, ele é de fato o principal representante da “orientação empírico-indutiva” na Sociologia, sob a influência metodológica empirista clássica de Francis Bacon e de Stuart Mill, além do racionalismo de Descartes. Diz Florestan que Durkheim “confiava na razão dentro dos limites da experiência” e “na experiência segundo as regras da razão”. Dando a ideia de que o racionalismo cartesiano *corrigia* o empirismo inglês, criando uma espécie de equilíbrio na sociologia durkheimniana. (FERNANDES, 1972, p. 70)

Apesar disso, está justamente em Durkheim a negação de qualquer influência filosófica no âmbito da pesquisa científica, negação esta admitida e defendida por Florestan, como demonstramos acima. A ciência, olhada do ponto de vista empirista, rejeita qualquer tipo de postulado ou pré-noção que não advenha senão da análise empírica. Inclusive um “rompimento” de Durkheim com a teoria de Comte vem justamente dessa “radicalização” do suposto empirista. Para ele, a indução é criadora, ou seja, ela possibilita que gradualmente a própria análise empírica resulte em uma construção teórica mais ou menos complexa, sendo portanto desnecessária a existência de uma teoria prévia de interpretação do empírico, como defendia o filósofo positivista. Em outros pontos, no entanto, o sociólogo francês se aproxima muito do discurso comteano, absorvendo dele a concepção da “sociologia como ciência indutiva”, da “distinção entre normal e patológico”, e da “análise causal das uniformidades de coexistência”, (*ibidem*, p. 71)

Sobre esse último ponto devemos esclarecer melhor, pois será importante para a nossa discussão posterior. Comte, tido como criador da Sociologia, prevê em seus estudos sobre a “física social” que ela deve considerar

“cada fenômeno sob o duplo ponto de vista elementar de sua harmonia com os fenômenos coexistentes, e de seu encadeamento com o estado anterior e o estado posterior do desenvolvimento humano; ela se esforça, de um modo ou de outro, para descobrir na medida do possível, as verdadeiras relações gerais que ligam entre si todos os fatos sociais; cada uma delas lhe parece *explicado*, na acepção verdadeiramente científica do termo, quando se pode vinculá-lo convenientemente, seja

ao conjunto da situação correspondente, seja ao conjunto do movimento precedente.” (COMTE *apud* FERNANDES, 1976a, p. 34)

Os “fatos sociais” são explicados, na lógica comteana, na medida em que se vinculam características essenciais de sua manifestação à sua situação de existência ou ao movimento histórico que o gerou. Daí que para Comte a formulação do objeto sociológico só é possível se possuindo dois tipos de realidades diferenciadas ainda que não contraditórias entre si. As “uniformidades de coexistência” e as “uniformidades de sequência”. Florestan irá admitir a dualidade comteana como válida até sua obra da maturidade<sup>22</sup>. Ela servirá para nosso autor justificar a forma como ele encara a possibilidade de “união metodológica” das teorias dos três autores clássicos da Sociologia: Marx, Weber e Durkheim, na medida em que a teoria de cada um desses autores pode ser utilizada de forma não contraditória para analisar um desses dois tipos de realidade social. (FERNANDES, 1972, p. 97-100) Votaremos a isso no que se refere à Marx e Weber. Nesse momento, importa considerar que o método enunciado por Durkheim será principalmente fecundo, na visão de Florestan, para o estudo das chamadas “uniformidades de coexistência”. Vejamos como isso se dá.

Para Florestan, Durkheim possui uma concepção realista de ciência, estabelecendo a necessidade de circunscrever o objeto próprio da Sociologia como forma de legitimá-la no campo das disciplinas científicas. Como para o bom empirista toda teoria deveria ser derivada da observação desse objeto, as possibilidades de manejo da investigação científica, diz Durkheim, poderiam ser “emprestadas” de outras ciências já amadurecidas, e admitidas para a Sociologia se verificada a sua compatibilidade com a natureza do objeto da nova ciência. É por esse caminho, diz Florestan, que a hipótese do determinismo adentra à Sociologia. A noção de que o meio social é determinado por “leis próprias” imanentes à dinâmica do “fato social”, proporciona o fundamento do “princípio da causalidade” no interior da Sociologia, e conseqüentemente da *indução* como forma lógica de conhecer os fenômenos sociais. (*ibidem*, p. 83)

Proveniente de Comte e de Stuart Mill, a concepção da indução na obra de Durkheim seria aquela forma lógica de pensamento que, baseado na observação dos fatos empíricos bem delimitados, infere que “o que conhecemos como verdadeiro em um ou mais casos particulares, deve ser verdadeiro em todos os casos que se assemelham aos anteriores em certos aspectos assinaláveis”. (MILL *apud* FLORESTAN, 1972, p. 78) A

---

<sup>22</sup> Sobre isso ver FERNANDES, 1978, p.102-108

essa forma de indução Florestan denomina “*indução amplificadora*” rejeitando a atribuição do uso da “*indução enumerativa*”, ou “*indução por enumeração simples*”, por parte de Durkheim.

Essa é de fato uma polêmica. Alberto Oliva critica duramente Florestan pelo endosso generalizado da indução como sinônimo de “*ciência moderna*”, como se o processo indutivo não fosse há tempos contestável no âmbito da discussão epistemológica. (OLIVA, 1997, p. 259) No que tange à Sociologia de Durkheim, Oliva também contradiz Florestan demonstrando momentos da obra de Durkheim na qual a indução enumerativa é levada a cabo gerando generalizações discutíveis do ponto de vista científico. Oliva cita um trecho no qual o sociólogo francês afirma a necessidade de se:

“(...) fazer uma experiência cujos resultados como os de toda experiência bem feita, serão suscetíveis de ser generalizados. A homogeneidade da civilização australiana será, por si só, suficiente para justificar essa generalização”. (DURKHEIM *apud* OLIVA, 1997, p. 258-9)

Ora, o trecho é bem claro quanto a forma de indução utilizada por Durkheim. É possível inferir indutivamente, passando do caso particular à lei universal, se as características essenciais que se traduzem em lei puderem ser comprovadas como necessárias, no caso em tela. Para se compreender isso, é preciso ter em mente que para Florestan, tal como para Durkheim, o problema da inferência indutiva não se refere necessariamente ao número de casos particulares que demonstre as características que podem ser generalizadas como universais, mas sim à forma de tratar os casos particulares, que possibilita captar neles o que é “*essencial*”. (FERNANDES, 1972, p. 120)

Daí que a pesquisa sociológica deve ser feita sempre recortando uma base empírica bem delimitada, de forma a, no seu interior, isolar os dados e compreendê-los nas suas causações (causa eficiente) e funcionalidades. Assim o sociólogo obtém certas características “*essenciais*” dos fenômenos analisados, que podem, em comparação com outras sociedades do mesmo tipo, obter a verificação da inferência por meio do método indutivo. (FERNANDES, 1972, p. 81-82) (*ibidem*, p. 130-131)

A respeito disso, diz Florestan que as teorias de Durkheim e de Marx, em descompasso com Weber, cumprem a mesma função de delimitar “*o ponto de vista sociológico*” para o estudo da reprodução – no caso do primeiro –, ou da transformação – no caso do segundo – da realidade social, “*segundo padrões bem definidos de estabilidade social ou de mudança*”. Ambos supõe, com isso, que as determinações externas e os sentidos das ações sociais provêm de situações sociais (estruturas) que não

dependem da escolha dos agentes. O que resulta em uma concepção da estruturação da realidade social como “totalidades orgânicas”, que podem ser estudadas tanto em suas transformações, quanto em sua reprodução<sup>23</sup>. (*ibidem*, p. 128-129)

Para Florestan, à Durkheim coube o estudo do “modo de integração de totalidades de mesma espécie”, procurando apreender os processos que estruturam sociedades do mesmo tipo em suas principais causas e funcionalidades. Por conta desse objeto específico não é possível que ele opere com “duas séries” comparativas, como o fazem Weber e Marx, cada um a seu modo. A elaboração do que é “típico” no objeto estudado, vai assumir em Durkheim a forma do “tipo médio”, obtido “através da abstração de traços comuns à constituição, ao funcionamento ou à evolução de sociedades da mesma espécie”. (*ibidem*, p. 129-130)

Aqui entra o procedimento indutivo de Durkheim. A elaboração do “tipo médio” se dá por meio da suposição de que os “caracteres que se repetem em determinado tipo” podem ser considerados como essenciais. A “indução enumerativa”, portanto, admitindo o princípio do determinismo como hipótese, identifica as características “regulares” nas “sociedades da mesma espécie” e as interpreta causal e funcionalmente. Gera-se, assim, um retrato orgânico do todo que possui relações funcionais inteligidas pela chave dual “normal-patológico”, e possíveis de serem comprovadas pela comparação de duas situações investigadas (método das variações concomitantes). (*ibidem*, p. 130)

É patente que a análise de Durkheim se integra de modo geral a uma visão ontológica e gnosiológica notadamente empirista, derivando daí tanto o seu indutivismo metodológico quanto as características gerais de sua análise sociológica funcionalista e determinista. Pode-se dizer que Florestan admite aspectos centrais da formulação de Durkheim como problemas inquestionáveis do desenvolvimento da Sociologia como ciência, filiando-se mesmo que indiretamente, à mesma tradição empirista. Alguns aspectos devem ser enfatizados, a título de síntese.

O primeiro aspecto é a concepção de ciência e de método científico como algo totalmente apartado das problemáticas ontológicas e gnosiológicas da filosofia. Desde o

---

<sup>23</sup> Essa formulação é importante, porque além de nosso autor estar identificando as concepções de totalidade de Durkheim e Marx, algo certamente muito questionável, ele estabelece uma diferença clara entre a “função” exercida por eles na delimitação do “ponto de vista sociológico”, e aquela exercida por Weber. O que distingue as duas abordagens, na visão de Florestan, é que enquanto Weber supõe *estável* as “condições e os motivos” para analisar os “*processos de interação social*”, Marx e Durkheim supõem *estáveis* esses processos – vale dizer, “o reconhecimento de sua necessidade e repetição” –, para analisar “as condições e os motivos” que podem afetar a “sociedade como um todo”.

início do capítulo atual estivemos levantando essa característica como hipótese. Ela se repõe continuamente na avaliação que Florestan faz acerca do surgimento da Sociologia e de suas necessidades de desenvolvimento. Tal concepção é proveniente, como já aventamos, de uma posição empirista no seio do conflito teórico-filosófico ocidental, que Durkheim sustenta em toda a sua obra<sup>24</sup>.

O segundo aspecto decorre do primeiro. A posição empirista sustentada por Durkheim e pelo nosso autor faz com que em diversos momentos de sua obra Florestan desqualifique elaborações teóricas que não se pretendem rigorosamente “fundamentadas na observação empírica”, defendendo, as vezes implícita e as vezes explicitamente, que só é compatível com o “método científico” teorias que decorrem da generalização proveniente dos fatos empíricos. Há portanto uma identificação dos princípios empiristas do conhecimento com o “método científico” por excelência.

O terceiro aspecto também é decorrente. Se só é científico o que provém da análise empírica, só se desvenda as “uniformidades” da realidade através do método indutivo. Particularmente em Durkheim, a “indução por enumeração simples” vai ser defendida por Florestan como “indução amplificadora”, e o “problema da indução” vai ser generalizado para toda a Sociologia como um problema central para o conhecimento científico dos fenômenos sociais. Talvez aqui seja difícil atribuir totalmente à Durkheim a admissão do princípio da indução como problema sociológico por excelência, por parte de Florestan. Pois tanto antes (Comte) quanto depois de Durkheim (sociologia norte-americana) toda uma tradição empírico-indutiva se desenvolve no interior da Sociologia<sup>25</sup>. É certo no entanto, que Durkheim é o primeiro a dar centralidade a esse princípio se voltando para o problema da explicação sociológica especificamente.

---

<sup>24</sup> A defesa consciente dos princípios empiristas por Durkheim, não faz com que ele não entre em contradição consigo mesmo. Essa contradição, diz Oliva, advém dos próprios limites do ponto de vista empirista, que levam o autor a defender um empirismo radical no âmbito da discussão metodológica, mas de operar sua pesquisa violando por diversas vezes a tese da prioridade do empírico para qualquer generalização. (OLIVA, 1997, p. 277-278)

<sup>25</sup> Se insere nesse âmbito a influência grande que a sociologia norte-americana da primeira metade do século XX exerce na atividade intelectual de Florestan Fernandes. Infelizmente, na medida em que foge ao escopo de nosso trabalho, não poderemos avaliar o alcance dessa influência de maneira adequada. No entanto é patente o diálogo aberto que em diversos momentos de sua obra Florestan trava com os autores norte-americanos, inclusive creditando a tal sociologia o papel de ter levado à cabo o desenvolvimento de aspectos essenciais da pesquisa empírica sistemática.

## 2.2 Max Weber

Quando nas “obras metodológicas” do seu início de carreira, Florestan se remete à contribuição weberiana ele insiste em asseverar que o desenvolvimento da Sociologia na Alemanha foi retardado por determinadas “complicações filosóficas”, se comparado com o desenvolvimento que teve na França. Aqui ele está se referindo especificamente à forma como a tradição alemã neokantiana resistiu à possibilidade de justificar a Sociologia como disciplina científica e o seu objeto<sup>26</sup>.

Há que se identificar já nessa concepção a ideia pressuposta de que a “especulação filosófica” seria contraditória aos “fundamentos da cientificidade”. Aqui persiste o elemento da concepção empirista de ciência guiando a avaliação do caminho trilhado pela Sociologia em seu desenvolvimento. A Filosofia como disciplina não se ocupa cientificamente dos fenômenos da realidade. Sua abordagem é especulativa, norteadas por questionamentos metafísicos, e portanto, afastados do espírito científico. Para Oliva essa conclusão acerca do desenvolvimento da Sociologia na Alemanha, por si só, já é um posicionamento filosófico que tende para o “naturalismo” empirista “anglo-francês”. (OLIVA, 1997, p. 282)

A tradição alemã, guiada pela “razão prática” kantiana, ou pela “dualidade entre o mundo da natureza e o mundo da cultura”, não irá permitir que se justifique o conhecimento da realidade social estendendo o postulado do “determinismo naturalista” às ciências sociais (ou “ciências do espírito”, como queria Dilthey). O “método experimental” da física, não é possível à uma disciplina que lida com fenômenos subjetivos. Os “sentidos” que estão na base de toda a cadeia de eventos sociais não podem ser concebidos como uma causalidade pura, decorrente de “leis sociais” objetivas, à moda das ciências físicas.

A única ressalva que Florestan faz para a resolução dessa problemática no rumo do “ponto de vista científico”, é identificar que o “esquema kantiano” não estaria impondo “os esquemas da razão à natureza”, e assim, eliminando os “fundamentos empíricos do conhecimento”. (FERNANDES, 1972) Sinteticamente isso significa que a reflexão gnosiológica kantiana, presente na *Crítica da Razão Pura*, ao negar a possibilidade do conhecimento da “coisa em si” e afirmar que as faculdades do conhecimento, na figura dos “juízos sintéticos *a priori*”, regulariam a “síntese dos dados empíricos”, não está em

---

<sup>26</sup> Sobre isso ver COHN, 1979. LÖWY, 2007. CUIN & GRESLE, 1994. ARON, 2002.

contradição com o “ponto de vista científico”, em Florestan fortemente vinculado à concepção empirista, que pretende explicar de maneira causal as atividades humanas. (KANT, 1999.)

Para Oliva, o sociólogo brasileiro não se dá conta da insuficiência que tal afirmação encerra, de forma que nem se preocupa em demonstrar como acontece a “reestruturação epistemológica” do neokantismo, que o compatibiliza com os princípios empiristas da pesquisa científica. (OLIVA, 1997, p. 282) De fato, se pensarmos que a aceitação do empirismo como ponto de partida de qualquer generalização científica é justamente um posicionamento epistemológico que a formulação kantiana busca superar na sua “estética transcendental”, não há motivos para que Florestan una as duas concepções epistemológicas como compatíveis. Vendo as divergências filosóficas entre as teorias dos autores clássicos da Sociologia como menos relevantes do ponto de vista científico, Florestan suprime-as do âmbito da reflexão metodológica, encarando as divergências apenas como formas diferentes de se enfrentar o problema da inferência indutiva no conhecimento dos fenômenos sociais. A consequência disso, como fica claro, é a predominância do ponto de vista empirista na interpretação dessas teorias, a prioridade metodológica da “análise empírica”, e a consequente generalização da centralidade metodológica do indutivismo.

Analisemos melhor essa questão. Sabemos que coube a Max Weber dar uma importante resposta sobre a possibilidade do conhecimento científico dos fenômenos sociais, no caldo das discussões da tradição neokantiana. É no interior dos debates levantados por Dilthey, Roscher, Simmel Windelband e Rickert, que Weber vai absorver a distinção entre as “Ciências da Natureza” e as “Ciências do Espírito”, e a possibilidade de que estas últimas se estruturam por meio do “método compreensivo”. (JAHNKE, s/d) Sendo a realidade social um conjunto caótico de interações sociais que não obedecem a leis causais, a única forma de conhecê-la seria através da “compreensão” do “sentido subjetivo” das ações e interações que estruturam, na base, os fenômenos.

Isso não quer dizer que Weber não atribuía ao conhecimento sociológico da ação social o caráter de conhecimento “nomológico”, ou generalizador<sup>27</sup>. A compreensão da

---

<sup>27</sup> Aqui existe uma discussão considerável sobre o caráter do conhecimento nas ciências sociais para Weber. Existem autores que, a despeito de determinadas afirmações do próprio Weber e por influência de abordagens hermenêuticas contemporâneas, creditam ao sociólogo alemão a rejeição do conhecimento “nomotético”, só adequado ao conhecimento das “Ciências da Natureza”, e a defesa do conhecimento “idiográfico”, como forma de conhecimento próprio das “Ciências do Espírito”. Sobre isso ver: JAHNKE, s/d, OLIVA, 1997, p. 285, FREUND, 1987, p. 54-55, COHN, 1979, p. 88 e 141.

ação humana é compatível com o alcance de um conhecimento acerca das regularidades observáveis na realidade social. Mas essas regularidades não possuem aqui a mesma significação da concepção positivista, da existência de leis “necessárias”. Nem a compreensão pode ser vista como “revivência empática” das ações observadas, ou confundida com qualquer tipo de *psicologismo*. Para se efetuar uma correta compreensão em termos analíticos, na visão weberiana, deve-se “transcender a ação individual como puro evento” e estabelecer “nexos causais” entre os fenômenos observados e as ações de um agente determinado, ou de um conjunto de agentes, por meio da compreensão do sentido que eles dão para essa ação. (COHN, 1979, p. 80-81)

“Tomado de per si o universo dos eventos singulares é puramente contingente; mas, como os homens criam valores e são capazes, em função desses, de atribuir significado à sua conduta, está aberto o caminho não só para a racionalidade da ação como também para seu conhecimento pelas vias racionais próprias do método científico”. (*ibidem*, p. 82)

O trecho de Gabriel Cohn deixa bem explícito um importante nexo da teoria weberiana. A realidade das relações sociais, na sua singularidade, é puramente contingente. Mas para agir no mundo os homens criam valores e por meio deles dão um significado à sua conduta. Identificar como esses valores orientam as ações possibilita ao método científico apreender as regularidades que advém do nexo causal entre condições específicas nas quais ocorre a ação e o sentido subjetivo que motiva a ação.

Daí a importância da “ação racional”. Se a Sociologia não pode conhecer senão as probabilidades de recorrência de um determinado tipo de ação, dado o leque de possibilidades que se colocam para o sujeito ativo, ela pode ao menos supor qual seria a ação que utilizaria os meios mais adequados para se atingir um determinado fim. A ação racional cumpre, portanto, papel central no esquema weberiano. Concebendo-a como a ação que consegue dominar completamente a relação entre meios e fins, ela vai ser considerada por Weber como a “ação compreensível por excelência”, aquela que poderia ser usada como parâmetro ideal para se avaliar as diferentes formas de ação particulares, observadas pelo pesquisador no estudo de um fenômeno social específico. Daí decorre o fundamento do “tipo ideal” como um instrumento de pesquisa.

Para Florestan, a consideração típica-ideal de um determinado fenômeno, associada ao método da compreensão, vai buscar apreender a realidade por meio da comparação de uma construção totalmente “racional” das conexões de sentido do fenômeno (típico), com as conexões de sentido reais que podem ser observadas empiricamente. Isso reproduz, na visão de Weber, a possibilidade de utilizar o “tipo ideal”

como um “recurso heurístico”, capaz de realizar um “experimento ideal” que cria um parâmetro racional para conectar as condições e os motivos das ações sociais. Daí que o sociólogo paulista vai identificar no procedimento metodológico de Weber a existência de “duas séries” – uma *real* e outra *ideal* – que permitem ao investigador obter “artificialmente” um “meio de controle dos dados e das interpretações dos mesmos”. (FERNANDES, 1972, p. 90)

Há aqui uma inegável diferenciação entre a metodologia sociológica de Weber e aquela defendida por Durkheim. A principal diferenciação, a rejeição do princípio do “determinismo universal”, base filosófica da justificação da inferência indutiva, não exime Florestan, contudo, de identificar na teoria de Weber uma “forma especial” de manifestação dessa espécie de inferência. Para o nosso autor, no indutivismo de Weber a orientação metodológica

“afasta de si a pretensão de que possa conhecer de modo imediato (ou mesmo supor) qualquer espécie de regularidade. Limita-se a constatar sua existência quando elas parecem evidentes, como resultado de seus procedimentos interpretativos; e procura formulá-las de maneira por assim dizer ‘descritiva’, e não *categórica* ou *dogmática*”. (FERNANDES, 1972, p. 91)

Ou seja, só se conclui pela existência de regularidades como generalizações (vale dizer, nomotéticas) na medida em que se verifica que uma determinada “conexão causal” e uma determinada “conexão de sentido” são observadas em uma série de fenômenos da mesma espécie. Isso aproximaria Weber de uma forma de indução chamada de “completa”, ou “perfeita”, onde o resultado da inferência se daria pela observação de todas as instâncias particulares, e pela limitação da inferência aos casos observados empiricamente. Mas Weber não poderia pretender elaborar toda a metodologia de uma ciência em torno da “inferência completa”, pois são restritos os objetos que possibilitam ao pesquisador acessar todos os casos particulares.

Por isso que o salto indutivo, do particular ao geral, na operação weberiana só seria possível, enquanto conhecimento nomotético de fato, em termos probabilísticos, reconhecendo que se há uma configuração dos fatos determinada e uma repetição dos sentidos típicos, existe uma probabilidade de que o evento se repita regularmente. Isso explica por que Weber dá pouca importância a esse tipo de operação generalizadora, legando a ela um papel secundário na sua teoria. Esse caráter probabilístico da possibilidade da inferência é estatuído por Weber visando afastar de si quaisquer pretensões de identificar um modo necessário nas interações sociais, como “leis científicas”, de cariz positivista. Isso nos leva a um questionamento, levantado por Oliva,

sobre a leitura que Florestan faz de Weber, que também aparece na interpretação do autor da metodologia de Marx: pode Weber ser denominado um indutivista?

Para responder isso vejamos como o próprio Weber analisa a possibilidade de conhecer a realidade social por meio do “método compreensivo”. Compreender, para Weber, significa apreender interpretativamente um sentido, ou uma conexão de sentido, e uma causa, ou uma ligação causal. Trata-se portanto de duas “adequações” que devem ser levadas a cabo de forma a conhecer um determinado fenômeno. A primeira é a “adequação de sentido”, na qual o pesquisador reconhece que há uma “conexão de sentido” na ação observada, ou seja, que ela é guiada por uma “razão” específica que orienta a sua ação quanto ao sentido em seu nexos (no caso de interpretações “sociológicas em massa”, é o sentido “médio” ou “aproximado”). A segunda é a “adequação causal” na qual o pesquisador reconhece que “a um determinado evento observado”, “segue outro evento determinado (ou aparece junto com ele)”, ou quando “existe a possibilidade” de que uma “sequência de fenômenos /.../ se efetue sempre da mesma maneira”. (WEBER, 2000, p. 8)

Uma “interpretação causal” correta de um fenômeno observável pressupõe, portanto, que tanto sua causalidade (ou “desenrolar externo”) quanto o seu sentido são conhecidos em seu nexos. Daí a possibilidade de interpretar causalmente o caso típico, que se apresenta adequado também nesses dois âmbitos. A ausência de uma adequação de sentido na interpretação causal, significaria para Weber apenas a identificação de uma regularidade como “*probabilidade estatística incompreensível*”. Ainda assim, a adequação de sentido “mais evidente”, somente poderia ser uma “proposição causal correta” se “se comprova a existência de uma *probabilidade /.../ de que a ação costuma desenrolar-se /.../ adequada quanto ao sentido*”. Somente nesse caso, isto é, quando se referem à um sentido compreensível, podem as regularidades estatísticas serem consideradas “tipos de ações compreensíveis”. (*ibidem*, p. 8)

Há portanto em Weber a possibilidade de generalização somente em termos probabilísticos, e mesmo o “caso típico” não significa precisamente a manifestação de uma inferência indutiva propriamente dita. Oliva argumenta que se se analisa o ponto de vista metodológico de Weber mais cuidadosamente nota-se que ele constitui uma forma de conhecimento mais “idiográfico” do que “nomotético”. Trata-se mais de explicar fenômenos particulares diferenciando-os do “tipo ideal”, do que de trilhar o caminho

generalizador que vai “do particular ao geral” como pretende a abordagem empirista<sup>28</sup>. (OLIVA, 1997, p. 289)

Mesmo quando os tipos ideais se relacionam logicamente entre si, buscando caracterizar um contexto histórico e relacionar diversas esferas da ação, eles sempre se guiam pela necessidade de compreensão das peculiaridades subjetivas e culturais dos fenômenos observados. O esquema causal, assim, não serve como demonstrativo *et enumeratio* de uma “lei” necessária, mas como uma possibilidade de explicar a dinâmica interna do próprio fenômeno em sua singularidade, sendo que essa é encarada de forma abstrata, ou seja, “repelindo qualquer referência ao geral”. (COHN, 1979, 116)

Daí decorre a im procedência de considerar os “tipos ideais” como generalizações, como inferências indutivas propriamente ditas. A indução só aparece em Weber secundariamente, na medida em que o acúmulo das análises dos fenômenos particulares propicia a verificação de que o mesmo sentido e a mesma conexão causal se repetem. Florestan reconhece isso. Diz ele, que no esquema weberiano “possui escasso interesse lógico /.../ saber se a repetição de um fenômeno em várias sociedades podia ser ligada a uma fórmula explanatória comum”. (FERNANDES, 1972, p. 94) Ainda assim, nosso autor não se furta a caracterizar a abordagem weberiana como mais uma contribuição “empírico-indutiva” para a investigação sociológica.

Portanto, é o traço específico do indutivismo, aceito como forma lógica própria do desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência “empírica”, que orienta a leitura que Florestan faz da Sociologia de Max Weber, situando a resposta metodológica do autor alemão como uma das abordagens legítimas da explicação sociológica. Isso permite que Florestan vincule o esquema de Weber, no interior do dualismo comteano, ao estudo das chamadas “uniformidades de coexistência”, afirmando que o “tipo ideal”, ao “isolar o fator tempo” elabora uma interpretação dos processos de interação social que “não se adequa à explicação de fenômenos dinâmicos”. (*ibidem*, p. 93)

---

<sup>28</sup> Obviamente que não é exclusividade da abordagem empirista a pretensão do conhecimento da realidade social por meio de generalizações. Veremos que Marx, no interior da tradição dialética moderna, também advoga pela possibilidade de ir do “particular ao universal”. A diferença está na própria base ontológica-metodológica das duas tradições. O empirismo defende, sob a base do “determinismo universal”, que somente a partir da observação empírica das regularidades imediatas pode o homem obter qualquer tipo de conhecimento que se pretenda científico ou universal. Enquanto o marxismo, sob a base da im postação ontológica da *práxis*, assevera que há uma relação dialética entre a singularidade, a particularidade e a universalidade, onde tais instâncias se determinam reflexivamente no caminho contraditório que vai do particular ao geral e do geral ao particular. A análise dialética, portanto, julga que só é possível trilhar o caminho do particular ao geral na medida em que se analisa a particularidade do objeto considerado no interior da sua existência contraditória, multiplamente determinada tanto por regularidades empíricas aparentes, quanto por complexos sociais mais abstratos.

Mas se a abordagem metodológica weberiana não se orienta prioritariamente pelas possibilidades de generalização colocadas pela análise empírica, se o seu objetivo é conhecer o *sentido subjetivo* da ação social, como pode ela ser responsável pelo estudo de “regularidades” ou de “uniformidades” de coexistência? Essa é uma contradição fundamental da leitura que Florestan faz de Weber. Não se trata especificamente de uma má interpretação da teoria do sociólogo alemão. Mas de um enquadramento de sua teoria à lógica empirista do indutivismo. Alberto Oliva reconhece isso, diz ele:

“A impressão que se tem é que a *sociologia científica* de Florestan, tendo adotado os princípios fundamentais da filosofia da ciência empirista, mas não podendo descaracterizar a contribuição weberiana, força sua inserção no terreno observacionista/indutivista” (OLIVA, 1997, p. 282)

Para depois concluir:

“Por encarar a sociologia como uma ciência hibridamente generalizadora e individualizadora, Weber não pode *sic et simpliciter* ser qualificado de indutivista. /.../ A proposta epistemológica contida na introdução do tipo-ideal se afasta completamente do campo de justificação proporcionado pelo método indutivo. E a prioridade que concede ao sentido subjetivo *compreensível*, por oposição a modos de comportamentos exteriores regulares, deixa claro que o nível de recorrência dos fenômenos, considerado pelas metaciências empiristas o objetivo máximo do conhecer, é informação secundária com relação à reconstrução compreensiva do sentido subjetivo da ação”. (*ibidem*, p. 302)

### 2.3 Karl Marx

A relação do pensamento de Florestan com a obra de Marx e com a teoria marxista é mais delicada do que a com os outros autores clássicos da Sociologia. Pois se no início de sua carreira o sociólogo já se depara com a teoria marxiana, quando militante do PSR, será somente em um momento mais avançado de sua obra que a teoria marxista adquire *predominância* em suas análises.

Ainda assim, tal predominância “tardia” não autoriza a exclusão da influência de Marx no desenvolvimento das posições “metodológicas” que Florestan constrói no início da sua carreira. Tal como não autoriza a descartar a existência da influência dessas posições metodológicas na forma como o autor concebe a teoria marxista no seu período maduro. É preciso considerar que o mesmo autor, como intelectual ativo, ergue o estatuto do seu pensamento sobre determinadas bases. Mas que essas mesmas bases são reinterpretadas e reconstruídas no seu processo de desenvolvimento, que é a síntese de

suas escolhas individuais e da determinação social do seu pensamento.

Portanto, não é exato falar que Florestan “vira marxista” no fim da vida, e rejeita tudo que sua atividade intelectual pretérita consolidou em termos de posicionamento teórico. É preciso considerar que a teoria marxista passa a ter uma *predominância* na definição que o autor faz: dos temas analisados por suas pesquisas, das referências teóricas a que recorre e da identificação de necessidades teóricas e práticas da realidade na qual atua. Mas essa mesma teoria se imiscui à posicionamentos teóricos e práticos que não se renovam, ou, que constituem uma linha de continuidade entre aquelas posições que consolidou no início de sua carreira, e aquelas que defende em seu período maduro.

Como há essa existência central da influência da obra de Marx nos dois períodos, analisaremos as formulações que o autor faz nos seus escritos de metodologia sociológica, em um primeiro momento. E depois analisaremos escritos representativos do período mais avançado da obra de Florestan, nos quais ele volta a discutir as especificidades do método dialético em Marx.

Em um primeiro momento, no ensaio *O problema da indução na Sociologia*, a linha de interpretação desenhada para Weber também se concretiza com relação a teoria de Marx. A qualificação que Florestan faz de Marx, como um autor inserido na problemática da inferência indutiva, já demonstra um movimento através do qual nosso autor adapta o pensador comunista às problemáticas provenientes de uma concepção metodológica essencialmente empirista.

Porque se, já de saída, confrontamos os fundamentos do empirismo com a dialética defendida por Marx, veremos que, na realidade, a própria dialética não pode ser enquadrada nos princípios dedutivos e indutivos da problemática gnosiológica empirista pré-kantiana. Ela é de fato uma resposta qualitativamente diversa ao problema do conhecimento. Concebê-la, em Marx, apenas como um “novo tipo de indução”, a chamada “indução histórica”, é apenas incorrer no seu “enquadramento” ao empirismo indutivista.

Se voltarmos aos fundamentos das duas doutrinas em questão, veremos que o empirismo e a dialética se diferenciam qualitativamente. O empirismo postula ser o ponto de partida dos “dados sensíveis” a única possibilidade de conhecimento. O que foge disso é especulação metafísica, que deduz a realidade não a partir dela mesma, mas a partir das próprias “pré-noções” que carrega<sup>29</sup>. Somente a observação da realidade, que objetiva

---

<sup>29</sup> Significativa aqui é a semelhança de tal concepção com a doutrina dos *ídola* de Francis Bacon, recorrentemente endossada por Florestan como forma de otimizar a observação dos dados empíricos.

elaborar inferências verificáveis das regularidades observadas é que torna possível a elaboração de leis através das quais o conhecimento humano se desenvolve acumulativamente. Daí segue uma concepção ontológica do real que não reconhece a diferenciação entre *essência* e *aparência* e que percebe a realidade exterior como uma infinita teia de causalidades mecânicas e, portanto, de acordo com o princípio do “determinismo universal”. Vimos que está nessa forma de perceber a realidade, a justificação do “método indutivo” como forma mais adequada para se alcançar a cientificidade.

Ora, para a dialética isso é rigorosamente falso. A realidade sensível é apenas uma parte do real, que se estrutura como uma *totalidade concreta* em permanente transformação. Essa parte é a aparência das coisas, a sua expressão fenomênica mais imediata. Se para Marx, essa expressão fenomênica é de fato o ponto de partida para qualquer conhecimento – o que faz Florestan identificar também nele a “prioridade da análise empírica” –, é falso que as determinações do real somente são válidas quando observáveis dessa forma. A dialética deve, pelo contrário, criticar os fatos para saber retirar deles aquilo que se estrutura historicamente como essencial, sua cadeia complexa de determinações desenvolvidas no interior de um movimento contraditório.

Para Alberto Oliva, Florestan interpreta o caminho “do particular ao geral” enunciado por Marx na *Contribuição à crítica da Economia Política*, de 1857, como se fosse o “percurso empirista da indução”<sup>30</sup>, quando na realidade o que Marx faz é inverter esse percurso, propondo o famoso “caminho de ida e volta”, do concreto para o abstrato e do abstrato ao concreto, e concebendo o concreto não como regularidades de sequência observáveis empiricamente, mas como “síntese de múltiplas determinações”. (OLIVA, p. 308) Diz Oliva que em Marx não há um endossamento do *dado* com o objetivo de manipulá-lo “cientificamente”, mas sim uma crítica do *dado* como forma de determiná-lo historicamente.

É curioso como isso aparece quando Florestan está apresentando o caminho que leva de Hegel à Marx. Para ele, a grande superação obtida pela obra de Hegel foi a possibilidade de se conhecer a história através da dialética. Essa mesma dialética no entanto, só poderia ser aproveitada pela “ciência” na medida em que foi aprimorada por Marx, que “inverte” a orientação hegeliana, “substituindo a especulação pela investigação empírica”. (FERNANDES, 1972, p. 104) Há que se notar que a forma de encarar

---

(BACON, 1999)

<sup>30</sup> Sobre isso ver FERNANDES, 1972, p. 105 e FERNANDES, 1976a, p. 308

dialeticamente o fatos empíricos, uma conquista hegeliana, incorporada por Marx, não autoriza transformar a “inversão” que Marx realiza na teoria de Hegel em uma aceitação dos princípios gnosiológicos e epistemológicos empiristas.

E realmente, a “inversão materialista” da dialética hegeliana nada tem a ver com um pretenso retorno à empiria *pura*. Quando, nas *teses ad Feuerbach*, Marx postula que o idealismo hegeliano não consegue compreender a atividade sensível como “atividade real”, somente como “atividade ideal”, ele não está negando algo que foi de fato uma conquista de Hegel, ou seja, conceber a história humana como atividade. Mas essa atividade, em Marx, pressupõe que tanto a realidade que se coloca para o homem imediatamente, quanto o homem que apreende tal realidade (sujeito do conhecimento), são formações históricas frutos do próprio processo humanizador. (MARX & ENGELS, 2007, p. 533) Nesse sentido, a realidade imediata não é somente aquilo que pode ser nela observado. Tal como não é somente uma múltipla rede de causalidades isoladas. Ela é também aquilo que ela esconde, ou seja, aquela contingência que a causalidade ignora, ou aquilo que a teleologia humana introduz como qualitativamente novo, a *práxis*. Sua apreensão adequada, portanto, não pode ser feita somente pela identificação de regularidades imediatas observáveis, mas pela síntese de suas determinações.

Se por um lado, nessas obras juvenis Florestan já reconhece tal constatação ontológica de Marx, por outro ele parece não conseguir tirar as consequências metodológicas que advém dela, pois na sua consequência sempre a situa como um simples retorno ao empirismo. E é patente que Marx não retorna ao empirismo. A dialética da singularidade, da particularidade e da universalidade, é algo que Marx absorve de Hegel, reconhecendo uma forma superior no tratamento que Hegel dá à realidade como *totalidade*, mas passa a trabalhar essa forma de maneira materialista. A lógica abstrata que exclui a relação da particularidade com a universalidade é substituída pela lógica do processo histórico, através do qual a própria particularidade, em suas relações e desenvolvimentos, é condição e determinante das possibilidades de se constituir e de se apreender a universalidade. Isso significa, em confronto direto com o empirismo, a concepção de que a singularidade em si mesma não pode saltar à universalidade ignorando as mediações particulares que não aparecem dadas completamente já no fato empírico.

“A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, *em si*, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a

essência deste só podem ser exatamente compreendidas quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade forem postas à luz”. (LUKÁCS, 1970, p.98)

O próprio processo de se passar do particular ao geral, não é apenas uma generalização lógica decorrente da repetição das características essenciais, não sendo portanto puramente indutivo, mas decorre também do caminho contrário que descobre as relações complexas da concretização da particularidade e da universalidade, em sua especificidade, corrigindo ontologicamente a forma de observação dos fatos<sup>31</sup>. Daí decorre uma visão dialética e materialista da realidade vista como *totalidade concreta*, na qual as determinações da parte em relação ao todo, e das partes entre si, podem conhecer a realidade que estabelece no seu interior uma dinâmica histórica complexa entre as cadeias de determinações e mediações reais.

Oliva tende a ver uma exclusão mútua entre dialética e indução, uma vez que a indução só poderia ser estabelecida entre fatos empíricos imediatos, enquanto a dialética negaria tal aparência como “capa enganadora” da realidade. Nos parece que é um exagero afirmar que, à maneira dos próprios *ídola* baconianos, a aparência é somente um invólucro enganador da realidade essencial. A concepção dialética não exclui o mundo fenomênico e suas “regularidades” da possibilidade de conhecimento da realidade, mas limita o seu potencial “explicativo” do fenômeno em questão, estabelecendo a medida em que tais informações podem ser avaliadas como determinações relevantes para o devir do objeto analisado, ou seja, para o objeto no seu contraditório processo de constituição.

Conceber o objeto em seu devir implica em rejeitar a consideração de que a essência e a aparência do fenômeno coincidem, da mesma forma que implica em rejeitar a maneira analítica reducionista de encará-lo como a mera soma das determinações observáveis empiricamente. A indução, portanto, pode alcançar determinações importantes no processo de análise empírica do objeto considerado. Mas a generalização

---

<sup>31</sup> O processo por meio do qual Marx opera essa determinação do particular e do singular pelo universal é concebida por Lukács como uma “crítica ontológica”, sem que isso possa ser confundido com uma autonomização lógica do universal acima das determinações particulares. Diz ele: “a função de crítica ontológica /.../ tem por meta despertar a consciência científica no intuito de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em si. /.../ É uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma análise ontológica-filosófica da realidade em si que jamais vaga, mediante a autonomização de suas abstrações, acima dos fenômenos operados, mas, ao contrário, justamente por isso, conquistou para si crítica e autocriticamente o estágio máximo da consciência, para poder captar todo ente na plena concretude da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele”. (LUKÁCS, 2014, p. 205-206)

que advém dela somente será válida na medida em que sofre uma “correção” dialética. O “essencial” não é o elemento “mais geral”, “mais difundido” ou “mais regular”, de uma determinada classe de fenômenos. Mas sim aqueles elementos que explicam a formação e a reprodução do fenômeno como processo. Conhecer os elementos “mais gerais” pode ajudar no desvendamento das principais determinações do fenômeno estudado em seu processo, daí o papel da indução, da identificação das regularidades, etc., mas não consegue captar a identificação da hierarquização dos complexos da realidade social no interior dos complexos da *totalidade concreta*, identificando portanto, a maneira correta de encarar o objeto no interior dessa totalidade.

Disso decorre uma discussão interessante que salta aos olhos na obra de Florestan. Durante toda a sua obra, como já mencionamos, o autor vai defender que não existe uma contradição lógica entre a análise “estrutural-funcional” e a análise “dialética”. A primeira seria responsável pelo estudo sociológico das “uniformidades de coexistência”, e a segunda seria responsável pelo estudo sociológico das “uniformidades de sequência”. Nosso autor chega até mesmo a afirmar que estudar as “uniformidades de coexistência” através de uma abordagem dialética seria “falsificar” a dialética, ou seja, retirar o que há nela de mais específico, a “explicação lógica da evolução como processo real”. (FERNANDES, 1972, p. 103) (FERNANDES, 1978, p. 90-91)

Se a dialética somente serve para estudar as regularidades da variação, ou seja, as leis da transformação histórica, ela não pode contribuir para estudar as “leis” daquilo que não se transforma, ou seja, de um sistema que é relativamente estável e “equilibrado”. Na visão de Florestan, dentro do equilíbrio a dialética não consegue entender as “funcionalidades” e os “sentidos” das interações sociais, especificamente por conta da forma particular que ela opera: “comparando duas séries empíricas”. Daí que o “método histórico” ou a “indução diacrônica” só pode ser utilizado para o estudo de um determinado objeto, a lógica das transformações de “todos” sociais. Tanto em Hegel quanto em Marx a dialética é interpretada pelo sociólogo brasileiro dessa forma, como uma comparação de duas construções empíricas, da qual provêm um conhecimento acerca do que mudou (determinações variáveis) e do que se manteve (determinações gerais). No primeiro as duas séries comparadas seriam as “determinações gerais”, ou aquilo que é “essencial” e as “formas de manifestação do espírito”, ou seja, as particularidades. E no segundo, depois da inversão materialista que “substitui a especulação pela investigação empírica”, a primeira série seria “as determinações comuns do fenômeno, em geral” e a outra, “as determinações comuns do fenômeno, nas condições onde ele é estudado”.

(FERNANDES, 1972, p. 102-110)

Ora, não é preciso muito para compreender que a dialética aí sofre uma redução empirista. A justaposição de séries empíricas possíveis de serem comparadas é vista como uma forma metodológica legítima por meio da qual se pode operar indutivamente, obtendo como resultado as generalizações científicas. A dinâmica postulada pela dialética entre particularidade e universalidade, entre contradição e totalidade e entre o concreto e o abstrato, base sob a qual o método dialético constitui a possibilidade de se conhecer uma realidade que se move como *determinante* e como *determinada*, simultaneamente, é reduzida a um determinismo “abstrato”, que possui a tarefa de enunciar as “leis” da transformação histórica, ou de identificar as “regularidades” dessa transformação.

Essa redução operada na dialética de Marx é a ponte para legitimar o seu lugar como mais uma contribuição válida para a resolução do problema da *indução* na investigação sociológica. Se a dialética compara duas séries empíricas procurando estabelecer como se deu a transformação histórica, ela só pode estudar a realidade imediata do ponto de vista da sua formação, e não de sua reprodução. A história é interpretada como o processo por meio do qual a interação entre “determinações gerais” e “determinações variáveis” gerou uma realidade com características específicas. Essa realidade, no entanto, em sua reprodução no interior de um todo orgânico não pode ser estudada dialeticamente uma vez que não se podem mais formar as “duas séries empíricas” que dão base ao conhecimento dialético.

Daí que as “uniformidades de coexistência” só poderão ser estudadas, na visão de Florestan, pelas teorias que “retiram o fator tempo” da investigação sociológica, como Weber e Durkheim. A dialética, se não possui os aparatos metodológicos para conhecer o processo de reprodução de uma sociedade específica, não pode ser amalgamada às outras contribuições para dar conta dessa esfera da realidade. Ela cumprirá a função de apreender, no interior do dualismo comteano, as chamadas “uniformidades de sequência”, elaborando conceitos válidos para situações históricas específicas e manipulando determinados fenômenos sócio-culturais encarados historicamente. (FERNANDES, 1972, p. 101)

Importante aqui é ressaltar que a questão levantada por nós no primeiro item do presente capítulo se expressa aqui com todo o seu vigor. É a concepção empirista de ciência que guia a interpretação de Florestan acerca das três teorias clássicas da Sociologia moderna, tornando possível ao nosso autor não conceber a existência de uma

contradição insolúvel entre a base teórico-filosófica dessas teorias entre si. A única contradição que Florestan enxerga é aquela que está na base do posicionamento político do teórico que trabalha a teoria, e ainda assim ela só o afeta quando ele se depara com a necessidade de tomar um posicionamento categórico com relação à ordem social capitalista.

Mas, é possível dizer que o núcleo dessa concepção permanece na leitura que Florestan faz da obra de Marx no seu período maduro? Em partes, é. Vejamos porquê. Na segunda metade da década de 1970 Florestan será convidado pela Editora Ática para organizar uma coleção de volumes intitulados *Grandes Cientistas Sociais*. No volume duplo número 36 da série “História”, dedicado a Marx-Engels, lançado em 1983, Florestan efetuou a seleção dos textos a serem impressos e também preparou duas introduções comentando a escolha dos textos e sua interpretação acerca deles.

Portanto, após o período da *inflexão*, já tendo escrito vários livros que decididamente se inseriam no interior das problemáticas de claro teor marxista (pense-se em *A teoria do autoritarismo* [1979], *Circuito Fechado* [1976], *Da Guerrilha ao Socialismo* [1979]), nosso autor vai novamente se voltar para a interpretação da herança metodológica da obra de Marx. Por meio da análise desse escrito poderemos identificar as continuidades e descontinuidades que se mostram com relação à elaboração anterior.

É possível, em um esforço de síntese, identificar alguns elementos que demonstram essas variações na leitura do autor. A primeira delas tem a ver com a função da Filosofia no interior da ciência. Antes, como demonstramos, Florestan defendia uma concepção científica positivista e empirista muito arraigada, na qual a Filosofia é vista como o reino da “especulação” metafísica da realidade, e portanto, alheia a qualquer tipo de conhecimento científico. A Sociologia, para se reproduzir precisava, na visão do autor, expurgar seus traços filosóficos de origem, e se vincular somente a análise empírica, da qual decorreriam conhecimentos positivos da realidade pesquisada.

Na interpretação que Florestan fazia da obra de Marx ele vinculava ao filósofo alemão essas mesmas críticas, avaliando que para Marx a filosofia apenas se voltava para problemáticas essencialistas, especulativas e que, portanto, ignorava os frutos do conhecimento advindo do uso do método científico. Aqui é possível identificar que Florestan se vinculava a uma interpretação específica desse aspecto da obra de Marx que vê a crítica à tradição neohegeliana e à tradição filosófica ocidental moderna, como a rejeição da Filosofia *tout court*.

Quando nas *Teses ad Feuerbach*, por exemplo, Marx fala: “Os filósofos apenas

*interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*”, ele não está apenas falando que sobre a necessidade de superação do “atual estado das coisas”, mas também está se remetendo ao postulado da *práxis* como resolução da problemática gnosiológica da tradição filosófica ocidental moderna. Daí que

“a questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. /.../ A disputa acerca da realidade ou não-realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica*. (MARX & ENGELS, 2007, p. 533)

A crítica à forma gnosiológica como essa tradição buscou solucionar o problema do conhecimento (numa disputa acerca “da realidade ou não-realidade do pensamento”) é para Marx uma resposta falsa. Isso contudo, não significa que todas problemáticas colocada pela tradição filosófica anterior devam ser descaracterizadas como “pré-científicas”, ou especulativas. A cientificidade da obra de Marx, vem intimamente relacionada com problemas filosóficos, colocados, no entanto sob uma base ontologicamente correta.

“O repúdio crítico das falsas ontologias surgidas na filosofia, porém, não implica, de modo algum, que essa cientificidade assuma uma atitude antifilosófica. Pelo contrário. Trata-se de uma cooperação consciente e crítica da ontologia espontânea da vida cotidiana com a ontologia corretamente consciente em termos científicos e filosóficos” (LUKÁCS, 2014, p. 204)

No seu período maduro, Florestan relativizou parte dessa rejeição à Filosofia que imputou à Marx. Diz que Marx e Engels nunca abandonaram o recurso à Filosofia, apenas a restringiram “à lógica e à crítica dos princípios da explicação científica”. (FERNANDES, 2012, p. 22) Há, portanto, uma aproximação do autor com a concepção de que em Marx, em íntima associação com os “princípios do método científico”, repousam posicionamentos ontológicos concretos, sem os quais a teoria seria apenas uma “questão *escolástica*”.

No entanto, mesmo reconhecendo isso, nosso autor oscila no interior de sua leitura na medida em que insiste no fato de que, para Marx, toda perspectiva filosófica deve ser superada para que se desenvolva a Ciência.<sup>32</sup> Nos escritos metodológicos de Florestan, vimos que essa perspectiva – tomada como certa pelo autor e atribuída à Marx – era

---

<sup>32</sup> Florestan até mesmo critica a literatura comentadora de Marx e Engels por dar pouca importância à “substituição da filosofia pela ciência em seus critérios de análise e interpretação” (FERNANDES, 2012, p. 30)

orientada por uma forte acepção “empirista” da “pureza” do método científico “verdadeiro”, que não opera com postulados filosóficos ou com posicionamentos ontológicos, sendo proveniente única e exclusivamente da “análise empírica”.

A assimilação do postulado ontológico da realidade social vista como *práxis*, tal como aparece na teoria marxiana, faria com que Florestan conseguisse captar o complexo ideológico da Filosofia não necessariamente como pura “especulação” metafísica – reproduzindo a antiga reação cientificista ao obscurantismo da filosofia do *antigo regime* – mas como uma discussão de problemas ontológicos reais, que interferem não somente na dinâmica complexa da realidade social, mas também na determinação da lógica do procedimento científico.

Portanto, a oscilação do autor na apreensão dessa questão específica, tem consequências no interior do seu pensamento, como demonstra seu posicionamento sobre o papel da Filosofia. Obviamente que tal consequência não se limita a esse âmbito. Para o que nos importa nesse item, é possível afirmar que após a *inflexão*, mesmo com toda a predominância que a teoria marxista passa a ter na sua obra, a concepção que Florestan tem no que tange ao “método dialético” de Marx ainda oscila para as suas antigas opiniões empiristas. Analisemos isso.

Referindo-se ao “método dialético, diz Florestan que existe na teoria de Marx uma “nova forma de explicação” da realidade social. O “raciocínio científico-filosófico” “repõe os elementos da análise empírica” como “totalidade histórico social concreta” e essa passa a ser vista tanto na sua “aparência” quanto na sua “essência”, ou seja, “em sua atualidade e em seu ‘vir-a-ser’”. Isso significa que no processo de conhecimento as “contradições são retidas em suas manifestações e desenvolvimentos”, o que possibilita um retrato da realidade vista em seu movimento dialético. (*ibidem*, p. 38)

Ora, isso significa, aparentemente uma superação da concepção anterior. Se antes a especificidade da dialética consistia apenas na possibilidade de analisar o movimento, sendo para isso preciso comparar duas séries empíricas e identificar a descontinuidade do objeto, aqui já se pode ver uma enunciação de que os fatos da “análise empírica” devem ser criticados pela concepção da realidade como “totalidade concreta”, o que implicaria em conceber a diferenciação entre “essência” e “aparência” como válida não apenas em termos de regularidades essenciais que se repõem, mas através do reconhecimento da existência de uma hierarquização contraditória das categorias em seu desenvolvimento concreto.

A consequência dessa superação no âmbito da metodologia é enunciada pelo

próprio Florestan. Analisando o trecho no qual Marx estabelece que “a economia burguesa fornece a chave da economia antiga”, Florestan diz que na “ciência social histórica” defendida por Marx, não existe abertura nem para um “sistema indutivo único” (próprio de ciências da natureza como a Biologia) nem para um “sistema dedutivo universal” (como na Matemática, na Astronomia etc.). A “ciência social histórica, deve lidar, simultaneamente, com vários sistemas de formação de inferências indutivas e dedutivas”. (*ibidem*, p. 185-187)

Portanto, a problemática do “método indutivo” como forma lógica própria da Sociologia, imputada à Marx pelo jovem Florestan, aqui é rejeitada na sua unilateralidade. A “economia burguesa” fornece a chave para o estudo da “economia antiga” porque o processo de desenvolvimento contraditório da segunda é o que culmina na primeira. Determinados elementos são estáveis no interior desse processo, mas aparecem nas duas formas de maneira diferenciada, denunciando o que é “específico” de uma e outra, e o que é “geral” nas duas. Não se pode conhecer a realidade histórica somente a partir da observação das regularidades empíricas imediatamente dadas. Da mesma forma não se pode conhecer a realidade deduzindo-a de um *modelo ideal* que “ignora as condições reais de manifestação dos fatos”. (*ibidem*, p. 187) A indução pode auxiliar na investigação na medida em que identifica os elementos comuns aos diversos tipos sociedades consideradas em sua especificidade, e a dedução serviria para a análise do “caso clássico” – ou daquilo que Florestan denomina em Marx de “tipo extremo” –, no qual as determinações específicas da forma de sociedade que ali se desenvolve, fornece um parâmetro para analisar o desenvolvimento concreto de outras sociedades do mesmo tipo.

A rejeição do “pleno indutivismo” do período anterior, é portanto uma linha de descontinuidade na concepção de Florestan acerca da obra de Marx. Pode-se dizer que nosso autor avança na compreensão da especificidade da dialética da singularidade, da particularidade e da universalidade. Ele reconhece os limites da “análise empírica” sustentada segundo os princípios da “indução”, o que o faz diferenciar metodologicamente a “essência” e a “aparência” no interior da explicação histórica.

Não obstante, o mesmo desenho da análise dialética como comparação de duas séries empíricas continua a ser defendido pelo autor.

“Fica patente que a análise dialética das categorias não exclui – ao contrário, necessita e torna viável – a exploração de duas séries reais, ambas históricas, (uma elaborada por via comparativa; outra inferida do presente), através das quais são isolados e interpretados os fatores e efeitos mais ou menos comuns e os fatores e efeitos que exprimem a variação específica ou tópica, a única que é verdadeiramente

explicativa” (*ibidem*, p. 190)

Se outrora Florestan defende a comparação de duas séries empíricas como a forma específica através da qual Marx resolve o “problema da inferência indutiva”, como pode aqui ele resgatar esse esquema, mesmo após ter rejeitado o caráter especificamente indutivo das ciência social histórica de Marx? Analisemos mais a fundo essa questão. Quando Florestan resgata o esquema da comparação das “duas séries” ele está comentando diretamente um trecho do livro de Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, para demonstrar como a possibilidade de “comparação” pode desvendar a especificidade das categorias históricas a serem analisadas.

Diz Marx, no trecho citado:

“todas as épocas da produção possuem certos traços característicos em comum, determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, pelo fato de que põe em relevo e fixa o caráter comum, poupando-nos, portanto, as repetições. Esse caráter geral, entretanto, ou esse elemento comum, discriminado pela comparação, está organizado de uma maneira complexa e diverge em diversas determinações. Alguns desses elementos pertencem a todas às épocas; outros são comuns a algumas delas. /.../ As determinações que valem para a produção em geral devem ser, precisamente separadas, a fim de que não se perca de vista a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos.” (MARX, 2007, p. 238)

Baseado nesse trecho, portanto, Florestan estabelece que a “análise dialética” opera através da abstração dos “elementos comuns” e de sua diferenciação com os “elementos variáveis”, o que conduz a uma análise daquilo que mudou, ou seja, da “transformação histórica”. Ora, aqui há um claro retorno à antiga concepção, onde a chamada “análise dialética” é reduzida à inferência indutiva das regularidades existentes (essenciais) na realidade histórica (variável).

A consequência disso é que o processo de “abstração” que é uma parte do conhecimento da realidade - somente o “caminho de ida” – é absolutizado como o conhecimento final. Ora, o risco de um procedimento de tal monta é justamente a impossibilidade de se poder determinar a “totalidade” pesquisada, e de naturalizar uma visão “abstrata” do todo (autonomizando partes da totalidade). Na forma como Marx enuncia, há ainda que se empreender uma “viagem de retorno”, através da qual as abstrações vão ser iluminadas pela forma contraditória de seu desenvolvimento real, sendo possível ao pesquisador reproduzir o concreto mentalmente nas suas íntimas conexões, esclarecendo a especificidade das leis e das tendências históricas. (*ibidem*, p.

256)

Portanto, é preciso reconhecer que Florestan oscila entre suas velhas concepções indutivistas e a necessidade de apreender a dialética na interpretação da obra de Marx. Como consequência, o posicionamento último, segundo o qual a análise dialética somente pode conhecer uma determinada parcela da realidade, aquilo que é dinâmico, que se transforma, sendo excluído à ela o conhecimento da realidade “sincrônica”, das determinações do equilíbrio, se mantém aqui tal como antes. É no interior dessa coerência que o nosso autor pode manter também sua concepção segundo a qual as divergências metodológicas das três teorias clássicas da Sociologia não são contraditórias entre si, senão complementares, pois analisam diferentes parcelas da realidade, inacessíveis para as outras.

#### **2.4 Entre o ecletismo de fato e o “ecletismo bem-temperado”**

No final da década de 1980, quando Florestan ainda era vivo, realizou-se na Unesp/Marília um seminário em homenagem à sua obra, da qual participaram diversos intelectuais proeminentes do pensamento social brasileiro. Desse seminário resultou um livro, intitulado *O Saber Militante*, organizado por Maria Angela D’Incao, publicado em 1987. (D’INCAO, 1987) Dentre as diversas contribuições presentes no livro, que serviram como um valioso ponto de partida para os inúmeros trabalhos que versaram sobre a obra de Florestan a partir da década de 1990, está um ensaio que foi particularmente sugestivo para tematizar o caráter metodológico do pensamento de Florestan. Trata-se do ensaio, *O ecletismo bem temperado*, de Gabriel Cohn. (COHN, 1987, p. 48-53)

Nesse ensaio Cohn inicia o tratamento da problemática a qual temos nos debruçado afirmando que os “três clássicos” da Sociologia são incorporados por Florestan de uma forma que “elimina a possibilidade de um ecletismo relativizador e atomizador dos procedimentos analíticos”. (*ibidem*, p. 50). Ou seja, o ecletismo de Florestan está sempre vinculado a um parâmetro específico, que para Cohn, é a necessidade de que a realidade deva ser analisada por meio da tipologia identificada por Florestan nos três clássicos da Sociologia: em Durkheim o “tipo médio”, em Weber o “tipo ideal” e em Marx o “tipo extremo”. A partir disso é que o autor coloca a possibilidade de especificar o “ecletismo” de Florestan como um ecletismo particular, denominado “*ecletismo bem temperado*”.

A característica essencial desse “ecletismo bem temperado”, além de não ser um

ecletismo sem peias, relativizador, diz Cohn, está na forma como Florestan incorpora diversas vertentes metodológicas e teóricas na própria análise que faz da realidade. Para Cohn, essa forma de ecletismo ganha maior acabamento nas obras maduras do autor, e principalmente no livro *A Revolução Burguesa No Brasil*, tendo como característica utilizar as perspectivas metodológicas de Weber e de Durkheim, simultaneamente, para analisar traços da história do capitalismo brasileiro, e de inteligí-las, na análise do processo histórico, à luz da perspectiva marxista. (*ibidem*, p. 52)

A “boa-temperança” do ecletismo, na concepção de Cohn, se escuda, portanto, em duas premissas. A primeira é de que o ecletismo não é apenas um ecletismo relativizador, há portanto um parâmetro que fixa a possibilidade do ecletismo. E a segunda é de que na análise teórica da realidade, o uso eclético dos procedimentos metodológicos de Weber e de Durkheim, são subordinados a uma leitura marxista, “que trabalha o texto por dentro”. (*ibidem*, p. 52)

Com relação ao primeiro ponto, nosso esforço em nos debruçar sobre os escritos metodológicos do período anterior à inflexão da obra do autor buscava demonstrar justamente isso. O parâmetro que fixa o critério do ecletismo, na nossa opinião, é a visão da necessidade de desenvolvimento da Sociologia como ciência. Na medida em que a Sociologia é aceita como disciplina científica válida, no seu objeto e na sua atividade, a sua definição metodológica exige uma determinada concepção acerca do desenvolvimento da realidade e da natureza do método científico que Florestan busca tanto no positivismo comteano, quanto na tradição empirista, da qual é tributário Durkheim.

Essa concepção vai redundar em dois postulados que são aceitos pelo nosso autor como princípios últimos do “fazer científico”: a prioridade da “análise empírica” e o “indutivismo”. Esses postulados, somado a outros decorrentes deles, são a base sobre a qual Florestan interpreta a contribuição de Marx, Weber e Durkheim para a análise das várias faces do complexo objeto sociológico no interior de suas subdivisões – Durkheim seria adequado para os estudos desenvolvimento pela Sociologia Comparada, Weber seria adequado à Sociologia Sistemática e Marx adequado à Sociologia Diferencial (diacrônica ou histórica). (FERNANDES, 1976a, p. 24-28) Malgrado suas diferenças, Florestan estabelece que os autores clássicos possuem abordagens que são complementares se olhadas do ponto de vista (empirista e indutivista) do desenvolvimento da Sociologia, ou seja, de avançar no conhecimento de um determinado âmbito da realidade social.

É preciso aqui, portanto, reconhecer o acerto da especificação do ecletismo de

Florestan por parte de Gabriel Cohn, quando ele afirma que não se trata de um ecletismo “relativizador e atomizador”. De fato, Florestan por diversas vezes, enuncia que não é possível unificar a teoria dos três clássicos da Sociologia, relativizando suas diferenças. O critério que permite o ecletismo não é a ausência de contradições, mas a possibilidade, pragmática por certo, de que as teorias possam, cada uma a seu modo – por meio de sua “diferença específica” –, trazer frutos para o desenvolvimento da Sociologia. (FERNANDES, 1978, p.15)

É por esse mesmo caminho que Paiva reconhece a existência de uma certa “ambivalência” na obra de Florestan, apesar de se abster de identificar a especificidade empirista e indutivista dessa ambivalência. Para ele, as vezes, o sociólogo paulista critica o ecletismo na forma de trabalhar as contribuições dos três clássicos da Sociologia. Depois ele denuncia “o projeto epistemológico da sociologia positivista e compreensiva” como fragmentário, impertinente para compreender a “ciência da história” de cariz marxista. Mas faz isso ao mesmo tempo em que defende arduamente a Sociologia como “projeto científico” e se declara um “autor eclético”. Diz Paiva, que essa “tensão” no interior da obra de Florestan, no fim, se deve ao apego que o autor imputava “à Sociologia como projeto científico”, e as contradições que advém daí. (PAIVA, 1990, p. 32-38)

Visto sob o prisma da questão da *inflexão*, o ecletismo de Florestan deve ser relativizado. A análise que fizemos dos trabalhos do autor, até esse momento da exposição, se limitaram aos textos nos quais se discute diretamente a questão metodológica. Se está claro que essa discussão e as posições advindas daí interferem diretamente na interpretação sociológica que nosso autor fará da realidade, não podemos inferir desde já que também em suas “obras históricas”, que analisam a formação do capitalismo no Brasil e na América Latina, o “ecletismo metodológico” aparece também dessa mesma forma. É preciso demonstrar que existe essa continuidade.

Até porque a literatura comentadora estabelece uma diferenciação, não em termos de descontinuidade e continuidade, mas em termos de uma diferença qualitativa. A segunda premissa que acompanha o conceito de “ecletismo bem temperado” de Gabriel Cohn é justamente a ideia de que nas “obras históricas” o “fogo cruzado” entre abordagens metodológicas durkheimnianas e weberianas somente ganha uma compreensão global, que orienta a interpretação, na abordagem marxista. Paiva defenderá a mesma posição, de que nas “obras históricas” o método dialético subordina a estruturação dos argumentos sociológicos”, dando vazão ao “ecletismo bem temperado”. O “materialismo histórico” articula a construção teórica que recorre aos instrumentais da

“sociologia clássica”. (PAIVA, 1990, p. 40)

É possível que adiantemos que, de fato, a construção da interpretação que Florestan faz da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil utiliza recursos metodológicos dos três autores clássicos da Sociologia, simultaneamente. Portanto, isso pode ser interpretado já aqui como uma “linha de continuidade” no interior da *inflexão* da obra de Florestan. Se demonstramos até agora que na sua atividade teórica nosso autor justifica e defende logicamente a possibilidade do ecletismo, há que se averiguar ainda qual é o caráter que esse ecletismo adquire em sua interpretação da realidade social brasileira.

Por isso, é mais delicado conseguir estabelecer nesse momento se o “método dialético” subordina os recursos metodológicos inspirados em Weber e Durkheim na leitura do autor acerca da formação do capitalismo brasileiro, formando assim o tipo específico de ecletismo que é o “ecletismo bem temperado”. Essa resposta só poderá ser dada por nós no terceiro capítulo desse trabalho, no qual a exposição dos elementos centrais das “obras históricas” do autor irão nos permitir fazer uma avaliação mais detalhada sobre a predominância do “método dialético”.

## **Capítulo II – A análise das classes sociais**

### **1. O debate da conceituação das classes sociais**

A polêmica em torno do conceito de classes sociais remonta há mais de dois séculos no interior do pensamento ocidental e tem seu lugar garantido em diversas tradições teórico-filosóficas, não se limitando apenas ao marxismo. Contudo, ainda que o conceito de classes anteceda a formulação de Marx, é nela que ele ganha um novo fôlego e adquire seu significado “moderno”. Mesmo no interior do debate marxista, a existência de uma multiplicidade de correntes e abordagens conflitantes determina uma grande variedade de acepções acerca desse conceito, tornando a tarefa de concebê-lo na sua totalidade um tanto quanto complicada.

Nossa pretensão em explorar tal debate está diretamente relacionada com a forma de tratamento que damos ao nosso objeto no interior desse trabalho. A concepção do conceito de classes de Marx é a base da formulação “sociológica” de tal fenômeno reivindicada por Florestan Fernandes, sendo que nela também se agrega de maneira central, um outro expoente da sociologia clássica; Max Weber.

A primeira coisa que devemos pontuar, pelo fato de ser uma questão central para a correta compreensão das classes sociais na obra de Florestan Fernandes, é a tensão que se coloca no interior da formulação de vários pensadores no que se refere a interpretação da obra de Marx. Para uns, classes sociais é uma forma de divisão social da sociedade que está presente em toda a história da humanidade, após o surgimento da “dominação do homem pelo homem”. Levando ao pé da letra a máxima do *Manifesto Comunista*, no qual Marx e Engels dizem que: “A história da humanidade é a história da luta de classes”, tais autores extrapolam a determinação histórica específica do conceito para todas as formas de lutas e divisões de grupos em torno da propriedade privada, que existiram na história humana. (MARX & ENGELS, 2010)

As formulações de Marx mesmo, de fato, dão lastro para tal interpretação. Em sua concepção da história, desenvolvida principalmente em *A Ideologia Alemã*, já está presente o elemento que indica que somente a partir de um determinado momento da história da humanidade é que foi possível, por conta da produção de excedente que o desenvolvimento das forças produtivas tornou real, a existência em uma sociedade, de uma divisão do trabalho na qual um grupo de pessoas trabalha, produz a riqueza, e outro se apropria da produção. (MARX & ENGELS, 2007, p. 36) Claro que as possibilidades geradas pela existência de tal excedente, normalmente atribuída por arqueólogos e

antropólogos à *Revolução Neolítica*, não se limitam à existência de classes.<sup>33</sup> Elas possibilitam também um grande desenvolvimento na divisão do trabalho, o surgimento de diversos complexos diferenciados da vida social, como o direito, o Estado, a política, a religião, a arte etc. A exata medida da possibilidade revolucionária que esse fato gerou está dada pelo simples fato de que alguns indivíduos, ou grupos de indivíduos, cumprem tarefas não relacionadas diretamente ao intercâmbio com a natureza. Isso só é possível pois a relação desse intercâmbio transforma-se de simples suprimento de *carências* em uma produção de excedente propriamente dita. A partir daí, portanto, se pode inferir que os diversos desenvolvimentos extremamente variados das manifestações da humanidade que ocorreram ao redor do globo, tiveram condições materiais para desenvolver uma forma de divisão do trabalho pautada na dominação de uma classe sobre a outra, na apropriação privada da produção coletiva.

Nesse sentido, ao longo da história humana, concomitante ao surgimento das classes, se desenvolvem também diversos *modos de produção*, aos quais correspondem variadas maneiras de divisão do trabalho e de relação sociais de produção, que pressupõem a existência das classes. Os modos de produção, asiático, escravista, feudal e capitalista, identificados por Marx nas suas mais variadas manifestações e transições de um para outro, são formas de organização da produção que pressupõem a dominação do homem sobre o homem, ou seja, a dominação de classes. (MARX, 2011a)

Por outro lado, um grupo diverso de autores, interpreta as formulações de Marx no sentido de conceber que a divisão do trabalho de classes é uma forma específica da organização social do trabalho no modo de produção capitalista, não existindo assim em outras formações sociais.

Por mais que a “teoria das estratificações sociais”, nas suas diversas vertentes de cunho liberal, procure, de fato, tirar o centro da interpretação da estratificação baseada na divisão do trabalho, nas relações de produção e na divisão da propriedade, o próprio Marx, sem incorrer nesse equívoco, identificará nas formas estamentais e de castas, as formas de divisão do trabalho que as caracterizam especificamente, se comparadas àquelas presentes no capitalismo. Nesse sentido, afirmam Marx & Engels:

---

<sup>33</sup>Uma referência importante para o debate em torno da Revolução Neolítica no interior do marxismo é Gordon Childe, citado muitas vezes por Lukács em sua *Ontologia*. (CHILDE, 1971) Contudo, com o desenvolvimento da arqueologia outros importantes autores como Richard Leaky puderam contribuir para esse debate de um ponto de vista materialista, ainda que não especificamente marxista. A importância do dado é que ele reflete um determinado período da história do desenvolvimento humano que possibilitou um grau de domínio sobre a natureza por parte do homem que criou a categoria do excedente. Essa categoria é uma abstração realizada por Marx, posteriormente confirmada pelo avanço das ciências.

“A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à separação entre trabalho comercial e [trabalho] industrial. Ao mesmo tempo, por meio da divisão do trabalho no interior desses diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição dessas diferentes subdivisões umas em relação às outras é condicionada pelo modo como são exercidos os trabalhos agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classes).” (MARX & ENGELS, 2007, p. 89)

É assim, por exemplo, que, falando sobre a sociedade *hindu* na Índia, o filósofo alemão identifica nessa sociedade a estratificação de castas, como um tipo particular de divisão do trabalho que a caracteriza de maneira geral. Para Marx o trabalho nessas sociedades é dividido como um “privilégio hereditário”, e assume a forma de “*maestria*” na qual não há separação entre o trabalhador e a propriedade dos instrumentos de trabalho. (MARX, 2011b) A partir daí se fixa uma divisão do trabalho baseada na hereditariedade que não possibilita nenhuma mobilidade social e que estrutura uma forma de Estado e uma forma religiosa própria. (HIRANO, 1988, p. 137-141)

Por outro lado, na sociedade feudal, a estratificação estamental se dá justamente por conta da organização das relações de produção em torno do *regime de servidão* baseado na propriedade da terra e no *regime de corporações*. A “classe imediatamente produtora”, no campo, são os “pequenos camponeses servos da gleba”, e a nobreza proprietária, a classe dominante. Nas cidades, a propriedade corporativa implanta em torno do oficial e do aprendiz, na produção artesanal, “uma hierarquia semelhante à existente no campo”. De maneira que as relações de produção eram marcadas por formas de propriedade que condicionavam a divisão social do trabalho do feudalismo estabelecendo a existência de uma “estrutura estamental” na qual, o campo, polo principal da reprodução da sociedade feudal, separava-se entre nobres, clero e campesinato, e as cidades, entre mestres, oficiais e aprendizes. (MARX, 2007, p. 91)

A organização estamental da sociedade feudal, baseada nas relações de trabalho correspondentes à propriedade feudal, condicionava, ainda, uma organização das relações sociais e de suas instituições que eram fundadas no privilégio natural dos proprietários, ou da nobreza, eclesiástica ou não, e que também determinavam os elementos da dominação política e ideológica no interior da sociedade. Há portanto uma estratificação social, em íntima relação com um determinado tipo de divisão do trabalho e de forma de

propriedade que estabelece a existência de ordens, ou de estamentos, como categorias de regulação da vida social, e que, na medida em que estabelecem o privilégio dos proprietários, estabelecem também o caráter privado de cada estamento na defesa de seus interesses. A nobreza e o clero excluem o terceiro estado (a burguesia) da possibilidade de privilegiamento natural, excluindo assim qualquer possibilidade de universalização dos interesses sociais dos estamentos que não são privilegiados naturalmente. Com isso, é natural que, o Estado, na sociedade feudal, seja um Estado separado do resto da sociedade, que defende os interesses particulares dos estamentos dominantes.

A transição para o capitalismo, e para um regime especificamente de classes, na leitura de Marx, vai se dar na medida em que se inicia um processo de desintegração das antigas relações de trabalho feudais, e a sua substituição por uma nova divisão do trabalho à qual corresponde uma nova forma de propriedade, a propriedade privada.<sup>34</sup> Uma grande literatura já foi produzida, no campo marxista, discutindo os pormenores desse processo de transição<sup>35</sup>. Para o que nos é relevante basta mencionar que o longo caminho que parte das corporações medievais, da expansão do capitalismo mercantil, do surgimento do Estado Absolutista, passando pelo desenvolvimento das manufaturas, até culminar na indústria moderna<sup>36</sup>, tal como Marx a concebe, se processa no sentido de consolidar uma divisão do trabalho na qual há a separação do trabalhador dos meios de produção, criando, por um lado, o trabalhador que somente possui a propriedade da sua força de trabalho, e que é “livre” para vendê-la, e por outro, a propriedade privada, o proprietário que monopoliza os meios sociais de produção e que compra a força de trabalho.

O central nesse processo, no foco que estamos dando a ele, ou seja, na criação das classes enquanto forma específica de divisão do trabalho, é que o processo que forja tal forma de propriedade, é também o que vai abolir o privilégio estamental da determinação das relações sociais. Para que possa existir o trabalho livre e a produção social como produção de mercadorias, é necessário também que todos os cidadãos sejam considerados iguais frente ao Estado, e que as diferenças naturais não sejam mais formas institucionais

---

<sup>34</sup> Voltaremos a essa discussão, explorando-a em diferentes aspectos, na item 1 do capítulo 3, quando trataremos da compreensão de Florestan Fernandes acerca das origens do capitalismo no Brasil.

<sup>35</sup> Aqui vale a pena mencionar principalmente o debate que se desenvolve entre autores como Dobb, Sweezy, Anderson, Takahashi e Hobsbawm, no qual se discute a natureza específica dessa transição e o papel que o surgimento do Estado Absolutista cumpriu no interior do conflito entre as classes. As principais formulações dos autores estão determinadas em SWEEZY e outros. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Paz e Terra. São Paulo. 2004.

<sup>36</sup> Diversos escritos de Marx tematizam esse processo. Desde obras da *juventude*, como *A Ideologia Alemã* (MARX & ENGELS, 2007, p. 52-61), até obras da *maturidade*, como é o caso de sua *opus magnum*, *O Capital* (MARX, 2006, Livro I, capítulos XI, XII, XIII e XXIV)

de organização da sociedade<sup>37</sup>.

O marco histórico que sintetiza os elementos desse processo, para Marx, é a Revolução Francesa, na qual, após um longo movimento histórico de desagregação das relações feudais, a ascensão revolucionária da burguesia enquanto classe, permite que, em oposição à nobreza e às instituições feudais, sejam abolidos os privilégios jurídico-políticos do feudalismo. A burguesia, na medida em que, frente aos estamentos, clama pela igualdade política de toda a sociedade, sintetiza e representa, enquanto uma classe, os interesses desta sociedade, e efetua uma real superação do antigo estado de coisas.

Os elementos gerais dessa superação são sintetizados de maneira cristalina por Marx, em *A Questão Judaica*:

“A emancipação política é, simultaneamente, a *dissolução* da velha sociedade em que repousa o estado alienador e a dissolução do poder senhorial. A revolução política é a revolução da sociedade civil. O que caracterizava a velha sociedade? Uma simples palavra, o *feudalismo*. A velha sociedade civil tinha *diretamente* um caráter político, isto é, os elementos da vida burguesa como, por exemplo, a possessão, a família, o tipo e o modo de trabalho se haviam elevado ao nível de elementos da vida estatal, sob a forma de propriedade territorial, de estamento ou de comunidade. (MARX, 2007, p. 38)

E, logo adiante, conclui:

“A revolução política que derrubou este poder senhorial, que fez ascender os assuntos de Estado a assuntos do povo, que constituiu o Estado político como incumbência *geral*, isto é, como Estado real, destruiu necessariamente todos os estamentos, corporações, grêmios e privilégios que eram outras tantas expressões da separação entre o povo e sua comunidade. A revolução política suprimiu, com ele, o *caráter político da sociedade civil*. (MARX, 2007, p. 39)

É nesse sentido que o elemento político, religioso etc., presente na reprodução e conservação das relações feudais, cuja base está na divisão social do trabalho sob o regime da servidão, pode ser abolido revolucionariamente da sociedade, dando lugar a uma nova forma de divisão do trabalho, pautada não nas diferenças “naturais” dos indivíduos e dos grupos frente ao Estado, mas nas suas diferenças reais, que se estabelecem economicamente no interior da sociedade civil, e portanto, das relações de produção.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> A transição em questão gera também o desenvolvimento de uma série de manifestações ideológicas que justificam o mundo burguês nascente e suas necessidades produtivas e reprodutivas.

<sup>38</sup> Diz Lukács em *História e Consciência de Classe*: “A organização da sociedade dividida em castas, estamentos etc., é feita de tal forma que, na estrutura econômica objetiva da sociedade, *os elementos econômicos aparecem inextricavelmente articulados aos elementos políticos, religiosos etc. É unicamente com a dominação da burguesia, cuja vitória significa a supressão da organização em estamentos, que se torna possível uma ordem social em que a estratificação da sociedade tende à pura e exclusiva*

Baseado nessa exposição sumária da caracterização e posicionamento de Marx acerca da definição do conceito de classes sociais, frente a essas duas formas diferenciadas de interpretação de sua obra, vale colocar que as duas interpretações não são necessariamente contraditórias entre si. A construção da categoria histórica “luta de classes” e sua generalização para caracterizar um período específico da história, a história humana, tal como é feita por Marx e Engels no *Manifesto*, não impossibilita que os autores concebiam a construção do conceito de classes sociais como forma de divisão do trabalho própria das relações capitalistas<sup>39</sup>.

Isso significa dizer que no interior da teoria social de Marx, as duas conceituações cumprem funções diferenciadas. Do ponto de vista da *totalidade* a determinação categorial da “luta de classes” cumpre a função específica de delimitar um salto qualitativo na história humana, necessário, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas<sup>40</sup>. A separação e especialização do trabalho no sentido de construir uma *produção* propriamente dita com sistemática geração de excedente, proporciona seguidamente esse desenvolvimento, que, contudo, só conseguiu se concretizar na medida em que a acumulação de riqueza passou a ser o norte do processo de produção, permitindo o avanço no domínio da natureza por parte da Humanidade enquanto Gênero.

Portanto, de forma a compreender a *gênese* e o *desenvolvimento* das relações de produção no interior da história humana, a categoria “luta de classes” é fundamental teoricamente. Não só ela nos pontua esse momento específico da história, esse salto qualitativo, que passa a se colocar como tendência histórica expandindo-se e

---

*estratificação em classes.*” (LUKÁCS *apud* HIRANO, 1975, p. 64, grifos do autor)

<sup>39</sup>A hipótese que levantamos nesse ponto será defendida por nós apenas sumariamente. Temos consciência de que um tema de tal envergadura necessita de um tratamento mais cuidadoso para que possa render frutos teóricos à ciência. Como haveria de ser, a maior parte da literatura comentadora que trata do tema das classes sociais centra suas energias na problemática das classes já no interior do capitalismo, suas fases de desenvolvimentos, expansão, consciência etc. Até onde conseguimos alcançar, na literatura comentadora, pouco se fala sobre a diferenciação entre formas de articulação da luta de classes ao longo da história e a especificidade das classes no capitalismo. E menos ainda sobre como Marx articula essas duas dimensões. Isso é principalmente tematizado em obras que fazem a discussão da transição do feudalismo para o capitalismo, pois aí se defrontam diretamente com duas formas diferentes de organização do trabalho e da produção em geral.

<sup>40</sup>A interpretação de Sedi Hirano, em seu livro *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber* (1975) é diversa. Diz o autor que na afirmação do *Manifesto* “a preocupação central de Marx não é a de demonstrar as especificidades ou particularidades que a luta entre opressores e oprimidos assumiu nas diversas épocas históricas, mas ressaltar que a luta de classes e grupos sociais de opressores e oprimidos são as palavras chaves destas posições”. A aceitação dessa formulação equivaleria a “transformar uma categoria histórica em a-histórica, fixando apenas as determinações comuns, transformando estas em categorias por si só suficientes e necessárias a toda a explicação de uma dada realidade histórica, abstraindo com este procedimento as categorias específicas e peculiares de cada formação social (pela substituição inconsciente das categorias dialéticas pelas categorias da lógica formal).” (HIRANO, 1975, p. 91-92)

subordinando outras formas de relações sociais, como também ela nos permite identificar um padrão no desenvolvimento histórico posterior, que é a predominância da propriedade privada e da exploração do trabalho sobre as mais variadas formas.<sup>41</sup>

Por outro lado, a conceituação das classes sociais, dentro de um grau maior de especificidade histórica, ou seja, como forma específica de divisão social do trabalho, permite compreender o que há de particular nas relações de produção próprias do capitalismo, diferenciando-o de outros *modos de produção*. Mas, mais do que isso, essa forma de conceituação é extremamente fecunda e necessária para compreendermos o processo de expansão do próprio capitalismo e o modo como ele molda o mundo “à sua imagem e semelhança”. À essa expansão é inerente a difusão de relações sociais especificamente capitalistas substituindo, como uma torrente arrasadora, quaisquer tipos de relações que existiam nos países nos quais penetra.

Em síntese é possível dizer que quando Marx está falando das classes em geral, da “luta de classes” como categoria histórica, ele está absorvendo, por meio da abstração, o “elemento comum” a todas as sociedades divididas em classes. Que seria a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação privada da produção coletiva. Esse é o momento *universal* da categoria “classes sociais”. A ele se agrega uma determinação fundamental da identificação das classes, a existência da *propriedade privada dos meios de produção fundamentais*. Ou seja, sem diferenciar a quem pertence a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, em algum caso particular, não é possível sequer falar de classes sociais.

No entanto, isso não encerra a questão. Considerando a história humana mais detalhadamente, Marx nota que a articulação de determinadas *relações sociais de produção* com um determinado grau de desenvolvimento das *forças produtivas* vai determinar a existência de *modos de produção* específicos em diferentes momentos históricos<sup>42</sup>. Neles estarão presentes tanto a dimensão *universal* da propriedade privada

---

<sup>41</sup>Tematizando a esfera jurídica como complexo social, Lukács, em sua *Ontologia*, faz uma ressalva no que se refere a uma compreensão correta da luta de classes, que cabe aqui como forma de determinação correta para a compreensão de diversos níveis da totalidade da realidade social. Para o filósofo húngaro, por mais que, “do ponto de vista da totalidade do desenvolvimento social”, se dê maior importância para as “formas fundamentais de apropriação do mais-trabalho”, como é o caso da exploração do trabalho inerente à existência da propriedade privada, “não se pode negligenciar os antagonismos de classe de outro tipo que dela decorrem em virtude de mediações econômicas”. Portanto, o autor chama à atenção para que no interior de uma determinada forma de reprodução da luta de classes existam mediações complexas da luta em relação a base econômica que se manifestam em antagonismos diversos em concretudes históricas específicas. Nas chamadas “obras históricas” de Marx, como o *18 do Brumário de Luis Bonaparte* e *Guerra Civil em França* essa questão fica bem explícita. (LUKÁCS, 2013, p. 169)

<sup>42</sup> “avanço das forças produtivas, aqui compreendidas como as alterações quantitativas e qualitativas na

dividindo a sociedade em classes, quanto a dimensão *particular* dessa propriedade privada, a *forma de subordinação do trabalho pela propriedade* que está na base da reprodução das classes sociais.

Nesse sentido, para Marx, a divisão do trabalho que advém das relações de produção de sociedades divididas em classes ganha uma forma peculiar, na medida em que se assenta em um modo específico de propriedade privada. Identificando a particularidade desses modos é que Marx chegará à divisão do trabalho nas sociedades escravistas, estamentais, de castas e de classes, como vimos. O fundamental aqui é que a determinação particular não é oposta à determinação universal. Pelo contrário, na dialética de Marx as duas dimensões são complementares na consideração do movimento do objeto.

Essa conclusão nos será particularmente importante no próximo item desse capítulo, quando veremos que Florestan somente considera válida a segunda concepção – ou, o momento *particular* do conceito –, na qual classes sociais é vista como uma forma de divisão do trabalho – para Florestan, de “estratificação social” – própria das sociedades capitalistas, negando assim quaisquer outras formas de utilização do conceito.

Contudo isso não encerra o problema. Se a determinadas relações sociais de produção correspondem determinadas formas de subordinação do trabalho que definem objetivamente as classes, compreender o caráter dinâmico das lutas de classe no interior do processo histórico torna imperativo apreender o papel da determinação da classe a partir da sua *posição objetiva* diante da dinâmica entre o *avanço das forças produtivas materiais* e as *relações sociais de produção*<sup>43</sup>. Aqui está contido um momento do “aspecto subjetivo” de apreensão das classes sociais, ou seja, a determinação de que a função que

---

formação de uma determinada força de trabalho, no desenvolvimento dos saberes humanos e de sua tradução em um conjunto de tecnologias e procedimentos que servem de meio entre os seres humanos e a satisfação de suas necessidades em um específico contexto material no qual a natureza apresenta-se de certa forma, com um grau maior ou menor de alteração produzida pela ação humana, disponibilizando quantitativa e qualitativamente certos recursos e meios;”. (IASI, 2006, p. 338)

<sup>43</sup> Sabemos que essa é uma questão polêmica no interior da tradição marxista. Nos abstendo de aprofundá-la aqui apontaremos no entanto que a forma como concebemos essa relação não está acentada em nenhuma redução positivista da dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção que pressupõe ser ela uma visão simplista e linear do progresso histórico. Temos acordo com Iasi quando afirma que: “Exatamente por ser a unidade de aspectos contraditórios e idênticos, reaparece nesse ponto a possibilidade de um destes aspectos transformar-se em seu contrário, ou ser ao mesmo tempo seu oposto. Isso significa, no caso concreto, que certo grau de desenvolvimento das forças produtivas foi a base que determinou certas relações sociais que, uma vez desenvolvidas, produzem alterações nas forças produtivas. É muito mais que uma simples inadequação do conteúdo à forma, ainda que seja este um dos elementos do problema. Trata-se de uma objetividade que produziu uma subjetividade e de uma subjetividade objetivando-se. Basta articular as possibilidades deste movimento de opostos para descartar qualquer visão simplista de um desenvolvimento progressivo.” (*ibidem*, p. 338)

uma classe cumpre no interior de um processo histórico determinado faz com que ela represente concretamente, no interior da dinâmica da luta de classes, a possibilidade do avanço ou não das forças produtivas, na medida em que essas forças são entravadas pelas “relações sociais de produção”. (IASI, 2006, p. 339)

O exemplo histórico da burguesia revolucionária e da nobreza feudal é particularmente importante para historicizar essa determinação abstrata. O processo de decadência da ordem feudal corresponde ao surgimento, no seu interior, de *forças produtivas* que não podem se desenvolver sob a base do regime de *servidão*, da divisão social do trabalho *estamental*. Para o que nos importa, é necessário destacar, que a burguesia como classe, tendo em vista a atividade produtiva que a caracterizava no seio da sociedade feudal – atividade mercantil, depois manufatureira, de qualquer forma em estrita oposição à *servidão* e à propriedade feudal –, representava, frente à *contradição* entre as forças produtivas e as relações de produção, a possibilidade objetiva de superação dessa *contradição*.

Na visão de Marx, portanto, está aqui o caráter *ativo* da luta de classes na determinação da história, a forma particular por meio da qual as classes se tornam o “motor da história”. As relações de produção de uma sociedade e o desenvolvimento de suas forças produtivas se articulam de maneira complexa estabelecendo que uma determinada classe, por seu posicionamento no processo de produção, pelo que representa seu *ser* e sua *atividade* no interior daquele processo, seja objetivamente a possibilidade de sua própria *negação*.<sup>44</sup> Há, portanto, uma determinação mais específica no interior da *particularidade* das diferentes formas de propriedade e de subordinação do trabalho, que é a posição objetiva de uma classe com relação a essas formas, a classe como *sujeito histórico*.

Essa posição somente existe por meio de mediações históricas concretas, ou seja, ela só se dá na história na medida em que o “ser da classe” é determinado também por sua *ação de classe*. A possibilidade de que as classes possam no desenvolver do processo histórico se adequar às formas de propriedade existentes, ou desenvolver ativamente atuações que entram em *contradição* com essas formas, estabelece o chão histórico através

---

<sup>44</sup> Obviamente que nem sempre a atividade concreta de uma classe específica está em *contradição* com um determinado modo de produção, assim como nem sempre as forças produtivas estão em *contradição* com as relações de produção. Elas entram em *contradição* na medida em que a atividade de uma determinada classe, no interior do modo de produção, objetivamente coloca a possibilidade de maiores desenvolvimentos das forças produtivas através da superação das atuais relações de produção. Não há nessa forma de conceber a luta de classes na história uma visão linear e progressista do processo histórico. Sobre isso ver NETTO & BRÁZ, 2006, p. 60

do qual as classes em luta materializam a contradição ou a correspondência entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, e a resolvem. (*ibidem*, p. 339-340)

A *ação de classe*, portanto, é a determinação do “aspecto subjetivo” mais próximo da realidade imediata das lutas de classe na história. A maneira como a classe atua sob condições históricas particulares. Aqui se situam as possibilidades de avaliação das diferentes conjunturas da dinâmica da luta de classes de forma geral – as características assumidas pelo conflito capital-trabalho em diferentes épocas históricas – e de forma específica – a particularidade dessa conjuntura entre os diferentes povos do mundo. Trata-se das formas concretas assumidas pela atuação de uma determinada classe em um momento histórico particular. É importante ressaltar que somente nesse âmbito pode uma classe revolucionária superar a “contradição objetiva” das relações de produção, atuando como *sujeito histórico* e transformando seus interesses *particulares* de classe, em interesses *universais*.

A esfera da ação de classe é o terreno concreto por meio do qual a classe revolucionária (o proletariado na sociedade burguesa) pode negar o caráter *particular* da ordem, se afirmando como “classe em si”, ou seja, como existente dentro de uma relação de negatividade com o capital. E posteriormente negar essa própria negatividade, afirmando-se como “classe para si”, ou seja, como uma classe que se realiza universalmente, e que abole a existência particular da divisão da sociedade em classes.

Para compreender isso melhor basta pensar na burguesia revolucionária, no interior do feudalismo. Ela adquire o seu caráter de classe na medida em que vai subsumir as várias formas de privilégio existentes na divisão do trabalho estamental ao “seu próprio modo de existência”. Ela é a “classe de todos os estamentos” a “conclusão lógica” do princípio do privilégio que está na base dos estamentos, levada até o fim. Ela nega o caráter *particular* da ordem feudal se afirmando como *universal*, como “estamento em si e para si”. Enquanto classe no entanto, ela demonstra em sua própria “fruição” o seu caráter *particular*. A ordem que surge sob sua dominação necessita, para se desenvolver, da manutenção dessa particularidade. Somente o proletariado, nessa situação, que é a classe *particular* que expressa a negação dessa *particularidade*, pode então, almejar a possibilidade de, enquanto “classe em si e para si”, abolir a própria “necessidade de subordinar qualquer classe”. (MESZÁROS, 2008, p. 78-79)

Mas considerar esse processo, no interior da ação histórica da classe, exige que se considere outra determinação que também intervém dialeticamente: a *consciência*. De acordo com a determinação da consciência, o “ser da classe” não pode ser definido

isoladamente pelo critério da posição nas relações de produção, pois isso equivaleria a engessar o movimento contraditório por meio do qual a história caminha, desconsiderando o papel da subjetividade na sua construção, ou a tomando como mero “epifenômeno” das relações de produção, de forma mecânica.

Na dinâmica imediata da luta de classes existe a possibilidade concreta de que frações das classe dominadas, em determinados contextos históricos, cultivem formas de consciência que são contrárias à posição objetiva que representam no interior da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Bem como é possível a um indivíduo com uma origem de classe proletária, defender arduamente a manutenção das condições materiais da sociedade burguesa, ou seja, contra os seus interesses de classe.

Dentro do caráter “antagônico” da sociedade burguesa dividida em classes, ou do “ser social” concreto dessa sociedade, a consciência imediata é sempre mediada pela consciência da classe dominante, que busca tornar universais as características de sua dominação. Por isso, “a curto prazo”, mesmo que se reconheça enquanto classe, a consciência no interior da classe subordinada, é sempre uma “consciência de classe contingente”, ou seja, é sempre mediada pelos interesses individuais ou de grupo que vivem na ordem dominante em permanente contradição com seus interesses de classe enquanto *sujeito histórico*. A consciência aqui, só percebe alguns “aspectos isolados das contradições” e permanece “emaranhada em conflitos locais”, não se alçando às tarefas que compreendem seus interesses históricos. (MESZÁROS, 2008, p. 89)

Ora, isso não significa de nenhuma maneira que para Marx a determinação objetiva da posição da classe frente a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção possa ser relativizada como contingente. A ela corresponde uma forma de consciência, a “consciência de classe necessária” que vê as contradições da sociedade em “suas inter-relações”, as compreendendo como “traços necessários do sistema global”, e frente a elas busca soluções estratégicas globais, que se concretizem praticamente como uma “alternativa histórica viável” à ordem vigente. (*ibidem*, p.89)

Daí que no conflito concreto de uma sociedade dividida em classes a “consciência de classe” é também uma determinação imprescindível na consideração do “ser da classe”. A sociedade capitalista lega à humanidade uma divisão do trabalho que, fundamentalmente, se divide entre proprietários e não-proprietários, trabalhadores e

patrões, burguesia e proletariado. Essas são as duas classes fundamentais<sup>45</sup>. No entanto, a forma como essas classes se portam frente a realidade social imediata é extremamente variada, e se relaciona diretamente com as condições de sua inserção concreta nessa realidade. A objetividade da *tarefa histórica* de uma classe frente à contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, não quer dizer que a sua consciência de classe sempre está à altura dessa tarefa. O seu desenvolvimento depende do evoluir do processo histórico, que muitas vezes é extremamente contraditório. Marx já se defrontava com essa questão em suas obras históricas, analisando a conjuntura francesa. É no livro *O 18 do Brumário de Luis Bonaparte* que encontramos uma citação muito resgatada pelo debate das classes sociais. Discutindo a situação de classe dos camponeses franceses, Marx diz:

“Os camponeses parcelários constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. /.../ Milhões de família existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parcelários, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de convenção.” (MARX, 2011, p. 143)

Esse trecho causa um furor no debate das classes sociais. Pois no mesmo trecho Marx afirma critérios diferenciados para a definição dos camponeses parcelários enquanto classe. Primeiro, se considerados do ponto de vista da sua situação, do local na estrutura da produção, os camponeses parcelários se separam claramente das demais classes da sociedade, constituindo uma classe. Segundo, se considerados do ponto de vista dos vínculos desenvolvidos entre eles enquanto classe, de forma a se reivindicar como uma classe com interesses próprios no seio da sociedade, eles não são uma classe. Nesse

---

<sup>45</sup>O caráter fundamental das classes em questão, está claro, se refere a questões ontológicas também fundamentais, e não apenas a um postulado dogmático, por parte de Marx. 1º) reconhecimento do papel do trabalho no desenvolvimento do ser social, e portanto, do intercâmbio com a natureza como pressuposto de toda a ação humana. Aqui se situa a importância da identificação do complexo produtivo para a análise da sociedade; 2º) A concepção dialética da história, e da articulação das linhas de ação humanas em uma *totalidade concreta* que possui uma dinâmica específica de hierarquização das categorias sociais, fazendo com que estas se estabeleçam por meio de predominâncias, nos diversos níveis da realidade social, que podem ou não, variar ao longo da história. Essa concepção é o que possibilita a identificação da existência da luta de classes (como categoria histórica, tal como nos referimos a ela nas páginas acima), e de uma forma particular de organização da produção que caracteriza o capitalismo enquanto *modo de produção*.

segundo critério, por mais que Marx não ressalte a questão nesse trecho específico, há uma dupla determinação: o desenvolvimento de uma consciência de classe comum, ainda que “contingente”; e o desenvolvimento de uma ação de classe.

A literatura comentadora que resgata tal trecho, normalmente retira dele a conclusão de que em Marx não existe uma definição rigorosa do conceito de classes sociais na medida em que a existência ou não de uma classe depende do ponto de vista sob a qual ela é analisada pelo intérprete<sup>46</sup>. Do ponto de vista do local na produção, é classe, e do ponto de vista da ação, não é classe. Mauro Iasi argumenta que é comum a um determinado “pensamento sociológico marcado pelo empirismo”, a partir disso, “abolir a objetividade do conceito de classe”, ou reduzi-lo à “simples posição econômica e às gradações empíricas que dividem na realidade fenomenal, o ser da classe”. Diz ainda que o “erro fundamental” dessa Sociologia é “transformar o momento particular captado em universalidade, desprezando a totalidade do movimento”. (IASI, 2006, 344)

Ou seja, na medida em que não compreende que a posição de uma classe no interior de uma sociedade dividida em classes somente pode ser apreendida concretamente no interior da *totalidade* dessa sociedade. Isso implica que devem ser levadas em consideração desde as determinações mais universais que caracterizam a ordem como um todo em seu movimento contraditório, até aquelas determinações particulares e singulares de manifestação do fenômeno. Considerar as classes somente pela sua posição na estrutura econômica, a partir de sua “*situação de classe*”, do ponto de vista da teoria de Marx, é uma determinação “abstrata”, insuficiente para apreender as principais mediações que incidem sobre a dinâmica das classes em luta no âmbito mais imediato.

Aqui vale resgatarmos a rejeição do empirismo por parte da dialética. Até a situação mais imediata é mediada por determinações fundamentais para a apreensão da função social de um fenômeno no interior da *totalidade* social. Veremos que essa questão da *situação de classe*, ou da classe vista somente sob a ótica da posição econômica, é um ponto de discordância fundamental entre a concepção de Marx e aquela defendida por Weber. Pois se tal critério é isoladamente admitido como válido na consideração das classes, perde-se de vista a função que uma determinada classe exerce na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, perdendo assim a possibilidade de corretamente avaliar o movimento histórico como *luta de classes*. As classes e as frações de classe passam a ser meros *estratos sociais*, indiferentes à sua inserção na sociedade

---

<sup>46</sup>Estamos pensando aqui principalmente no livro de Raymond Aron, *Novos temas de Sociologia contemporânea: A Luta de classes*. Editorial Presença. Lisboa. 1964. p. 41

cindida pela propriedade privada, a menos que tenham consciência dessa cisão, e que concordem, de maneira geral, com a tarefa revolucionária. Também a partir daí se torna possível para alguns autores naturalizar as diversas formas de propriedade existentes nas diferentes sociedades de classe, e transformar a luta de classes em uma simples disputa política e social pela apropriação do produto econômico da sociedade, ignorando assim as implicações subjetivas das determinações universais e particulares do conceito de classes sociais.

A ligação concreta de um indivíduo ou de um grupo com sua classe é objetiva e ao mesmo tempo subjetiva. A sua subjetividade pode anular sua noção de pertencimento, pode inclusive o levar a atuar concretamente, na luta de classes, defendendo a posição de outras classes. Tal fato não é contraditório com a objetividade de sua inserção, de acordo com o pensamento de Marx. Diz ele que a divisão da propriedade lega aos indivíduos proletários um lugar bem definido na sua classe, independente da sua vontade, ao mesmo tempo em que a classe só se forma como uma classe quando em luta com outra classe, defendendo seus interesses e posicionamentos políticos.

Um trecho de *A Ideologia Alemã*, diz o seguinte:

“Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela.” (MARX & ENGELS, 2007, p. 63)

Esse trecho não comporta nem um determinismo vulgar, nem uma contradição em termos. O fato de a classe se autonomizar frente ao indivíduo, predestinando suas “condições de vida”, não significa que ela exclui as possibilidades de escolha desse indivíduo, e que o seu desenvolvimento pessoal não esteja, em larga medida, determinado também pelo acaso. Mas significa que a classe possui um grau de determinação na vida desse indivíduo, limitando suas possibilidades de escolha e tencionando seu desenvolvimento pessoal em um sentido específico.

Esse limite e esse tensionamento, vão também, por outro lado, permitir aos indivíduos singulares pertencentes à classe que “se autonomiza” frente a eles, a propensão ao desenvolvimento de uma forma de consciência que conforma interesses econômicos, políticos e sociais comuns com outros indivíduos pertencentes às mesmas condições. Esses interesses são emanados diretamente das condições de vida contraditórias próprias

das relações de produção capitalistas<sup>47</sup>.

Falamos de uma “propensão” justamente por conta da ressalva que Marx faz no trecho citado. Se não houver essa formação da classe na luta, os indivíduos de uma classe, subsumidos também aos seus interesses particulares, se posicionam uns contra os outros, como inimigos. Isso vale tanto para a burguesia como para o proletariado. Os primeiros na medida em que se jogam no mercado lutando por meio da concorrência, muitas vezes comprometem seus interesses gerais enquanto classe dominante, ou, os interesses da sua dominação. E os segundos, na medida em que concorrem entre si para alçar postos superiores socialmente na divisão do trabalho. Ora, mas de nenhuma forma isso significa que, o fato de a “consciência de classe contingente” em um determinado período histórico afasta os indivíduos e as classes de suas *tarefas históricas*, exclui a existência de uma determinação objetiva do “ser da classe”.

Em *A Miséria da Filosofia*, a já clássica citação de Marx, enfatiza isso:

“As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mais ainda não o é para si mesma. Na luta, /.../, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe.” (MARX, 2009, p. 190)

Tal reflexão permite que salte aos olhos traços importantes da luta de classes, na visão de Marx. Pois significa que a luta de classes como um processo, possui uma dinâmica histórica variável e sujeita à transformações, ao mesmo tempo em que tem uma base bem definida na organização das relações de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho de uma determinada sociedade pode criar ao longo do tempo um proletariado forte, ativo, politizado, que assume postos no domínio do Estado, determina os rumos das políticas nacionais, até criar uma situação revolucionária em embate franco com as outras classes. Por outro lado, uma situação de crise econômica e de fortes movimentos populares pode desencadear uma reação da

---

<sup>47</sup> Acreditamos que na medida em que Marx coloca os termos dessa relação de formação e existência simultânea das classes, ele contempla a ênfase dada à dimensão subjetiva no debate levantado por E. P. Thompson, que, em sua obra *A formação da Classe Operária Inglesa* (2004), enfatiza a importância da *experiência* na formação da classe, sem, no entanto, prescindir de reconhecer sua base estrutural. (THOMPSON, 2004) Elen Wood, defendendo que a formulação do conceito de classes, para Thompson, se dá como *relação* e como *processo*, enfatiza que nele, as “relações objetivas com os meios de produção são significativas porque estabelecem antagonismos e geram conflitos e lutas; que esses conflitos e lutas formam a experiência social em ‘formas de classe’, mesmo quando não se expressam como consciência de classe ou em formações claramente visíveis; e que ao longo do tempo discernimos como essas relações impõem sua lógica e seu padrão sobre os processos sociais.” (WOOD, 2003, p. 78)

burguesia como classe que militariza o Estado e reprime a oposição das outras classes para conseguir renovar as condições de sua dominação. A história está recheada de tais exemplos.

Seguindo no nosso objetivo, precisamos ainda resgatar uma conceituação de classes que virou muito usual entre os teóricos das ciências sociais no século XX: a contribuição de Max Weber. Como dito, não podemos deixar de tratar a forma como esse autor concebe as classes, visto que, o conhecimento acerca de sua interpretação nos será vital para conceber a própria formulação de Florestan Fernandes.

O que Weber tem como central quando está discutindo a questão das classes é saber como o poder pode ser condicionado economicamente e no que se difere de outras formas de condicionamento do poder. Para investigar isso ele cria o conceito de *ordem econômica*, que refere-se à “forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados”. E, por fim, afirma que as “classes, estamentos e partidos são fenômenos da distribuição do poder dentro de uma comunidade”. (WEBER, 1971, p. 212)

Para o autor é possível falar em classes quando:

“1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho.” (WEBER, 1971, p. 212)

O que constitui a classe, na sociologia de Weber, portanto, é a *situação de classe* comum a um determinado grupo de indivíduos. Agora, a forma pela qual se determina a *situação de classe*, varia. Um critério importante é a “propriedade” e a “falta de propriedade”, que determina a forma através da qual a propriedade material é distribuída no mercado de maneira a dar oportunidades específicas de vida para as pessoas ou para um grupo de pessoas, na sociedade. No interior desse critério existem dois aspectos que distinguem melhor a *situação de classe*: por um lado “o tipo de propriedade utilizável para lucro”; por outro, “o tipo de serviços que podem ser oferecidos no mercado”. Esses aspectos ajudam a determinar o sentido que a situação de classe pode dar à utilização da propriedade e à não-propriedade, classificando os proprietários entre “arrendatários”, “empresários” etc, e os que não possuem nenhuma propriedade, prestam serviços no mercado sendo esse, portanto, o momento decisivo para a determinação da sua situação. “Situação de classe, nesse sentido, é, em última análise, situação de mercado”. (WEBER, 1971, p. 213)

No que se refere à ação de classes, decorrente de um interesse de classe em comum, Weber afirma que ela é limitada. Segundo ele, a direção de interesses que são frutos de uma situação de classe específica varia muito, o que faz com que a ação de classe, ou, a ação societária que parte de uma situação de classe comum, não seja “um fenômeno universal”. É possível inferir que o sociólogo alemão nesse momento está, diretamente, questionando a concepção marxista da luta de classes, precisamente no ponto que diz respeito a propensão de uma classe de atuar politicamente. Por isso, Weber afirma que “a situação de classe pode ser limitada, em seus efeitos, à criação de reações essencialmente *homogêneas*, /.../ de ‘ações de massa’”, mas que também pode ser que nem isso ocorra. A possibilidade de uma ação comunitária ou societária entre os membros de uma classe, diz Weber, depende de condições culturais gerais, e também da transparência nas ligações de causas e consequências dos contrastes entre as situações de classe. A ideia é de que não surgem ações de classe somente porque a sociedade comporta oportunidades de vida diferentes. Apenas na medida que se reconhece as causas dos contrastes nas oportunidades de vida (distribuição da propriedade e estrutura da ordem econômica) é que seria possível que as pessoas de uma classe reagissem contra ele. Assim, mesmo que em determinadas condições racionalmente estabelecidas, Weber reconhece a possibilidade de que “toda classe pode ser portadora de uma das possíveis e numerosas formas de ‘ação de classe’”. (WEBER, 1971, p. 214-215)

As ações comunitárias que criam as situações de classe (a situação de classe do trabalhador e do empresário etc.), antes de tudo, não são entre membros de uma só classe, mas entre membros de classes diferentes. Para Weber, essas ações são: “o mercado de trabalho, o mercado de produtos e a empresa capitalista”. A situação de classe torna-se mais eficaz na medida em que outros determinantes das relações sociais (como honra, religião etc.), são eliminados, permitindo que “o poder da propriedade no mercado” atue livremente. (WEBER, 1971, p. 217)

Assim, Weber concebe que a existência dos estamentos “dificultam a realização rigorosa dos princípios do mercado, puro e simples”. A luta de classe ocorre na medida em que a disputa econômica no interior do mercado possibilita o estabelecimento de *situações de classe*, e, posteriormente, de ações de classe. Aqui surge uma característica importante da análise das classes por parte de Weber. A possibilidade de que se identifique as disputas de classe em diversos momentos da história da humanidade concomitantemente a outras formas de distribuição do poder social indica uma determinação metodológica fundamental já concebida por Sedi Hirano: a “poli-

historicidade” ou a “não-historicidade” dos conceitos weberianos<sup>48</sup>. (HIRANO, 1975, p. 69)

De fato, no que segue do mesmo texto Weber inicia uma pequena digressão sobre as formas da luta de classe na Antiguidade, na Idade Média e aponta os principais aspectos dessa luta na “Idade moderna”. Em alguns trechos de *Economia e Sociedade*, isso fica ainda mais claro. Tematizando a *situação estamental*, Weber afirma:

“A situação estamental *pode* basear-se numa situação de classe de natureza unívoca ou ambígua. Mas *não* se determina somente por ela: a posse de dinheiro e a posição de empresário não são, *por si*, qualificações estamentais – ainda que possam levar a estas; nem a falta de patrimônio constitui, *por si*, uma desqualificação estamental, ainda que também possa levar a essa.” (WEBER, 2000, p. 202)

Nesse sentido, existe a possibilidade de que a situação estamental seja determinada pela situação de classe, ou seja, pela oportunidade de dispor de bens econômicos, ainda que não seja *nunca* determinada *apenas* por ela. Se fosse determinada apenas por ela, não haveria de ser situação estamental, mas sim, situação de classe *tout court*. Esse movimento de poli-historicização dos seus conceitos, característico que é da metodologia dos *tipos ideais*, permite que Weber diferencie as sociedades analisadas em termos de predominância no interior da estruturação social:

“Chamamos uma sociedade ‘estamental’ quando a estruturação social orienta-se preferencialmente pelos estamentos, e ‘classista’ quando esta orienta-se preferencialmente pelas classes.” (WEBER, 2000, p. 203)

A opção metodológica conduz, portanto, a uma ultra diferenciação específica no interior de diversas formas sociais extemporâneas. A classe social serve para analisar as questões referentes a *ordem econômica*, no interior de diversas sociedades, assim como o estamento pode ser usado para analisar as *situações de status*, determinadas pela distribuição da *honraria* nas relações sociais, em diversos tipos de sociedade.

Isso nos faz chamar a atenção para o que é central: as particularidades históricas das relações sociais analisadas pelo pesquisador que possui os “instrumentos” típico-

---

<sup>48</sup> Apesar de considerarmos acertada a conclusão de Hirano, há que se ressaltar que é uma polêmica a afirmação de que os conceitos weberianos são “a-históricos”. Cohn argumenta que, em última instância, é um equívoco falar isso pois Weber sempre condiciona a formulação das problemáticas que conduzem aos conceitos, aos valores e interesses do sujeito-investigador que constrói a problemática sob a qual se debruça. Sendo esses valores e interesses determinados historicamente, por consequência o próprio conceito e sua validade padecerá de uma determinação histórica. Ainda assim, se é verdade que as premissas dos conceitos são históricas, não é menos verdade que a metodologia weberiana, na figura dos “tipos ideais” estabelece como condição para a elaboração de conceitos que sirvam para estudar um determinado fenômeno, o seu caráter vazio frente a realidade. (COHN, 1979, p. 138)

ideais weberianos aqui expostos, são confrontadas com critérios de avaliação da ordem social, da ordem econômica e da ordem jurídica, previamente estabelecidos e válidos para toda análise da realidade social, ainda que construídos a partir da observação empírica. Obviamente que a efetividade de tal ou qual critério para a análise de uma determinada sociedade é algo determinado pela própria análise, e varia conforme o objeto analisado.

Assim, o tratamento dado por Weber à questão das classes, o coloca de maneira dúbia na polêmica por nós identificada na tradição marxista: de saber se classe sociais são formas de estratificação próprias do capitalismo, ou se se estendem a outras formas de organização social. Por um lado, a “a-historicidade” dos conceitos weberianos indica que o autor se posiciona favoravelmente ao uso do conceito de classes em diversas épocas históricas diferentes, ainda que de um modo totalmente diverso daquele estabelecido por Marx. Por outro lado, a noção de predominância nas formas de diferenciação econômica implica reconhecer que somente nas sociedades nas quais certas características são prevalecentes é que a classe se institui como forma fundamental de diferenciação.

Ainda nesse item é necessário que nos prolonguemos no sentido de estabelecer o tratamento dado por Weber à estratificação estamental e de castas. Isso nos será necessário para avaliar com mais clareza como Florestan utiliza tais conceitos em sua obra, e a relação deles com o conceito de classes sociais.

Para Weber, diferentemente de Marx, o que define os estamentos não é necessariamente uma forma de divisão do trabalho específica. Os estamentos são “uma pluralidade de pessoas que dentro de uma associação, gozam efetivamente a) de consideração estamental especial e eventualmente, também, portanto, b) de monopólios estamentais especiais.” Ou seja, os estamentos são estratos sociais que monopolizam certos privilégios ligados ao local que se situam na sociedade (WEBER, 2000, p. 202).

Os estamentos podem se originar na história a partir da natureza de uma profissão, a partir de pretensões de prestígio com base hereditária ou “a partir da apropriação estamental de poderes de mando políticos ou hierocráticos”. O central é que eles surgem como “forma de apropriação (hereditária) de privilégios por uma associação ou por indivíduos qualificados”. Uma determinada sociedade pode ser estamental na medida em que a sua estrutura social se orienta preferencialmente a partir dos estamentos. (*Ibidem*, p. 202-203)

Portanto, o locus orientador da diferenciação weberiana entre uma estratificação de classes e de estamentos é a apropriação do privilégio por parte de um estrato social, sua *situação de status* baseada no seu “modo de vida”, na sua “descendência” ou na sua

“profissão”. A propriedade, diz Weber, pode, e é com “extraordinária regularidade” ao longo da história, reconhecida como qualificação estamental. Mas não é uma necessidade que a honraria estamental esteja ligada à *situação de classe*. O elemento comum é que “o desenvolvimento do estamento é essencialmente uma questão de estratificação que se baseia na usurpação”, seja ela por meio da propriedade, ou do poder político, ou do poder carismático, o estamento surge e se desenvolve na medida em que se fixam os limites sociais estratificadores de distribuição do privilégio e da honra. (WEBER, 1971, p. 220)

Muitas vezes, esses limites são determinados pelo “estilo de vida” possível de ser desenvolvido pelos estamentos dominantes, na medida em que esse estilo é o veículo de distribuição da “honra” e da determinação da *situação de status*. Para Weber, “muito geralmente, entre os estamentos privilegiados há uma desqualificação de estamentos envolvida pela execução do trabalho físico”. Destacamos esse elemento por ser ele importante para pensar a estratificação do Brasil colonial na visão de Florestan Fernandes. Voltaremos a isso no próximo capítulo. (*Ibidem*, p. 224)

A diferença com as castas é que nestas as distinções “são asseguradas não simplesmente pelas convenções e leis, mas também pelos *rituais*”. Isso pode ocorrer na medida em que as diferenças estamentais são ritualizadas impedindo qualquer contato e interpenetração entre as castas. Geralmente isso ocorre quando existem diferenças “étnicas” subjacentes. Nesse caso, a coexistência étnica condiciona uma repulsão e desprezo mútuos entre as castas. (*Ibidem*, p. 459)

A estratificação de casta, para Weber, guarda grande semelhança com os estamentos de tipo “fechado”, ou seja, naqueles em que a distribuição da honra ao longo das gerações se dá por descendência, e portanto, não permite mobilidade social, nem matrimônio entre grupos diferentes. “Todas as obrigações e barreiras que a participação num estamento encerra também existem numa casta”. O “conúbio”, portanto, próprio também da estratificação estamental é intensificado na segregação de castas, tal como o “comensalismo”, ou seja, a possibilidade de se relacionar com as outras castas. Nos dois aspectos, no “conúbio” e no “comensalismo”, Weber toma como exemplo, além da sociedade *hindu* na Índia, o sul escravocrata dos Estados Unidos do período anterior à Guerra da Secessão. É importante destacar isso pois denota que Weber considerava manifestações das formas de estratificação, tanto de estamentos, como de castas, em uma sociedade com características aparentemente parecidas àquela que se desenvolve aqui no Brasil.

No entanto, apesar da similitude entre essas duas formas de estratificação, a

característica marcante da ordem de castas é que ela é “orientada religiosa e ritualmente” de maneira muito mais rigorosa que nas outras formas. Para além do elemento tradicional, e de caráter jurídico-legal, que assenta e legitima as divisões de privilégios dos estamentos, as castas, estabelecem esses privilégios, mas os elevam a uma forma ritualística e religiosa extrema. Eles acabam portanto, por se tornar princípios da diferenciação social, que se expandem na determinação de diversos traços e ações sociais típicas, bem como uma maior especialização do trabalho artesanal etc. Há, portanto, uma diferença fundamental com a concepção de Marx com relação as castas. Para esse o que está na base da diferenciação social é a própria divisão do trabalho, apesar de ela, de fato, legitimar e ser legitimada por diversas formas de segregação, de manifestação religiosa, cultural etc.

Como aventamos anteriormente, esse debate é central na concepção de Florestan acerca das classes sociais, e nesse sentido, imprescindível para a correta compreensão de sua análise. O próximo item desse capítulo tem como objetivo, justamente, delinear como o nosso autor trata teoricamente a questão do conceito de classes sociais. Vamos a ele!

## **2. A concepção sociológica da análise das classes sociais em Florestan Fernandes (entre Marx e Weber)**

Vimos, portanto, o formato dado ao conceito de classes sociais no pensamento de dois autores tidos como clássicos do pensamento sociológico. A concepção de Florestan Fernandes vai perpassar a de tais autores, formando a base teórica em torno da qual nosso autor desenvolverá sua análise do conflito de classes no interior da sociedade brasileira.

Primeiramente devemos pontuar algumas questões. O principal ensaio no qual Florestan se posiciona sobre do conceito de classes sociais é um ensaio de 1948, presente no livro *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, chamado: *A análise sociológica das classes sociais* (FERNANDES, 1976a, pp 65-92). Iniciaremos o presente item analisando cuidadosamente a linha de raciocínio desenvolvida por Florestan no ensaio reivindicado e procurando identificar as suas diferenças e similaridades com as concepções de Weber e Marx. A justificação da escolha desse ensaio como um ponto de partida de análise, é óbvia, do ponto de vista do nosso objeto. Nele, o autor se propõe a um tratamento sistemático da questão, refletindo o conceito e suas diversas teorizações. No entanto, tal escolha possui um ponto fraco, que é inerente ao processo de desenvolvimento do autor

como intelectual. O ensaio foi publicado em 1948, período no qual Florestan tinha acabado de obter seu título de *mestre* em Ciências Sociais, não tendo ainda nem mesmo assumido a função de professor assistente na Cadeira de Sociologia I da USP. O modo como, ao longo de todo o período posterior, se pode notar um largo desenvolvimento intelectual do autor, expressa a necessidade de se considerar a possibilidade de variações e diferenciações no seio das suas posições teóricas.

Nosso autor inicia o ensaio fazendo uma definição das classes sociais a partir da contribuição de autores clássicos da Sociologia, como Comte, Sumner Maine, Spencer, Stein, Marx, Tönnies, Durkheim, Fahlbeck e Max Weber. É necessário atentarmos para o fato de que essa definição, em nome de todos esses autores é feita de maneira um tanto quanto indiscriminada, como se a produção teórica deles estabelecesse uma visão unitária sobre as classes para a ciência sociológica<sup>49</sup>. Afirmo Florestan:

“a compreensão das classes sociais como uma forma histórico-social de estratificação constitui uma contribuição insofismável desses autores. No esquema conceptual por eles desenvolvido e manipulado seria difícil confundir ‘classes sociais’ com outros tipos de estruturação societária (estamentos e castas) ou ainda encontrar fundamentação lógica para o emprego do conceito no sentido indiscriminado de ‘camada social’. Sociólogos moderno incidem, com frequência, na primeira confusão, designando como ‘sociedade de classes’ sociedades cujo princípio estrutural é diferente.” (FERNANDES, 1976a, p. 69)

No interior da polêmica que já delimitamos no item anterior Florestan posiciona a compreensão de classes sociais para os autores clássicos da Sociologia, entre eles Marx e Weber, por nós já analisados, afirmando que o conceito de classes sociais é uma forma de estratificação social própria de uma determinada formação histórico-social. O erro de se “alargar” o conceito para caracterizar sociedades guiadas por formas de estruturação social diferenciadas é tido, para o nosso autor, como uma “violentação conceptual

---

<sup>49</sup>Aqui uma colocação importante deve ser feita. Já vimos na concepção metodológica de Florestan como ele indica a possibilidade da união ecléticas das teorias de Marx, Weber e Durkheim. No que se refere ao conceito de classes sociais o estatuto do ecletismo também se coloca, na medida em que Florestan se abstém de evidenciar as diferenças entre cada autor, no que diz respeito ao conceito, por supor que, no geral, cada um deles possibilitou que a ciência sociológica chegasse à definição de classes sociais destacada. Como vimos, o que determina a lógica do ecletismo é a própria lógica do desenvolvimento da Sociologia como ciência. Isso vai permitir que Florestan Fernandes defenda que se furta conscientemente à alternativa eclética de misturar a teoria dos autores, na medida em que supõe estar aproveitando a “contribuição específica” de cada autor para a ciência sociológica. O autor menciona diversas vezes em relatos autobiográficos e entrevistas a necessidade dessa “contribuição específica” como alternativa ao ecletismo. Isso pressupõe que concebe ser o avanço objetivo da ciência sociológica, baseada na contribuição diferenciada, e as vezes até contraditória de diversos autores, como um fator neutralizador do ecletismo. Sobre os momentos nos quais Florestan defende essa visão. Sobre isso ver Cf. FERNANDES, F. A *Condição do Sociólogo*. Huciteq. São Paulo. 1978, p. 15, 90-91, 103-109. FERNANDES, F. A *Sociologia no Brasil*. Editora Vozes. Petrópolis. 1980. p. 196

autêntica”, fazendo com que o termo perca o seu conteúdo específico.

Para Florestan a delimitação do conceito

“envolve a ideia de que só existem classes sociais em sociedades cuja organização social é altamente complexa e diferenciada: sociedades em que a ordenação das atividades e relações sociais promove a distribuição dos indivíduos por camadas sociais, distinguidas na base de um sistema de graduação social, mas relativamente permeáveis, e nas quais as probabilidades de participação da cultura, de disposição do ócio e de exercício da autoridade, bem como as oportunidades de especialização profissional, de acumulação de riquezas e de aquisição de prestígio são diretamente condicionadas pelo agrupamento dos indivíduos em camadas sociais.” (*Ibidem*, p. 70)

A mola mestra desse excerto é o caráter complexo e diferenciado da organização social das sociedades divididas em classes. Essa complexidade se refere à ordenação das atividades e relações sociais que distribui os indivíduos em camadas sociais, que são, por sua vez, permeáveis, ou seja, nas quais há mobilidade social relativa, determinando o acesso ou não, dos indivíduos, à cultura, ao ócio, à autoridade, à oportunidades de especialização profissional, à acumulação de riquezas e de prestígio.

Portanto o que está na base da estratificação é a “ordenação das atividades e relações sociais”. A esse ponto, não conseguimos saber se Florestan se refere às atividades produtivas, e relações de produção, ou se ele se refere à relações sociais de forma geral, extrapolando o âmbito da divisão do trabalho propriamente dito. Se o predomínio fosse da segunda opção, a sua formulação, de fato, se distanciaria, relativamente, de uma daquelas formuladas por Marx, conforme exposto no item anterior.

Mas Florestan tem consciência da importância de Marx para a definição moderna de classes sociais. Diz ele: “atribui-se a Marx a primeira elaboração do conceito de classes sociais sob uma forma apreciável para a Sociologia, isto é, sob a forma de um conceito típico-ideal”. (*Ibidem*, p. 71)

Nesse ponto é necessário um parêntese. Já pudemos explicitar que a forma própria de conhecimento da realidade que caracteriza a Sociologia, tal como desenvolvida por Florestan no livro, *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959), atesta que a formulação “típica”, ou, de tipos, é o principal modo de proceder no interior do processo da *indução sociológica* por parte dos clássicos da sociologia, Durkheim, Weber e Marx. No entanto, por conta das diferenças teórico-metodológicas fundamentais que pontuamos, a formulação dos “tipos”, para esses autores, vai assumir um caráter diverso. Em Durkheim o “tipo médio”, em Weber o “tipo ideal” e em Marx o “tipo extremo”. (FERNANDES, 1972, p. 78) (FERNANDES, 1981a, p. 58)

Saber se de fato o nosso autor atribui à Marx a forma de indução característica das formulações weberianas, nesse ponto, se tornou um problema. Pois o primeiro escrito de Florestan que estipula essa diferenciação na forma de tipologia dos clássicos da Sociologia aparece somente em 1954, no caso, o ensaio *Os problemas da Indução na Sociologia*. Enquanto que o ensaio que estamos analisando, data de 1948, sendo, portanto, seis anos mais jovem. Aparentemente, saltar para qualquer conclusão que estabelece uma identidade metodológica no âmbito da construção de conceitos entre Marx e Weber, tendo como base esse trecho, nos parece apressada. Continuaremos verificando essa problemática no decorrer desse item.

Voltando a nossa exposição, analisando o mesmo trecho citado por nós, do livro *18 do Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx<sup>50</sup>, Florestan atesta que a reconstrução da elaboração do conceito, tal como Marx a fez, é dificultada pelo fato de o autor “definir os caracteres de classe social ao mesmo tempo de modo negativo e positivo”. E procura estabelecer as principais contribuições que Marx trás. (FERNANDES, 1976a, p. 71)

“Em síntese 1) a classe social é compreendida como um tipo de estrutura social: os indivíduos estão ligados dentro dela por liames sociais resultantes da existência de interesses comuns e de atividades conjugadas, característicos e exclusivos da classe como um todo /.../; 2) a morfologia e a dinâmica das classes sociais dependem das condições de existência econômica /.../; 3) o emprego da noção a situações concretas independe da presença ou não de traços típicos.” (*Ibidem*, p. 72)

O mérito da formulação de Marx, para Florestan, é conseguir conceber o conceito a partir da “*situação* criada em uma sociedade de classe”, ou seja, a classe é compreendida como uma estrutura, que existe, no entanto, no interior de uma unidade social, articulada à outras estruturas. Isso faz com que o sociólogo paulista indique que na formulação de Marx o “estudo da ‘situação de classe’ é, ao mesmo tempo, um estudo sobre a função das classes sociais”, e que possa concluir pela definição da *situação de classe* de Marx, a partir da posição ocupada no processo de produção econômica. (*Ibidem*, p. 73)

“Colocando grupos de indivíduos em condições econômicas fundamentalmente semelhantes, a *situação de classe* favorece o desenvolvimento de um paralelismo de interesses e dá origem a ações

---

<sup>50</sup>“Milhões de família existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de convenção.” (MARX, 2011, p. 143)

convergentes ou análogas, que podem inclusive assumir a forma de atuação consciente”. (*Ibidem*, p. 73)

Essa definição atribuída à Marx, sobre o conceito de classe e de *situação de classe*, pode também ser pensada, nesses mesmos termos sob a ótica da formulação weberiana. Mas ao que parece, Florestan também não está preocupado, nessa altura, em apontar essas diferenças. Ele traz Weber para o debate afirmando que o sociólogo alemão possui uma contribuição análoga no que diz respeito a essa questão, resgatando, para demonstrar isso, a definição que Weber faz de *situação de classe*.<sup>51</sup>

É curioso que, apesar de Florestan concluir que demonstrou que o conceito de classes sociais está restrito à análise dos “povos ocidentais” com estruturas sociais altamente diferenciadas, ele não entra de fato na polêmica. Ao que nos parece, a definição de que “a ordenação das atividades e relações sociais promove a distribuição dos indivíduos por camadas sociais”, pode ser adaptada tanto para a definição de estamentos e castas, quanto para a de classes, no entender de Marx, e também no de Weber.

Não obstante, o sociólogo paulista dá essa tarefa como realizada, e conclui sintetizando as questão:

“a organização de classes nas sociedade ocidentais abrange variações amplas e significativas, quando se consideram as peculiaridades da evolução do Capitalismo e das condições de existência social em cada uma delas. Para enfrentar essa dificuldade, os especialistas elaboraram o conceito de classe social em um sentido típico-ideal, de modo a captar as relações e as atividades sociais de classes como um tipo de configuração societária da vida social” (*Ibidem*, p. 74)

Nesse trecho fica um pouco mais claro o sentido dado ao “típico-ideal” que, como vimos, também aparece vinculado ao conceito de classes sociais em Marx. Parece-nos que, de fato, quando Florestan fala da elaboração do conceito de classes em sentido “típico-ideal” ele está falando apenas de uma formulação conceitual que abstrai características típicas de um dado fenômeno da realidade, por meio da confrontação de várias realidades. Esse procedimento, no entanto, empírico-indutivo, é imanente a qualquer tipologia classificadora, não convergindo, nessas bases, com a exata formulação do *tipo ideal* weberiano. Vejamos como Weber define o *tipo ideal*:

---

<sup>51</sup>“entendemos por ‘situação de classe’ o conjunto das probabilidades típicas: 1) de provisão de bens; 2) de posição externa; 3) de destino pessoal. Que derivam, dentro de uma determinada ordem econômica, da magnitude e natureza do poder de disposição (ou ausência dele) sobre bens e serviços e das maneiras de sua aplicabilidade para a obtenção de rendas ou receitas”; “entendemos por classe todo grupo humano que se encontra em uma igual situação de classe”. (WEBER, 2000, p. 199)

“Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo *de pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*.” (WEBER, 1982, p. 106)

Aparentemente, ainda nesse ponto de sua apresentação Florestan não deixa claro se a formulação do conceito de classes sociais “pelos especialistas” obedece de fato à forma tipológica weberiana. Isso porque ele não menciona o processo por meio do qual se efetua a “acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista” de maneira a formar um “quadro homogêneo de pensamento”. Aqui, aparentemente, trata-se apenas de uma forma de *indução* simples, comum a qualquer processo de abstração.

Como chegamos a esse ponto inconcluso novamente, no que se refere à questão do tipo ideal, vamos protelar um pouco mais esse problema. Importa-nos agora demonstrar os caminhos tomados por Florestan no que se refere ao estudo sociológico das classes sociais.

Portanto, enquanto forma típica das relações sociais, as classes sociais devem ser estudadas no sentido de descobrir como os indivíduos são expostos a influências sociais semelhantes por encontrarem-se em condições sociais também semelhantes. Nesse sentido, a investigação sociológica deve se preocupar, não apenas com “a análise dos comportamentos e ações típicas dos membros de uma classe social, /.../ [mas também com] os movimentos sociais e os mecanismos de controle social de classes”. Aí se colocam os problemas de “estandardização dos modos de ser, pensar e de agir, nas classes sociais” e também os “contatos com os membros de outras classes sociais, como os movimentos de ascensão e descensão sociais e disposições psíquicas individuais”. (FERNANDES, 1976a, p. 75)

A partir dessa delimitação dos problemas de estudo das classes sociais, nosso autor concebe que, frente à questão de como entender esses processos, há uma questão metodológica fundamental. Que “a compreensão das classes sociais como fenômeno histórico e a explicação dos ajustamentos e controles sociais de classes dependem do método de investigação utilizado”. (*Ibidem*, p. 76)

As classes sociais, além de se submeterem às dinâmicas das sociedades ocidentais, desempenham nessas, a “função de mecanismos de racionalização das mudanças sociais”.

Isso significa, diz Florestan, que as *situações de classe* são, ao mesmo tempo, situações históricas, e que para conseguir estudar as classes no seio “dessa realidade viva e em devir” a investigação sociológica precisa se valer do “método histórico”.

Aqui precisamos fazer dois destaques. Com relação ao primeiro seremos breves e ele permanecerá algum tempo inativo em nosso texto. Trata-se da menção que Florestan faz às classes sociais como “mecanismos de racionalização das mudanças sociais”. Queremos destacar que tal concepção com relação às classes e com relação às mudanças sociais é um elemento perene nas análises que Florestan faz da realidade da luta de classes no Brasil. Dentro do mencionado “corte epistemológico” de Bárbara Freitag, ou justamente, evidenciando a sua fraqueza conceitual, esse elemento aparece nas obras “juvenis” tanto quanto nas da “maturidade” com todo o seu fôlego. Nesse ponto inclusive hipostasiamos ser essa concepção das classes como mecanismos de racionalização da mudança social, uns dos princípios norteadores da análise que Florestan Fernandes faz das classes sociais no contexto brasileiro. Faremos a comprovação, ou não, dessa hipótese, no capítulo seguinte dessa dissertação.

O segundo destaque, por sua vez, possibilitará darmos seguimento à nossa exposição. Trata-se da maneira como Florestan trás o “método histórico” como forma de conhecimento das classes sociais, não por conta de uma preferência metodológica arbitrária, mas pela necessidade cobrada pelo próprio objeto de análise, que possui uma natureza dinâmica. O método histórico, em diversos momentos, é atribuído à Marx por Florestan<sup>52</sup>, sendo, inclusive, imputado ao filósofo alemão, a característica de utilizar a história como *base empírica* de processos indutivos. O fato de esse método ser ressaltado aqui, nos dá elementos importantes sobre a base da análise de Florestan, nesse momento. Ele articula essa dimensão histórica com as características próprias da análise sociológica, sem contudo, se limitar a ela, como veremos. (*Ibidem*, p. 76)

A continuidade do próprio texto já demonstra isso, na medida em que nosso autor afirma a própria insuficiência dessa análise histórica em si mesma, que, mesmo não sendo abstrata, pressupõe “formas concretas de integração das relações e atividades humanas”, o que condiciona o objeto a fugir do escopo do historiador e adentrar ao do sociólogo de fato. O importante para o sociólogo, diz Florestan, é conceber as classes sociais “como

---

<sup>52</sup>A referência ao método histórico como forma de captar as “uniformidades de seqüência” é feita por Florestan em diversas obras nas quais analisa o aspecto metodológico do conhecimento da sociologia. Especificamente no que se refere à Marx Cf. FERNANDES, F. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Editora Nacional. São Paulo. 1972. pp. 96-118 e FERNANDES, F. *Elementos de Sociologia Teórica*. Editora Nacional. São Paulo. 1974 p. 65

estruturas sociais típicas”, mas que somente podem ser analisadas através da “base empírica” fornecida pela “forma histórica” das classes, o que dá à sociologia “os elementos necessários à conceituação típico-ideal e ao conhecimento sintético da realidade”. (FERNANDES, 1976a, p. 77)

Daí a síntese do problema metodológico:

“A investigação sociológica está em condições ideais, do ponto de vista, metodológico, para isolar os fatores sociais da estratificação social. Considerando as classes como estruturas sociais variáveis no tempo, registra o aparecimento e a repetição de situações sociais capazes de provocar o crescimento e a perpetuação de formas de atuação social de classes.” (*Ibidem*, p. 80)

A investigação sociológica, portanto, possui um problema específico. Isola os fatores da estratificação social e a partir daí consegue registrar como ela atua enquanto estrutura, impulsionando padrões e dinâmicas de atuação. Mas como distinguir entre o que explica a estrutura das classe e o que é apenas um “índice” de como elas atuam estruturando as formas de comportamento e manifestações culturais na sociedade? Essa é uma questão que recorrentemente aparece no debate de classes sociais e Florestan já se defronta com ela no final da década de 1940. Uma visão culturalista das formas de estratificação social conceberia a cultura como o principal fator explicativo das classes, e não a *situação de classe* e o local na produção.

Citando, em um primeiro momento, Durkheim, Florestan vai dizer que “as diferenças culturais são índices de diferenciação social e exprimem, objetivamente, as oportunidades de participação na cultura oferecida aos indivíduos em sociedades de classes”. Mas os elementos da cultura “não encerram nenhuma força motora”. Somente na “atuação dos seres humanos – e não na cultura – é que residem, pois, os fatores explicativos dos fenômenos sociais. (*Ibidem*, p. 81)

Eis uma posição polêmica! Parece que os elementos da cultura são tratados, de fato, como “epifenômenos” das relações de classe, na medida em que não retornam às classes determinando-as. O ensaio que estamos analisando, não nos dá elementos, de maneira mais substancial, para definir que Florestan de fato defenda tal posição mecânica com relação aos fatores culturais. Pelo contrário, o trecho que segue sugere que nosso autor considera a possibilidade de retroação de elementos culturais sobre a base das classes, ainda que de maneira limitada. Falando sobre a “função das diferenças culturais”, Florestan afirma:

“Em situações sociais estáveis, elas preservam a distância e as

barreiras sociais existentes entre as classes sociais. Porém, em situações sociais instáveis, inspiram, sob a forma de ideologias e utopias de classes, tanto movimentos sociais reacionários quanto revolucionários. Em síntese, as diferenças culturais são representativas das condições de existência social em sociedades de classes; mas, é a organização social destas que determina o significado e a função das diferenças culturais.” (*Ibidem*, p. 81-82)

Portanto, na primeira parte do trecho citado, o autor releva que em momentos de crise e instabilidade social, as diferenças culturais, na forma de ideologias e utopias, podem movimentar as bases das relações de classe através de movimentos políticos, e na segunda parte, reafirma o caráter estrutural das classes como organizadoras da sociedade. A chave que nos tira a fácil resposta de imputar à Florestan uma visão mecânica e unilateral da organização das sociedades de classe é dada por ele mesmo, e é, por assim dizer, uma chave de recorte objetal.

“Evidentemente, o condicionamento cultural do comportamento humano e dos movimentos sociais não entra em jogo aqui. O que se discute são os limites dentro dos quais seria legítimo compreender as atividades humanas e a adequação social das mesmas como consequências de mecanismos culturais”. (*Ibidem*, p. 81)

Na medida em que limita o recorte do objeto analisado às relações de classe como forma estruturadora da realidade social, não se está trabalhando com as múltiplas formas de determinação da realidade social que surgem do condicionamento cultural do comportamento e dos movimentos sociais. Poderíamos inclusive afirmar que, se Florestan está considerando a organização das classes como formas de relações sociais baseadas na produção, tal como evidenciado quando o autor define o conceito *situação de classe*, ele está chamando a atenção para um fator ontológico elementar, demonstrado por Marx, que é a prioridade das relações de produção como “base material” a partir da qual se desenvolvem as relações sociais. Sob esse ponto de vista, nem à Florestan, nem à Marx é possível imputar qualquer “materialismo vulgar” que identifica as atividades culturais e as “formas de consciência” como produto imediato da estrutura das classes, ou, da “estrutura econômica”. (MARX, 2007b, p. 45-46)

Findando essa problemática, Florestan passa a se debruçar sobre a “aplicação dos instrumentos de trabalho para o estudo das classes sociais”. É aqui que se define a questão do *tipo ideal* que vínhamos postergando. Em um primeiro momento, nosso autor estabelece que “existe uma vinculação evidente entre a orientação metodológica adotada pelo especialista e as técnicas de investigação por ele aplicadas”, e que, mesmo frente a

essa vinculação, seria “ilegítimo pretender estandardizar a investigação sociológica das classes sociais” já que

“as probabilidades de conhecimento da realidade social e portanto, inclusive, das classes sociais, dependem da capacidade revelada pelo pensamento científico de aumentar a acuidade da inteligência através de novas combinações de métodos e de técnicas de investigação sociológica.” (FERNANDES, 1976a. p. 83)

Aqui vem à tona, com toda a sua intensidade, o principal elemento ressaltado no Capítulo I desse trabalho. Trata-se da lógica do ecletismo surgindo como subordinada ao ideal de desenvolvimento da Sociologia enquanto “ciência positiva”, e operando para condicionar a possibilidade do conhecimento das classes sociais. O trecho é bem claro quanto a isso. O desenvolvimento da investigação sociológica – e da investigação acerca das classes sociais – requer o aprimoramento do pensamento científico “através de novas combinações de métodos e técnicas de investigação”. Assim, não é legítimo que a investigação sociológica seja estandardizada em suas técnicas de investigação somente pela vinculação que elas possuem com as metodologias diversas.

No que segue, partindo dessa concepção, nosso autor se depara com o problema do “manejo do aparato conceitual da Sociologia”, reconhecendo que a orientação metodológica do investigador é vital para selecionar os aspectos da realidade que são usados para observação e interpretação do fenômeno. Naquilo que se refere ao conceito de classes sociais, Florestan vai dizer que, ele, enquanto “construção conceitual, é anterior à investigação científico-social”, mas que a partir dessa mesma investigação é que se pode aprimorar o conceito “em sentido racional, recebendo uma formulação lógica mais compreensiva e adequada”, constituindo “uma construção típico-ideal da Sociologia”. (*Ibidem*, p. 83)

Logo em seguida, o autor atesta:

“Por isso, embora [o conceito típico-ideal de classes sociais] descreva formas concretas de atuação social, é um conceito geral, exprimindo-se sob um grau de pureza que elimina os desvios ou as peculiaridades evidenciadas em suas manifestações históricas.” (*Ibidem*, p. 83)

Nesse trecho especificamente é que se dá a resolução daquele problema que se levantou desde o início: se a caracterização tipológica do conceito de classes sociais, como um conceito típico-ideal, é atribuída à Marx da forma como o *tipo ideal* é formulado na teoria weberiana. Não apenas Florestan ressaltava o elemento “puro”, próprio da análise do *tipo ideal*, ou a eliminação das “peculiaridades em suas manifestações históricas” mas

também, em nota, o autor sugere a referência do livro de Weber, *Economia e Sociedade*, como parâmetro para a construção de conceitos “típicos-ideais”, e depois cita o seguinte trecho de Weber:

“[Na sociologia] como em toda ciência generalizadora, é condição da peculiaridade de suas abstrações que seus conceitos tenham que ser relativamente vazios diante da realidade concreta do histórico.” (WEBER *apud* FERNANDES, 1976a, p. 84)

Ora, se é característica da construção típica-ideal que os conceitos devem ser vazios frente a realidade histórica, nada é mais estranho ao “método histórico” de Marx<sup>53</sup>. As categorias marxianas, como expressa Lukács, são tidas, como “formas de ser, determinações da existência”. (LUKÁCS, 2013) Elas procedem de um posicionamento epistemológico que advém da concepção ontológica da estruturação da realidade como *totalidade concreta*. No interior dessa totalidade, concebida como “síntese de múltiplas determinações”, o processo de apreensão do real vêm justamente da análise dos diferentes fatos da realidade e a distinção do seu significado e suas determinações, da sua importância para a estruturação da totalidade, hierarquicamente, da diferenciação entre o que é essencial e do que é acessório. (KOSIC, 1969, p. 40-45) A generalização científica para Marx não se descola da realidade histórica que analisa, aplicando-a a realidades diversas. Ela está presa à teia de determinações particulares que caracteriza o objeto histórico analisado. Obviamente que isso não impossibilita a ciência de avançar no sentido de estabelecer relações de identidade entre certas categorias históricas e determinações concretas que se reproduzem em contextos diferentes, mas não por meio de conceitos vazios diante da realidade histórica, se não pelo contrário, por meio de conceitos determinados do ponto de vista da totalidade<sup>54</sup>.

É muito relevante para nosso objeto reconhecer que o próprio Florestan vai, em

---

<sup>53</sup> É sabido que o próprio Weber imputa a Marx a formação de conceitos típico-ideais. (WEBER, 1982, p. 118) Se, imediatamente, vem daí a identificação entre Marx e Weber feita por Florestan no conceito de classes sociais, não podemos caracterizar com certeza. Mediamente, no entanto, a necessidade de conceber o conceito de classes como o desenvolvimento de um instrumento conceitual do avanço da ciência sociológica como um todo, concretamente, induz a tal posição.

<sup>54</sup>Curioso é que dois anos antes de escrever o ensaio analisado, Florestan Fernandes, até então membro do Partido Socialista Revolucionário, cumpre a tarefa de traduzir para o português o livro *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx, anexando a tal tradução uma introdução na qual analisa as principais contribuições de Marx ao pensamento sociológico moderno. Esse ensaio revela que Florestan já possui uma aguda percepção de toda a obra de Marx e de suas principais conquistas teóricas. Chega inclusive a afirmar que autores como Dilthey, Tönnies, Rickert, Simmel, Weber, Mannheim, Gurvitch, Windelband e Marx, “discordam nos limites e validade da generalização nas diversas ciências sociais”, mas depois conclui que “Weber, com o método tipológico, precisou o problema na direção proposta por Marx”. (FERNANDES, 1976a, p. 339)

outro livro, identificar a diferenciação existente entre a forma de generalização científica própria da teoria de Marx e àquela referente a Weber, ainda que sob o domínio do ponto de vista empirista, como afirmamos no capítulo anterior. O sociólogo paulista reconhece que em Marx “o processo de formação da inferência indutiva” permite “considerar em seu conjunto as condições e determinações variáveis, isoladas por abstração mas retidas conceitualmente como *realidade* (isto é, conceitos *saturados empiricamente* ou ‘categorias históricas’)”. (FERNANDES, 1972, p. 134) Somente a lógica da unidade do pensamento sociológico permite que Florestan, no ensaio atual identifique as classes sociais como um conceito “típico-ideal”, e atribua tal caráter do conceito a toda uma gama de autores diferenciados, incluindo nesse bolo a figura de Marx. Em um momento posterior, o próprio autor rejeitará a identificação da metodologia de Marx e Weber, diferenciando-as no que se refere às possibilidades de construção tipológicas de cada uma delas.

Assim, acreditamos ser possível fechar a análise do ensaio *A Análise Sociológica das classes sociais*, como uma das primeiras sintetizações teóricas de Florestan acerca do conceito de classes sociais. Podemos concluir, da análise de tal ensaio, que a compreensão que nosso autor possui do conceito em voga, nesse período, já aponta para pelo menos três aspectos importantes da forma como irá analisar o regime de classes particular da realidade brasileira.

Em primeiro lugar, nesse ensaio Florestan já atesta que o conceito de classes sociais é uma forma de estratificação social de um tipo específico de sociedade, que é o capitalismo. Veremos em seguida que essa compreensão se mantém nos escritos posteriores, posicionando nosso autor no seio da polêmica que se desenvolve em torno da interpretação da obra de Marx.

Em segundo lugar, estabelece a importância do estudo da *situação de classe* para compreensão da função das classes sociais em uma determinada sociedade. Esse traço também é relevante para a sua análise posterior. A forma como as classes sociais polarizam os interesses de classe e estabelecem a estratificação da sociedade brasileira vão ser compreendidas a partir da análise das *situações de classe*.

E, em terceiro lugar, a necessidade de se analisar o desenvolvimento das classes sociais historicamente, ou, por meio do “método histórico”, o que possibilita perceber como as classes sociais cumprem a função de “mecanismos de racionalização da mudança social”. Esse ponto é particularmente importante, e já destacamos isso nas páginas acima. A forma de conceber a mudança social a partir da estruturação das classes irá permitir ao

nosso autor captar a dinâmica das classes na sociedade brasileira no seu desenvolvimento histórico.

No que se refere à questão teórico-metodológica, ou ao problema do ecletismo, especificamente, o ensaio em questão demonstra que nosso autor, nesse momento, admite a possibilidade de fusão de metodologias e instrumentos de investigação diversos como forma de avanço do desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência. O ecletismo identificado por nós nos *escritos metodológicos* do autor também é sustentado aqui, influenciando a forma como Florestan compreende as classes sociais. Esse ecletismo, no entanto, não assume a mesma forma que nos *escritos metodológicos* do autor, expressa ainda uma certa confusão de Florestan quanto as diferenças metodológicas fundamentais entre Marx e Weber, senão na relação da obra desses dois autores de maneira geral, pelo menos no que se refere a formação de conceitos científicos, e particularmente, do conceito de classes sociais.

Ao que nos parece, a superação dessa questão metodológica específica já se dá no ensaio *Os Problemas da Indução na Sociologia* (redigido em 1954), como vimos acima. Nesse ensaio, como em outros posteriores, Florestan já se propõe a analisar criticamente a contribuição dos clássicos da Sociologia, estabelecendo diferenciações metodológicas fundamentais entre eles e a possibilidade de aproveitamento da contribuição de cada um de maneira específica. A partir daí o *ecletismo* ganha sua forma madura, tal como o analisamos no Capítulo I, postulando a possibilidade de união metodológica dos clássicos em torno da necessidade de compreensão de diversos aspectos do objeto da Sociologia.

Concluído esse ponto, avançaremos no sentido de analisar momentos de outras obras nas quais Florestan reflete teoricamente o conceito de classes sociais. Esse passo será importante para concluir a determinação do item atual, na medida em que poderemos compreender suas formulações como um todo, possibilitando também o avanço no sentido de alcançar a problemática do próximo capítulo, no qual a análise do conceito é especificada pela particularidade do objeto considerado.

Na medida em que existe um grande laço de continuidade na formação e no desenvolvimento da obra de um autor, quando se faz a análise dela não é possível se furtar do movimento de asserções que repõe elementos antigos e que agrega neles novos traços. É assim que podemos compreender um juízo de Florestan acerca do conceito de classes sociais em Weber, na obra *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Diz, nosso autor:

“A definição de classe, adotada por Weber, é demasiado ampla. No

entanto, sua caracterização formal da ‘situação de classe’ representa um verdadeiro marco na história da Sociologia. A ênfase posta na significação da existência do mercado e da posição ocupada no mercado, em termos de valorização sócio-econômica de bens e trabalho, para a definição da situação de classe, confere ao seu modelo de análise e de explicação uma utilidade ímpar no estudo sociológico das sociedades de classe subdesenvolvidas. Além disso, entre todos os sociólogos clássicos, Weber é o que oferece a explicação mais límpida e simples da ordem social inerente ao capitalismo e à estratificação em classes, como uma ordem social de ‘possuidores’ e ‘não-possuidores’, fundada em interesses univocamente econômicos.” (FERNANDES, 1981a, p. 39-40)

O principal mérito de Weber, nos diz Florestan, é conseguir definir a situação de classe a partir da posição no mercado, possibilitando assim a valorização socioeconômica do agente em questão. Essa valorização forja a estratificação das classes como fundada somente em interesses econômicos, dividida entre “possuidores” e não-possuidores”. O elemento do mercado como definidor das classes é um ponto um tanto quanto polêmico no interior do debate acerca do conceito. Aqui surge uma questão que até agora passou despercebida pelas nossas páginas. Afirmamos, no item atual e no item anterior, do presente capítulo, que as formulações de Weber e de Marx se assemelhavam na medida em que ambas identificavam nas relações econômicas um importante aspecto da definição das classes. Entretanto, principalmente no que se refere ao debate entre marxistas e weberianos, a centralidade do mercado, ou da esfera da circulação, como forma estratificadora central coloca em segundo plano, aparentemente, as relações de produção, a divisão do trabalho que dá base para o funcionamento do próprio mercado.

Claramente a relação da propriedade não é ignorada por Weber, como vimos acima, nem a situação de mercado generalizada para todas as classes. A *situação de classe* torna-se idêntica à *situação de mercado* na concepção weberiana, somente entre àqueles que não são proprietários, e que portanto, necessitam de prestar serviços no mercado e a partir disso são classificados socialmente<sup>55</sup>. Uma crítica comum a concepção de classes em Weber é justamente o fato de ela centrar seu critério definidor na relação do mercado, resultando em classificações das classes pelo setor da produção no qual atuam, como classe de banqueiros, industriais, trabalhadores de telemarketing, garis, etc. O que unificaria essas diferentes “classes” seria a sua idêntica situação de classe, que se definiria

---

<sup>55</sup> “Os que não tem propriedade mas oferecem serviços são distinguidos tanto pelos tipos de serviços que prestam como pela forma pela qual fazem uso desses serviços, numa relação contínua ou descontínua com um recipiendário. Mas essa é sempre a conotação genérica do conceito de classe: que o tipo de oportunidade no *mercado* é o momento decisivo que apresenta condição comum para a sorte individual. ‘Situação de classe’, nesse sentido, é, em última análise, ‘situação de mercado’.” (WEBER, 1971, p. 214)

em torno do local estabelecido por elas no processo de circulação do capital<sup>56</sup>. Nos parece que essa crítica, em partes, é equivocada, justamente pelo fato de que ela generaliza que a *situação de classe* é igual *situação de mercado*, quando na abordagem weberiana isso somente é válido à classe dos não-proprietários. Por outro lado, a crítica se justifica plenamente quando a formulação de Weber atesta o afastamento da esfera da produção como possibilidade de classificação através do mercado. A partir do mercado, Weber pode ver a divisão das classes do ponto de vista da concorrência, da relação de adaptação de indivíduos iguais que vão ao mercado para realizar a venda de mercadorias. Ora, Marx já apontava que o fato de os indivíduos irem ao mercado trocar mercadorias é apenas uma dimensão do que define as classes sociais no capitalismo, uma dimensão aparente, além de tudo. Se o analista se prende nela, ele perde a *essência* dessa relação, que demonstra não serem os indivíduos apenas vendedores de mercadorias ou agentes do mercado<sup>57</sup>. Obviamente que isso não significa que *situação de mercado*, a renda, em suma, a forma como o indivíduo consegue estabelecer uma relação comercial para sobreviver, no capitalismo, não determine a sua inserção de classe, sua consciência de classe contingente, etc. Mas sim que, a compreensão de como a estrutura de funcionamento dinâmico da sociedade capitalista, enquanto uma *totalidade concreta*, determina a vida dos indivíduos em seus múltiplos níveis, não pode se limitar à forma como ele se insere no mercado, à sua *situação de mercado*.

Avaliar até que ponto essa tensão entre a teoria de Marx e de Weber reflete na própria interpretação de Florestan, é um dos objetivos desse trabalho. Cumpre reconhecer, portanto, o posicionamento do nosso autor com relação à teoria weberiana quando concorda com a avaliação da “ordem social” capitalista como uma ordem *estratificada* entre “possuidores e não-possuidores”, fundada em “interesses univocamente econômicos”. A visão da polaridade “posse” e “não-posse” de Weber remete tanto à propriedade como à renda, e abre a possibilidade de limitar a identificação das classes sob o ponto de vista da *situação de mercado*, tanto quanto da produção, simultaneamente.

---

<sup>56</sup> Cf. FERRAZ, C. L. *Marxismo e Teoria das classes sociais*. In: POLITEIA: História e Sociologia. Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 271-301, 2009. p. 274.

<sup>57</sup>“Caem portanto em erro: a) aqueles que consideram o trabalho assalariado, a venda de trabalho ao capital e com isso a forma do trabalho assalariado como exteriores à produção capitalista; trata-se de uma forma *essencial*, de mediação da relação capitalista de produção que é constantemente produzida de novo por essa própria relação; b) aqueles que descobrem nesta relação superficial, nesta *formalidade essencial* ou aparência da relação capitalista, a sua própria *essência* e, por conseguinte procuram caracterizar a relação – e fazer a sua apologia – subsumindo operários e capitalistas na relação geral *entre possuidores de mercadorias*, suprimindo a sua diferença específica.” (MARX, 1985, p. 137)

Por isso, no mesmo livro, quando Florestan vai analisar a contribuição de Marx, ele a considera em termos de complementariedade com a concepção weberiana, no que tange a análise das classes sociais nas sociedades de classe subdesenvolvidas. Diz ele, sobre Marx:

“Ele demonstrou, conclusivamente, que a organização capitalista das relações de produção condiciona, morfológica, funcional e geneticamente, tanto os processos de estratificação social, que geram a moderna ‘sociedade de classes’, quanto a formação de um novo tipo de mercado, que tem por função servir de elo entre ambas, convertendo a apropriação privada dos meios de produção e a mercantilização do trabalho nas duas faces da mesma moeda.” (FERNANDES, 1981a, p. 43)

A ordem fundada entre “possuidores” e “não-possuidores” de Weber, é análoga à “organização capitalista das relações de produção” que forma o mercado e a estratificação de classes. As relações de produção, condicionam a estratificação e o novo tipo de mercado. O mercado, por sua vez, cumpre a função de elo entre as relações de produção e a estratificação. Somente pelo intermédio do mercado os indivíduos se classificam socialmente, seja enquanto proprietários, comprando força de trabalho no mercado, seja como trabalhadores, vendendo essa força de trabalho de maneira mais ou menos lucrativa. A existência do mercado é fundamental, portanto, para que se estabeleça o *trabalho assalariado* como “mediação da relação capitalista de produção”.

Os dois autores são, portanto, encarados e considerados como contribuições válidas à análise das classes sociais. Com ambas as contribuições Florestan estabelece uma forma de apreciar as classes que vai determinar sua leitura acerca da realidade do capitalismo brasileiro. Essa relação dúplice vai aos poucos se desenhando em nossa apresentação. Teceremos ainda algumas considerações sobre ela nas próximas páginas, mas somente poderemos avaliá-la concretamente no decorrer da análise do próprio Florestan, ou seja, na medida em que ele utilizará dessa mesma base eclética específicas, no que se refere ao conceito de classes sociais, para analisar a realidade.

Para avançar é necessário considerarmos a concepção do conceito de classes sociais à luz do *problema da inflexão* na obra de Florestan. Nas páginas acima já pudemos identificar que quando a formulação sobre o conceito surge na obra do jovem Florestan, ela ganha um caráter eclético, determinado sobretudo pela necessidade de delimitar uma concepção unitária acerca do conceito no interior do “pensamento sociológico”. Agora precisamos explorar a possibilidade da tese de que a *inflexão* na obra do autor alterou ou não a forma como ele enxerga a problemática.

Isso se complica quando nos damos conta de que Florestan, por diversas vezes, reivindica suas antigas obras, como base teórica do exercício analítico que ele efetua nas obras “da maturidade”. No que se refere a questão das classes sociais não é diferente. Na análise das sociedades capitalistas subdesenvolvidas, feita no livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), Florestan remete, em nota, ao livro *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, dizendo estar aí o “ponto de vista do autor” sobre o conceito de classes sociais. (FERNANDES, 1981a, p. 32)

O livro *Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina*, de 1973, normalmente é compreendido, pelo autor e pela literatura comentadora, como um livro do segundo período. O segundo ensaio, denominado *Classe sociais na América Latina*, vai estabelecer a teorização do conceito de classes sociais nos seguintes termos:

“O conceito de *classe social* tem sido empregado em diferentes sentidos. Alguns autores o usaram (e continuam a usá-lo) para designar qualquer tipo de estrato social, hierarquizado ou não, como equivalente do conceito mais amplo de ‘camada social’. Há autores que o utilizam de maneira mais restrita, para designar estratos sociais que se caracterizam pela existência de uma comunidade de interesses, mais ou menos percebidos socialmente, e quase sempre associados a relações de dominação, de poder político e de superposição (também baseadas em diferenças de prestígio social e de estilo de vida). (FERNANDES, 1973, p. 33)

Nesse primeiro trecho nosso autor vai identificar duas formas existentes de conceituação de classes sociais, a primeira trata o conceito de uma forma mais ampla, como “camada social” em geral, limitando-se, portanto à delimitação dos estratos, não tematizando assim a condição estrutural que os fundamenta, e a segunda, mais restrita, usa para definir quaisquer estratos que possuam comunidade de interesses associados a relações de dominação. As formulações aqui levantadas já foram identificadas por Florestan no debate sobre a análise sociológica das classes sociais, feita no ensaio de 1948, analisado por nós nas páginas precedentes. Há, portanto, uma continuidade na identificação das teses que valem a pena ser mencionadas, ainda que criticamente. Mas mais importante é o trecho que segue, no qual nosso autor se posiciona sobre o conceito:

“Por fim, existem autores que o aplicam com um máximo de especificidade histórica, para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista. Nesse sentido, a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado Nacional

formalmente representativo. Concebida à luz da última acepção, aceita pelo autor, a ‘sociedade de classes’ possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder /.../, quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais. (*Ibidem*, p. 33)

O que se explicita no trecho mencionado é que Florestan mantém o núcleo central da sua concepção primeva da definição do conceito de classes sociais, e enriquece-a por meio de novas características. A primeira questão digna de nota é o posicionamento no que diz respeito à definição do conceito como referente a um fenômeno específico do capitalismo: é um “arranjo societário inerente ao modo de produção capitalista”. Essa concepção já está presente em 1948. Contudo, ele desenvolve isso de maneira mais articulada no trecho atual, tal como fez 1967, na obra *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Concebe que, para surgir e se reproduzir como estrutura social a classe social necessita de certos requisitos básicos, que se expressam na “associação do modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social”, adicionando ainda, o elemento da “ordem legal” requerida por esta forma de estruturação societária.

Portanto, retomando nosso raciocínio anterior, a forma da organização de produção própria do capitalismo (predominância da extração de mais-valia *relativa*<sup>58</sup>) estabelece o mercado como principal forma de classificação social, ou de estratificação social, por meio da universalização da propriedade privada e da instituição do *trabalho livre*. Essas características, concretamente, para se desenvolver, requerem a instituição de um Estado nacional e de uma ordem legal, que normatize a existência da *propriedade privada* e do próprio *trabalho livre*. Com o conjunto desses elementos se desenha, para Florestan, a “sociedade de classes”, ou, a sociedade na qual a estratificação social assume a *forma típica* de classes sociais, principalmente determinada por critérios econômicos, e que condiciona a distribuição da riqueza, do prestígio e do poder, além dos mais variados processos de mudança social.

Aqui é necessário pensarmos no “ponto de vista” subentendido à formulação do

---

<sup>58</sup> A existência da extração mais-valia *relativa* como forma de reprodução da produção especificamente capitalista, é identificado por Marx em *O Capital*. (MARX, 2013, p. 707-708). Esse elemento, no trecho apontado, está apenas pressuposto. Ele aparece, no entanto, em outras obras do mesmo período (FERNANDES, 2005, p. 339). Voltaremos a esse assunto no capítulo seguinte na medida em que desenvolveremos em que termos se situa o debate sobre a formação do capitalismo brasileiro e como Florestan se posiciona diante dele.

autor. Pois, a questão principal da organização da estratificação da sociedade em classes sociais, de acordo com o raciocínio de Florestan, está, de fato, no princípio de classificação social. Nas sociedades divididas em classes, o princípio de estratificação social é o mercado, a situação econômica, diz o autor. Se partirmos desse pressuposto para nos defrontarmos com a ideia de que a estratificação de classes somente existe no interior do capitalismo, é necessário que perguntemos: e em sociedades que não são capitalistas, qual é o princípio de classificação social? Florestan não tematiza muito sobre essa questão, e, como vimos, ao criticar autores que generalizam o conceito de classes para outras sociedades, não desenvolve seus argumentos para além da concepção de que se perde o que há de específico no capitalismo.

Vamos então recorrer à Marx. Como o filósofo alemão pensa essa questão? Já o mencionamos no primeiro item do capítulo atual. Para Marx o que diferencia a sociedade de castas, a sociedade feudal e o capitalismo, é a forma como se organizam as relações de produção, e a determinação *particular* do conceito de classes. Também nessas sociedades existe a propriedade privada (no sentido amplo do termo) e apropriação privada da produção coletiva. Portanto, também nelas existem divisões entre opressores e oprimidos, nobres e servos, senhores e escravos, conforme nos diz o *Manifesto Comunista* etc. (MARX, 2010, p. 40) E também nessas sociedades a divisão do trabalho, as relações de produção, as relações econômicas, são a base sobre a qual se erguem múltiplas gradações na realidade social. Seria correto falar ser o critério econômico o princípio de “classificação social” no capitalismo em diferenciação a essas sociedades, do ponto de vista da concepção de Marx?

Seria!

Isso porque há uma questão subjacente. A forma de subsunção do trabalho, de apropriação do excedente produzido por parte das classes proprietárias, nas diversas divisões do trabalho analisadas por Marx, varia. No que se fundamentava a propriedade feudal? No mercado, como fonte de legitimação? Não! A própria existência e desenvolvimento do comércio foi um importante fator de desagregação dessa sociedade e da forma de propriedade inerente a ela. A propriedade feudal se fundava no monopólio da propriedade da terra e no direito consuetudinário. A *emancipação política* de que falava Marx em *A Questão Judaica* é justamente um ponto de viragem de um processo de superação desse estado de coisas, que, no entanto, não suprime a própria dominação de classes. A propriedade legitimada por meio de um “direito natural” é suprimida, mas a propriedade em si, continua existindo, sob outra forma. Essa forma sob a qual a

propriedade se reproduz na história, estabelece uma nova relação de subsunção do trabalho, não mais fundamentada na propriedade da terra e no direito consuetudinário, mas sim na propriedade privada e no trabalho livre.

Desse ponto de vista, Florestan não está em contradição com o raciocínio que dá base para o entendimento do conceito de classes sociais como forma específica de divisão do trabalho capitalista, tal como ele mesmo defende. O que esse raciocínio prioriza, no entanto, é a maneira como se legitima a propriedade nessas sociedades. A forma como se dá a subordinação do trabalho e as características próprias das relações sociais que se estabelecem a partir daí. Mas ele não questiona o fato de que as relações de produção estão na base do desenvolvimento das relações sociais. Pelo contrário, reafirma tal postulado, se apoiando nas formulações de Marx<sup>59</sup>.

Aqui se desenha de fato, o que identificamos como um “ponto de vista” sociológico, na maneira como se enxerga as classes sociais. Há uma atenção direcionada às estruturas sociais específicas que regulam as relações sociais, suas descrições, seus “padrões de integração”, sua forma de funcionamento, suas mudanças na história *in flux*, seus desvios, suas funções etc., como forma de estabelecer o que é relevante para o objeto da Sociologia. A grande questão que está pressuposta nessa problemática é: a forma sociológica de encarar as classes sociais, ao centrar suas análises em torno do que é considerado essencial para o “objeto da Sociologia”, se abstém de considerar a história humana do ponto de vista da *totalidade*?<sup>60</sup> Incorre, Florestan, no equívoco de pretender “estudar as leis e a história do desenvolvimento social *separando-as da economia*”, como diz Lukács no momento em que caracteriza a “nova ciência da época da decadência: a sociologia”? (LUKÁCS, 2010, p. 64)

A análise que fizemos do trecho selecionado deixa patente que sim e que não. Não, porque esse traço específico da “decadência ideológica” burguesa, que é a separação “metodológica” do objeto da Sociologia das questões econômicas não ocorre na formulação de Florestan, nem a rejeição da crítica da economia política no interior das

---

<sup>59</sup> “Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 2007b, p. 45)

<sup>60</sup> O desenvolvimento dessa questão seminal na análise da obra de Florestan já foi feita por comentaristas, principalmente por PAIVA, C. A. N. *Capitalismo (in)dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil – um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Campinas. 1991, p. 16-56.

discussões “sociológicas”. No entanto não há como afirmar que isso significa uma total identidade do autor com os pressupostos *marxianos* da análise da realidade social como *totalidade*. Porque o próprio Florestan ignora a dimensão *universal* do conceito de classes sociais quando busca enfatizar a dimensão *particular*. E tende a fixar a base econômica da definição da “estratificação de classes” de maneira mecânica, excluindo a determinação da classe como *sujeito histórico*, a importância da *ação de classe*, e principalmente as possibilidades de desenvolvimento da *consciência de classe*. Florestan, ainda que considere a contribuição de Marx, tende a compreendê-la apenas como uma determinação econômica que define o lugar no qual os indivíduos se inserem na sociedade por meio da “classificação social” gerada pelo mercado. E é patente que em tal compreensão subjaz um ponto de vista “sociológico” na análise das classes, que se aproxima mais da teoria de Weber do que da de Marx, propriamente.

Isso aparece ainda mais quando se tem em conta que Florestan deliberadamente substitui o que em Marx é “divisão social do trabalho” pelo conceito de “estratificação social”, como se fossem as mesmas coisas. Se analisarmos atentamente veremos que por trás do princípio de divisão social do trabalho, em Marx, está a diversificação que o conjunto das relações de produção experimentam na medida em que se desenvolvem as forças produtivas de uma determinada sociedade. A base dessa divisão, no entanto, a determinação da sua particularidade, está na forma de subordinação do trabalho pela propriedade. Essa forma determina as classes fundamentais da sociedade mas também possibilita o surgimento de outras classes, às vezes transitórias, às vezes não, mas que orbitam no interior dessa estrutura fundamental. Ora, tal raciocínio, ainda que possa ser inspirador de alguma “teoria da estratificação social”, não se assemelha à visão sociológica que procura estabelecer as formas de divisão da sociedade em “estratos sociais”. De acordo com tal pensamento, dependendo do “ponto de vista” sob os quais são analisados, os “estratos” podem ser baseados em princípios diferenciados como a “posse”, a “honra”, o “status”, etc.

Por mais que Florestan realmente vá à teoria de Marx e se apoie nela para definir o princípio de “classificação social” próprio do capitalismo, parece claro que a teoria de Marx é ajustada para se encaixar no arcabouço sociológico que orienta sua leitura. Por isso é possível ao nosso autor identificar as leituras de Marx e de Weber em torno da ideia de que na “estratificação de classes” o mercado é o princípio de “classificação social”. A “sociedade de classes” de que fala Florestan, não é exatamente o conjunto das determinações centrais que caracterizam a divisão social do trabalho no interior do

capitalismo, mas um “tipo” de sociedade cuja “estratificação social” se estabelece a partir das relações de mercado, dos interesses econômicos. Parece que a necessidade de dar unidade a uma teoria sociológica que consiga dar conta de analisar as múltiplas facetas da realidade do capitalismo, ainda aqui cumpre uma função determinante no ecletismo do autor.

Para finalizar esse capítulo ainda nos resta análise de mais um trecho onde identificaremos um elemento que é essencial para analisarmos, tanto a definição de Florestan sobre as classes sociais, quanto as problemáticas que levantamos até agora, o *problema da inflexão* e o do *ecletismo*, em sua obra. No livro *Circuito Fechado*, publicado em 1976, e já considerado como uma obra da “fase madura” da produção intelectual do nosso autor, em um ensaio intitulado *A Sociedade Escravista no Brasil*, discutindo as abordagens dadas por autores e correntes sobre possibilidades de se compreender o desenvolvimento das formas de estratificação no Brasil, Florestan diz o seguinte:

também se tem negligenciado a procura de uma maior precisão no uso de conceitos e categorias históricas apropriados à compreensão, da sociedade escravocrata e senhorial, que se montou, desde o período colonial, sobre a base material da produção escravista. Suscitaram-se falsos debates, resultantes de uma distorção mecanicista do determinismo econômico ou da explicação dialética, como a tentativa de restabelecer a ‘sociedade feudal’ sobre a escravidão mercantil. Ou *proscreveram-se conceitos, como o de casta e de estamento, essenciais para a explicação de sociedades estratificadas nas quais a desigualdade econômica, social e política não se vincula ao capital industrial (e, portanto, à institucionalização do trabalho livre e da mais-valia relativa)*. Aqueles conceitos encontraram largo uso entre os especialistas da sociologia histórica e da sociologia comparada – e mesmo os criadores do marxismo, Marx e Engels, os utilizam quando pretendem introduzir um máximo de saturação histórica no manejo de categorias gerais. *Ao se evitar o emprego simultâneo de conceitos e categorias históricas como ‘casta’, ‘estamento’ e ‘classe’ perde-se, portanto, aquilo que seria a diferença específica na evolução da estratificação social no Brasil.* (FERNANDES, 2010, p. 62-63 grifos nossos)

Esse ponto é vital para a nossa apresentação. No trecho supracitado o autor critica outras abordagens que prescindiram dos conceitos de castas e estamentos para explicar a sociedade colonial brasileira, uma sociedade na qual a “desigualdade” não se vincula ao capital industrial, entendendo por esse a existência do *trabalho livre* e da extração de *mais-valia relativa*. Até aí, tudo está em conformidade com o conteúdo que vinhamos apresentando. A concepção das classes sociais como uma forma de estratificação específica do capitalismo está ligada à compreensão acerca da maneira particular pela

qual se dá a subordinação do trabalho à propriedade, nessa sociedade. Uma sociedade estratificada por meio de estamentos pressuporia outra forma de subordinação, como a de castas e assim por diante.

O trecho citado, no entanto, estabelece o contrário disso. Pois Florestan atesta que ao evitar-se o emprego simultâneo das três categorias, os analistas não conseguem captar a *diferença específica* das formas de estratificação do capitalismo brasileiro. Ora, mas como se pode aplicar simultaneamente três categorias que são “historicamente saturadas”, ou seja, que se referem, em ligação com um complexo de outros conceitos e categorias, a uma situação histórica específica, que delimita o seu recorte e aplicação, em outras situações históricas?

Vimos no item anterior do presente capítulo, que a defesa de que as formas de estratificação social se relacionam com determinados “pontos de vista” da análise do autor com relação a uma parte da realidade é vinculada à visão weberiana dos conceitos de classe, estamentos e castas. Para Weber, a ordem econômica, a ordem social e a ordem jurídica das sociedades, são determinados setores da sociedade que permitem a estruturação das formas de distribuição do poder, da honra e do status, próprias. Obviamente que Weber não supõe estarem essas “ordens” separadas umas das outras na realidade, mas essas separações analíticas possibilitam a ele estabelecer a existência de disputa entre as “classes”, ou entre os “estamentos” simultaneamente, no interior da mesma sociedade.

O que está no centro dessa concepção, do ponto de vista analítico, é a necessidade de entender diversos aspectos da vida social separadamente. E essa visão, por sua vez, está intimamente conectada a uma concepção do conhecimento da realidade nas ciências humanas, que estabelece a impossibilidade do conhecimento da *totalidade*, ou do não reconhecimento das determinações que advém do caráter de *totalidade* assumido pela realidade social. Nesse sentido, a possibilidade do conhecimento de um determinado fenômeno é limitada ao ponto de vista abordado pelo autor e pelo alcance da “regressão causal” estipulada como forma de parte da realidade em questão. Essas duas características delimitam um recorte no objeto que é necessário, sob o ponto de vista do postulado de que a realidade em devir possui múltiplas determinações causais dotadas de sentido, que remontam ao infinito, inacessíveis ao pesquisador. (FREUND, 1987, 39-47)

No que se refere a interpretação do trecho de Florestan, para afirmar que a proposta da “aplicação simultânea” das três categorias é a posição do autor, tal como Weber a defende, precisaríamos comprovar que tal aplicação não está conectada com o

conhecimento das formas de subordinação do trabalho e de estratificação da vida social no Brasil ao longo da história. Ou seja, demonstrar que ele as utiliza, de fato, como um conceito “polihistórico” ou “a-histórico”, da mesma forma que o sociólogo alemão, enquanto um *tipo ideal*.

Mas se, por outro lado, a ênfase de Florestan for demonstrar como essas formas de estratificação se misturam, enquanto categorias históricas, no interior do processo brasileiro – ainda que em cada momento histórico uma predomine –, a identificação com a conceituação weberiana, aventada por nós em torno dessa questão particular, nesse momento, não é possível. Nesse caso, a chave para a compreensão do trecho, estaria, não propriamente na “aplicação simultânea”, mas sim, no seu objeto particular, ou seja, na análise da *diferença específica* do capitalismo brasileiro.

Veremos no próximo capítulo que a afirmação que Florestan faz no trecho citado é seguida por uma leitura acerca da estrutura da sociedade colonial brasileira na qual o não reconhecimento da existência da subordinação do trabalho “pautada unicamente em critérios econômicos” leva nosso autor a interpretar a formação colonial como uma “ordem social escravocrata e senhorial”, na qual a estratificação social é definida por critérios extra-econômicos. O curioso é que, se a rejeição da “estratificação de classes” no Brasil colonial é feita no marco de uma leitura marxista de Florestan, para a qual o que define a estratificação é a forma de subordinação do trabalho pela propriedade, a resposta dada pela formulação teórica do autor, é feita no marco da leitura weberiana, sendo que nesta a “estratificação social” do Brasil colonial é determinada pela distribuição da “honra estamental” e da “dominação étnica”, e não pela subordinação do trabalho.

Portanto, não é possível ser conclusivo no sentido de afirmar que Florestan está defendendo a maneira weberiana de encarar a definição da “estratificação social” segundo as diferentes esferas de distribuição da honra, do prestígio, do poder e da posse, simultaneamente. Mas pode-se afirmar que a impossibilidade de o autor “adequar” a sua concepção acerca da “especificidade” do capitalismo (existência de trabalho livre e extração de mais-valia relativa) e das classes sociais para analisar a realidade colonial brasileira, faz com que ele recorra novamente à teoria weberiana da estratificação social.

Na introdução do capítulo seguinte veremos o que é central nessa problemática: Florestan incorre em uma *oscilação formalista* tanto na concepção do conceito de classes sociais quanto na leitura sobre o caráter da formação social colonial brasileira como “pré-capitalista”. O centro dessa *oscilação* é justamente o cancelamento do caráter contraditório do movimento da realidade social – e junto com ele a ligação dialética das

determinações particulares e das determinações universais – e o apego ao critério “formal” que busca encaixar a formulação “clássica” na realidade analisada.

Assim, o conceito de classes sociais é universalizado em sua particularidade “clássica” por meio de uma operação formalista: só há classes sociais no capitalismo, e só há capitalismo com classes sociais. As múltiplas formas de transição capitalistas, nas quais o *momento predominante* da subordinação das relações sociais à lógica do capital já foi estabelecido, ainda que não predominem numericamente relações sociais “especificamente” capitalistas, se tornam ininteligíveis, ou somente inteligíveis no interior da *lógica eclética*, que complementa a “teoria sociológica das estratificações” com outros critérios que podem ser observados empiricamente.

Essa é uma discussão importante. Um problema central da formulação de Florestan sobre o conceito de classes sociais surge exatamente na medida em que saímos da definição rígida do conceito em cima da especificidade dos “casos clássicos” para colocar a problemática da *particularidade* das transições capitalistas tardias. Quando a sociedade tende para o capitalismo, mas a determinação *particular* das classes não está ali, como avaliar a luta de classes?

Chegamos, portanto, a um momento no qual as principais questões e problemáticas inerentes à teorização do nosso autor em torno do conceito de classes sociais, foram colocadas e analisadas, na medida do possível. Essas questões, por ainda não serem conclusivas, nos suscitaram a necessidade de uma análise mais refinada ainda, que saia do marco daquilo que o autor *disse* sobre o conceito, e vá ao marco daquilo que ele *fez* concretamente, em sua análise.

## **Capítulo III – Capitalismo dependente e classes sociais no Brasil.**

### **1. Introdução – Capitalismo Colonial e Pré-capitalismo.**

As classe sociais, como vimos, são formas de diferenciação social próprias de uma determinada organização das relações de produção social, na visão de Florestan Fernandes. Elas não só determinam a maneira pela qual essas relações se reproduzem e se mantêm, como também são extremamente dinâmicas e variáveis ao longo da história. A análise de um determinado contexto, ou seja, a análise feita dentro de um recorte histórico muito próximo ou imediato, que identifica as classes politicamente mobilizadas e os diferentes interesses de classes em conflito imediato no seio de uma sociedade, é de extrema importância para qualquer forma de atuação política que pretenda alterar aspectos fundamentais da organização social.

No entanto, a possibilidade de se conhecer a conjuntura da luta de classes passa necessariamente por uma análise *totalizante*, que conceba a organização do modo de produção capitalista como um todo, além de pressupor o conhecimento do capitalismo no seu surgimento e no seu desenvolvimento. Não se trata aqui de um postulado metafísico. O fato elementar de as relações sociais se darem dentro do espectro histórico e de terem caráter irreversível estabelece a necessidade do conhecimento de suas tendências de desenvolvimento para que seja possível qualquer explicação de um determinado padrão de organização. A esse fato elementar se soma outro, indicando que a dinâmica histórica dessas relações faz com que elas estabeleçam mudanças qualitativas ao longo de sua história, mudanças que moldam tanto suas características formais e aparentes, quanto suas características essenciais. Assim, só podemos conhecer adequadamente uma determinada conjuntura da luta de classes na medida em que conhecemos a forma de surgimento do capitalismo como modo de produção de uma determinada sociedade, suas características particulares etc., e na medida em que conhecemos como as classes se movimentaram dentro do espectro social ao longo da história, superando certas características, adquirindo outras etc.

Desde que a revolução burguesa no ocidente colocou para a humanidade a possibilidade de que coletivamente o gênero humano possa *fazer história* conscientemente e não apenas *sofrê-la* passivamente, a busca pelo conhecimento das relações sociais, necessária para se poder agir na sociedade, se tornou algo sistemático. A própria “restauração” burguesa, já enquanto classe dominante, não eliminou esse fato,

pois, por um lado, legou às novas classes dominadas a possibilidade da transformação revolucionária do mundo, e, por outro, instituiu a necessidade do conhecimento da realidade social como forma própria de auxílio à manutenção do *status quo*, de conservação da sua dominação.

É nesse sentido que a tradição crítica, marxista, socialista, comunista e revolucionária, de maneira geral, se desenvolve através da necessidade de compreender como o capitalismo surge e se organiza, para poder combatê-lo. A teoria social de Marx é o principal exemplo do que estamos tentando demonstrar. O autor se empenhou, ao longo de grande parte da sua vida, em elaborar um conhecimento sistemático da *gênese* e do *desenvolvimento* do capitalismo enquanto modo de produção. Sua principal referência era a forma como o capitalismo se desenvolvia nos países centrais do mundo ocidental, principalmente França e Inglaterra.

A arrasadora lógica de expansão do capitalismo como modo de produção que subordina todas as formas sociais que se colocam em seu caminho fez com que Marx, ainda em vida, observasse o desenvolvimento do movimento socialista colocar a necessidade de análises do surgimento do capitalismo em outros países, com características diferentes daquelas observadas por ele nos casos clássicos. A própria Alemanha, terra natal de Marx, materializará uma *via* de transição do feudalismo para o capitalismo, que se diferenciava, em aspectos fundamentais, da evolução política, social e econômica, que o capitalismo demonstrou na Inglaterra e na França.

Apesar de Marx ter tecido elementos fundamentais para se conceber a estrutura dos países de transição atrasada para o capitalismo, será Lênin quem dará uma contribuição fundamental para esse debate. Estudando as formas *tardias*, ou atrasadas, de desenvolvimento do capitalismo, o revolucionário russo denominará a transição alemã como a *via prussiana* de desenvolvimento do capitalismo, em oposição à via inglesa e à via norte-americana. Isso implica em afirmar que a forma de transição existente não extirpa, por meio de uma revolução social, os elementos feudais da sociedade em questão, mas os preserva, forçando-os a conviver lado a lado com o elemento burguês nascente. Diz Lênin que, uma das principais características da transição de tipo prussiana, está precisamente no papel cumprido nela pela grande propriedade de terra, pelo grande latifúndio. Na transição alemã, o desenvolvimento burguês dos grandes latifúndios se dá apenas paulatinamente, tal como a substituição dos “métodos feudais” de trabalho pelos “métodos burgueses”. Por outro lado, na transição norte-americana, a divisão das terras dos latifúndios entre pequenas fazendas camponesas acabam com o latifúndio feudal e

desenvolvem livremente as “granjas capitalistas”. Portanto, na primeira se mantém ao máximo a servidão, e formas de produção que desaceleram o desenvolvimento das forças produtivas e do próprio capitalismo como modo de produção, além de implicar em um longo período de permanência de interesses políticos feudais no âmbito do Estado. E na segunda, esses elementos feudais ou arcaicos são aniquilados por meio de um processo de revolução social que proporciona um rápido desenvolvimento das forças produtivas e do modo de produção capitalista. (LENIN *apud* CHASIN, 2000, p. 41)

O conhecimento da transição alemã para o capitalismo, por conseguinte, foi uma primeira contribuição para um aspecto da forma de expansão e reprodução do sistema capitalista que Marx já analisou, que Lênin já percebia em sua época, e que ganha sua denominação definitiva na obra de Trotsky, trata-se da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.<sup>61</sup> O capitalismo enquanto um modo de produção totalmente diverso daquele no seio do qual surge, ganha predominância primeiramente em alguns países mais adiantados no seu processo de desenvolvimento. Após se instaurar ali, e modificar as relações sociais de maneira geral, é impetuoso à lógica própria do capitalismo, sua expansão e difusão à outros países. Contudo, essa expansão se dá em um momento em que os países pioneiros do capitalismo já atingiram etapas de desenvolvimento de suas forças produtivas capitalistas mais avançadas. A forma como ele nasce e se expande em países atrasados, vai implicar uma relação de desigualdade entre o comércio, a produção, a política internacional etc., dos países capitalistas.

Portanto, enquanto se expande ao redor do mundo, o capitalismo impõe uma dinâmica de desenvolvimento desigual a vários países diferenciados. Ao mesmo tempo em que faz isso, no entanto, a inter-relação entre esses diversos Estados Nacionais no interior do mercado mundial, contribui para desenvolver e reproduzir o próprio capitalismo por meio de uma divisão internacional do trabalho, que estabelece uma combinação na forma de desenvolvimento do sistema como um todo. (TROTSKY, 2007, p. 19-21)

Dessa forma, as fases de desenvolvimento capitalista que se especificam nos casos *clássicos* de transição, não necessariamente se estabelecem nos países de capitalismo atrasado. Muitas vezes induzidos pela atual fase de expansão do capitalismo mundial, determinada pela atuação das economias centrais, os países atrasados pulam etapas que

---

<sup>61</sup> Sobre a polêmica que se desenvolve em torno da chamada *lei do desenvolvimento desigual e combinado* Cf. LOWY, M, 2010. Sobre a já existência de tal concepção nas formulações de Lênin ver LENIN, 2010, p. 61

foram vitais à consolidação do capitalismo nos países de transição *clássica*, misturam elementos de formas antigas e formas modernas de produção, e acabam por selar o seu destino enquanto uma economia atrasada, por meio de uma relação desigual com os principais centros de expansão vital do capitalismo.

Tal elemento, formulado como *lei histórica* por Trotsky, mas já presente na interpretação de Lênin sobre o caso russo, sobre o caso alemão e sobre o imperialismo, coloca sobre novas bases o problema de como pensar a transição para o capitalismo nos países atrasados. As múltiplas formas sociais pré-capitalistas que se estabeleceram em diversos países ao redor do mundo implicam a necessidade de que cada transição deva ser apreendida na sua *particularidade*. Isso porque, não basta que se faça uma interpretação interna das relações de produção vigentes em cada período histórico, é necessário ainda, saber em que medida a expansão externa do capitalismo determina as formas econômicas, políticas e sociais desenvolvidas internamente e como, e a partir de quando, se interiorizam e se propagam as relações sociais especificamente capitalistas.

Essa delimitação do problema é apenas o início da discussão. No Brasil, a questão de saber a real natureza genética do seu capitalismo irá conduzir as forças e teóricos da esquerda a um intenso debate, focado principalmente na tarefa de desvendar qual a real conexão do antigo sistema colonial brasileiro com o surgimento do capitalismo no Brasil. Seria descabido no interior dessa introdução procurarmos dar conta de todos os elementos do debate mencionado, mesmo que minimamente<sup>62</sup>. Precisamos no entanto pontuar que a formulação de Florestan Fernandes acerca do surgimento do capitalismo brasileiro é, de

---

<sup>62</sup> A nossa opção foi por trilhar uma linha de exposição que apresenta uma leitura específica na qual se defende a vinculação orgânica das relações sociais do Brasil colônia com a expansão do capitalismo mercantil, e portanto a existência de um “capitalismo colonial”, para introduzir em contraposição a essa leitura a tese do “pré-capitalismo”, com a qual se identifica Florestan. Esse movimento sintetizador da nossa apresentação, é provido, no entanto, de uma violência intrínseca que queremos ressaltar. Uma ampla gama de teóricos extremamente relevantes para o tratamento adequado da discussão teve que ser deixada de lado para que pudéssemos ser sintéticos na exposição sem deixar de lado elementos fundamentais do debate. Para os objetivos desse trabalho, portanto, tal violação é imperativa, pois visamos apenas demarcar o posicionamento de Florestan no interior do debate. Também gostaríamos de ressaltar com um certo pesar que deliberadamente omitimos uma série de outras leituras e “vertentes” que possuíam grande influência no debate como um todo. Por exemplo a formulação “oficial” do PCB defendendo a tese do “feudalismo no Brasil”, que se expressa principalmente nas obras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. As formulações opositoras à essa tese “oficial” que ganham expressão a partir da obra de Caio Prado Júnior. A tese do “escravismo no Brasil”, própria da formulação de Jacob Gorender e Ciro F. Cardoso; a leitura “cepalina” de Celso Furtado; a concepção dos expoentes da chamada “teoria marxista da dependência” como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra; a concepção “althusseriana” de Décio Saes, além da contribuição esparsa de diversos teóricos importantes do pensamento social brasileiro que não puderam ser exploradas aqui. Florestan, intelectual erudito que era, teve contato com todas essas formulações e com certeza refletiu sobre suas contribuições no interior da discussão em tela. A influência que algumas delas tiveram no interior de sua obra ainda é algo a ser estudado mais detidamente pela literatura comentadora.

fato, um fruto desse debate, e toma uma posição no interior dele. De tal forma que é necessário que apresentemos pelo menos uma leitura específica que sintetiza os elementos por meio dos quais a leitura de Florestan se afirma, ainda que em oposição a eles.

Trata-se da leitura elaborada por João Manuel Cardoso de Mello, em seu livro *O Capitalismo Tardio*. (MELLO, 1990) Diz o autor que a expansão do capital na sua fase mercantil coloca a necessidade de desenvolvimento do empreendimento colonial também como empreendimento mercantil, de forma à financiar o processo de acumulação primitiva de capital nos países ocidentais em transição ao capitalismo. A possibilidade de que a produção colonial brasileira possa gerar o lucro, que era sua razão da existência, colocava a necessidade do uso do trabalho compulsório escravo e servil, adaptando essas formas de trabalho às necessidades comerciais. Nesse sentido o capitalismo comercial, ou mercantil, determina uma lógica de *subsunção formal do trabalho ao capital*, na medida em que o trabalho é subordinado compulsoriamente, e não economicamente (trabalho escravo, servil etc.) (MELLO, 1990, p. 43-44)<sup>63</sup>. Se há *subsunção formal do trabalho ao capital* a formação social própria do Brasil colonial é, de fato, formalmente capitalista.

No interior do processo histórico tal explicação ganha contornos concretos na medida em que identifica que o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países centrais se traduz em tornar a necessidade de acumulação mercantil ligada à produção colonial obsoleta, na medida em que a acumulação pode ser feita, agora, internamente. Nesse processo o papel da produção colonial entra em contradição com o capitalismo industrial central na medida em que impossibilita a generalização do trabalho assalariado como forma de ampliação dos mercados, e na medida em que limita as possibilidades de desenvolvimento de uma produção em massa de alimentos e matérias-primas. A partir daí se desenvolve a tendência de extinção do trabalho escravo e de institucionalização do trabalho livre e da industrialização.

A essa forma de compreensão das relações sociais coloniais surge outra, antagônica, que, mesmo concordando com a tese da vinculação inexorável da expansão do capital mercantil com o empreendimento colonial, não estabelece uma relação direta de determinação capitalista das relações sociais coloniais a partir desse fato. O centro da

---

<sup>63</sup> Outros autores também vão defender a concepção de que o capitalismo brasileiro é subordinado formalmente à expansão do capitalismo mundial, baseando-se no conceito de *subsunção formal do trabalho ao capital*, de Marx. Sobre isso ver MAZZEO, 2015.

concepção está no fato de que no capitalismo mercantil, a fase de acumulação primitiva do capital, em si mesma, ainda não é capitalismo especificamente, tal como Marx o define, ou seja, com existência de *trabalho livre e subsunção real do trabalho ao capital*. Dessa forma, por mais que ele de fato fosse determinante no desenvolvimento das relações sociais coloniais, por mais que a esfera da circulação do capital, nesse período, fosse de fato a determinação predominante do processo histórico global, tomar a fase de acumulação primitiva de capital, como capitalismo de fato, seria um contrassenso, do ponto de vista das afirmações de Marx<sup>64</sup>. Trata-se, portanto, de uma formação social “pré-capitalista”, intimamente conectada ao capitalismo em expansão.

Quem defende essa posição é Sedi Hirano (1988), inclusive polemizando abertamente com a interpretação do capitalismo colonial de João Manuel Cardoso de Mello. Para o autor, não é possível a partir da obra de Marx estabelecer o trabalho compulsório como forma de *subsunção formal do trabalho ao capital*. Isso porque, Marx estabelece que essa forma de subsunção é típica do período manufatureiro do capitalismo, no qual já se concretiza uma relação de subordinação do trabalho puramente monetária, ou seja, no qual a “relação coercitiva na extração do excedente, produzido na forma de mais-valia absoluta, nasce de relações puramente econômicas e não políticas”<sup>65</sup>

Portanto, na visão do autor, mesmo que se reconheça o papel determinante da expansão do capitalismo mercantil na determinação da produção colonial, não é possível falar que as relações sociais de produção que aqui se desenvolveram, caracterizavam-se

---

<sup>64</sup> “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”. (MARX, 2008, 828) Em outro trecho, Marx deixa ainda mais clara a especificidade da produção capitalista: “As formas específicas do dinheiro, seja como mero equivalente de mercadorias ou como meio de circulação, seja como meio de pagamento, tesouro ou dinheiro mundial, remetem, de acordo com a extensão e a preponderância relativa de uma ou outra função, a estágios muito distintos do processo social de produção. No entanto, uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida é suficiente para a constituição de todas essas formas, diferentemente do que ocorre com o capital. Suas condições históricas de existência não estão de modo algum dadas com a circulação das mercadorias e do dinheiro. Ele só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção”. (MARX, 2013, p. 316)

<sup>65</sup> A citação de Marx a que recorre Hirano é a seguinte: “A relação capitalista, como *relação coercitiva* com o fim de extrair trabalho excedente mediante o prolongamento da jornada de trabalho – *relação coercitiva que não se baseia em relações pessoais de dominação e dependência, mas que nasce simplesmente de diferentes funções econômicas* – é comum a ambas as modalidades; mas o modo de produção especificamente capitalista conhece, entretanto, outras maneiras de explorar a mais-valia. Ao contrário, à base de um modo de trabalho preexistente, ou seja de *determinado* desenvolvimento da força produtiva de trabalho e da modalidade de trabalho correspondente a essa força produtiva, só se pode produzir mais-valia através do *prolongamento da jornada de trabalho*, isto é, sob a forma de *mais-valia absoluta*. A essa modalidade, como forma única de produção de mais-valia, corresponde, pois a *subsunção formal do trabalho ao capital*.” (MARX apud HIRANO, 1988, p. 32-33)

como capitalismo. O argumento central é que, na medida em que se busca estabelecer a *predominância* da expansão mercantil determinando a colônia, perde-se a especificidade das relações de subordinação do trabalho que se concretizam aqui, no período colonial, o que remete, inclusive a um erro teórico: conceber a *subsunção formal do trabalho ao capital* como possível em relações de subordinação do trabalho não-econômicas, ou, compulsórias, quando por definição, o trabalho só se subordina ao capital quando há produção capitalista. (HIRANO, 1988, p. 21)

Aqui está um ponto importante para a nossa análise. Considerando a concepção de classes sociais defendida por Florestan, tal como a definimos no capítulo anterior, ou seja, vinculada a uma forma de subordinação do trabalho especificamente econômica etc., se estabelecermos que as relações de produção da sociedade colonial eram capitalistas (ainda que “formalmente”) por conta de sua ligação imanente ao capitalismo mercantil europeu, como poderíamos entender as relações de classe no interior da colônia se não há trabalho livre e propriedade privada? Se a propriedade é uma cessão da Metrópole, mediante arrecadação de impostos vinculados à produção agrária, e o trabalho é escravo, que tipo de subordinação do trabalho é essa?

A resposta de João Manuel Cardoso de Mello a essa questão já está dada. A subordinação do trabalho é ao capital mercantil e ele exige que ela se dê na forma de *trabalho compulsório*. O uso que o capital, no período de acumulação primitiva, faz de relações de trabalho não propriamente capitalistas, não estabelece a existência de classes propriamente ditas, mas concretiza uma subordinação formal aos interesses do capital como processo universal, por parte dessas relações de trabalho. Portanto, a tendência de desenvolvimento mundial do capitalismo já subordinava as relações de trabalho existentes na colônia, ainda que não instituisse ali a forma de subordinação do trabalho característica do capitalismo. O trabalho assalariado e as classes trabalhadoras só irão surgir com o processo de consolidação de um capitalismo industrial no interior do país.

Por outro lado, ao que parece, pelas indicações de Sedi Hirano, ele mesmo, Octávio Ianni e Florestan Fernandes vão responder de maneira semelhante à tais questões. A forma de subordinação do trabalho é outra. A especificidade da relação de trabalho que marca a escravidão não é capitalista, e sim “pré-capitalista”, ainda que indissolavelmente ligada ao capital mercantil externo, ou seja, ligada a todo um circuito de *apropriação* colonial que pressupõe diversos atores expropriadores, o “Senhor”, a “Metrópole”, o “Capital Mercantil” etc. Nesse sentido é que o debate se desloca, na obra desses autores, para a questão de saber qual o princípio de subordinação do trabalho que permite

compreender as formas de estratificação das relações sociais próprias do Brasil Colonial, e como, a partir dessas relações, se desenvolvem aqui relações especificamente capitalistas<sup>66</sup>.

Não podemos, contudo, simplificar a questão em tela. A nosso ver não se trata apenas de uma diferença conceitual entre o que é e o que não é *subsunção formal do trabalho ao capital*. Nem de uma compreensão do *modo de produção capitalista* como um conjunto de predicados que podem ser aplicados ou não a uma determinada situação histórica<sup>67</sup>. É óbvio que a existência dos predicados na forma de “categorias históricas” possui uma função científica fundamental. Eles indicam como determinações históricas concretas sintetizaram certas formas de relações sociais que deram sentido ao capitalismo como *totalidade concreta*. Mas, do ponto de vista da dialética materialista, não se pode compreender o processo de constituição do capitalismo simplesmente de um ponto de vista *formalista*, ou seja, como a existência empiricamente observável de *mais-valia relativa e trabalho livre*. Mais importante do que simplesmente identificar em tal ou qual lugar está a “categoria histórica” – que, procedendo dessa maneira deixaria de ser categoria histórica para se tornar um “conceito típico-ideal” (ainda que não no modo como Weber o concebe) – é primeiramente, aponta-la como subordinada a uma tendência de desenvolvimento, a um *momento predominante*, e depois reconstruí-la como categoria histórica no interior de uma forma *particular* de entificação, ou seja, desvendar por meio de quais determinações históricas específicas ela se forma, constituindo e sendo constituída pela *totalidade concreta* da Era do Capital.

Nesse sentido, a “colônia de exploração” brasileira foi de fato motivada e impulsionada para o desenvolvimento de relações de produção necessárias para drenar riquezas para os centros capitalistas europeus, já na fase mercantilista de desenvolvimento do capitalismo. Portanto, o desenvolvimento do capitalismo enquanto *totalidade concreta* abrange suas múltiplas e contraditórias formas de subordinação e conservação das relações sociais já existentes na medida em que cresce e se desenvolve. Mazzeo prova muito bem esse ponto quando chama a atenção para o fato de que nas Américas pré-colombianas, os “modos de produção” existentes foram de fato “desarticulados”, e ali se desenvolveu, sob a batuta do impérios coloniais espanhol e portugueses, “uma *formação*

---

<sup>66</sup> Diz Florestan: “Entre o senhor e o escravo havia uma relação econômica, embora ela não fosse capitalista (a menos que se queira caracterizar toda aplicação de capital como *capitalista* e se esqueça que a produção capitalista exige o aparecimento de uma categoria histórica, que se chama ‘mais-valia relativa’ em termos marxistas).” (FERNANDES, 2005, p. 51)

<sup>67</sup> A referência implícita na sentença é a de GIANOTTI, 1976.

*social* que responda às necessidades capitalistas” (MAZZEO, 2015, p. 73)

Contudo, tão imprescindível quanto demonstrar essa relação de subordinação da particularização de formas de relações sociais ao modo de produção capitalista em sua *totalidade*, é estabelecer como as relações especificamente capitalistas, ou, as categorias históricas típicas do capitalismo como *modo de produção particular*, desenvolvem suas determinações fundamentais em cada caso, e particularmente, no caso brasileiro. Isso significa que é relevante, para constituir essa tarefa, identificar quais eram as reais conexões da formação colonial com o capitalismo, mesmo que sobre o peso do império colonial e do escravismo, e como, a partir de um determinado momento, essas conexões capitalistas passaram a ter vigência interna concreta, constituindo o capitalismo específico de que nos fala Marx.

A forma como se encara conceitualmente essa dupla determinação da realidade objetiva da formação colonial brasileira pontua que há uma diferença fundamental entre a forma como Florestan Fernandes interpreta esse processo histórico, e os argumentos usados por Sedi Hirano para refutar o reconhecimento da formação social colonial como “formalmente” capitalista. Acreditamos que, enquanto Sedi Hirano se prende decididamente no ponto de vista *formalista* da questão teórica, Florestan oscila no interior desse *formalismo*. É possível dizer que o foco geral da leitura de Florestan é compreender todo o processo do ponto de vista da sua *totalidade*. Essa totalidade no entanto, que compreende múltiplos níveis de determinação da história vista como um processo contraditório, é ao mesmo tempo violada sob o argumento lógico-formal de que certos “requisitos” não foram cumpridos, e que portanto as “conexões capitalistas” não atuam nas relações internas.

Tal violação se expressa principalmente quando Florestan vai aprofundar a análise estabelecendo uma diferenciação. Para o autor, a conexão capitalista do empreendimento colonial somente se revela no exterior, na comercialização dos produtos tropicais. Na colônia, contudo, não se desenvolve um mercado interno tipicamente capitalista que possibilite o surgimento de formas de exploração do trabalho vinculadas a uma subordinação econômica. Somente quando há a desintegração do sistema de produção escravista, é que se torna possível o surgimento paulatino de relações de trabalho definidas pelo mercado.

“O reverso do capitalismo comercial na América Latina, era um sistema de produção colonial, estrutural e dinamicamente adaptado à natureza e às funções das colônias de exploração. O caráter precursor desse

sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada à apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios político-econômicos. Os que afirmam que o sistema de produção colonial, assim constituído, não era feudal, estão certos, porque tal sistema de produção requer um contexto histórico no qual o feudalismo seria uma aberração regressiva. Todavia, na ausência de um mercado interno capaz de funcionar como um autêntico mercado de ‘tipo burguês’, e dada a própria estrutura das relações econômicas imperantes no sistema de produção colonial (predominantemente fundadas em modalidades diretas de apropriação da pessoa, bens e serviços dos trabalhadores), o modo de produção vigente só era ‘moderno’ no sentido de adaptar a criação de riquezas às funções que deviam ser preenchidas pelas colônias de exploração, em virtude de sua articulação econômica, legal e política às economias e às sociedades metropolitanas da Europa” (FERNANDES, 1973, 48-49)

Esse trecho deixa bem claro o posicionamento de Florestan, e sua oscilação *formalista*. Existe, de fato, uma vinculação capitalista dada pelo “sentido da exploração colonial”. Mas essa vinculação se dá somente no nível externo, na articulação com as sociedades europeias. Internamente, não existe um mercado capaz de funcionar como mercado de “tipo burguês”, ou seja, capaz de funcionar como princípio estratificador da sociedade, de ser a forma predominante de subordinação do trabalho. Essa ausência do mercado interno classificador determina que “o sistema de produção se organiza de acordo com princípios de acumulação econômica pré-capitalista”. (FERNANDES, 1973, p. 63) O autor reconhece os vínculos da determinação dialética do processo histórico global, portanto, da determinação concreta que a expansão do mundo burguês exerce na organização do Brasil Colônia em suas mais variadas conexões. Esse reconhecimento tem consequências importantes para a formulação de Florestan, pois é certo que o autor nunca o perde de vista quando analisa aspectos importantes do desenvolvimento histórico do Brasil. Mas conceitualmente Florestan não retém essa determinação, prendendo-se ao critério empírico-formal que obstrui a análise dialética nesse ponto específico.

O motivo dessa *oscilação*, conforme o trecho explicita, é a necessidade de captar a conexão histórica particular através da qual um processo de acumulação especificamente capitalista se desenvolve no Brasil. Para Florestan, seria uma contradição afirmar que já existia “predominância” do capitalismo na determinação das relações de trabalho coloniais, se a forma de subsunção do trabalho própria do capitalismo não existe. A nós parece que é uma contradição apenas do ponto de vista “lógico-formal”. Se encarado do ponto de vista dialético do objeto – a formação do capitalismo no Brasil – *a contradição vira movimento*, e as duas questões são apreendidas como momentos do mesmo processo

histórico de expansão do Capital como uma relação social. Em um primeiro momento a lógica concreta de desenvolvimento do capital, irradiando dos centros capitalistas ou mercantilistas, torna possível e necessário – não há nunca, portanto, anulação do caráter *ativo*, mesmo no elo *passivo* – ao seu processo de acumulação a formação de núcleos produtivos coloniais baseados em formas de subordinação do trabalho não-capitalistas. Posteriormente, essa mesma lógica, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento histórico concreto – como a saturação dos mercados internos dos países capitalistas mais desenvolvidos, e a necessidade de exportação de capitais – torna possível e necessário o desenvolvimento de relações de trabalho também capitalistas no interior dos países coloniais.

A isso corresponde todo um percurso histórico interno através do qual a acumulação ganha caráter especificamente capitalista, que também não pode ser relativizado em sua importância concreta, pela análise. A dialética materialista não corresponde a uma determinação unívoca do momento *universal* sobre a realidade particular e singular, o que redundaria em uma *autonomização* desse *universal*. É no *particular* que o *universal* concretamente se realiza, impõe suas determinações e também é determinado por ele. Pode-se dizer que a *particularidade* é de fato o centro da análise de Florestan, as conexões internas que culminaram na formação do capitalismo brasileiro (na revolução burguesa no Brasil). No entanto, essa mesma *particularidade* se desvirtua se é negada a ela sua conexão dialética com a *universalidade*, daí a oscilação *conceitual* de nosso autor. O *momento predominante* da subordinação das relações sociais da colônia ao Capital como relação social que tendencialmente se generaliza a nível mundial é subestimado na sua qualidade dialética. A prioridade é dada ao critério formal das relações “especificamente” capitalistas.

Mas por que falamos especificamente de “oscilação *conceitual*”? Ao nosso ver, a análise histórica legada pela leitura de Florestan sobre a *particularidade* da formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro, de maneira geral, não permite que afirmemos que ela sempre incorre no desvirtuamento dessa *particularidade* pela negação de sua conexão dialética com a *universalidade*. Veremos nas páginas seguintes, conquistas da formulação de Florestan que demonstram isso. Mas é certo que o problema concreto que aparece aqui, a caracterização conceitual das relações sociais do Brasil colonial que se desprende da universalidade, terá consequências teóricas na leitura que o autor faz de questões específicas diversas, inclusive de sua concepção do conceito de classes sociais.

Isso acontece, por exemplo, quando Florestan vai especificar o “pré-capitalismo”

que defende. O mesmo dilema “dúplice” se coloca. Por um lado, o sistema de produção construído na realidade colonial brasileira só pode ser compreendido quando se iluminam suas conexões com o capitalismo comercial. Por outro lado, apesar desse vínculo determinante essencial, somente sob tal prisma não é possível captar como a especificidade das relações de produção internas se irradiam, construindo determinações históricas fundamentais para a história brasileira. No esforço de sintetizar esses dois lados a compreensão de Florestan acerca das relações de trabalho escravistas, vai se dar do ponto de vista de um “escravismo mercantil” que se diferencia do escravismo da antiguidade justamente por ser determinado por esse movimento mais amplo do capital comercial, mas que possui uma lógica interna própria, que pressupõe a inter-relação de senhores e escravos, da metrópole e da colônia e dos comerciantes capitalistas, uma lógica, em suma, que não possui caráter de identidade nem mesmo com as primeiras fases do desenvolvimento capitalista. (FERNANDES, 2010, p. 42)

A conexão dialética é apreendida, tanto que o “escravismo mercantil” só o é pela função que exerce no seio do processo de acumulação originária do capital a nível mundial. E essa conexão é particularizada, ela se reproduz por meio de uma lógica interna específica nas relações sócio-econômicas da colônia. Mas a definição conceitual que resulta daí se furta de expressar a universalidade do capitalismo, ou seja, se apega a uma comparação formal/empirista com as fases de desenvolvimento do capitalismo nos chamados “casos clássicos”, para com isso rejeitar a apreensão da formação social do Brasil Colônia em sua íntima relação com o desenvolvimento do capitalismo a nível mundial, como “unidade na diversidade”. (MARX, 2007b, p. 256)

Como dissemos, isso tem consequências para o uso que o autor faz do conceito de classes sociais. Pois a interpretação de todo o processo de formação do capitalismo no Brasil vai se dar sob a égide de um critério também formalista na identificação das classes. Só se iniciará o processo de formação das classes sociais, segundo a visão de Florestan, no final do Império, quando o surgimento do “mercado como agência de classificação social” permite que surja também o *trabalho livre* e a *extração de mais-valia relativa*.

## **2. A formação da ordem colonial e a Independência.**

Nesse ponto nos cabe apresentar de maneira mais detalhada como Florestan desenvolve sua própria formulação. A nossa análise, é certo, busca nessa formulação, não uma apresentação integral dos mais variados aspectos tematizados pelo autor, mas uma

inserção seletiva naqueles que dizem respeito centralmente à exposição das problemáticas imanentes ao nosso objeto, e que ao mesmo tempo nos permitem construir uma visão geral da leitura de Florestan.

Tendo como base essa orientação, é essencial para que possamos conceber o uso que Florestan faz do conceito de classes sociais na análise da realidade brasileira, estabelecer como ele analisa a realidade do Brasil colonial mais detalhadamente, suas formas de estratificação próprias e a dinâmica histórica específica que estabelece a origem do processo social que culminará na constituição do capitalismo propriamente dito.

O principal ensaio no qual o sociólogo brasileiro desenvolve sua concepção acerca da realidade do Brasil Colonial é em *A Sociedade Escravista no Brasil*, presente no livro *Circuito Fechado*, publicado em 1976 (FERNANDES, 2010). Iremos analisar com cuidado apenas alguns momentos do ensaio que são essenciais para avaliarmos a visão de Florestan sobre a organização social e econômica da Colônia. Posteriormente, por meio do próprio ensaio e de outros livros de Florestan sobre o período, principalmente *A Revolução Burguesa no Brasil, Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina e Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, avançaremos no sentido de delinear qual a conjuntura econômica, social e política que possibilita o início de um desenvolvimento de internalização de relações propriamente capitalistas na sociedade brasileira.

No início do ensaio Florestan propõe a periodização da análise sobre a realidade da história brasileira através de “dois confrontos”. Em um desses confrontos, o das “fases socioeconômicas da evolução do sistema de produção e de dominação econômica”, é possível focar a Sociedade Escravista, sob o ponto de vista das “funções econômicas da escravidão”. Nesse sentido, diz Florestan, podemos delinear três períodos do desenvolvimento da sociedade brasileira: 1) Era colonial (na qual ocorre o controle direto da Coroa sobre as atividades econômicas coloniais); 2) Era Neocolonial (na qual, a partir da Independência, se modificam as funções econômicas senhoriais, mantendo-se a escravidão intacta. Tal período vai do início do século XIX até a década de 1860); e por fim, 3) A Emergência e expansão do capitalismo dependente (na qual há a abolição da escravidão e a emergência de um capitalismo competitivo). No “segundo confronto”, o das “fases de evolução do sistema social de poder”, se tem um largo “período colonial”, que se desmembra em duas eras, uma “delimitada pela reintegração da ordem escravocrata e senhorial no império”, e outra “pela emergência e consolidação da ordem social competitiva”. (*Ibidem*, p. 42)

A base argumentativa para uma abordagem expositiva de tal monta se justifica para Florestan pelo fato de que, esses “dois confrontos” estabelecem, duas “modalidades de reconstrução” analítica, que, no caso da primeira, “passaria da base econômica para as estruturas sociais de poder (ou ‘as superestruturas do sistema’)”, e no caso da segunda, “teria de abranger, forçosamente, as determinações e as implicações da base econômica sobre o sistema social de poder e de dominação política”. O objetivo do autor no ensaio é explorar as duas perspectivas. Trata-se de um postulado de inspiração marxista do autor, ainda que, como veremos adiante na exposição, será ele que permitirá a Florestan unir abordagens “sociológicas” diversas no estudo sobre a mesma realidade. (*Ibidem*, p. 43)

Para Florestan, a principal diferença entre a escravidão antiga e a escravidão moderna, é que essa última é uma *escravidão mercantil*, ou seja, o escravo é uma mercadoria e ao mesmo tempo é o principal elemento impulsionador da atividade econômica produtora de mercadorias, como “mola mestra da acumulação do capital mercantil”. Portanto, está claro que na concepção do autor, a escravidão presente na estrutura econômica do Brasil Colonial, tinha conexões com a expansão e acumulação do capitalismo comercial.

Internamente, duas conexões se estabelecem prioritariamente. Por um lado a articulação da Colônia e da Metrópole no estabelecimento de uma “rede de negócios” por meio do comércio de escravos. E por outro, através da escravidão mercantil o capital mercantil penetrava nas formas de produção pré-capitalistas do mundo colonial. Portanto, havia uma conexão íntima, não só entre o capitalismo comercial ocidental e o escoamento dos produtos coloniais, mas também na própria existência da “colônia de exploração” propriamente dita. O senhor, dono de escravo, tinha necessariamente de penetrar no circuito do capital mercantil para vender seus produtos e para comprar escravos, chegando, inclusive, em determinados casos, a ser um agente direto de tal capital.

Aqui há uma discussão subjacente importante de ser levantada. Florestan, quando expõe essa questão, afirma que é por conta dessa penetração do capital mercantil na produção escravista colonial que Marx defende que a “plantação” nos EUA, “nada tinha de patriarcal”. Se fosse, o escravo não contaria “como mercadoria e como fonte de ‘indústria’”, apesar de ser possível explorá-lo economicamente.

Não podemos saber com certeza, pois o autor não referênciava nenhuma citação, mas provavelmente o trecho a que se remete Florestan é esse:

“No entanto, é evidente que em toda formação econômica da sociedade onde predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do

produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais amplo ou mais estreito de necessidades, mas nenhum carecimento descomedido de mais-trabalho surge do próprio caráter da produção. /.../ Assim que os povos, cuja produção ainda se move nas formas inferiores do trabalho escravo, da corveia etc., são arrastados pela produção capitalista e pelo mercado mundial, que faz da venda de seus produtos no exterior o seu principal interesse, os horrores bárbaros da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Isso explica por que o trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana conservou certo caráter patriarcal, enquanto a produção ainda se voltava sobretudo às necessidades locais imediatas. Mas à medida que a exportação de algodão tornou-se o interesse vital daqueles estados, o sobretrabalho dos negros, e, por vezes, o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, converteu-se em fator de um sistema calculado e calculista. O objetivo já não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor.” (MARX, 2013, p. 395)

Vejamos o que a afirmação de Florestan significa especificamente. O fato de contar como mercadoria e como “fonte de indústria”, quer dizer que Florestan admite que no processo de exploração da escravidão mercantil é possível a extração de mais-valia do trabalho escravo? Ou somente que o escravo produz uma riqueza possível de ser apropriada pelo circuito do capital mercantil? Respondendo afirmativamente a primeira questão, na mesma linha exposta pela citação de Marx, nosso autor defende que, na medida em que a produção do escravismo mercantil se direciona para o mercado mundial, ou seja, na medida em que a produção de excedente em uma sociedade é voltada para a produção de valores de troca no seio do mercado mundial, existe a extração de mais-valia do trabalho escravo.

Nessa situação específica a produção escravista revela o seu caráter mercantil na medida em que se requer a intensificação da produtividade do trabalho do escravo como forma de extração de uma maior quantidade de valor possível, daí o “sobretrabalho”, citado por Marx. A escravidão antiga, pelo contrário, na medida em que ainda conservava o seu caráter “patriarcal”, fazia com que a produção do escravo fosse mais voltada para a subsistência do senhor e de sua família do que para a venda de mercadorias. O fato de o salário mínimo, no caso do escravo, permanecer uma “magnitude constante, independente de seu trabalho”, que se resume ao seu custo enquanto mercadoria comprada, e os bens necessários para a sua sobrevivência, faz com que se possa, da mesma forma que na acumulação capitalista mercantil, intensificar a sua produtividade, intensificando os lucros do senhor.

Essa questão é interessante pois é a base material concreta do desenvolvimento da

escravidão mercantil como fator de acumulação primitiva tanto para o capitalismo mercantil europeu, quanto para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O caráter acumulador da extração de mais-valia do trabalho escravo, se dá ao mesmo tempo em que é o próprio fator de falência da produção escravista no nível da produção mundial. O escravismo traz consigo um limite muito específico no que se refere a possibilidade de otimização da produtividade. Limite esse que é transcendido rapidamente pela produção capitalista por meio da extração da *mais-valia relativa*. Voltaremos a isso mais adiante.

Para Florestan, no entanto, a extração de mais-valia absoluta do trabalho escravo possui ainda um elemento específico. Para além de somente se fundar na “extensão da jornada de trabalho associada ao controle coercitivo do trabalho escravo”, ela institui o trabalho escravo de maneira mais flexível e eficiente através do “trabalho combinado”. Essa combinação com formas de trabalho “semilivre” e até, eventualmente, “livre”, possibilita que, mesmo sem “criar exigências de intervenção no nível técnico”, se pudesse aumentar a produtividade do trabalho por meio de uma “disciplina que tirava da violência e da força bruta o caráter de um fim em si”. (FERNANDES, 2010, p. 49-50)

Assim, a conexão vital que se estabelecia entre a produção colonial e o capital mercantil definiam o caráter das relações que aí se consolidavam. O senhor tinha acesso ao seu quinhão na “acumulação do capital mercantil”, no entanto possuía poucas possibilidades de entrar nesse circuito propriamente dito e dinamizar o seu capital. A própria Metrópole cumpria seu papel imobilizador desse processo na medida em que monopolizava as funções mercantis que ligavam a venda dos produtos agrários ao mercado mundial. Diz Florestan que, no que se refere aos senhores, “suas funções especificamente econômicas começavam e terminavam dentro de uma faixa estreita e estática, delimitada pela produção e pela reprodução do sistema econômico colonial”. Esse esquema econômico não existia para gerar na colônia os padrões de crescimento e organização das economias metropolitanas, mas somente para criar um “butim” do qual se beneficiaria o capital mercantil, o império português e o senhor de escravos colonial. Nesse sentido, a escravidão colonial, pela sua forma própria de organização, não tinha como servir de “ponto de apoio” para mudar isso. (*Ibidem*, p. 48-49)

Para compreender essa relação o sociólogo concebe que o sistema colonial conhecia duas formas de *apropriação* que eram superpostas. Por um lado, “a apropriação realizada pelo senhor no nível da produção escravista e da exploração do trabalho escravo”, e por outro lado um “circuito de apropriação” entre “Senhor”, “Coroa” e “Capital Mercantil”, no qual cada um obtinha o seu “quinhão” do “butim colonial”. De forma que a principal

atividade que justificava a produção colonial era controlada a partir de fora pelos interesses do capital mercantil, o que não excluía a existência de uma relação entre senhor e escravo eminentemente pré-capitalista. Novamente aqui, a predominância da critério *formal* da classificação da forma de subordinação do trabalho condiciona a *oscilação* do autor no interior da conceituação.

Colocada essa “base econômica” da sociedade colonial brasileira, Florestan pode desenvolver a “superestrutura” social a ela correspondente, procurando, principalmente, desvendar qual a função da escravidão na “estrutura de poder” da sociedade. Trata-se, diz o autor, de uma “ordem social” específica, com características de organização institucional, de padrões de equilíbrio, de integração e funcionamento, próprias, denominada, “ordem social escravista e senhorial”. O central, para o que nos importa, é que a ordem social escravista e senhorial é denominada assim pois a estratificação social que a caracteriza é formada por uma combinação de estamentos e castas. Para nosso autor, isso se justifica na medida em que a origem dessa ordem social é de fato determinada pela “transplantação” da ordem estamental portuguesa para a colônia.

Essa transplantação significava “uma tentativa deliberada de preservação e de adaptação de todo um corpo de instituições e padrões organizatórios-chave”. Contudo, dentro dos objetivos de pilhagem da formação de uma “colônia de exploração” e das condições de abundância de terras férteis, tal transplantação vai estabelecer interferências fundamentais na estratificação estamental, acabando por formar uma ordem social na qual ocorre a superposição de formas de estratificação. (*Ibidem*, p. 64)

Por um lado, a ordem é uma ordem estamental pois ela derivava institucionalmente de uma relação de vassalagem entre o “Estado Patrimonialista” português e setores da nobreza, dos grandes comerciantes e da Igreja, como forma de associação para a viabilização do Império Colonial português. As “sesmarias”, centro do debate em torno da forma de produção estabelecida na colônia, é, para Florestan, a própria demarcação das estruturas de poder da transferência da ordem estamental. Elas demarcavam a concentração social da propriedade da terra, e essa era a base material da transferência da estrutura de privilégios da dominação patrimonialista. Por outro lado, a ordem era também escravocrata, pois as necessidades inerentes ao empreendimento de uma colônia de exploração estabeleciam a necessidade do uso do escravo, primeiramente pela submissão do gentio, e posteriormente pela comercialização do escravo negro.

“os trópicos, a abundância de terras e o propósito colonial de pilhagem sistemática, combinados às reduzidas potencialidades

demográficas do colonizador, introduziram interferências que não puderam ser eliminadas ou superadas dentro de uma estratificação estamental. O recurso para vencer esse obstáculo consistiu numa superposição: a ordem estamental tinha validade para os brancos, na sua grande maioria portugueses; os outros, no início as populações nativas, gravitavam fora dessa ordem e logo foram convertidos em ‘aliados’ e ‘submetidos’, todos com *status* virtual ou real de ‘escravos de fato.’” (*Ibidem*, p. 64-65)

Desse ponto de vista, a ordem estamental era a forma como a população branca se organizava por meio de critérios estamentais, nos quais se reproduziam os privilégios vigentes na sociedade portuguesa. E a ela se somava uma subordem escravista, na qual se incluíam os indígenas, os negros e os mestiços. Havia portanto os estamentos da “raça” branca dominante, superposta às castas das “raças” dominadas.

Isso gera uma ordem social que necessita de uma variada gama de formas de dominação para se estabelecer funcionalmente. Esse é um assunto muito estudado por autores clássicos do pensamento social brasileiro como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Florestan, no entanto, diz, que a análise sociológica desse fato, “que se volta para as totalidades”, deve não apenas considerar o “microcosmo social” da “plantação” do “engenho” ou da “fazenda”, como fazem as análises de Freyre e Vianna, mas sim conceber a economia de plantação como um “contexto histórico estrutural e inclusive determinante”. A partir daí é possível se enxergar “dois níveis simultâneos” de um complexo de relações sociais que articula suas estruturas sociais, econômicas e políticas à “várias formas de dominação”. (*Ibidem*, p. 71)

Por um lado existia a “comunidade local”, na qual se situava o *lar senhorial* e a *senzala*, por outro o “macrocosmo social”, principalmente nas cidades, somente acessível aos brancos, e que guardava a estrutura dos “entrepostos comerciais” e as “instituições religiosas, jurídicas, administrativas e políticas”. (*Ibidem*, p. 72). Essas relações exigiam diversas formas de dominação que correspondem ao *poder doméstico*, ao *poder senhorial* e ao *poder da aristocracia*. O primeiro no âmbito local, o segundo na relação do senhor com o escravo e com os homens brancos “comuns” e o terceiro, em um plano mais geral, por meio do qual irradiavam as “funções paternalistas, burocráticas e políticas” da “dominação tradicional” e da “dominação patrimonialista”. (*Ibidem*, p. 72-73)

Se formava uma ordem social, portanto, na qual a força bruta coexistia com a violência institucionalizada e era legitimada pelas “tradições”, pela “moral católica” e pelas “razões de Estado”, de forma que “o mítico *paraíso patriarcal* escondia, pois, um mundo sombrio, no qual todos eram oprimidos, embora muito poucos tivessem acesso,

de uma maneira ou de outra, à condição de opressores”.

“O ponto de apoio estrutural e dinâmico desse tirânico estilo de acomodação interétnica e inter-racial nascia de uma confluência e da conjugação de formas de repressão, de controle armado e de despotismo generalizado (forjadas e mantidas pela superposição de estamentos e castas), graças às quais uma rala minoria não só monopolizava socialmente todo o poder, como o aplicava a seu bel-prazer. Essa monopolização permitia que, com relativa facilidade, as instituições-chave pusessem nas mãos dessa minoria, em qualquer momento e em qualquer nível das relações comunitárias e societárias, os meios necessários para *defender a ordem*, impedindo qualquer evolução explosiva da ‘anarquia reinante’, do ‘rancor do escravo’ e dos passíveis ‘atropelos’ da gente miúda branca e mestiça”. (*Ibidem*, p. 73-74)

A esse desenho de como funcionavam as estruturas de poder e dominação do Brasil Colonial se vincula outro, no entanto, no qual a “aristocracia agrária” dominante internamente se associava à Coroa Portuguesa de forma a levar a cabo o empreendimento da Colônia de exploração. Para Florestan, o fortalecimento paulatino do Estado patrimonialista e absolutista português acabou por estabelecer gradualmente um processo de redução do poder da alta nobreza, que crescia junto ao “Império Colonial”. A parte da nobreza portuguesa que aceita e concretiza a empresa colonial era de fato de “2ª e 3ª grandeza” frente à nobreza metropolitana. Isso implicava que a base econômica, social e política da aristocracia que se forma no interior da Colônia não tinha poderes para contrariar os estamentos metropolitanos. Para que a Colônia se desenvolvesse no sentido da pilhagem exploratória requerida pela Coroa, era necessário que essa, pelo contrário, cooptasse os senhores coloniais no sentido de anular suas potencialidades políticas de “formar comunidades de interesses” que os unificassem.

Para Florestan, o sucesso da Coroa nessa empreitada está bem representado pelo caráter de longa duração do estatuto colonial no Brasil, e também pelo caráter pacífico da transição imperial. Na verdade, Coroa e Colono possuíam os mesmos interesses na manutenção desse *status quo*. Pois, além de serem sócios econômicos que cresciam paralelamente conforme as possibilidades comerciais de exploração dos produtos coloniais vigoravam, a estrutura de poder colonial possibilitava tanto o crescimento do Império colonial português e do seu Estado patrimonialista, quanto a reprodução do domínio patrimonialista local do colono no seio da Colônia de exploração. Enquanto os estamentos dominantes coloniais crescessem horizontalmente, isto é dentro dos mesmos padrões de relação política com a Coroa, o *pacto colonial* tinha plena eficácia. (*Ibidem*, p. 80-83)

Nesse ponto uma análise mais detida do posicionamento do autor é fundamental, antes de prosseguirmos nossa exposição. Quando Florestan passa à análise da “superestrutura” do poder na sociedade colonial brasileira, o marco teórico da análise das relações sociais, aparentemente, muda. Vejamos dois aspectos essenciais no que se refere ao nosso objeto.

Em primeiro lugar, sobre o caráter do Estado Português na época da expansão colonial. Referenciando-se em Weber, nosso autor reconhece que a formação do Império Colonial português adquiriu o caráter de um Estado Patrimonial. (*Ibidem*, p. 67) É sabido que, para Weber, o “patrimonialismo” é tido como um tipo específico de “dominação tradicional”, gestada pela descentralização da “dominação patriarcal”, com a presença de um “quadro administrativo”. No patrimonialismo, entretanto, as relações entre senhor e vassalos são marcadas por grande instabilidade e arbitrariedade já que essa vinculação se dá apenas por “direitos apropriados” e pelo arbítrio do senhor. No feudalismo, como “caso-limite” do patrimonialismo, essa relação passa a ser fixada “contratualmente”, além de se instituir a formação mais bem delimitada de estamentos no seio da sociedade. (WEBER, 2000, p. 146) (PORTELA JR, 2012)

Portanto, a concepção de um Estado Patrimonialista se justifica, para Florestan na medida que se reconhece a forma específica de dominação que tem vigência em Portugal, na época da formação do Império Colonial. A associação da nobreza, do clero e de uma burguesia comercial nascente, os “homens de fortuna” de que fala Florestan, com a Coroa, possibilita que o empreendimento colonial transplante para o Brasil as principais instituições reguladoras da vida social portuguesa.

O transplante, que se dá principalmente pela forma de divisão da propriedade da terra na Colônia (as sesmarias), e pela manutenção do domínio do Estado português e de suas instituições sociais, estabelece uma relação social tipicamente estamental entre os senhores coloniais e os diversos atores inseridos na “empresa colonial”. Portanto, mesmo sendo Estado absolutista português uma forma política transitória e de expressão decadente do feudalismo, e apesar de a Colônia já fazer parte de um processo de expansão comercial do capital, as formas jurídico-políticas de organização da sociedade ainda são reconhecidas por Florestan como tipicamente feudais.

O segundo aspecto deriva imediatamente daí. Sendo a forma de estratificação da sociedade eminentemente estamental, é correto dizer que o feudalismo foi transplantado para o Brasil? Do ponto de vista de Florestan, não. Para o nosso autor, no contexto do período de expansão colonial, o feudalismo como forma de organização social era já uma

“aberração regressiva”, que não poderia se estruturar internamente na sociedade brasileira. Isso acontece porque os propósitos da “colônia de exploração” impediam uma forma feudal de organização social, em seu sentido estrito. Tiveram que dispor do trabalho escravo, seja do índio, do mestiço ou do negro. Essa disposição introduz uma nova forma de estratificação, concomitante: as castas. Também aqui o paralelo com Weber é possível. Florestan enfatiza que a estratificação das castas e dos estamentos se diferenciam principalmente por conta das diferenças étnicas. A estratificação estamental é restrita à “raça” branca, e a estratificação de castas às “raças” negras. Conforme apresentamos no capítulo anterior, o próprio Weber considera como possível a evolução da estratificação estamental para a de castas, dizendo que ela geralmente ocorre onde subsistem diferenças étnicas, que passam a ser ritualizadas.

Para Florestan, a estratificação das castas insere na organização estamental da sociedade uma distorção considerável, o que não proporciona a formação similar dos requisitos institucionais-legais da ordem estamental transplantada. Pelo contrário, se forma aqui uma sociedade na qual a superposição das formas de estratificação legitima formas institucionais de repressão que concentravam o poder na mão de uma minoria dominante, formando uma ordem social específica, a ordem social escravocrata e senhorial.

Dos dois aspectos ressaltados, portanto, pode-se concluir que há uma inevitável incorporação da matriz teórica weberiana no que diz respeito à análise das “superestruturas” de poder e da estratificação social no Brasil colonial. As relações estamentais são vistas de tal forma não porque reproduzem no Brasil uma forma de subordinação do trabalho baseado na *servidão*, mas porque obedecem aos critérios de distribuição da *honra estamental* e do prestígio, tal qual na sociedade feudal Portuguesa.

A relação de subordinação de trabalho que se soma à essa estrutura, é escravista, ou seja, existe relação de propriedade da força de trabalho por parte do senhor; contudo, o que dá conteúdo à esse escravismo não é uma relação patriarcal do escravo como mão-de-obra para a produção de subsistência, mas uma relação mercantil de produtividade de gêneros agrícolas para a exportação para o mercado mundial. Conseqüentemente a avaliação da estratificação de castas ao mesmo tempo em que desvenda o caráter de acomodação “inter-étnica” das castas, remete a uma forma de divisão do trabalho própria da sociedade colonial, na qual o “trabalho mecânico” ou o trabalho braçal, é relegado a um determinado estrato social.

A incorporação dos conceitos, tomados do ponto de vista da obra weberiana, é feita

por Florestan de forma a desvendar as conexões sócio-políticas da formação colonial, estabelecendo uma base para se pensar os conflitos sociais e as dinâmicas dessa sociedade, internamente. Portanto já nos seus escritos da “maturidade”, Florestan dá continuidade ao projeto eclético juvenil da “possibilidade de união metodológica dos clássicos da Sociologia”. As relações sociais coloniais são interpretadas tanto no marco teórico da análise marxista – quando se pontua a função da escravidão na geração de valor para a acumulação capitalista dos centros metropolitanos –, quanto no marco teórico weberiano – quando analisa as “relações de poder” da sociedade colonial por meio dos “tipos de dominação” de Weber, e da sua correspondente “ordem social”. Daremos sequência à nossa análise delineando o processo de crise do sistema colonial e da consolidação de um Estado nacional no Brasil, e veremos, em seu decorrer, que tais conceitos e concepções se tornam integrantes da leitura de Florestan, colocando-se nela, de fato, como uma linha de continuidade de sua obra.

\*\*\*

O ciclo da mineração, para o nosso autor, é um divisor de águas na economia colonial, pois ele proporciona um “entesouramento encoberto” – fugindo aos impostos metropolitanos, seja na forma de escravos, seja por meio de trocas comerciais – que suscita a expansão da economia de plantação para o Sul e a incorporação de novas áreas do território nacional à economia colonial, principalmente a região sudeste. O dinheiro da mineração, portanto, permite que os senhores se mobilizem para descobrir um novo “gênero colonial” para exportação, o que implicava na “incorporação de novas fronteiras à economia de plantação”. (FERNANDES, 2010, p. 55) Em termos políticos, esse processo possibilita também o enfraquecimento dos laços que uniam os senhores à Coroa na sustentação do regime colonial.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, fugindo das tropas napoleônicas, vai se dar justamente nesse momento de novo crescimento e prosperidade da economia de plantação. A necessidade de a Colônia adequar-se institucionalmente para ser sede do poder imperial condiciona a “internalização das funções econômicas da Metrópole”, alterando assim a relação da economia de plantação e do comércio interno com o mercado mundial. A abertura dos portos foi a medida que representa mais concretamente essa mudança qualitativa.

Na medida em que se dá a manutenção do trabalho escravo e da grande lavoura

como carro-chefe da economia colonial, a vinculação ao mercado vinda da abertura dos portos, no entanto, somente possui consequências políticas, a um primeiro momento, no nível das camadas dominantes, dos estamentos senhoriais. Esses passam a ganhar consciência da comunidade dos seus interesses econômicos e políticos, projetando-se para além do poder local no qual estavam confinados pelo pacto colonial. De fato, Florestan reconhece que a debilidade das sociedades metropolitanas portuguesa e espanhola, em conseguir sustentar o empreendimento colonial, impunha aos “agentes privilegiados” internos a dura tarefa de ter que conviver com uma parte do lucro da produção que as vezes representava a metade daquilo apropriado pela Coroa e pelo capital mercantil. (FERNANDES, 1973, p. 14)

O período posterior à volta de D. João VI à Portugal demonstra que essa tendência de unificação de setores internos contra o regime colonial se estabelece como um crescente que acaba culminando no processo de independência. Esse é um ponto interessante e polêmico da análise de Florestan. Pois o processo de independência para o nosso autor teve um lado eminentemente revolucionário, e outro profundamente conservador. Porque, por mais que ele tenha de fato representado a necessidade da formação de um Estado nacional, que modifica estruturalmente a relação da economia interna com o mercado mundial, extinguindo o vínculo colonial parasitário, ele significou também a manutenção e a intensificação da escravidão mercantil como base das relações de trabalho da economia de plantação.

“a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação”. (FERNANDES, 2005, p. 51)

O caráter eminentemente político da Independência se revela justamente aí. O fim do estatuto colonial como “necessidade histórica” se justifica por conta de suas implicações econômicas, sociais e políticas para os estamentos senhoriais, que fundamentalmente não se colocavam contra a estrutura da sociedade colonial. A consequência imediata disso é que o caráter revolucionário da Independência excluiu de sua órbita os interesses das massas e ficou restrito aos estamentos unidos da pretensão

de “internalizar os centros de poder e o controle desses centros”. (*Ibidem*, p. 50)

Analiticamente, na visão de Florestan, a Independência tem uma importância fundamental para se analisar o início do processo de formação de relações sociais especificamente capitalistas, no Brasil. Ela possui um componente dinâmico que “a curto prazo” orienta ideologicamente a organização do Estado nacional, e “a longo prazo” forma caracteres autonômicos de integração nacional e desenvolvimento da economia interna. Por conta disso, o potencial irradiador do marco histórico tem consequências variadas no seio da sociedade brasileira. Analisaremos algumas das quais são enunciadas pelo nosso autor como essenciais para o processo de formação do capitalismo no Brasil.

Ideologicamente a necessidade de organização de um Estado nacional suscitou a absorção do liberalismo por parte das elites nativas. Florestan dedica longas páginas do capítulo II de *A Revolução Burguesa no Brasil*, para caracterizar esse fato. Para o autor, a absorção mencionada se polariza de duas formas. Na primeira delas o liberalismo era associado à “processos de consciência social vinculados à ‘emancipação colonial’”. Deu “forma e conteúdo” à manifestações igualitárias que emanavam do seio dos estamentos senhoriais contra o “esbulho colonial”, além de redefinir as relações de “dependência” que continuariam a vigorar entre os estamentos dominantes e o mercado mundial, principalmente vinculados à ideologia do “livre mercado”, etc. Na segunda polarização o liberalismo orienta, por meio de um caráter puramente instrumental, a criação de um Estado nacional enquanto um meio para que as elites internalizem os centros de decisão e enquanto um fim para institucionalizar a sua própria dominação. (*Ibidem*, p. 52-53)

Pensando dessa forma, não faz sentido compreender o liberalismo como ideologicamente inadequado à realidade brasileira, como uma transplantação grosseira que não possui consequência prática. Ele ganha fluidez de maneira prática conforme as possibilidades colocadas pelo estado de desenvolvimento das relações sociais que aqui se encontravam. Pressupor que uma incorporação do ideário liberal pudesse ser feita pelos estamentos dominantes completamente, fundando-se uma república, o livre mercado e uma democracia de massas, é não considerar as condições reais que vigoravam no Brasil colonial.

Internamente ele teve a função de organizar os mecanismos que eram equivalentes àqueles que davam vazão ao estatuto colonial. Dar continuidade à estrutura das relações de produção vigentes, heteronômicas, mas vinculando-as ao mercado externo. Somente de maneira indireta pode ele contribuir para desagregar o *status quo*, na medida em que impulsiona os processos de modernização decorrentes do fim do estatuto colonial.

(*Ibidem*, p. 54)

Outra consequência da Independência ressaltada por Florestan, no plano específico das estruturas de poder, é a chamada *burocratização da dominação patrimonialista*. Trata-se do processo pelo qual a comunidade de interesses formada entre os estamentos senhoriais já no período de crise da era colonial, se institucionaliza no Estado Nacional e estende a sua dominação para toda a coletividade.

Como aventamos anteriormente, a condição de aliança entre Coroa e colono era de tal monta que os diversos colonos estabeleciam sua dominação apenas no nível local do *domínio*, deixando a organização do poder no plano geral para a Coroa. A autonomização política do país e a criação de um Estado nacional, no entanto, permitem que os estamentos dominantes passem a convergir sua solidariedade e comunidade de interesses no âmbito do Estado, em um movimento que tornava impossível diferenciar os interesses estamentais dos interesses da integração nacional.

“Com a Independência e a implantação de um Estado nacional, configura-se uma *situação nacional* que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a *situação colonial* anterior. Os estamentos senhoriais não só tiveram de realizar uma rotação copernicana em sua concepção de mundo e do poder, para se adaptarem a essa alteração. Eles tiveram de avançar, lenta e penosamente, em alguns casos, ou rápida e satisfatoriamente, em outros, para ajustamentos psicossociais culturalmente inovadores, que se tornavam mais ou menos inevitáveis a partir do instante em que o domínio deixava de ser uma espécie de mundo social em si e para si, autossuficiente mas incapaz de beneficiar-se de sua autossuficiência. /.../ Na medida em que progride a burocratização da dominação patrimonialista e em que se consolida o Estado nacional emergente, *domínio* e *nação* tenderão a harmonizar-se como polos diferenciados, distantes mais interdependentes. (*Ibidem*, p. 80)

As consequências imediatas de fato é que as novas relações econômicas que se colocam para o jovem Estado nacional vão ser dinamizadas a partir do ponto de vista do monopólio estatal. Os estamentos preservam as estruturas socioeconômicas por meio das quais sustentavam os seus privilégios, ao mesmo tempo em que manipulam os fatores de defesa interna a favor dos interesses da grande lavoura. As políticas de desvalorização cambial do período imperial servem de amostra para tal enunciado. A política econômica nacional é elaborada tendo em vista garantir a manutenção dos ganhos dos estamentos dominantes no comércio internacional, dificultando as possibilidades de desenvolvimento e diferenciação da economia interna em um sentido modernizador<sup>68</sup>. Disso resulta o que

---

<sup>68</sup> O fenômeno da burocratização do Estado por parte das “classes dominantes”, ou das “classes possuidoras” é também, segundo Florestan, parte integrante do capitalismo de tipo dependente. Esse

Florestan chama de *acumulação estamental de capital*. Um processo através do qual os estamentos dominantes efetuam um gesto no sentido de se descolar da vida rural própria do domínio senhorial e começam a aceitar as suas vinculações especificamente capitalistas, proprietárias etc., da vida econômica da nação. (*Ibidem*, p. 99)

Também a Independência e a criação de um Estado nacional concorrem para introduzir uma mudança econômica qualitativa que apenas mencionamos nos parágrafos acima. Trata-se da “reorganização do fluxo interno da renda e do sistema econômico”. Já dissemos que a Independência e a criação de um Estado nacional não alteraram em nada a organização das relações de produção. O monopólio da terra é mantido, tal como o trabalho escravo e os próprios privilégios estamentais da aristocracia. No entanto, a reorganização do fluxo interno da renda, permitiu que as potencialidades econômicas da grande lavoura pudessem ser exploradas interiormente, e não mais surrupiadas pela poder metropolitano. Obviamente, que a conservação da relação comercial com o mercado externo ainda mantém o caráter desigual da *apropriação* dos frutos da produção interna. Contudo, a parte que anteriormente ficava nas mãos da Coroa é convertida internamente e possui consequências importantes para o desenvolvimento econômico do país.

O agente econômico interno, as elites senhoriais, passam a participar de maneira mais ativa nas “aplicações reprodutivas” do excedente econômico, incentivando as possibilidades de diferenciação da economia e do desenvolvimento de um setor urbano-comercial. A “internalização das fases de comercialização do produto” da grande lavoura, a maior “transferência de capital estrangeiro para dentro do país”, a “evolução do comércio” e do “sistema de crédito”, são exemplos de transformações que foram aos poucos dinamizando “móveis puramente capitalistas de comportamento econômico”, e firmando as “bases da organização interna de uma economia de mercado”. (*Ibidem*, p 85)

Apesar de todos esses elementos novos, que incentivam dinâmicas essencialmente diferenciadas daquelas que se reproduziam sob o estatuto colonial, cria-se uma “situação de mercado” no Brasil pós-independência, ainda fortemente pautada na preponderância da exportação agrícola, na importação como mecanismo de correção do mercado interno deficiente e na dependência do mercado externo para a formação de excedente

---

privilegiamento do uso do aparelho do Estado vai continuar aparecendo na história brasileira, de formas diversificadas, chegando a se tornar uma característica da dominação burguesa sob o capitalismo dependente no Brasil. Trata-se portanto de um elemento de continuidade na história do Brasil que ultrapassa o período de articulação dos estamentos senhoriais coloniais e neocoloniais cristalizando-se como um aspecto específico da dominação burguesa no Brasil.

econômico.

As transformações sociais ocorridas não tiveram força o suficiente para implodir o sistema de organização da produção baseado no trabalho escravo e nem para mudar a “mentalidade do agente econômico”, no caso, os estamentos senhoriais. Essa tensão na qual o elemento conservador da ordem colonial se reproduz ao mesmo em que suas condições de reprodução são minadas internamente denuncia o próprio caráter contraditório do movimento dialético da realidade histórica brasileira, retratado por Florestan. No seio das instituições políticas se desenha um avanço liberal mas ele é limitado aos estamentos dominantes. No plano ideológico há o desenvolvimento de uma mentalidade proto-capitalista na atuação dos estamentos, mas ela defende a manutenção da grande lavoura escravista e a exclusão das massas do processo político. Na base econômica mais direta ocorre o desenvolvimento de um setor novo, urbano comercial, mas ele se dá às expensas do excedente gerado por essa mesma produção escravista. Todo avanço é relativizado por um movimento de conservação muito forte, no qual os interesses das camadas dominantes da sociedade se sustentam firmemente. O desenvolvimento de uma economia predominantemente capitalista, ainda dependia da diversificação mais intensa do mercado interno, da capacidade de viragem no comportamento econômico do principal sujeito econômico do país, e do desenvolvimento do trabalho livre como “categoria histórica”.

Portanto, na visão de Florestan, a Independência não altera a ordem interna das coisas estruturalmente, mas institui mecanismos dinâmicos que se reproduzem no interior das estruturas, tornando possível o paulatino enfraquecimento da ordem social escravocrata e senhorial. A partir dela, se inicia no Brasil um período denominado por Florestan de “Era Neocolonial”, que vai do final do século XVIII até a sexta década do século XIX. Trata-se da instituição de uma forma de relação colonial, diz nosso autor, que não necessita propriamente do vínculo colonial para ser exercida, mas que mantém as principais características de dominação externa, o fazendo de forma indireta. A dominação externa na “era neocolonial” passa a ser “puramente” econômica, exercida principalmente pela transferência de instituições comerciais, bancárias e financeiras para o interior do país de forma a criar uma base de sustentação, na economia neocolonial, do comércio externo, em um período no qual a expansão do capital internacional já entra na sua fase imperialista.

O presente item deste capítulo nos permitiu avançar em duas questões concomitantes. Em primeiro lugar pudemos delinear que a forma como Florestan concebe

a estrutura das relações sociais do “pré-capitalismo” brasileiro é, de fato, pautada em critérios sociológicos de avaliação da estratificação social de clara orientação weberiana. Isso faz com que o autor diferencie a ordem social existente na “era colonial” e na “era neocolonial” da ordem social competitiva que caracterizará a forma de estratificação social baseada no mercado, e portanto, capitalista.

Ainda que a proposição da análise da “estrutura” seja de intenção marxista, a predominância metodológica na análise da história, nesse momento, é de fato weberiana. Isso se justifica, na visão de Florestan, pois a concepção que o autor tem da teoria social marxiana é de que ela pode ser mais proveitosamente utilizada para o estudo de sociedades “modernas”, ou seja, já capitalistas, onde os critérios de classificação social são pautados principalmente na subordinação puramente econômica do trabalho. Na medida em que ele identifica, por meio de um critério weberiano, que não existe uma “*situação de mercado*” interna que possa mediar a apreensão das relações entre os estratos sociais na Colônia, não há porque se valer das categorias marxistas para compreender seus processos “superestruturais”. Daí que a opção metodológica de Florestan vai se dar no sentido de “separar” a análise histórica das duas esferas que estão na base da formulação marxista: estrutura e superestrutura.

Quando vai estudar a estrutura, onde identifica a predominância da determinação dos interesses externos do capitalismo mercantil, a periodização histórica ganha um determinado caráter, que se refere sobretudo às possibilidades de modificação nas relações econômicas entre Colônia e dominação externa. Por isso a Era Neocolonial surge a partir da Independência, pois há uma mudança inédita na relação da produção interna com o mercado externo, mudança que propicia o início de um processo de acumulação interna. O central aqui é identificar o critério que condiciona a análise a só se valer da opção metodológica marxista onde há mercado mediando as relações sociais, no caso, nas relações econômicas entre produção interna e dominação externa.

Mas a explicação dessa mesma história em termos políticos, ideológicos e culturais, ou seja, “superestruturais” não pode ser feita em termos marxistas pois as relações de trabalho que estão na base da sociedade não são mediadas pelo mercado como “forma de classificação social”. O critério de classificação é outro, é proveniente da distribuição de “honra estamental” e da “dominação racial”, ou seja, de castas. Para dar conta dessas relações a “metodologia compreensiva” de Weber é mais conveniente, para Florestan. Ela permite articular o contexto histórico em sua especificidade através do confronto entre o “tipo ideal” de dominação patrimonialista, e o “patrimonialismo” realmente existente das

relações sociais coloniais. Além de também servir para definir em termos “típicos” os principais agentes que serão os veículos da “mentalidade capitalista” no Brasil.

É importante demarcar já aqui, portanto, que a maneira como o autor concebe o conceito de classes sociais, como forma de subordinação do trabalho estritamente econômica, que só existe no capitalismo, se soma a sua propensão eclética de união metodológica dos clássicos da Sociologia para analisar a configuração social do Brasil colonial. Obviamente que isso não invalida todos os traços da análise de Florestan – como por exemplo as implicações dialéticas do fenômeno da Independência como um “salto qualitativo” no processo de formação do capitalismo brasileiro – mas compromete a coerência unitária do retrato da realidade que ele nos propõe. A existência de duas matrizes teóricas paralelas analisando a história, nesse momento, resultará também em duas histórias paralelas, decididamente interligadas, mas com características diversas, com determinações diferenciadas.

No próximo item, veremos os elementos históricos desse retrato da realidade Colonial, elaborado por Florestan, se dinamizarem e alterarem decisivamente a realidade sócio-econômica do Brasil: o aburguesamento dos estamentos dominantes, a formação de uma “mentalidade capitalista” no interior das relações sociais arcaicas, o processo de abolição da escravidão e do surgimento do trabalho livre como categoria história e o desenvolvimento de um mercado capitalista moderno, marcando o início do processo de revolução burguesa propriamente dito, no Brasil.

### **3. O desencadeamento da Revolução Burguesa**

No item anterior demarcamos, em linhas gerais, como se dá a conexão da formação colonial brasileira com a civilização ocidental capitalista, apontando as bases da leitura de Florestan sobre essa formação no âmbito das relações de estratificação social. Também conseguimos avançar demonstrando como, na visão do autor, a Independência contribui com um papel importante para modificar o caráter da ligação da economia brasileira com o mercado mundial, além de também representar alterações importantes nas relações sociais do país. Agora nos cabe dar um passo à frente, indicando qual o estatuto das relações econômicas que se forma no Brasil imperial, e a guinada definitiva dada pela sociedade brasileira no sentido do estabelecimento de relações sociais especificamente capitalistas.

Para iniciar essa tarefa, precisamos estabelecer qual é a “*situação de mercado*”

específica que se desenvolve na sociedade brasileira do Império, segundo a leitura de Florestan. O foco aqui, é identificar quais as principais características constitutivas do alcance e expansão do “setor novo” da economia, e como ele pode imprimir dinamismos na sociedade que condicionam uma paulatina deterioração do potencial reprodutivo das arcaicas relações escravistas coloniais, e a expansão constante de relações “modernas” ou modernizantes, próprias da lógica capitalista.

Florestan, quando se refere ao caráter da economia da sociedade imperial, herdada da Colônia, denomina-a de “heteronômica”. Com isso, ele quer dizer que essa economia se fundamenta em bases estruturais que não possuem meios próprios de reprodução e diferenciação interna. A “heteronomia”, ou a condição “heteronômica”, faz parte de um par conceitual que ganha sentido em oposição à “autonomia”, no interior do teorização weberiana<sup>69</sup>. A condição heteronômica concreta da economia brasileira colonial era de que as principais atividades econômicas da Colônia, neutralizavam os potenciais de diferenciação e desenvolvimento econômico interno. Dessa forma, a impossibilidade concreta do desenvolvimento de um “moderno mercado capitalista” no interior do país era uma barreira intransponível, porque não se tinha formas de dinamizar esse mercado.

No entanto, a Independência e o fim do “esbulho colonial” não acabam com essa condição “heteronômica” da economia brasileira, apesar de transpor tal barreira à dinamização do mercado. Aqui novamente vem à tona o caráter “paradoxal” dos estímulos modernizantes da Independência. Pois, por mais que se pudesse dispor de uma parcela maior do excedente econômico internamente, mesmo esse excedente, além de ser insuficiente, encontrava entraves internos à diferenciação econômica que barravam o seu desenvolvimento.

Portanto, em oposição à formação do capitalismo nos países centrais, onde a diferenciação do mercado interno encontra grande respaldo na própria expansão mercantil, na acumulação primitiva e, posteriormente, na acumulação interna – no caso, já em fase reprodutiva capitalista –, nos países coloniais a possibilidade dessa diferenciação era mínima, encontrando diversos obstáculos internos que imprimiam um ritmo lento ao desenvolvimento do setor novo. Disso decorre que o vínculo “heteronômico” com o capital externo se mantém no Brasil imperial, apesar de a

---

<sup>69</sup> Em entrevistas Florestan reconhece declaradamente que o conceito “heteronomia” é usado em sua análise tendo como referência primária a formulação weberiana. Posteriormente, afirmando que Weber sempre foi um “grande leitor” de Marx, o autor indica que tal par conceitual também está presente nas formulações marxianas. (FERNANDES, 1978, p. 110)

economia do país alçar um novo patamar. O avanço do setor novo dependia necessariamente do capital externo para formação de excedente, da importação como forma de compensação da debilidade do mercado interno, e, principalmente, da reprodução da grande lavoura exportadora.

O movimento de “descolonização” feito pela “autonomização política”, foi insuficiente, pois não representou uma “autonomização econômica” de fato. Ele inseriu elementos autônômicos dinâmicos ao lado de elementos heteronômicos estruturais. É o que Florestan chama de “dupla polarização”, o condicionante insofismável de um caminho para o capitalismo que não pressupõe a ruptura com o passado do “Antigo Regime”, mas a continuidade de relações de dependência fundamentais, sob novas formas. O tipo de capitalismo que se constitui sob essa base não se alça à condição capitalista de maneira autônoma, mas é incorporado à ela de maneira dependente, por isso o conceito de “capitalismo dependente”. (FERNANDES, 2005, p. 112-113)

Nosso objetivo, nesse item, é tratar justamente de como Florestan concebe os processos sociais de dinamização da contradição insolúvel do capitalismo dependente, ou seja, quais as conexões que levam ao fim do trabalho escravo, ao surgimento de um mercado tipicamente capitalista e das modernas instituições que corresponde a esse mercado e ao despontar do burguês na história brasileira. No entender do autor esse problema corresponde concretamente ao problema do “desencadeamento da Revolução Burguesa no Brasil”, sendo esta tomada, não como um “episódio histórico”, mas como “um fenômeno estrutural”<sup>70</sup> que se reproduz de maneira variada em diversas condições, mas que corresponde à absorção de um determinado “padrão de civilização” como “necessidade histórica” por parte de um país. (*Ibidem*, p. 37-38)

“Na acepção que tomamos do conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômica, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do *poder burguês* e da *dominação burguesa*.” (*Ibidem*, p. 239)

A situação “neocolonial” do período pós-Independência, portanto, engendra um “fator de modernização econômica” no interior do país. O surgimento de toda uma

---

<sup>70</sup> Uma crítica ao uso que Florestan faz do conceito de “Revolução Burguesa” em sua obra é feita por Jacob Gorender em D’INCAO, *O Saber Militante*. Paz e Terra. São Paulo. 1987.

estrutura institucional, comercial, bancária e financeira se dá como forma de auxiliar a sustentação da internalização das fases de comercialização do produto da grande lavoura. Ela gera no entanto, um setor urbano moderno que incentiva a diferenciação do papel dos agentes econômicos internos e a transplantação de capitais e unidades econômicas externas para dentro do país. A forma de reprodução interna da economia se modifica, absorvendo um novo padrão de crescimento econômico mais adaptado à absorção dos dinamismos das economias centrais, pautado na coexistência de duas formas de acumulação do capital, uma ligada à grande lavoura e outra ao setor comercial.

Na visão de nosso autor, é assim que uma “condição heteronômica” interna, pode “gerar a sua própria negação e superação” sem no entanto eliminar esse mesmo estado heteronômico. A dominação estamental, sustentada na produção escravista da grande lavoura de café, propiciava a captação de excedente econômico por parte do setor novo, que se desenvolvia minando a “estagnação estrutural” à que estava sujeita a economia colonial. Essa situação representa o surgimento do “palco” do “burguês”, no seio da sociedade brasileira. Relações econômicas secularizadas que exigiam uma “concepção burguesa de mundo” e que, portanto, vão condicionar o surgimento de um sujeito histórico que encarne essas tendências de desenvolvimento socioeconômico.

Para Florestan o surgimento desse sujeito se coloca como uma linha de continuidade nos processos de Revolução Burguesa ocorridos ao redor do globo. Pois ela é sempre movida por “protagonistas históricos que viveram papéis estratégicos para a formação do desenvolvimento do capitalismo”. Tais protagonistas ou personagens, pertencem à “categorias sociais” que preenchem determinadas “funções” na “ruptura com o passado” e na construção da nova sociedade, obviamente variando de uma sociedade nacional para a outra conforme sua concreticidade histórica peculiar. No desenvolvimento dinâmico dessa construção, tais protagonistas aos poucos vão se aglutinando a outros sujeitos históricos e se constituem como uma classe da nova sociedade, no caso específico, a burguesia brasileira.

Nosso autor vai se dedicar ao estudo de tais “protagonistas históricos”, contudo ele o fará por meio de um movimento metodológico que devemos analisar com mais cuidado.

Diz Florestan:

“No caso brasileiro, se omitirmos as referidas categorias sociais e formos diretamente aos agentes humanos que as ocupavam, impregnando-as com os interesses, as aspirações e os valores sociais que davam sentido ou conteúdo históricos às suas ações e relações econômicas, depararemos, fatalmente, com o ‘fazendeiro do café’ e com o ‘imigrante’. É certo que nem biológica, nem psicológica, nem

etnologicamente se poderia falar deles como *tipos humanos*, presumindo-se caracteres físicos, mentais ou culturais homogêneos e inconfundíveis.”. (*Ibidem*, p. 128)

O movimento levado a cabo pelo trecho é cristalino em seu início. Florestan declaradamente admite omitir as categorias sociais, ou seja, as classes, os grupos, os estamentos etc., nas quais se inserem os agentes humanos em questão, o fazendeiro do café e o imigrante. E decide por ir diretamente aos agentes dessas categorias e inserir nesses agentes os “interesses, as aspirações e os valores” que davam sentido às suas ações econômicas, tendencialmente, modernizadoras e capitalistas.

A partir daí, se poderia claramente identificar um movimento metodológico no qual Florestan abandonaria a necessidade de ter que localizar o alcance de cada categoria histórica específica no movimento que ele quer ressaltar, justamente por conceber que a categoria, nesse caso particular, foi menos central do que o agente no interior do movimento histórico em tela, ou que ela foi central justamente por atuação de tal agente, em detrimento de outros, presentes no interior da mesma categoria. A razão desse movimento metodológico se justifica na medida em que o autor concebe que isso aconteceu porque no interior das nuances de comportamentos e interesses possíveis dentro de uma determinada categoria, aqueles comportamentos que, no seu bojo, condensavam o movimento de modernização e desenvolvimento de relações capitalistas estavam restritos a tais agentes destacados, como “protagonistas históricos da revolução burguesa”.

Ora, frente a isso é justo supor que a análise não precisaria trilhar tal caminho de dispensa da categoria social na qual os agentes estão inseridos, na medida em que poderia articular as categorias sociais nos termos de uma tensão, existente em seu interior. A própria oligarquia cafeeira, por exemplo, como Florestan demonstrará seguidamente em diversos momentos de sua obra, era palco de uma tensão que polarizava os agentes de tal categoria por meio de posicionamentos diversos. Isso significa que frente à mesma base material dúbia da decadência da ordem escravocrata e senhorial e da ascensão do capitalismo urbano comercial, modernizante, os diferentes fazendeiros do café reagiram a tal processo ora de um jeito, ora de outro. Os que reagiram absorvendo o espírito capitalista na forma de encarar a organização e a produção da grande lavoura e da economia nacional, contribuíram, segundo nosso autor, como “protagonistas históricos” do processo de Revolução Burguesa no Brasil. Os que reagiram procurando deter as tendências modernizantes de substituição do trabalho escravo, de modernização da

produção agrícola e se apegando aos valores tradicionalistas do domínio senhorial, não se polarizaram como sujeitos da Revolução Burguesa, pelo contrário, barraram seus dinamismos até onde lhes foi possível.

O central aqui é que o próprio Florestan não prescinde de identificar essa tensão no seio das categorias sociais em questão, em outros momentos de seus textos. Ele não ignora, simplesmente, essa determinação. Pelo contrário, faz uma *escolha metodológica* para identificar os sujeitos históricos específicos que foram centrais no sentido de dar vazão à formas de atuação que impulsionaram as tendências de desenvolvimento de relações sociais propriamente capitalistas. De forma que, tal escolha também não justifica, como Florestan mesmo ressalva no trecho citado, tratar os agentes ressaltados como um *tipo humano* propriamente dito, um “tipo ideal” de sujeito histórico, na medida em que não é possível presumir a existência de “caracteres físicos, mentais ou culturais homogêneos e inconfundíveis, nesses agentes”. São, ao contrário, agentes históricos concretos que, ao caminhar no mesmo sentido das possibilidades e tendências colocadas pelo desenvolvimento histórico, se diferenciam qualitativamente dos outros agentes históricos típicos, mesmo que no interior da mesma categoria.

Dito isso, podemos apresentar os agentes históricos em questão e suas características constitutivas. O fazendeiro do café, diz nosso autor, surge no interior da aristocracia agrária já no período de ascensão da produção cafeeira, e se diferencia do “senhor rural” típico na medida em que “dissocia a fazenda e a riqueza que ela produzia do *status senhorial*”. A ligação necessária existente entre a expansão do setor comercial interno e realização do produto da lavoura cafeeira no mercado mundial fez com que o fazendeiro do café penetrasse nesse circuito comercial urbano identificando-se com a dimensão burguesa de sua “situação de interesses” e do seu “*status social*”. Isso acontece principalmente por meio das “pressões do mercado externo sobre os custos da lavoura escravista”, o que condiciona o agente em questão a expandir sua riqueza para fora do contexto da grande lavoura (operando concretamente um incentivo à diferenciação da economia interna), e a renunciar ao seu “status senhorial” adaptando-se à função de “proprietário”, segundo determinações puramente econômicas. (*Ibidem*, p. 129)

Enquanto predominavam as condições de acumulação estamental do capital, na qual a dimensão senhorial do *domínio* se mantinha intacta coexistindo com a dominação estamental no nível do Estado nacional, e com o trabalho escravo como base da economia da grande lavoura, o senhor rural pode de fato se furtar a essas pressões modernizantes do mercado no seio de sua atividade econômica. No entanto, a partir do momento em que

a ordem competitiva se fortalece internamente, a grande lavoura é condicionada a se flexibilizar para transformar-se na “típica *plantação tropical moderna*, associada à acumulação comercial ou financeira de capital”. (*Ibidem*, p. 130)

O interessante é notar como essa viragem se dá no interior do próprio sujeito em questão. A forma de organização econômica colonial atinge seu clímax paradoxalmente quando se livra do jugo colonial, principalmente a partir do ciclo do café. A continuidade da reprodução do *status senhorial* associado à grande lavoura faz com que para os fazendeiros fosse mais importante a defesa de tal *status* do que a contínua e crescente apropriação de riquezas. Obviamente que sem as riquezas provenientes do trabalho escravo e da produção agroexportadora o próprio *status* não teria base de reprodução. O central é que a manutenção do *domínio* era o principal nexos orientador da organização da atividade econômica. A consequência disso é que as formas de vida e de relações sociais associadas ao desenvolvimento padrão do *status senhorial* levava o senhor a se negar a absorver dimensões especificamente capitalistas de se lidar com a produtividade e com a organização do trabalho. O exemplo usado pelo nosso autor é o caso da decadência da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, ao final do século XIX. Em plena crise o senhor rural se negava a recorrer a meios de organização da produção e de elevação da produtividade do trabalho (principalmente com a extinção do trabalho escravo) que permitiriam a sobrevivência da *plantação*. (*Ibidem*, p. 133)

O último quartel do século XIX foi, portanto devastador para a economia escravista e para a sobrevivência do senhor rural. O crescimento do setor urbano comercial e financeiro, que se estabelecia através de uma contradição frontal com o setor arcaico, absorvia o excedente gerado pela produção agrária e a pressionava no sentido da alteração das condições políticas, econômicas e sociais de reprodução. Somado a isso, as pressões do mercado mundial sobre os custos da produção escravista exigiram mudanças que aumentassem a produtividade e diminuísse os custos do trabalho da lavoura cafeeira. (*Ibidem*, p. 135)

É nessa conjuntura, para o nosso autor, que os “fazendeiros do Oeste paulista”, passam a atuar diferentemente no que se refere à produção cafeeira. Diversificam as relações de produção, as vezes até substituindo totalmente o trabalho escravo. Mudam as técnicas de produção, e “separam o lar senhorial da unidade de produção”, criando a fazenda de “*plantação comercial típica*”. Nesse movimento expandem a sua forma de atuação política e econômica para as cidades, se associando muito mais aos interesses do capital comercial e financeiro e legando a fazenda somente à conexão comercial

acumuladora que ela deveria ter. Aí é que o fazendeiro se transforma em “homem de negócios”, comandando “a vida política da nação na fase de desagregação da ordem senhorial” e se colocando como “o principal agente humano nativo da revolução burguesa”<sup>71</sup>. (*Ibidem*, p. 141) Trata-se, portanto, de um agente que “encarna” uma nova “mentalidade econômica”, na qual se rompem aspectos centrais da tradição senhorial, dando vazão aos “móveis capitalistas do comportamento econômico” e ao nascimento do *homo economicus* brasileiro, de fato.

Por outro lado, o imigrante surge como sujeito histórico em um período mais avançado de desagregação da ordem escravocrata e senhorial e como uma necessidade de integração e funcionamento da ordem econômica nova que surge nas cidades. Para Florestan o primeiro afluxo de imigrantes decorre especificamente da inclusão do Brasil na rede comercial do mercado mundial, o que previa, necessariamente, a “alocação de firmas subsidiária, agências ou escritórios” em locais estratégicos da economia exportadora, e que alocavam agentes externos na economia nacional. (*Ibidem*, p. 155-156)

Diz, nosso autor, que as motivações psicossociais que orientavam o imigrante estavam necessariamente ligadas à acumulação de riquezas por meio de atividades econômicas, o que colidia frontalmente com as formas de acumulação estamental ligadas ao *status*, típicas da ordem escravocrata e senhorial. Sejam aqueles imigrantes alocados nas cidades, e portanto, no comércio, nas manufaturas, no artesanato, sejam aqueles alocados nas “colônias” ou na lavoura. O imigrante é o principal agente que satura os papéis econômicos surgidos de uma economia de mercado em consolidação, papéis estes menosprezados pelas elites senhoriais, mas que eram estratégicos para a o enriquecimento de seus agentes.

No entanto é errado falar que o imigrante transplanta a “mentalidade capitalista” para o Brasil. Tal “mentalidade”, diz Florestan, cresce e se expande internamente, de maneira peculiar. O imigrante, que vinha da Europa munido dela, efetivamente a punha em ação, mas via seus ímpetos bloqueados pela rigidez da estrutura econômica e social de uma sociedade ainda predominantemente estamental. Apesar desse fato, a

---

<sup>71</sup> Há aqui, na interpretação de Florestan, duas evoluções possíveis do Fazendeiro do Café, que omitimos para não nos alongarmos muito nessa questão específica. Trata-se por um lado do “Coronel”, que compensaria a perda dos elementos do status senhorial através do poder político gerado pela sua situação econômica. E por outro lado, do “homem de negócios”, que afirmará seu poder economicamente se ligando ao capital comercial e financeiro. Centramos na segunda evolução justamente atendendo indicações do próprio autor sobre a centralidade desse sujeito no processo de Revolução Burguesa no Brasil. (*Ibidem*, p. 139-144)

“racionalidade adaptativa de sua mentalidade econômica” permitiu com que o imigrante explorasse os incentivos e as irradiações do desenvolvimento comercial e financeiro das cidades no sentido da diversificação do comércio interno e da produção para o consumo interno, o que possibilitou a ele formas de acumulação capitalistas muito dinâmicas e eficientes. (*Ibidem*, p. 164)

Há que se considerar também que o imigrante e suas atividades econômicas entravam em franco conflito com a ordem escravocrata e senhorial. A acumulação de capital que adquiria com o imigrante a sua “conexão capitalista típica”, na qual dinheiro acumulado era utilizado como fonte de mais dinheiro, funcionam, segundo Florestan, de fato como uma forma de desagregação da ordem senhorial e de expansão da ordem competitiva. O “cálculo econômico racional”, contudo, não poderia se reproduzir em uma economia na qual a ausência de uma integração econômica nacional não criava condições de uma racionalidade tipicamente capitalista. Por isso o caráter adaptativo da mentalidade do imigrante se desenvolve.

Serão esses dois agentes sociais os principais vetores da formação de uma burguesia especificamente brasileira, com características próprias que advém da forma como a classe é forjada no seio do conflito social. Essa burguesia, vai moldar suas formas ideológicas de conceber o mundo, seus interesses no seio da nova ordem competitiva, numa palavra, sua mentalidade, de acordo com tal conflito, o que imprimirá às suas ações uma especificidade<sup>72</sup>.

Isso nos leva a uma discussão paralela. No início do livro, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan levanta um debate metodológico fundamental. Quem surge antes: o capitalismo ou o espírito capitalista? (*Ibidem*, p. 39) Para o autor, certas formas de comportamento, atitudes e avaliações surgem antes do capitalismo e o impulsionam, mas o próprio processo de formação capitalista molda tal espírito às suas necessidades. De forma que se trata de um processo dialético de concomitância dos fenômenos em tela. O próprio Florestan afirma que essas conclusões:

---

<sup>72</sup> Quando falamos de “formas ideológicas” nos referimos principalmente à noção de ideologia desenvolvida por Lukács, em sua obra tardia, *Para uma Ontologia do Ser Social*, onde o autor irá caracterizar o fenômeno como uma “forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa”, afirmando assim que a ideologia “não é uma qualidade fixa deste ou daquele produto espiritual, mas, ao invés, por sua natureza ontológica é uma função social, não uma espécie de ser” (LUKÁCS *apud* VAISMAN, 1989, p. 418-420). Portanto, tratamos do conceito de maneira fundamentalmente diferente daquele tratamento dado pelo próprio Florestan, largamente influenciado pela obra de Karl Mannheim, onde o conceito de “ideologia” é uma forma de consciência identificada como “falsa consciência”, em oposição à verdadeira consciência científica, e é produto social da dominação de classe burguesa, sendo que as ideias contrárias à ordem, que se opõem à ideologia dominante são identificadas pelo autor como “utopia”. (MANNHEIM, 1968, p.120).

“confirmam o esquema dialético de explicação das formações sociais, segundo o qual as fases de desagregação e colapso de uma forma social são essenciais para o aparecimento e a constituição da forma social subsequente, tanto em termos estruturais quanto em termos dinâmicos”. (Ibidem, p. 38-39)

É sabido que a importância das formas de orientação comportamental “típicas” das relações sociais capitalistas foram ressaltadas por Weber em sua obra *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo* e por Werner Sombart, em sua obra *O burguês*. A essa acepção analítica corresponde uma forma de entendimento metodológico dos fatos sociais que estabelece o primado da *compreensão* do sentido que orienta a *ação social*, na explicação da realidade. No interior dessa concepção, Weber pode identificar os elementos de gênese do capitalismo a partir de uma forma de ação social “típica”, padronizada socialmente como decorrente de condições sociais determinadas.

A questão de saber como surge uma “mentalidade burguesa” típica, no Brasil, vai, de fato, permear as análises de Florestan. O autor vai procurar identificar, não somente os principais agentes sociais que conseguem dinamizar tal mentalidade de maneira mais eficiente, na sociedade brasileira, mas também certos elementos ideológicos, que aos poucos surgem e passam a ser reproduzidos por toda a sociedade. Portanto, “a competição”, o comportamento econômico direcionado por uma “racionalidade com relação a fins”, a secularização das relações sociais, a “ética capitalista” para o nosso autor, são todos elementos do espírito capitalista que se reproduzem em qualquer sociedade que inicia seu processo de desenvolvimento de relações capitalistas.

O fato de Florestan conceber que a problemática do “espírito capitalista” está em conformidade com a concepção dialética de que formas sociais novas nascem do bojo das formas antigas, significa que o autor estabelece uma identificação dos fatores subjetivos das relações sociais como fatores dinâmicos e genéticos da realidade social. Ora, não nos parece que a tradição marxista se oponha a tal consideração. O que entra em contradição entre esta tradição e a formulação weberiana, no caso específico em tela, seria considerar a própria mentalidade como “fator dinâmico” por excelência da realidade social, desconsiderando que, do ponto de vista da *totalidade* a gênese de formas de consciência específicas, obedecem a uma articulação dialética dos complexos sociais com a base produtiva. A consequência imediata desse posicionamento é justamente classificar tipicamente as formas de consciência, ou, as mentalidades, com relação a uma determinada relação de produção. Isso seria, do ponto de vista de Marx, uma relação invertida. As relações de produção é que se estabelecem de formas específicas

determinando o desenvolvimento de formas de consciência que correspondem à elas. É por causa do desenvolvimento de relações econômicas pautadas essencialmente na venda de mercadorias que se torna possível o aparecimento da “avidez pelo lucro”, da “racionalização” da produção, do “ascetismo”, da “competição” etc. como padrões de comportamento social, não o contrário. Elas não podem ser entendidas como “fatores tópicos” dominantes, como diria Florestan, o que não retira a importância dessas formas de consciência para a reprodução do sistema como um todo. É óbvio que tais formas de consciência possuem elementos recorrentes por meio dos quais análogas relações de produção se desenvolvem, por isso o sociólogo weberiano tem sempre um respaldo empírico para sustentar sua afirmação. No entanto não compreender a determinação fundamental da base material como nível “fundante”, pode o levar a explicar as “mentalidades” e os “espíritos”, a partir de si mesmos, o que seria fatalmente uma mistificação idealista.

Nos parece que não é o caso de Florestan. Se é certo que o aparato teórico utilizado no esforço de “interpretação sociológica” do surgimento da “mentalidade capitalista” é reivindicadamente weberiano, a apreensão da realidade brasileira pela análise de nosso autor não se dá de forma descolada da base econômica das relações sociais e dos elementos políticos, culturais e ideológicos que se relacionam complexamente com ela. Nem se pode dizer que Florestan incorre na mistificação idealista de acreditar que a realidade do capitalismo brasileiro foi criada pela reorientação dos sentidos das ações dos principais agentes econômicos, já que essa “interpretação sociológica” compreensiva está subordinada ao desenvolvimento de um processo específico de acumulação de capital e de diferenciação da economia interna. A *lógica eclética* da interpretação, que já identificamos nos capítulos e itens anteriores, se reproduz aqui na leitura do autor de forma a construir duas análises paralelas concomitantes: uma que estabelece os elementos da particularidade do movimento de constituição de uma “base material” que tende para o capitalismo como forma de organização social; e outra que explica a análise histórica e as relações políticas, culturais e ideológicas próprias desse movimento, nos termos de uma “ordem social” específica, onde o fluxo contraditório dos sujeitos e das suas “mentalidades” ganham concreticidade sob a ótica da interpretação sociológica weberiana.

No caso de uma sociedade capitalista dependente, tal “mentalidade” típica do capitalismo sofre “desvios”, ou é dinamizada de maneira específica, como vimos no caso do imigrante e do “homem de negócios”. Isso coloca a necessidade de analisarmos a

particularidade do desenvolvimento dessa mentalidade. Nosso autor vai dedicar longas páginas de seu livro clássico à essa problemática. Seja para saber em que medida a “competição”, como lógica das relações sociais tipicamente capitalistas, se desenvolvem na sociedade brasileira impulsionando formas de comportamentos econômicos e sociais, seja para identificar em que medida o status senhorial perde hegemonia ideológica como resposta às relações de produção arcaicas em crise, passando o senhor rural e o imigrante a se portarem como capitalistas e a responder às necessidades sociais sob o signo da condição burguesa.

Tal movimento faz parte de um processo maior por meio do qual a ordem escravista e senhorial inicia sua desagregação, e a ordem competitiva se insinua socialmente. Portanto, à essa altura se valendo de uma análise “sociológica” no sentido estrito, Florestan vai analisar como o elemento da competição insere “tensões” no seio das relações de acomodação dos estratos sociais, construindo uma contradição imanente ao processo de desagregação da antiga ordem. Elas são relevantes para a nossa apresentação por demarcarem um momento da análise de nosso autor que extrai de dimensões “psicossociais”, determinações importantes da realidade sócio-histórica brasileira. A formação da “mentalidade capitalista” forma-se também no interior de um conflito “simbólico” com a velha ordem, superando-a e conservando-a concomitantemente.

A primeira tensão referida por Florestan aponta que o senhor rural, parte constitutiva dos estamentos dominantes, altera significativamente seu comportamento econômico com a Independência. Se precipita de senhor do *domínio*, para senhor da *nação*, como já mencionamos. Em contato direto com o mercado mundial para comercialização de seus produtos o senhor incorpora a dimensão capitalista do seu papel econômico à estrutural social estamental que o sustentava. A consequência desse movimento é que a “competição”, própria dessa dimensão comercial, emerge em meio à uma lógica aristocrática de privilegiamento da sua própria posição econômica por parte do senhor, não cumprindo seus “efeitos construtivos” de diferenciação econômica. Ela passa a ser redefinida como fator de “distribuição estamental da renda e do poder”, de proteção do agente econômico dominante.

Tal elemento é extremamente relevante para a análise de Florestan. Delimita com clareza um aspecto da gênese da burguesia no Brasil que não se coloca nos países de *via clássica* de desenvolvimento do capitalismo. O burguês surge aqui se imiscuindo na lógica aristocrática de privilegiamento social estamental, e não se colocando contra tal lógica em nome dos interesses da *sociedade nacional*.

A segunda tensão nasce da diferença existente entre o “status atribuído” e o “status real” dos estamentos intermediários. Com a criação do Estado nacional a concentração do poder se dá apenas no tope da estrutura da família patriarcal, fazendo com que o poder hegemônico se estabelecesse apenas para os estamentos dominantes. No entanto a modernização das instituições e organizações econômicas, mesmo que de pequeno porte, inseria os estamentos intermediários em posições de exercício de poder. Na medida em que essa modernização, advinda do crescimento econômico capitalista, urbano-comercial, minava os privilégios sociais tipicamente estamentais, tais estamentos intermediários, em postos de poder, tencionavam e usavam a competição para compensar sua perda de privilégios.

Enfim, a terceira tensão é o “conflito axiológico entre normas ideais e normas práticas que orientam os papéis sociais da posição do senhor”. Aquilo que era defendido ideologicamente pelos estamentos dominantes entrava em conflito com sua ação real e a forma como estruturavam seu poder. Como por exemplo a moral cristã, os ideais políticos de uma ordem legal, a visão de si como “povo civilizado”, contrariavam claramente a existência prática da escravidão, e no entanto, essa, continuava existindo. A tensão que surge daí poderia ter alimentado formas revolucionárias de reação ao *status quo*, mas quase sempre foi neutralizada no âmbito das camadas senhoriais. Somente um certo “protesto utópico” conseguiu ganhar ares de competição, e mesmo esse, foi neutralizado “dentro da ordem”. Nesse sentido, Florestan conclui que as “relações competitivas eram mantidas dentro da lógica do ‘acordo entre senhores’, resguardando-se, assim, o elemento corrosivo do ‘espírito burguês’”. (*Ibidem*, p. 197)

A partir dessas tensões é que a ordem escravocrata e senhorial foi aos poucos sendo minada por dentro, na medida em que a competição, como elemento psicossocial, passava a ser assimilada pela própria ordem e incorporada aos seus sujeitos. Ao mesmo tempo, contudo, o fato de se dar uma certa assimilação da competição por parte da ordem estamental teve consequências futuras na inibição do desenvolvimento do regime de classes. Enquanto a ordem assimila a competição aos seus padrões, a base econômica pouco desenvolvida pressiona parcamente o desenvolvimento econômico capitalista, desincentivando a diferenciação das classes e orientando o comportamento econômico “mais para a realização do privilégio do que para a conquista de um poder econômico, social e político autônomo”. (*Ibidem*, p. 199-200)

“Se a competição concorreu, em um momento histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro

momento ela irá acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o “burguês moderno” renascesse das cinzas do “senhor antigo”. (*Ibidem*, p. 200)

Essa forma contraditória de absorção da competição não impede contudo que ela condicione, através das tensões mencionadas, o próprio colapso da ordem escravocrata e senhorial. A ordem escravocrata consegue se adaptar, em um primeiro momento, ao desenvolvimento do setor urbano, na medida em que se manteve uma certa autonomia da grande lavoura com relação a esse setor, e que o crescimento demográfico das cidades não afetou as bases da “dominação tradicional-patrimonial”.

Contudo, a reintegração da economia nacional, e a natureza dos interesses econômicos externos que tomam conta de “posições-chave” do mercado interno, condiciona o surgimento, nas cidades, de um “mercado capitalista de estilo moderno” que a ordem escravocrata não tinha como absorver. Esse mercado é que passaria a dinamizar o setor agrário, subordinando a si mesmo o seu excedente econômico, e tornando o mercado interno um meio necessário para a reprodução da produção agrária especializada. (*Ibidem*, p. 201)

O crescimento e reprodução, internamente, dos interesses econômicos externos não é um fator a ser menosprezado, nesse ponto. Como já mencionamos, o surgimento da “era neocolonial” no Brasil foi concomitante à expansão do capitalismo a nível mundial, já na sua fase imperialista. Nesse sentido, a função dos países periféricos no interior do processo de acumulação do capital mundialmente já não se identifica mais com àquela função ocupada no período de expansão mercantil, ou de “acumulação primitiva”. Se antes as economias coloniais serviam como pólo de drenagem de riquezas para a acumulação do capitalismo mercantil, no final do século XIX, as economias periféricas serão pressionadas a se incorporarem ao circuito de acumulação capitalista já em sua fase de expansão<sup>73</sup>. Essa incorporação força, internamente o desenvolvimento de instituições e bases sociais onde a expansão do capitalismo financeiro mundial, possa se desenvolver livremente, fazendo com que a acumulação de capital, externa e interna, não seja travada por uma estrutura econômica, política e social arcaica.

Tal pressão externa, portanto, incorporada fortemente ao mercado interno em crescimento, se concentraria principalmente nos elementos que sustentavam a

---

<sup>73</sup> Lênin já ressaltava essa função dos Estados nacionais formal e politicamente independentes, e ainda assim envolvidos nas “malhas da dependência financeira e diplomática” do capital. (LENIN, 2008, p. 83-84)

preservação da ordem escravocrata e senhorial, no caso, a escravidão. Bem conhecida é a lei inglesa de proibição do tráfico de escravos em meados do século XIX. Ela cumpre justamente esse papel.

Internamente, no entanto, os estamentos dominantes lutavam contra essa tendência no sentido de defender as bases de suas estruturas econômicas e de poder. Já vimos como esse tencionamento se desenvolve no interior dos estamentos através da polarização do senhor rural e do “fazendeiro do café”. O desenvolvimento de um mercado interno como forma de ordenação e estratificação da vida social contrariava frontalmente a existência do trabalho escravo e da estrutura de poder que dela emanava, empossando os estamentos senhoriais no controle do Estado e da vida social do país. Absorver as formas novas, modernas, capitalistas, de ordenação do mercado, significaria, para os estamentos, abdicar do seu próprio poder econômico, político e social. Daí se esclarece, segundo Florestan, que a “falta de elasticidade” da ordem escravocrata e senhorial na absorção da competição e dos requisitos capitalistas de estruturação de uma modernização autônoma, era de fato, uma “relação de autodefesa” dos estamentos dominantes.

“Portanto, na raiz da falta de elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial aos requisitos e às condições de um mercado capitalista encontrava-se uma impossibilidade real de absorver as formas materiais, morais e políticas das relações humanas sob uma economia capitalista. A competição, como processo estrutural e dinamicamente determinado pelas relações de pessoas e grupos sociais no mercado, era incompatível com os fundamentos patrimonialistas da vida social e com os critérios estamentais de classificação (ou desclassificação) social. Por isso, os estamentos senhoriais e suas elites mostravam-se atentos à modernização institucional da economia no nível em que as estruturas econômicas da ordem social existente estavam, a um tempo, adaptadas ao capitalismo e não eram afetadas por ele (ou seja, o nível em que o senhor desempenhava papéis econômicos capitalistas e o processo econômico interno era determinado pela organização do mercado mundial).” (*Ibidem*, p. 206)

A principal questão que dá a linha de continuidade a história que prevalece é que a “necessidade histórica” de modernização e desenvolvimento capitalista não poderia ser barrada por essa defesa dos estamentos senhoriais. Eles não podiam “*estancar a história*”, diz Florestan. Mas poderiam, e efetivamente o fizeram, estabelecer um ritmo lento de modernização da economia, de expansão do mercado interno e de depuração das estruturas econômicas e sociais arcaicas. (*Ibidem*, p. 204)

Dois níveis da vida econômica expressarão bem esse ritmo do desenvolvimento e seus principais sobressaltos: o comércio e o trabalho.

O comércio, como vimos, com a implantação de um Estado nacional e com a influência dos dinamismos do mercado mundial, dão um salto de qualidade no sentido capitalista, apesar de as práticas comerciais ainda serem controladas por orientações tradicionalistas, de preservação do privilegiamento. Com esse movimento, se desenvolvem dois núcleos comerciais distintos: o “alto comércio”, em torno dos negócios de exportação e importação vinculados às grandes fazendas, no qual vigorava uma “orientação capitalista típica”; e o “comércio comum”, da “venda a varejo e do pequeno comércio artesanal aos fretes de serviços e à mascateação”, cuja tendência era a manutenção de uma orientação “extracapitalista”. No primeiro núcleo se mantinham as conexões coloniais de privilegiamento de uma economia *senhorial*, apesar das orientações capitalistas no sentido de realização do lucro. E no segundo, os mecanismos de mercado somente “tangencialmente” conseguiam atuar, estabelecendo preços e cotações, mas não interferindo nas formas produtivas. Para Florestan, isso desenha de fato um “mercado de transição” da colônia para a época nacional. Com a emancipação política, a reorganização do fluxo de renda e a quebra das barreiras coloniais incentivam o desenvolvimento do comércio interno, voltado para o abastecimento e estruturação da economia exportadora, e também de um baixo comércio voltado para a massa da população, principalmente das cidades, estabelecido principalmente em um sentido puramente econômico. A estrutura econômica escravista predominante do alto comércio, no entanto, barrava o desenvolvimento e a institucionalização dos mecanismos de mercado justamente por conta do trabalho escravo e semilivre, base de sua produção. Não se pode conciliar infinitamente trabalho escravo com desenvolvimento de um capitalismo comercial interno. Por isso, diz Florestan, “a modernização institucional do comércio /.../ e as tendências à depuração de práticas econômicas arcaicas caíam, de fato, num terrível vácuo histórico”. (*Ibidem*, p. 216)

A consequência disso é que, para o autor, o núcleo especificamente capitalista de uma econômica agrária e arcaica, sofria uma deformação por meio da qual se incorporava à ordem existente, anulando seus dinamismos mais impetuosos. O “homem de negócios” que surge do “alto comércio” urbano, vai procurar na “conquista do status senhorial a coroação pelo seu êxito econômico”. Acabavam por defender os valores e a manutenção da ordem escravocrata e senhorial ao invés de combatê-la como antítese de sua atividade econômica. Portanto, para Florestan, não nasce aqui, uma burguesia plenamente integrada e consciente de seu “destino histórico”. Os “estratos burgueses”, que nasciam do alto comércio, não se colocavam contra a aristocracia agrária, mas à seu lado. Somente quando

a desintegração da ordem escravocrata se torna inevitável é que os interesses do alto comércio passam a ser compatibilizados com o desenvolvimento capitalista.

Portanto, o desenvolvimento do comércio é lento e segmentar, concentrando-se no tope. Ele inicia um processo de desagregação das formas econômicas coloniais que se reproduzem na era “neocolonial”, em concomitância com a expansão dos interesses econômicos externos, mas ao mesmo tempo se funde à elas, impondo um ritmo de desagregação que preserva a condição “heteronômica” da econômica interna.

O desenvolvimento do trabalho vai também realçar esse elemento contraditório. No mundo colonial a superposição da escravidão ao regime estamental legou ao trabalho mecânico uma posição degradante. Frente a isso a possibilidade de superação do trabalho escravo pelo trabalho livre ganhava novas barreiras. Não só a existência da escravidão impedia a universalização do trabalho livre, mas a própria falta de um mercado interno eficiente na classificação social contribuía para tal situação. O crescimento de uma economia urbana no período neocolonial, contribui para o surgimento do trabalho livre, paralelamente ao trabalho escravo, mas não para o fim desse, pois o excedente gerado pela produção escravista agrária era justamente o sustento do setor urbano moderno. De forma que a mudança que ocorre entre a produção escravista e sua conexão com o desenvolvimento capitalista interno, não afeta o agente do trabalho escravo, mantendo-o exclusivamente preso ao trabalho braçal e aos serviços domésticos.

Após a superação da fase “neocolonial”, os principais “papéis econômicos” se deslocam do trabalho escravo para o trabalho livre, como consequência da transformação do setor urbano, moderno e comercial em principal direcionador da economia nacional. A necessidade da viabilização da produção agrária, no entanto, condiciona o surgimento do trabalho livre como categoria histórica, articulado “estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo, e do conformismo imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo”. A ruptura que representa a Abolição, já no fim do século XIX, é antes uma decorrência culminante da incompatibilidade existente entre mercado capitalista e trabalho escravo, entre produção colonial e produção escravista, do que um movimento social de superação consciente e conflitiva da velha ordem. Como já ressaltamos, as manifestações abolicionistas, para Florestan, resultaram todas em uma acomodação dentro da ordem que fez da Abolição um movimento “do branco para o branco”. O liberto e o homem livre não oferecem alternativas para a reordenação do sistema de trabalho nas zonas de rápido crescimento econômico, o que fez com que a expansão do trabalho livre,

tivesse que se concretizar sob o signo da imigração e dos “núcleos de colonização” estrangeira, constituindo assim uma massa de trabalhadores que foi rapidamente absorvida pelo sistema econômico, então fundado sobre o trabalho livre. (*Ibidem*, p. 228-229)

Nessa transição conciliatória, que não suprime ao mesmo tempo em que não conserva as velhas relações, o trabalho livre nasce sob o estigma do trabalho escravo, demorando muito para que vários setores da população conseguissem de fato compreender a natureza do trabalho livre como ato de “separar o trabalho, como mercadoria, da pessoa do trabalhador”. Isso debilitará tanto o futuro desenvolvimento de uma consciência operária na classe trabalhadora, quando possibilitará o perduramento de formas de superexploração do trabalho e de perpetuação do tradicionalismo no seio das relações de mercado. (*Ibidem*, p. 230)

Tal fato nos traz a própria essência de todo o processo de constituição do capitalismo no Brasil. A sua predominância sobre as formas coloniais conservadas no período neocolonial de produção escravista e de estruturação econômica heteronômica, se construirá paulatinamente e somente será efetiva a partir do momento em que a ordem escravocrata e senhorial perde a base de seu poder econômico e político, ou seja, o trabalho escravo. Esse movimento é impulsionado tanto pelo crescimento da pressão de interesses externos do capitalismo imperialista, quanto pelo desenvolvimento inexorável de um setor moderno na economia interna que inviabiliza a continuidade do trabalho escravo.

Nesse processo de colapso da velha ordem, contudo, os próprios estamentos dominantes passam a absorver o processo de modernização institucional e social em voga, incorporando a condição burguesa como forma de adaptação às mudanças sociais que não poderiam impedir. Nesse sentido é que ganha corpo, na visão de Florestan, a “1ª fase da revolução burguesa” no Brasil, que vai desde o último quartel do século XIX, até 1930. Já se coloca nos termos da existência de um capitalismo competitivo, ou concorrencial, no qual, entretanto, a própria existência de um “primeiro surto industrial” não condiciona a mudanças das principais características da economia neocolonial, como a predominância da economia agrícola exportadora na geração de excedente e a permanência do estado heteronômico da economia nacional com relação ao exterior.

Há a consolidação de uma transformação estrutural profunda que entifica a ordem social competitiva concretamente, mas essa mesma ordem, no interior da especificidade brasileira, não possui condições sócio-econômicas para “conferir realidade histórica” ao

“padrões de organização econômica”, típicos do capitalismo nos países centrais. Esse fato se coloca como característica essencial da revolução burguesa nos países periféricos do capitalismo, e no Brasil especificamente. Ele é um “elo de continuidade” entre o “sentido da colonização” e a formação social capitalista que se desenvolve a partir dela, conciliando o passado arcaico, “heteronômico”, dependente, e as formas modernas de organização da produção e das relações sociais. Não há uma ruptura com o “velho” por parte do “novo” que surge. Os dois se imiscuem, criando um produto particular, o “capitalismo dependente”. (FERNANDES, 1981, p.140-142)

#### **4. A formação do capitalismo dependente**

O início desse item nos coloca a necessidade de uma pequena digressão. Se no item anterior demarcamos os principais traços que caracterizaram o desencadeamento do processo de revolução burguesa, aqui nos cabe apresentar como Florestan concebe o amadurecimento desse processo na forma de um capitalismo particular. Para o nosso autor, é necessário adiantar, a Revolução Burguesa somente se concretiza definitivamente como processo histórico na década de 1960, por meio do golpe militar de 1964. Ali o “poder burguês” próprio do capitalismo dependente se consolida definitivamente, alcançando sua predominância sobre toda sociedade através de formas específicas de dominação de classe, que analisaremos mais detidamente nos itens seguintes. Para chegar ao âmago desse processo, e com isso alcançar as principais características da análise das classes sociais feita pelo nosso autor, é necessário primeiro que façamos uma breve discussão acerca da diferença específica entre o capitalismo dependente e os capitalismo clássicos.

Como é sabido, Florestan se vale também do conceito de “subdesenvolvimento” para procurar esclarecer essa diferença no âmbito das relações econômicas. Tal conceito ganhou grande repercussão entre as décadas de 1940 e 1960, por meio de diversas vertentes de pensamento teórico e de atuação política que refletiam a realidade sócio-econômica dos países que não conseguiam atingir o patamar de reprodução e acumulação capitalista próprio dos países centrais<sup>74</sup>. Para nós, é necessário compreender nesse momento que a concepção acerca da condição de subdesenvolvimento contém uma problemática intrínseca a qual Florestan busca responder em suas formulações.

---

<sup>74</sup> Desenvolver as principais vertentes e elaborações que influenciaram nesse debate foge ao escopo de nosso trabalho. Cabe, no entanto, mencionar que algumas das formulações que emergem desse debate terão uma influência seminal na obra de nosso autor. É preciso destacar as formulações da CEPAL, do PCB, do ISEB e também da “nova esquerda” norte-americana, com autores como Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff e Andre Gunder Franck.

Compreender essa condição como um estágio ao qual estão legados os países capitalistas que ainda não possuem uma forma de acumulação interna sustentada pela própria economia nacional remete à possibilidade ou não de sua superação. Aí é que mora o grande debate inspirado pela tese desenvolvimentista: é possível um país periférico superar a condição de subdesenvolvimento?

No que se refere à formulação de Florestan passamos brevemente por tal questão quando discutíamos a “inflexão” presente na obra o autor, na introdução desse trabalho. Recorremos a uma citação que sugere um posicionamento por parte do nosso autor no qual ele claramente reconhece a existência de condições possíveis, no início da década de 1960, para a superação da condição de subdesenvolvimento por parte da economia brasileira. Devemos dizer, no entanto, que talvez essa deva ser a grande “linha de descontinuidade” que conseguimos identificar na leitura que Florestan faz do capitalismo brasileiro presente nesses dois períodos de sua vida, anterior à 1964 e posterior a 1973<sup>75</sup>. Pois, na produção presente no período anterior à 1964, é possível que identifiquemos uma forma de se colocar frente ao problema que denuncia o reconhecimento da possibilidade de superação do subdesenvolvimento. Por outro lado, no período posterior à 1973, a produção teórica de Florestan explicita que isso não é mais possível, e que a única alternativa para a superação do subdesenvolvimento é a revolução socialista.

Basta recorrermos a algumas citações para demonstrar isso com mais clareza. No livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, concluindo sobre a situação de formação do capitalismo no Brasil, diz Florestan:

“Nossa débil ‘revolução burguesa’ constitui, por enquanto, o único processo dinâmico e irreversível que abre algumas alternativas históricas. Não só representa a única saída que encontramos para a modernização sociocultural. Contém em si novas dimensões de organização da economia, do Estado e da sociedade, que poderão engendrar a diferenciação das estruturas sociais, a difusão e o fortalecimento de técnicas democráticas de organização do poder e da vida social, novas bases da integração da sociedade nacional etc. Sem que nos identifiquemos ideologicamente com essa revolução e nos tornemos seus adeptos ou apologistas, é fácil reconhecer que ela possui um sentido histórico criador. Além disso, a sua concretização final permitirá a superação do dilema social que nos mantém presos a uma herança sociocultural indesejável. Enquanto não rompermos definitivamente com as cadeias invisíveis do passado, não conquistaremos o mínimo de autonomia, que é necessária para governarmos o nosso “destino nacional”. (FERNANDES, 1981a, p. 182-183)

---

<sup>75</sup> A periodização está em conformidade com aquilo que o autor afirma em FERNANDES, 1980b, p. 199.

O trecho é bem claro quanto ao ponto que estamos procurando demonstrar. A superação do “estado de heteronomia”, da “condição de subdesenvolvimento”, dos “resíduos do *Antigo Regime*”, é vista pelo nosso autor como uma possibilidade concreta colocada aos países subdesenvolvidos. Esse reconhecimento enquanto possibilidade, no entanto, não é algo simples. Isso porque supõe que a conjuntura interna da luta de classes e a dinâmica do capital no plano mundial se organizam de forma tal que possibilitam a um país como o Brasil estruturalmente romper com os termos do subdesenvolvimento.

Essa polêmica se desenrolou durante muito tempo na história das forças de esquerda no Brasil. Supor que a conjuntura interna da luta de classes possibilitava a superação do subdesenvolvimento era contar com uma fração das classes dominantes brasileiras como aliadas nessa luta. Essa fração equivaleria aquilo que foi a burguesia no período de desagregação do feudalismo nos países de via clássica para o capitalismo, uma burguesia conquistadora, que sintetizava em suas ações os interesses das demais classes e de todo o país no interior do processo de modernização, uma “burguesia nacional”.

Ora, mas o Brasil nunca teve uma burguesia nacional. Veremos adiante, que uma das principais características do capitalismo dependente, identificadas por Florestan, é justamente o fato de a burguesia interna em diversos momentos críticos da história brasileira, ter se aliado com os interesses do capital estrangeiro em detrimento do seu próprio desenvolvimento autônomo enquanto classe, e por extensão, do desenvolvimento do capitalismo nacional. Portanto, dentro da ordem burguesa, e com o aval da burguesia brasileira, não existiam possibilidades de que a condição de subdesenvolvimento fosse superada.

E é justamente isso que Florestan reconhece nos seus textos da “fase madura”:

“Os dinamismos sócio-econômicos, culturais e políticos da sociedade de classes latino-americana desembocam, portanto, em um imenso vazio político e histórico, o qual põe em jogo a sua própria dissolução. Só a ‘revolução contra a ordem’, negadora ao mesmo tempo da dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista. Como sucede com os fatos de estrutura, os fatos de funcionamento e de evolução também sugerem que uma ordem social competitiva fraca não possui condições para coordenar as transformações críticas do sistema de produção capitalista, da sociedade de classes e da civilização científico-tecnológica. Inibindo todas as influências, exceto as que procedem do tope e combinam a mudança sócio-econômica, cultural e política à preservação mais ou menos rígida de privilégios de classes, ela só deixa uma porta aberta à superação do subdesenvolvimento: a da revolução socialista.” (FERNANDES, 1973, p.89)

Não é preciso nem que parafraseemos o trecho tal é a sua transparência. A revolução socialista é a única possibilidade de superação do subdesenvolvimento e da dependência por parte dos países periféricos. Uma pergunta que fica, contudo, é: o reconhecimento de que não é possível superar o subdesenvolvimento por parte das economias periféricas, inutiliza a validade do conceito?

Se é possível que os capitalismo periféricos, se desenvolvam, até mesmo atingindo a fase monopolista, isso, contudo não quer dizer que a condição de subdesenvolvimento foi superada. Vejamos. O que caracteriza a condição de subdesenvolvimento é a não possibilidade de formação de um ciclo de reprodução da acumulação do capital, autônomo. Um país subdesenvolvido é um país dependente. Depende de financiamento externo, depende do excedente gerado no exterior pela venda de seus produtos (na maioria dos casos produtos primários, com baixo valor agregado), depende da tecnologia gerada pelos principais centros do desenvolvimento capitalista e depende da importação de produtos de alto valor agregado que preenche as lacunas na sua estrutura produtiva. Portanto, tais fatores, que caracterizam a condição de subdesenvolvimento, estão ligados a uma condição estrutural que não é superada simplesmente pelo desenvolvimento do capitalismo, pois o desenvolvimento pode ser alcançado mesmo com a manutenção dessas condições.

A visão histórica linear da ideologia desenvolvimentista que professa a possibilidade de superação do subdesenvolvimento simplesmente por meio do desenvolvimento econômico interno não compreende que a forma como se articula tal desenvolvimento no seio da economia nacional, com larga determinação das economias monopolistas hegemônicas e suas empresas, não implica na superação dessas condições estruturais. O subdesenvolvimento, nesse sentido, não significa ausência de desenvolvimento capitalista, mas sim a existência de um desenvolvimento capitalista subordinado e dependente no interior do mercado mundial<sup>76</sup>. Portanto, um país é subdesenvolvido sempre em relação à um determinado estágio do processo de acumulação do capital a nível global, sendo por conta disso, subordinado econômica, política, social e culturalmente aos interesses dos principais centros hegemônicos do capitalismo.

---

<sup>76</sup> Vários momentos da obra de Florestan poderiam demonstrar a concordância do autor com esse ponto de vista. É característica, no entanto, a própria crítica feita por Florestan a “interpretações sociológicas” que “concebem a dependência e o subdesenvolvimento como estágios passageiros destinados a desaparecer com a autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista”. (FERNANDES, 2005, p. 338)

A partir desse debate, tão relevante para a tradição teórica que busca desvendar a esfinge do capitalismo dependente brasileiro, é que podemos apresentar mais claramente a visão de Florestan Fernandes sobre a questão. Para o nosso autor o principal fator estrutural que condena a passagem de uma economia de tipo neocolonial para a formação de um capitalismo dependente é justamente a manutenção de uma estrutura econômica “heteronômica”, que não possui condições de dar vazão às funções internas e externas do desenvolvimento do “padrão de civilização capitalista”. O processo de “descolonização” no Brasil, por meio do qual seria possível expurgar as estruturas sociais coloniais, desenvolvendo assim uma “sociedade nacional” autônoma, nunca foi levado adiante completamente. A consequência disso, é que há a reprodução de uma “condição colonial permanente” (aqui há uma aproximação evidente com Caio Prado Jr) que

“se redefine no curso da história, mas de tal modo que a posição heteronômica da economia do País, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externo envolvidos, é a natureza do nexos de dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante”. (FERNANDES, 1981a, p. 26)

O subdesenvolvimento se coloca aí como o “estado normal do sistema”, no qual as formas de produção tipicamente capitalista são absorvidas, sem no entanto conseguir explorar todo o seu potencial, limitando o crescimento econômico.

A “dupla articulação”, de que falamos anteriormente, é uma das principais características do caráter dependente do capitalismo brasileiro, para Florestan. Internamente o setor agrário arcaico, local onde se reproduzem formas de exploração do trabalho pré-capitalistas e extracapitalistas, está intimamente conectado ao desenvolvimento de relações capitalistas nas cidades, justamente por ser a principal forma de acumulação de excedente por parte da economia nacional. Para Florestan, essa articulação, ao mesmo tempo em que desenvolve o capitalismo internamente, opera um desenvolvimento específico que entrava a diferenciação do sistema na medida em que limita o desenvolvimento do mercado como forma de classificação social e, portanto, da dinamização do mercado interno enquanto fonte de acumulação capitalista, como a sua possibilidade de desenvolvimento. Por outro lado a articulação da economia agrário-exportadora com as nações capitalistas hegemônicas condicionava a manutenção de um estado de subordinação no interior da divisão internacional do trabalho, com a exportação predominante de bens primários, e favorecia a expansão das economias centrais para o interior da economia periférica, moldando o desenvolvimento capitalista periférico às

suas necessidades. Nesse sentido as pressões de fora e de dentro para a diversificação, integração e organização da economia nacional impulsionavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas o faziam para que ele estivesse preparado para absorver a expansão do capital imperialista, e para sustentar suas alocações de capital, internamente.<sup>77</sup>

Aqui há uma mudança sensível na relação das influências externas com o Brasil. Ao invés de somente se construir um mercado ao qual se poderia explorar a partir de fora, como foi o caso da exploração colonial e neocolonial, as “potências estrangeiras” concorrem para a “construção de um economia capitalista dependente nos trópicos”. Para isso era necessário ir além do mero “controle comercial” e se estabelecer “controles econômicos” que pudessem operar em diversos níveis, condicionando, inclusive, uma reorganização do “espaço ecológico, econômico e social” do país hospedeiro<sup>78</sup>.

Para compreender isso é importante recorrer a uma diferenciação feita por Florestan no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo na periferia. Tais países não trilham independentemente seu caminho ao capitalismo, pela saturação do mercado interno, diferenciação econômica etc. Eles o fazem sendo incorporados pelos dinamismos da expansão das economias hegemônicas na periferia. A formação do capitalismo se dá pela mediação dessa incorporação, que no entanto aparece para os “agentes econômicos” nativos, como uma necessidade de modernização e desenvolvimento interno. A sobrevivência de um setor arcaico pré-capitalista articulado a um setor moderno capitalista interessava aos países hegemônicos do capitalismo.

Com isso, o mercado capitalista se expande, em “tamanho e diferenciação e intensidade financeira” tornando-se fonte de estímulos para os dois setores da economia nacional. Essa expansão impulsiona o segundo surto industrial brasileiro – entre a última década do século XIX e a crise de 1929 – onde a produção se desloca para a produção de bens de consumo e o capitalismo penetra no campo, estabelecendo a formação de um

---

<sup>77</sup> Há que se fazer uma ressalva nesse ponto. O reconhecimento da existência de um setor arcaico da economia que utiliza de formas pré-capitalistas de exploração do trabalho e que limita o desenvolvimento capitalista interno de nenhuma maneira autorizaria a imputação à Florestan de uma concepção “dualista” da realidade econômica brasileira. Nosso autor faz questão de demonstrar que as relações de caráter “pré-capitalistas” que coexistem com o desenvolvimento capitalista são rearticuladas e atualizadas para servir de suporte a esse desenvolvimento. Acabam por revitalizar formas sociais que vão justamente tornar o desenvolvimento do capitalismo possível, conferindo a esse desenvolvimento, contudo, um caráter arcaico, atrasado. Sobre isso, conferir FERNANDES, 1973, p. 62 e FERNANDES, 2005, p. 268

<sup>78</sup> “O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir a ‘integração’ do comércio interno, a ‘proteção’ dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a ‘introdução’ das indústrias de bens de consumo, a ‘intensificação’ das operações bancárias etc.” (FERNANDES, 1973, p. 17)

“padrão de desenvolvimento capitalista” denominado por Florestan de “capitalismo competitivo”, ou concorrencial.

Lênin já chama atenção para essa diferenciação teórica no interior das fases de desenvolvimento do capitalismo mundial. O capitalismo concorrencial, ou competitivo, é a fase do capitalismo na qual impera a “livre concorrência”, ou, na qual a concentração de capital ainda não atingiu o nível monopolista com a predominância dos cartéis e do capital financeiro ditando os rumos da economia. (LENIN, 2010, p. 23) O movimento operado por Florestan, contudo, pressupõe o surgimento de um capitalismo concorrencial na economia brasileira em um momento histórico no qual internacionalmente o predomínio do capital monopolista já ganhou realidade histórica irreversível. É preciso que esclareçamos a inexistência de uma contradição no interior dessa forma de pensamento. Para Florestan, seguindo a compreensão de Lênin, o capitalismo concorrencial possui determinados padrões de reprodução interna, de organização das instituições, de dinamismos de mercados etc., que possuem uma característica própria. O nível de concentração do capital e de desenvolvimento do capital financeiro é o dínamo do processo. A expansão externa do circuito do capital na sua fase concorrencial, por exemplo, se dá principalmente por meio do comércio internacional, da conquista de mercados consumidores para a produção de mercadorias saturadas internamente. Por outro lado, a expansão externa do capital na sua fase monopolista já adquire a característica vital da exportação de capitais como forma de forjar circuitos de acumulação análogos no interior de outros países, principalmente dos países atrasados. (LENIN, 2010, 61-62)

O capitalismo incipiente que se desenvolve nas condições do subdesenvolvimento, segundo Florestan, surge justamente em um período histórico no qual a expansão imperialista do capital das nações hegemônicas já atinge sua fase monopolista. Isso, no entanto, não estabelece que se desenvolvam internamente padrões de organização da produção, das instituições e dos mecanismos de mercado já correspondentes ao capitalismo monopolista. O mercado capitalista brasileiro, ainda se situava na fase competitiva na medida em que: 1) possuía uma parca concentração demográfica que apenas dava seus primeiros passos com o primeiro e o segundo surto industrial; 2) Não tinha um mercado interno integrado, capaz de aumentar a renda da população e de gerar o desenvolvimento de concentração de capital ao nível monopolista; 3) Não possuía um desenvolvimento tecnológico avançado como forma de incorporar a extração da mais-valia relativa enquanto principal eixo expropriador da acumulação interna.

Portanto, apesar de já adentrar na fase competitiva, a economia capitalista brasileira ainda era, acima de tudo, uma economia dependente, que apenas dava seus primeiros passos de integração nacional. O surgimento da fase monopolista do capitalismo mundial vai interromper e modificar o significado desse processo, impondo um novo ritmo de desenvolvimento capitalista para os países dependentes.

Para Florestan, desde anteriormente a Primeira Guerra Mundial dinamismos econômicos provenientes de grandes corporações e das multinacionais eram inseridos no Brasil. Contudo, isso começa a crescer muito no período posterior a crise de 1929, na medida em que países como EUA, Japão e Alemanha, começam a trazer para o Brasil modelos de organização empresarial e de associação econômica que expunham a economia dependente e subdesenvolvida a pressões muito fortes que não eram percebidas negativamente e não podiam ser controladas a partir de dentro. (FERNANDES, 2005, p. 291)

A transição para o padrão de desenvolvimento econômico monopolista requeria, como dissemos, altos índices de concentração demográfica, de renda per capita (na população incorporada ao mercado de trabalho), de padrão de vida, de diferenciação e integração em escala nacional, de densidade econômica do mercado interno, de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro, de modernização tecnológica realizada e em potencial e de estabilidade política e controle efetivo do poder do Estado pela burguesia nativa. (*ibidem*, p. 294)

A inexistência de tais requisitos na periferia não somente impediu que ela trilhasse o desenvolvimento do capitalismo monopolista por si só, mas também foi o que tornou possível uma integração segmentada das grandes corporações estrangeiras, que aos poucos, aproveitando os momentos políticos propícios, iam assumindo controle da exploração de matéria-prima, da produção industrial para o mercado interno, do comércio interno e das atividades financeiras. Elas se estabelecem e aos poucos vão dominando o mercado que não possui controles específicos para barrar sua expansão, até monopolizarem completamente determinados setores.

Na medida em que as corporações iam adentrando o país, elas começavam a exigir da sua estrutura econômica, acelerando ainda mais o processo de diferenciação econômica e de expansão do capitalismo. O caráter de tal expansão é que merece ser ressaltado, já que se dá concretamente como um apêndice da grande empresa monopolista.

Ademais, para a generalização da transição monopolista tornar-se de fato uma

nova forma de incorporação do capitalismo dependente às economias centrais, o fator político é decisivo. O “império das corporações” necessitava da garantia interna de “estabilidade política”, de “cooperação econômica” e da proteção contra o avanço do socialismo. Nesse ponto, para Florestan, não é possível pensar a expansão do capitalismo monopolista simplesmente como uma decisão externa imposta a todas as classes sociais brasileiras pelas economias capitalistas centrais. Existia uma margem de decisão interna que também influenciou no modo como o capitalismo monopolista foi absorvido. Principalmente porque uma transição completa para o capitalismo monopolista

“requeriria alterações profundas nos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial e outras medidas nocivas a vários grupos e classes sociais, que ela se torna impraticável sem um apoio decisivo das classes possuidoras internas e do Estado.” (*Ibidem*, p. 302)

Para nosso autor, essa decisão interna se cristalizou aos poucos, seja por meio da consolidação ideológica da ideia do impulso externo como a única salvação para o desenvolvimento econômico do país (década de 1950) e a superação do subdesenvolvimento, seja posteriormente ao golpe de 1964, no qual por meio da força, o apoio das “classes possuidoras” à transição ao capitalismo monopolista impôs as transformações estruturais necessárias à transição “de cima para baixo”.

Na verdade, nem a modernização, nem a industrialização, nem a inicial penetração do capitalismo no campo vão conseguir romper com a “dupla articulação” que sustenta o capitalismo dependente. Tal articulação somente consegue se viabilizar através de uma conciliação que ocorre no seio das classes dominantes, externas e internas, para viabilizar um processo de “modernização conservadora”. Internamente, a articulação entre uma economia urbano-industrial e um setor agrário arcaico fez com que as oligarquias e os estamentos senhoriais da colônia pudessem aos poucos ir se diversificando e se transformando em importantes ramos da burguesia interna. E externamente, a articulação subordinada entre os países capitalistas hegemônicos e setores da burguesia interna impossibilitavam um desenvolvimento capitalista autônomo em diferentes setores da produção.

A dominação burguesa na periferia refunde suas estruturas, funções e significados de modo a se adaptar aos dinamismos econômicos e aos ritmos históricos das nações capitalistas. É a partir dessa dinâmica que podemos perceber aquilo que Florestan Fernandes chama de “*crise do poder burguês*”. Trata-se de uma “crise de adaptação” da dominação burguesa às condições econômicas geradas pela expansão do capitalismo

monopolista em uma economia capitalista dependente. (*Ibidem*, p. 308) O avanço e a diferenciação do capitalismo competitivo na periferia, e também a própria interferência dos primeiros dinamismos do capitalismo monopolista na economia interna, criaram conflitos de interesses entre as classes, até mesmo no seio da burguesia, o que fez com que a dominação burguesa estabelecida até o momento entrasse em crise.

Externamente, a expansão do capital monopolista afeta setores da burguesia interna que fazem parte da “base material da dominação burguesa”. Internamente, o avanço da intervenção estatal deixa descontente parte da iniciativa privada, e a insatisfação inerente às contradições do capitalismo dependente cresce entre setores das classes médias (tententismo, nacionalismo, etc) do proletariado e das massas populares. Essas são as três principais pressões sociais levantadas pelo autor, que colocam o poder burguês em cheque no Brasil, criando uma situação “potencialmente explosiva” na dinâmica de classes interna.

## **5. O regime de classes próprio do capitalismo dependente.**

Aqui chegamos a um ponto essencial do nosso trabalho. Procuramos até o momento pontuar as principais características da análise de Florestan acerca da *gênese* e do *desenvolvimento* do capitalismo no Brasil. Cabe no entanto estabelecer uma pausa no ritmo de exposição “histórica” adquirido pelo texto, para analisar mais detidamente como esse construto teórico dá forma a uma interpretação da luta de classes no contexto brasileiro.

O capitalismo que se forma no Brasil, portanto, é um tipo particular de capitalismo. A consequência disso é que as condições nas quais se constituíram relações propriamente capitalistas plasman uma realidade histórica com fenômenos novos, estruturados em torno de uma dinâmica e de uma funcionalidade, própria. Nosso autor vai ter como centro de sua interpretação das relações de classe no Brasil, justamente essa diferenciação.

A ideia principal é que a base econômica do regime de classes brasileiro não consegue criar condições materiais para viabilizar o padrão de civilização que é transplantado para o Brasil. Assim, a “ordem competitiva” que se forma produz uma estratificação social que somente possui “eficácia” para uma parte da sociedade, inibindo a universalização da economia como caráter estratificador exclusivo.

Conforme expusemos nos itens três e quatro do presente capítulo, na visão de

Florestan, a formação de um “mercado tipicamente capitalista” trilha um longo caminho até se consolidar como forma social estratificadora, por excelência. Chega-se ao ponto de o mercado se formar, em uma parte da sociedade, enquanto em outra predomina e se reproduz o trabalho escravo. Ainda assim, na medida em que se torna predominante, o mercado capitalista interno é continuamente limitado em seus dinamismos pela “dupla articulação” da economia dependente, ou seja, pela existência interna de relações arcaicas como sustentáculo do desenvolvimento das relações modernas, e pela contínua intervenção econômica estrangeira na economia nacional, apropriando-se do excedente gerado internamente e deprimindo as potencialidades de desenvolvimento econômico autônomo.

Isso acontece porque o capitalismo dependente brasileiro, para Florestan, não pressupõe uma ruptura com o passado do *Antigo Regime* colonial. Ele se desenvolve principalmente por meio de dois eixos. Por um lado, ele é formado *a partir de fora*, pois as alterações empreendidas no capitalismo mundialmente condicionam uma nova forma de incorporação das economias periféricas ao mercado mundial, construindo internamente relações de produção que possuem o propósito de proporcionar aos centros hegemônicos do capital a expansão de suas formas de acumulação. (FERNANDES, 2005, p. 283)

Por outro lado, ele é formado *a partir de cima*, pois o incentivo à implantação de relações sociais capitalistas, mediadas pelo mercado, é feito principalmente tendo como foco o atendimento dos interesses econômicos das classes dominantes. Trata-se mesmo, da reposição da forma associada de exploração econômica que se reproduzia no período colonial, e também no período neocolonial, mas agora sobre bases capitalistas. Os interesses das camadas dominantes internamente, primeiro os “senhores coloniais”, depois os “estamentos dominantes” e finalmente o “burguês complacente”, estavam ligados a determinadas atividades econômicas que conseguiam se realizar somente por meio do mercado mundial. Na medida em que as necessidades desse mercado se alteram, as possibilidades de reprodução dos interesses econômicos dominantes também devem se alterar para continuar existindo.

É por meio desse movimento dinâmico que a burguesia surge internamente como classe, não em conflito com os estamentos dominantes coloniais, mas procurando se adaptar às mudanças estruturais do capitalismo mundial para manter seu privilégio. Não é por outro motivo que o próprio Florestan vai identificar no “aburguesamento” dos estamentos dominantes uma linha importante do desenvolvimento da burguesia como

classe. Não se tem em vista criar um “Estado nacional” capitalista autônomo, que incorpore as massas trabalhadoras no processo de modernização da economia e de democratização das relações sociais. Se esse fosse o caso, os interesses econômicos dos estamentos dominantes do *Antigo regime* certamente entrariam em contradição com as relações de produção capitalistas, instaurando um conflito político inconciliável, tal como no caso francês, no caso norte-americano, no caso inglês etc.

Isso, no entanto, não aconteceu. Reproduziu-se o padrão subordinado da organização das relações de produção internas, o que tornou a própria classe burguesa brasileira, uma classe subordinada e dependente. Esse padrão subordinado deve ficar claro nesse ponto, para que possamos conceber apropriadamente a condição da burguesia interna. O capitalismo brasileiro possui poucas possibilidades de engendrar um ciclo de acumulação de capital interno que seja independente do capital externo e que possa se proteger dele, competitivamente. O processo de acumulação que se forma, a partir disso, depende da existência de um setor arcaico, agroexportador, e da alocação de capital e de tecnologia externa para se reproduzir. Essa morfologia é a matriz de uma forma de organização capitalista que continuamente drena riquezas para fora, reproduzindo a própria dependência como uma condição inexorável.

A burguesia, nessa situação, para assegurar os seus interesses econômicos deve manter esse estado de coisas intacto. Suas iniciativas históricas de autonomização nunca atingiram o caráter de uma ação de classe, passando sempre como iniciativas pontuais que cedo ou tarde se mostram como “becos sem saída”. No nível das estruturas, a relação de dependência se manteve, ainda que em determinados momentos históricos tenha sido intenso o debate nacionalista em torno das possibilidades de desenvolvimento nacional. É preciso que se considere esse fato dinamicamente. Pode-se avaliar historicamente diversos episódios políticos ou econômicos como progressistas, autonomizantes etc., como é o caso da criação da Petrobrás e a decisão de não privatizar a exploração interna do petróleo. Mas no seio dessa tensão, que o nível da “cotidianidade” ilusoriamente mostra como um campo aberto de possibilidades, as relações estruturais de dependência se reproduziram na história brasileira.

O mais relevante são as consequências sociais internas desse posicionamento de classe da burguesia. Ele é, de fato, *paradoxal*. Pois, a dinamicidade e a robustez do crescimento e desenvolvimento das relações de produção é que formam e desenvolvem as classes sociais. Se se tem uma economia capitalista pouco desenvolvida em termos de mercado interno, integração produtiva, diversificação econômica, inovação tecnológica,

industrialização, poupança etc., as classes que se formam no interior de tal economia também serão pouco desenvolvidas.

Partindo desse raciocínio se pode atestar que a burguesia brasileira também possui uma fraqueza congênita. Um fato importante da história brasileira demonstra isso, no entender de Florestan. No momento da incorporação do capitalismo dependente brasileiro ao capitalismo monopolista mundial, a entrada das grandes corporações no mercado nacional aos poucos vão controlando todo o mercado do setor em que se inserem, pois os agentes nacionais não conseguem competir com seu desenvolvimento tecnológico e nível de extração de mais-valia. A consequência é que, tendencialmente a indústria nacional é toda reorganizada de forma a servir de apêndice à indústria estrangeira, inserindo-se na sua cadeia produtiva como fornecedora de matéria-prima, de bens manufaturados, etc. (FERNANDES, 2005, p. 299) Economicamente, portanto, a burguesia que se insere nesse movimento não só depende da existência da empresa estrangeira para sobreviver, como também possui taxas de acumulação de capital infinitamente menores do que a dessa empresa. Se a sua taxa de acumulação permanece no país incentivando a diferenciação do mercado interno, a taxa superior da empresa estrangeira é remetida para o exterior, incentivando a constante expansão do capital imperialista por meio da drenagem de um excedente econômico produzido internamente. Esse é só um modo de se analisar a questão. Poderíamos exemplificar sob diversos prismas o caráter subordinado e dependente da burguesia brasileira. O importante é constatar a forma como a burguesia enquanto classe se debilita por conta do padrão dependente de desenvolvimento capitalista.

Para Florestan, essa debilidade atinge a sua própria dominação. Se a ordem capitalista não consegue se generalizar em todo o seu potencial a própria burguesia terá problemas para exercer a sua dominação de classe. Nosso autor diz que a dominação burguesa é pautada essencialmente em mecanismos econômicos de subordinação das outras classes e de concentração de renda, de poder e de privilégios. Se as relações capitalistas não conseguem se desenvolver ao ponto de atingir a totalidade da população, o controle econômico burguês sobre essa sociedade também ficará debilitado. Para sustentar a dominação burguesa, nesse caso específico, a burguesia precisa dispor de mecanismos, políticos, culturais etc., para conseguir “complementar” a sua dominação.

Aí está uma faceta única da forma como os elementos “arcaicos” são reciclados para cumprir uma função específica na nova ordem social. O uso de dispositivos estamentais de dominação política é, segundo Florestan, uma característica da dominação

burguesa no capitalismo dependente. A ordem – sustentada pelo domínio de uma classe que em nenhum momento consegue identificar seus interesses com os interesses da “nação” – deve ser preservada através do “uso aberto e sistemático da violência”, culminando em um regime político que tenta concretizar-se sobre o viés das ideias democráticas modernas, mas que acaba criando uma *democracia restrita* como fonte de sustentação política do superprivilegiamento. O desenvolvimento capitalista dependente, diz Florestan, é “dissociado de uma evolução democrática da ordem”. Não há possibilidade de formação de um “modelo democrático-burguês” de Revolução Burguesa, pois os interesses da burguesia dependente estão em conflito com qualquer tipo de evolução democrática. A democracia burguesa, na condição do subdesenvolvimento, se torna uma “*democracia restrita*”. (*Ibidem*, p. 340)

No processo de formação da burguesia brasileira, a antiga oligarquia não desaparece com a desagregação da ordem estamental. Ela “perde seu monopólio social, fragmentando-se em diferentes subgrupos das classes ‘altas’” e, partilhando o monopólio do poder com outros grupos das classes “altas” que ascenderam socialmente graças ao crescimento econômico moderno e com setores intermediários. Somando a essa equação a efetividade da presença dos interesses estrangeiros, se constitui no Brasil uma forma de “hegemonia burguesa conglomerada”, um “padrão compósito de hegemonia burguesa”, que se materializava na “articulação quase mecânica de interesses setoriais potencialmente divergentes (e por vezes em conflito real), unidos pela defesa de privilégios análogos”. (FERNANDES, 1973, p. 108)

O próprio padrão de hegemonia da classe burguesa é, portanto, afetada pela manutenção da “dupla articulação” e da condição de subdesenvolvimento. A repartição do excedente econômico com o capital externo forma uma fraca base estrutural de afirmação de classe para a burguesia. Florestan atesta que esse padrão explica porque a burguesia nessas condições é incapaz de efetuar uma *revolução dentro da ordem*, ou seja, uma revolução social que não rompa com o capitalismo enquanto forma matriz da organização das relações sociais, mas que permita superar o subdesenvolvimento, a dependência, a posição marginal no interior do capitalismo mundial etc. (*Ibidem*, p. 110)

Tal elemento nos será valioso para avaliar de maneira mais detalhada os mecanismos de adequação da dominação burguesa no interior da luta de classes brasileiras. Faremos isso no item seguinte. Por hora, temos que ressaltar o outro lado da questão. Se a ordem econômica do capitalismo dependente não consegue forjar dinamismos suficientemente sólidos para fundar uma burguesia forte, interna e

externamente, ela também concorre para enfraquecer os processos de diferenciação e surgimento das outras classes.

Em primeiro lugar, tal tipo de capitalismo não estende as relações propriamente capitalistas para toda a sociedade. Uma grande parte dos trabalhadores da cidade e do campo não conseguem entrar no mercado para vender sua força de trabalho como uma mercadoria, conseqüentemente, acabam por não possuir meios econômicos de se “classificar” no interior da ordem social<sup>79</sup>. Para o nosso autor, tais grupos e indivíduos são de fato excluídos da sociedade, marginalizados totalmente. O processo de instituição do trabalho livre na sociedade brasileira escancara essa relação. Depois de anos de resistência dos setores agrário-exportadores que comandavam política e economicamente a vida do país, a mercantilização do trabalho se institucionaliza com a abolição da escravidão, mas, por um longo tempo, mantém-se atuando fracamente na sociedade como um todo. Não existia uma estrutura econômica que conseguisse absorver toda aquela massa de trabalhadores, e o desenvolvimento dessa estrutura econômica era barrado pela “repartição do excedente econômico”.

Nesse sentido, não só as “classes expropriadas” se veem em uma condição de extrema exclusão social, mas a própria proletarização dos trabalhadores somente consegue atingir parte da população. Na medida em que o trabalhador se proletariza, ele consegue, socialmente, alçar patamares de consumo e de reprodução da vida diferenciados, no interior da sociedade. Mas se nem essa proletarização é possível para a massa da população, ela passa a ser encarada como um “privilégio” de poucos. Portanto, as classes expropriadas, o proletariado, os camponeses, os excluídos, são debilitados enquanto classe porque não conseguem se valorizar dentro da ordem, o que dificulta a formação de uma consciência, de uma solidariedade e de uma atuação de classe que possa emplacar uma luta ofensiva em favor dos seus interesses. Obviamente que os múltiplos mecanismos por meio dos quais a não-valorização dificulta a formação e amadurecimento das classes trabalhadoras não serão analisados por nós aqui. Florestan analisa as diversas facetas desse fenômeno, por exemplo, quando afirma que o caráter privilegiado da proletarização aproxima os interesses e aspirações dos proletários mais à condição burguesa do que às massas excluídas, o que dificulta de sobremaneira a formação de

---

<sup>79</sup> É importante diferenciar especificamente o que Florestan entende com essa marginalização de setores inteiros da população. Ele não identifica aqui nem um “exército industrial de reserva”, nem um “lumpem-proletariado”, ou uma “subpopulação relativa”, tal como faz Marx, analisando o “caso clássico”. Por isso os caracteriza como “condenados do sistema”, um “setor humano marginal” da ordem econômica do capitalismo dependente. Sobre isso ver FERNANDES, 1981a. p. 70.

organizações, ações e interesses de classe. (FERNANDES, 1981a, p. 75) De qualquer forma, o que pretendemos reter é o essencial: a condição dependente inibe a dinamicidade da luta de classes e a capacidade de mobilização das classes trabalhadoras. Somente no início do século XX as primeiras organizações e manifestações operárias de peso se concretizarão como realidade histórica no Brasil. E se sustentarão em bases muito fracas de solidariedade e organização de classe. O progressivo aumento das “pressões de baixo” paulatinamente colocam a classe operária no seio dos conflitos políticos e sociais brasileiros, contudo, é no seu auge, durante as décadas de 1950 e 1960, que essa luta é solapada por uma contrarrevolução burguesa que dá origem à Ditadura Militar de 1964. (FERNANDES, 1985, p. 44-45)

Portanto, a sociedade burguesa correspondente a um capitalismo de tipo dependente vê as suas principais classes matrizes, burguesia e proletariado, se formarem de maneira fraca e vacilante. Tal fato introduz uma fragilidade no próprio regime de classes interno. Pois o antagonismo social que a luta de classes transforma em conflito real e cotidiano, possui na sociedade burguesa, uma funcionalidade através da qual as classes em luta, pelo conflito e pela acomodação, estabelecem um “padrão de equilíbrio dinâmico” na sociedade. (FERNANDES, 1981a, p. 81) Esse equilíbrio permite uma estabilidade (instável) às instituições burguesas, que dissolvem sua dominação por meio dos mais variados aspectos da vida social (na cultura, na moral, na fábrica, na escola, no direito, na política etc.), ao mesmo tempo em que torna possível um recuo no seio da luta, cedendo aos interesses e conquistas dos trabalhadores, em determinado momento, sem no entanto perder a estabilidade e colocar a ordem em risco.

A especificidade do capitalismo dependente, nessa questão, está na sua rigidez. Ele não permite que se forme esse “padrão de equilíbrio dinâmico”. As “funções classificadoras do mercado” não são postas em prática adequadamente, pois uma grande massa da população sequer consegue classificar-se vendendo sua força de trabalho. De forma que as “funções estratificadoras” das relações de produção não completam o seu ciclo, determinando a existência de um longa miríade de estratos sociais cuja parte mais miserável não pode desfrutar nem mesmo da posição proletária.

Duas questões se colocam aqui como vitais para a análise. Por um lado, salta aos olhos essa “funcionalidade” do “regime de classes” exaltada pelo autor. De fato, veremos que ela é o centro nevrálgico de sua análise das classes sociais. Por outro lado, uma questão que surgiu no Capítulo II desse trabalho é reposta aqui, qual é o critério definidor das classes para Florestan?

Começaremos pela primeira. A forma de conceber o “regime de classes”, pautada nas “funções” do mercado e das relações de produção, são recorrentes até aqui na nossa exposição, e podem ser indicadas até mesmo como uma continuidade na obra de Florestan. Ela aparece nos escritos de ambos os períodos que estamos tratando como carro-chefe da análise do autor nessa questão específica. Nas obras que tomamos aqui como referência desses dois períodos, podemos identificar essa característica da análise tanto em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1966), quanto em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), *Brasil: em compasso de espera* (1980) e *Nova República?* (1985).

A existência de grupos ou classes totalmente inseridos em uma lógica de relações sociais que não correspondem àquelas características do capitalismo, “univocamente econômicas”, afeta as “funções construtivas do regime de classes”. Isso significa que o padrão de estratificação “classes sociais”, pressupondo certas formas de equilíbrio dinâmico, não consegue se realizar “otimamente”. Diz Florestan:

O regime de classes preenche funções positivas, relacionadas com a constituição das condições apropriadas ao funcionamento e ao desenvolvimento de uma economia fundada na apropriação privada dos meios de produção, na mercantilização do trabalho e na organização capitalista das relações de produção e do mercado. Nesse plano, ao pressionar estruturas sociais preexistentes, o regime de classes tende a transformar ou a eliminar formas de concentração social da renda, do prestígio e do poder típicas de sociedades estratificadas estamentalmente. /.../ embora o regime de classes não nivele os estratos sociais em presença, sob nenhum aspecto, ele dá origem a um mínimo de homogeneidade e de equidade na distribuição das probabilidades de valorizar no mercado o ‘poder de posse de bens e de trabalho’, base na qual se poderá construir uma estratificação social de fundamentos univocamente econômicos.

O trecho citado contém vários elementos que expressam a visão particular que nosso autor tem acerca do “regime de classes”. Ele, por exemplo, cria condições apropriadas para o funcionamento de uma economia propriamente capitalista. Essa relação é relativamente simples de se compreender. A igualdade dos indivíduos no plano “jurídico-político” permite que as relações de produção sejam estruturadas em torno da venda de mercadorias, o que restringe a apropriação privada da produção coletiva a termos exclusivamente econômicos. Conforme essas relações de produção se expandem, o desenvolvimento do mercado, da concorrência e das variações na taxa de lucro requerem a generalização dessas relações para toda a sociedade, como uma necessidade. Tal fato não é novidade. Todo o processo de transição ao capitalismo, mais ou menos

rapidamente, demonstra que, como tendência, isso se concretiza. É uma necessidade do próprio desenvolvimento do capital. A existência de formas feudais do uso da terra entrava o aumento da produtividade e, conseqüentemente, o processo de acumulação. As relações de trabalho feudais, ou até escravistas, não permitem a ampliação da taxa de extração de mais-valia. Poderíamos seguir com os exemplos, eles são abundantes.

No entanto, Florestan recorre a um último argumento que é vital. Para ele, um regime de classes integrado, “embora não nivele os estratos sociais”, cria um “equilíbrio dinâmico”, um “mínimo de homogeneidade e equidade na distribuição das probabilidades de valorização através do mercado”. A grande característica do regime de classes próprio do capitalismo dependente é não criar esse “mínimo de homogeneidade e equidade”, na medida em que exclui grandes parcelas da população da possibilidade de se valorizar através do mercado. Isso condiciona o surgimento de uma sociedade de classes na qual as “funções classificadoras do mercado” e as “funções estratificadoras das relações de produção” não conseguem atuar satisfatoriamente, minando a “integração”.

Chegamos a um problema que é seminal no interior do nosso trabalho. Quando Florestan estabelece o pressuposto de um “equilíbrio dinâmico” como forma de compreender as ações de diferentes vetores na formação da sociabilidade, concretizando por meio de suas diversas funcionalidades um padrão de organização social “típico”, nosso autor está aparentemente trabalhando com o pressuposto básico de que é possível pensar um modelo de organização das relações sociais capitalistas geral, que serve como base da reflexão para se pensar os capitalismo “particulares” que se desenvolvem por todos os lados.

De fato, o trecho a seguir atesta isso. Considerando as classes no capitalismo dependente, Florestan diz:

“As classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem. As classes puderam preencher tais funções, nos modelos europeu e norte-americano de revolução burguesa, porque as classes sociais submetidas à expropriação e a espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito, e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder. (FERNANDES, 1973, p. 42)

A discussão presente na teoria social acerca do uso de modelos para o conhecimento da realidade é controversa. Existe uma linha tênue entre a abstração científica que denuncia elementos concretos da realidade, e a construção de modelos teóricos que

adequa a realidade aos seus pressupostos. Façamos uma pequena digressão para analisar isso. Em termos simplificados é relativamente fácil pensar essa questão gnosiologicamente. Vejamos: o capitalismo se constitui como realidade histórica trazendo consigo uma forma de organização das relações de produção – e por consequência das relações sociais de maneira geral – diferenciada. Essa diferença possui características específicas, que surgem e se estabelecem no processo histórico de formação do capitalismo. Pois bem, na medida em que o capitalismo se expande subordinando outras formações sociais à sua lógica reprodutiva, ele acaba se concretizando em outros lugares (mais ou menos rapidamente). Essa concretização, pressupõe “logicamente”, que se reproduzam nesses lugares as “características específicas” do capitalismo, do contrário não seria capitalismo, seria outra coisa. Trata-se de uma abstração elementar, fundamental para o desenvolvimento da ciência: se temos um objeto, cujas características lhe imputam o caráter de identidade com uma série de outros objetos, concluímos que o que define todos esses objetos é essa identidade<sup>80</sup>. Nesse sentido, poderíamos facilmente afirmar que a “pressuposição lógica” em questão, tem um fundamento científico inquestionável.

Tal forma lógica de retirar as consequências do princípio científico da abstração, no entanto, é o que de fato vai dar base para uma concepção de análise das formações sociais capitalistas que simplesmente adequa a realidade imediata à *modelos* abstratos. Se constrói um modelo, seja da evolução da humanidade, seja da constituição orgânica do capitalismo, e aplica-se tal modelo aos diversos fenômenos concretos em tela. Há aqui uma forma de proceder cientificamente em confluência profunda com os procedimentos científicos das ciências naturais. Frente ao modelo explicativo da física newtoniana, todo e qualquer objeto em movimento pode ser compreendido unicamente pelas forças que atuam para movimentá-lo.

A realidade social, contudo, estabelece uma característica ontológica inédita, que não autoriza essa relação imediata. Marx, na primeira e na segunda *Teses Ad Feuerbach*, já faz tal discussão através de aforismas procurando ressaltar aquilo que Lukács entende como o “sentido objetivo e subjetivo” da práxis. O homem, ao mesmo tempo em que modifica a realidade, objetivando sua subjetividade, é modificado por ela, subjetivando a

---

<sup>80</sup> Marx e Engels tratam essa questão adequadamente, de um ponto de vista materialista, em *A Sagrada Família*. (MARX & ENGELS, 2003, p. 72) A diferença básica do tratamento materialista é conceber que a possibilidade de abstração, e do reflexo na consciência, da categoria que identifica os objetos observados, está no próprio objeto em sua existência real, e não no desenvolvimento da “ideia” do objeto.

objetividade (LUKÁCS, 2012, p. 21) Disso decorre que a relação causal que se estabelece entre os fenômenos da natureza inorgânica, explicados pela física newtoniana, não podem ser extrapolados para a realidade social imediatamente, pois esta é intermediada pela subjetividade humana. A causalidade, na realidade social, somente pode ser identificada por meio de múltiplas mediações que denunciam a forma particular de concretização das categorias através da síntese da ação humana na história<sup>81</sup>. Assim, uma categoria ontológica do ser social, a *práxis*, calcada em uma concepção ontológica do ser e, por consequência, no ponto de vista da *totalidade* “corrigindo” a especificidade do “fazer científico”, condiciona a identificação de outras categorias ontológicas no desenvolvimento histórico.

Desse ponto de vista, a elaboração de um *modelo* de surgimento do capitalismo, ignora a forma como os homens atuaram, no interior de uma vasta teia de contradições, para formar o capitalismo como uma realidade concreta. O sacrifício que resulta daí é o da própria *particularidade* da história de uma sociedade específica. Um exemplo de tal procedimento pode ser encontrado mesmo no interior do marxismo, no qual um *materialismo vulgar* permitia que alguns autores concebessem certo processo de evolução natural da humanidade no período moderno, que sairia do feudalismo, passaria pelo capitalismo até desembocar no socialismo. Fruto de um marxismo de forte influência positivista, tal visão teleológica da história poderia se valer de um modelo abstrato de evolução da história para encaixar nele a própria história, pois ignorava o papel ativo do homem. Aqui estamos pensando principalmente em um teórico da Segunda Internacional com declarada influência positivista e kantiana, como Bernstein. (LOWY, 2007, p. 115-117)

Por conta dessa questão fundamental é que um autor como Lênin, irá caracterizar a análise do surgimento do capitalismo nos diferentes países como diversas *vias* de desenvolvimento. Cada país trilha um caminho particular de constituição das categorias históricas tipicamente capitalistas, como a *mais-valia relativa*, o *trabalho livre*, o *Estado de direito*, a *propriedade privada* etc. Ainda assim, na contramão dos escritos de Lênin, após a sua morte, o V Congresso da Internacional Comunista também inicia um processo de *redução* teórico-analítica na interpretação das realidades das formações sociais

---

<sup>81</sup> A rigor, Lukács diz que a causalidade das relações sociais só podem ser conhecidas adequadamente *post festum*, ou seja, posteriormente ao já acontecido. Os fatos sociais, os acontecimentos históricos e suas imbricações e implicações sociais, abrem uma ampla gama de *possibilidades* e de *tendências* de desenvolvimento. Tais possibilidades e tendências, aí sim, podem ser compreendidas cientificamente por meio da abstração. (LUKÁCS, 2013)

capitalistas em diferentes países ao redor do globo. A principal característica das análises era a transposição esquemática de experiências e realidades de outros países para as sociedades latino-americanas. É assim, por exemplo, que se desenvolve a famosa “fórmula do feudalismo” no Brasil, dando base para a atuação política do Partido Comunista Brasileiro. (MAZZEO, 1999, p. 52)

O erro desses dois exemplos mencionados por nós é de que se confere ao modelo uma autonomia absoluta na caracterização do fenômeno, ignorando a importância da categoria da *particularidade* no conhecimento da realidade social. Aceitarmos a compreensão desse erro como correta, por outro lado, não nos autoriza a abdicar da existência de características típicas, ou, nos termos marxianos, de categorias históricas específicas, das determinações concretas que distinguem o capitalismo das outras formas de organização social. O central nessa discussão, do ponto de vista da matriz teórica marxiana, é: as categorias históricas específicas do capitalismo surgem em meio a particularidades, que, apesar de sustentarem esse caráter, permitem a identificação de padronizações, ou de elementos em comum, nas suas diversas manifestações. Ou seja, existe “unidade” mesmo no interior da “diversidade”. Essas padronizações podem servir de orientação para o pesquisador, permitindo a ele, identificar como as categorias históricas se desenvolveram concretamente em cada caso, desenhando um *caminho* ou uma *via* própria de formação do capitalismo.

Nesse ponto podemos voltar a formulação de Florestan. Quando ele reconhece a existência de “funções” específicas do regime de classes que conformam um “equilíbrio dinâmico” na ordem social, ele está se remetendo à forma como as classes sociais concretizam-se historicamente nos países centrais do capitalismo, onde essa organização da sociedade floresceu primeiramente, evidenciando características básicas. Tais características se expandem, ou são “transplantadas” para a sociedade brasileira, junto com a expansão do “padrão de civilização ocidental”, mas não conseguem adquirir aqui um grau de funcionamento análogo.

Aqui temos a problemática que suscitou a digressão. Florestan ignora a questão da *particularidade* na medida em que incorre em “modelos” de desenvolvimento do regime de classes? Ou ele considera a formação das características “típicas” como efetuadas dentro de uma particularidade e capazes de serem generalizadas em determinadas condições? Em princípio, como vimos no capítulo I, desde os seus escritos da década de 1950 até o final de sua vida, nosso autor já rejeita a possibilidade de a sociologia ser construída na base dos modelos físico-químicos, e até “naturalistas” ou “organicistas”.

As necessidades de controle da “inferência indutiva” postulam para o sociólogo a particularização do objeto de análise e a limitação das possibilidades de generalização<sup>82</sup>. Tendo isso em vista, de saída, podemos afirmar que não há essa negação da *particularidade* no ponto de vista adotado por Florestan. Contudo, o problema persiste. Como o autor constrói essa particularização, como ele faz a justificação da existência do elemento “típico” na forma de estruturação das classes nos países centrais do capitalismo e nos países de capitalismo dependente? Quando Florestan vai discutir a possibilidade de identificação, análise e generalização das características “típicas”, em um determinado fenômeno, ele recorre principalmente aos três autores clássicos da Sociologia como base teórica. Vejamos como ele encara tal procedimento na leitura dos três autores clássicos.

No que tange a teoria de Marx, Florestan concebe que para formação do elemento “típico”, o pesquisador precisa “pôr em evidência as determinações comuns do fenômeno considerado, em geral” e “as determinações comuns ao fenômeno considerado, nas condições em que constitui objeto da investigação”, evitando assim “a separação dos elementos analisados de seu contexto empírico imediato”. O fenômeno *típico*, portanto, “seria igualmente verdadeiro para os fenômenos análogos ou similares em aspectos essenciais assinaláveis e a própria formulação dos resultados da investigação em termos de *lei científica* permitiria estender a explicação descoberta a todos eles”. (FERNANDES, 1972, p. 109) Por isso Florestan afirma que em Marx, a elaboração típica remete a “*tipos extremos*”. O autor estuda a organização social, seus traços e características essenciais, que possui o maior grau de desenvolvimento. (No caso do estudo de Marx, as relações de produção na sociedade burguesa, o tipo extremo, ou “clássico”, nos seus termos, seria a Inglaterra do século XIX, como ele mesmo atesta) Esse estudo permite considerar as “determinações *gerais*” do tipo extremo, e também as “determinações *variáveis*”, as categorias históricas. Para o estudo de sociedades que tendem ao tipo extremo, a sua

---

<sup>82</sup> Inclusive essa é, para Florestan, uma confluência entre as teorias sociais de Weber, Marx e Durkheim: “Nesse ponto, pode-se admitir que existe concordância completa entre Weber, Durkheim e Marx. Estes também pensavam que os processos sociais elementares e universais só são explicativos quando elaborados interpretativamente com referência às condições particulares de sua manifestação em cada tipo de sociedade.” (FERNANDES, 1972, p. 127) Obviamente que a forma como Florestan elabora a problemática é diferenciada dos pressupostos marxianos que enunciamos aqui. Por isso não se pode afirmar que um autor como Weber concebe a rejeição dos “modelos” a partir de uma “correção” efetuada por uma categoria histórica que só se alcança tendo em vista o ponto de vista da *totalidade*. Weber rejeita o “conhecimento da *totalidade*” a partir de uma posição filosófica neokantiana. No entanto, também em sua teoria a rejeição dos “modelos universais” na explicação dos fenômenos sociais estabelece a necessidade de referenciá-los particularmente. As condições dessa particularidade, teoricamente, são construídas sobre outros pressupostos. A identificação feita por Florestan entre os “três clássicos” é parte de um movimento no qual o autor estabelece os princípios básicos de validade dos processos de “inferência indutiva” na sociologia.

análise permite dispor da possibilidade de confrontar duas “*séries empíricas*”, uma constituída pelas “determinações gerais”, e outra constituída pelas “determinações variáveis”. (*Ibidem*, p. 134)

Por outro lado, na formação dos “*tipos*” próprios da teoria weberiana, como já ressaltamos rapidamente no Capítulo I dessa dissertação, a construção científica procede de forma a expor as “conexões de sentido” que permitirão compreender a ação social em tela. Para isso, elabora-se o *tipo ideal*, como uma construção ideal das conexões de sentido, que pressupõe serem elas movimentadas exclusivamente por “ações racionais com relação a fins”. Chega-se assim, diz Florestan, a duas séries, uma *real*, dada pela observação empírica dos fatos, e outra *ideal*, dada pela construção “racional”. O confronto dessas duas séries permite ao investigador que interprete a série real a partir da sua especificidade com relação a série ideal, obtendo os elementos desviantes e especificando neles a particularidade do objeto. (*Ibidem*, p. 90-91)

Enfim, no que se refere a teoria de Durkheim, o procedimento científico de formação do “tipo” está centrado principalmente no estudo de “totalidades da mesma espécie” ou de “sociedades do mesmo tipo”, nas quais se procura captar principalmente os processos que possibilitam a *integração* do todo. Os tipos, nessa forma de estudo, podem ser obtidos por meio da “abstração de traços comuns à constituição, ao funcionamento ou à evolução de sociedades da mesma espécie”. Se abstrai o que é essencial, que se repete, e que estrutura o todo de uma forma “normal”, excluindo assim, o que é variável, ou acessório. Trata-se, portanto, de um “tipo médio”, que faz a média do funcionamento geral, ou frequente, da “totalidade” analisada. A diferença fundamental com os outros dois clássicos, diz Florestan, é que Durkheim somente trabalha com uma série construída empiricamente pela observação. Consequentemente, ele deve eliminar “o fator tempo em sua modalidade de acontecer real ou histórico”, e acaba recorrendo a “recursos interpretativos” da biologia, como a “interpretação causal e a funcional”. Trata-se de um procedimento de análise principalmente voltado para observar as “uniformidades de coexistência”, em oposição às “uniformidades de sequência”, conforme ressaltado por Comte. O objetivo dessa forma de análise:

“são as condições gerais do equilíbrio social, os fatores em que repousam e que defendem as condições ‘normais’ ou estabelecidas de existência social. O ‘geral’ se confunde com o ‘típico’ ou ‘essencial’, de modo que a generalização repousa, logicamente, na abstração do que se repete, dos *caracteres mais frequentes* nas *formas mais frequentes*, na indução de conexões funcionais e de relações causais relativas a processos sociais recorrentes.” (FERNANDES, 1972, p. 131)

No capítulo I do presente trabalho, já pudemos evidenciar que a construção dessa “padronização metodológica” dos três clássicos da Sociologia como uma resposta “indutivista” e “empirista” ao problema do conhecimento é o que está na base da formulação de nosso autor, naquele momento. Concluimos que há uma séria contradição na identificação das teorias de Weber e de Marx como “indutivistas”, uma vez que ambos os autores não conferem centralidade ao problema da indução no interior de suas impositões “metodológicas”, sendo até contrários a ela na forma como aparece no interior da tradição filosófica “empirista”. Seria o objeto de outro trabalho a pretensão de demonstrar detalhadamente em que medida essa concepção metodológica aparece nas formulações de Florestan sobre a formação do capitalismo no Brasil. No entanto, precisamos ao menos situar, no que se refere as obras sobre o capitalismo dependente, que os três procedimentos estão presentes, na forma como Florestan os concebe, e são vitais para a interpretação de determinados fenômenos, na visão do autor.

Com relação a Weber e Marx essa tarefa é mais simples, visto que a própria exposição do nosso objeto trouxe o debate entre os dois autores para o centro de nosso trabalho. Com relação ao primeiro, conforme identificamos no terceiro item do atual capítulo, a reflexão que Florestan faz em torno do surgimento de uma “mentalidade capitalista” nas classes dominantes brasileiras, leva necessariamente em consideração a existência de uma “série ideal” da formação “típica” dessa mentalidade conforme elaborou-a Weber. De forma que as características essenciais dessa, como a competição, a racionalização da produção e das relações sociais, são o parâmetro ideal de avaliação da “série empírica” obtida por meio da observação da história brasileira e do comportamento de suas classes dominantes com relação ao advento da modernização e do capitalismo. Como dissemos anteriormente, isso não significa que Florestan desconsidere a relação da totalidade na definição da realidade em *devir*, e nem que ele postule ser possível explicar o desenvolvimento das relações sociais capitalistas brasileiras a partir de tal mentalidade, secundarizando as relações de produção como *fundantes*. Significa, no entanto, que para um dado objeto, nosso autor desloca o trato metodológico, elaborando-o sob bases weberianas.

No que se refere ao tratamento metodológico de cunho marxista já vimos que, da maneira como Florestan o entende, ele pode ser identificado na forma como o autor se posiciona sobre a polêmica do “pré-capitalismo ou capitalismo colonial”. O critério usado por ele é principalmente sustentado por uma concepção teórica de que a formação de

algumas categorias históricas, centrais para a existência do capitalismo, não conseguem se efetivar na realidade colonial brasileira. Ou seja, a série empírica do *tipo extremo*, é confrontada com a série empírica observada, e daí se deduz que a não existência de categorias históricas como o *trabalho livre* e a *mais-valia relativa*, não permitem que se identifique no fenômeno observado o “elemento comum” que caracteriza o capitalismo. Nesse sentido, para compreender a formação do capitalismo brasileiro, há que se entender como se dá o processo histórico de formação dessas categorias, identificar a lógica da sua *particularidade*, para poder afirmar que o capitalismo se consolidou.

Mas é precisamente o procedimento de Durkheim que nos é mais valioso nesse momento. Até agora, o estudo da forma como Florestan trabalha e concebe o conceito de classes sociais, não exigiu muito que explorássemos as influências desse pensador na obra do nosso autor. Contudo, é patente que ela existe. O ponto de vista “estrutural-funcional”, sustentado principalmente em Durkheim, Radcliffe-Brown e Marcel Mauss, é reconhecidamente uma influência sociológica importante na obra de Florestan<sup>83</sup>. Isso já é bem ressaltado pela literatura comentadora pois o próprio Florestan admite terem sido suas primeiras obras construídas predominantemente sobre esses pressupostos, com destaque para o livro *A Função Social da Guerra na sociedade Tupinambá* (FERNANDES, 1970)

No livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Florestan ressalta a contribuição da teoria social de Durkheim para analisar ordem social das sociedades subdesenvolvidas. Diz ele, que como Marx, também Durkheim “propõe requisitos estruturais e dinâmicos que evidenciam o aparecimento, a diferenciação e a evolução da ordem social competitiva”, com a diferença de que Durkheim o faz do ponto de vista da

---

<sup>83</sup> Vimos no capítulo I desse trabalho que a possibilidade do uso da metodologia “estrutural-funcional” na análise sociológica é algo que Florestan sustentará até o fim de sua vida. Diz Florestan: “Não devemos exorcizar nem a palavra *função*, nem a análise causal resultantes de elaborações estruturais-funcionais. Elas são instrumentais. O que se deve exorcizar é uma concepção naturalista de ciências sociais: esse é que é o buslís da questão. Existem autores que estabelecem similaridades entre organismo e sociedade ou que operam como se a explicação devesse ser uma explicação por analogia; ou, então, que utilizam a análise estrutural-funcional para criar um conhecimento causal a respeito de aspectos estáveis da vida social. Uma das críticas que tem sido feitas à análise estrutural-funcional, de uma maneira muito persistente, é a que entende que a análise funcional incide somente sobre aspectos estáticos da vida em sociedade. E isso é verdade. Tanto na explicação de correlações estruturais, quanto na explicação da causa *in actu* ou *in status nascenti*, a análise estrutural-funcional foi mais usada no estudo de sociedades primitivas ou de pequenas comunidades camponesas. Em consequência, ela ficou associada à interpretação de tipos de ordem social e de sociedades nos quais prevalece um padrão de equilíbrio estático do *sistema social* e do seu *devenir*. Como os investigadores não tentarem estabelecer conexões entre tais situações e o processo mais amplo da evolução dos sistemas sociais no tempo histórico e supra-histórico, eles acabaram sendo criticados como se pretendessem privilegiar o *status quo* e a estabilidade social. Porém, por mais legítima que seja essa crítica, ela substancializa os argumentos críticos, identificando a “posição do observador” com a “descrição dos processos observados”.” (FERNANDES, 1978, p. 105)

“interdependência moral” e da “integração dos estados coletivos de consciência social”. Com a contribuição desse autor é possível apreciar tais “requisitos” “através da composição do meio social interno, ou seja, em termos estruturais e causais”<sup>84</sup>.

Nos importa trazer Durkheim para baila, nesse momento, pois julgamos que as conexões “funcionais”, que identificamos na caracterização que Florestan faz acerca do “regime de classes” possuem registro teórico, mesmo que em partes, justamente na compreensão durkheiminiana acerca da “indução” científica. Para nós, o núcleo durkheiminiano da análise do regime de classes em Florestan, está justamente em supor que a existência das classes na sociedade capitalista se constrói sobre um determinado “padrão de integração”. No plano abstrato, a análise das classes pode ganhar assim o caráter de “uniformidades de coexistência”, tal como na sociologia de Durkheim, e a partir daí, o sociólogo pode avaliar o seu funcionamento por meio das funções que tais classes cumprem na reprodução do sistema. Isso permite a ele elaborar um quadro do funcionamento “normal” da sociedade em questão, posicionando as funções construtivas, as funções destrutivas, e as demais funções das classes, em cada momento. Com base nesse “quadro de funcionamento normal” é que se torna possível interpretar o “caso variável”, ou seja, a forma como as classes se estabelecem no capitalismo dependente.

“Se a classe se manifesta como uma formação histórico-social típica mas não preenche, de forma permanente, suas principais funções destrutivas e construtivas, isso significa que existem, por trás das ocorrências históricas, realidades estruturais que precisam ser devidamente ponderadas.” (FERNANDES, 1973, p. 43)

A classe é a forma de reprodução das relações sociais “típicas”, no capitalismo dependente. Mas não consegue preencher aí as suas funções destrutivas e construtivas tal como o fez no “caso clássico”. Isso nos leva a um desdobramento da posição que estamos defendendo. Pois, se dissemos que a análise das classes são “em partes” caracterizadas pelo registro teórico durkheiminiano, isso se dá pois Florestan claramente está lidando também com a *particularidade* da formação dependente com relação ao “caso clássico”, algo que para ele, é fundamental na pesquisa de cunho marxista.

---

<sup>84</sup> “Tanto os ‘interesses univocamente econômicos’ quanto o “conflito de classe” só podem manifestar-se como fatores de integração e de mudanças da ordem social quando eles encontram suporte em formas de consenso e de solidariedade /.../. Uma fraca integração da solidariedade moral ao nível nacional, por exemplo, aumenta o teor egoístico de comportamentos econômicos individualistas e concorre para manter estados de apatia ou de conformismo diante da perpetuação de formas iníquas de exploração econômica, de privilégios sociais aberrantes e perigosos ou da monopolização do poder por elites mais ou menos indiferentes ao destino da coletividade”. (FERNANDES, 1981, p. 56)

De fato, quando Florestan se refere às características essenciais do “regime de classes” ele usa como referência a forma de concretização de tal regime no “caso clássico”, conforme a citação que reproduzimos acima, atesta. É aí que entram as “funções classificadoras do mercado” e as “funções estratificadoras das relações de produção”, como critério definidor das classes. Elas se concretizam no “tipo extremo”, conforme observa Marx, e também no tipo variável, para Florestan.

A consequência disso é que o ponto de vista estrutural-funcional que imputamos ao pensamento do autor com relação à análise das classes no capitalismo dependente também se aplica às classes no caso clássico. Nessa forma de concretização do capitalismo, o desenvolvimento do “regime de classes” pressupõe que se forme um determinado equilíbrio entre as classes em luta na medida em que elas vão amadurecendo concomitantemente à própria ordem.

No dizer de Florestan, no “modelo clássico” há a:

“formação e consolidação de uma ordem civil burguesa, suficientemente homogênea e fluida para instituir a ‘hegemonia burguesa’, mas bastante aberta para canalizar a competição e o conflito, em escala setorial e nas relações de classe, de acordo com padrões de conciliação que fortaleciam o monopólio social do poder e do Estado pelas classes dominantes”. (FERNANDES, 1973, p. 45)

A homogeneidade da ordem que permite a consolidação da “hegemonia burguesa” é aberta o bastante para possibilitar a “competição e o conflito” nas relações de classe, desde que elas ocorressem em “padrões de conciliação” que favorecessem a própria ordem.

Devemos discutir isso com mais cuidado. Ora, sabemos que as possibilidades de valorização e de “inclusão” das classes trabalhadoras na ordem social capitalista, mesmo nos países centrais como Inglaterra e França, são fruto de um longo processo de desenvolvimento contraditório do capital. Se analisarmos o livro de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2007, p. 307-319), ou até trechos das obras de Marx como *O Capital* e outras, veremos que os dois autores dão ênfase ao fato de que a tendência do capital, para se desenvolver, é cada vez mais aumentar a expropriação das classes trabalhadoras, reproduzindo a miséria da grande massa da população. Não encontramos aí, referências a um suposto “equilíbrio dinâmico” das classes sociais na sociedade capitalista, ou a uma tendência de homogeneização das condições de inserção na ordem. Eles contam, aí sim, com a possibilidade de que a luta revolucionária dos trabalhadores possa politicamente conquistar avanços para melhores

condições de vida pra essa classe. Mas a possibilidade de que isso ocorra, em cada caso, varia conforme as condições históricas particulares, e não como regra. (MARX, 2013, p. 394, 466)

O leitor pode objetar, que como tendência, no entanto, essa homogeneização aconteceu, e que se deu de fato a formação de um equilíbrio reprodutivo na ordem burguesa. Ou seja, que como tendência, os países que desenvolveram relações de produção capitalistas acabaram formando classes trabalhadoras que se encorpam, ganham força e passam a exigir o seu “lugar ao sol” na ordem burguesa, conquistando direitos e possibilidades de valorização (ainda que somente em alguns setores). O fordismo, o consumo de massas e o Estado de Bem-Estar social estariam aí para provar esse argumento. Nos parece, no entanto, que o fato de ter a ordem burguesa, em determinados momentos, cedido, mais ou menos, às suas próprias necessidades – sejam elas políticas, de acatar as pressões dos trabalhadores por melhores condições de vida, sejam elas econômicas, de aumentar a distribuição de renda para possibilitar o aumento do consumo pela massa da população – não autoriza a inferência de um determinado “padrão de integração” que conte com esse fenômeno como regra.

Isso porque a história está recheada de exemplos que atestam que as mesmas necessidades do capital que em determinado momento permitiram a ele ceder “os anéis” para não perder “os dedos”, em outro momento recupera os anéis e ainda toma outras coisas<sup>85</sup>. O próprio neoliberalismo está aí para provar esse ponto. A precarização das relações de trabalho que o caracteriza desmonta aquelas construídas sob a égide do Estado de Bem-Estar social, fazendo surgir inclusive, no seio de sociedades capitalistas desenvolvidas, formas de trabalho “pré-capitalistas”! Se a luta de classes é dinâmica, a sua “integração” na ordem burguesa não pressupõe avanços para os trabalhadores, mas apenas o atendimento dos interesses da própria ordem, conforme eles se consolidam em cada momento.

Essa, no entanto, não é a posição de Florestan. Para o nosso autor, mesmo que minimamente, a ordem burguesa capitalista, típica das sociedades desenvolvidas, ou dos “casos clássicos”, cria uma determinada dinâmica política, econômica, cultural e social, que torna possível a integração das classes trabalhadoras na ordem, vendendo sua força de trabalho e conseguindo se classificar e se valorizar socialmente. Essa integração

---

<sup>85</sup> Nesse sentido é significativa a forma como Marx analisa as leis fabris inglesas como processos de otimização da produção industrial capitalista como um todo, ainda que elas cumpram a função de proteger física e espiritualmente a classe trabalhadora. (MARX, 2013, p. 700-701)

favorece as formas de desenvolvimento da organização, da atuação, da solidariedade e da consciência de classe entre os trabalhadores desses países, e a sua ausência, dificulta o desenvolvimento de tais fatores nos países de capitalismo dependente.

Daí que toda a leitura de Florestan acerca da luta de classes no Brasil vai estar permeada por esse pressuposto “estrutural-funcional” do capitalismo, expresso nas “funções construtivas do regime de classes” que cria um “padrão de integração” na ordem social. A análise da *particularidade* do capitalismo dependente, para Florestan, está justamente no reconhecimento da não existência desse padrão, e da identificação das consequências desse fato no regime de classes próprio de tal tipo de capitalismo. Ora, isso tem consequências para as discussões que levantamos até aqui. No âmbito metodológico, quando nosso autor considera válido o pressuposto “estrutural-funcional” do regime de classes do “caso clássico”, e o aplica no “capitalismo dependente”, obtendo por comparação a *diferença específica*, não se pode dizer que ele está ignorando a *particularidade*. Entretanto, a particularidade que surge de uma operação como essa trabalha com uma definição do caso clássico (da *universalidade*), que é construída a partir de pressupostos *ideais* do *funcionamento ótimo*, do *modelo*.

Na necessidade de supor um “padrão de integração” típico da ordem, predomina uma necessidade metodológica do recorte do objeto que será analisado pelo método “estrutural-funcional” – ou seja, necessidade de supor funcionalidades para daí analisar do ponto de vista da chave funcional – em detrimento de uma característica da própria realidade do capitalismo, que seriam as necessidades de acumulação de capital em cada momento histórico específico, e a forma como elas se refletem na dominação burguesa, cedendo ou não às outras classes conforme a conjuntura da luta. Na medida em que se ignora isso, o elemento *subjetivo* do próprio processo histórico – as classes como “motor” da história - é engessado e desvirtuado, de maneira mais ou menos intensa, pela necessidade da impositação de uma característica *estrutural* que servirá de mecanismo comparador na análise empírica.

O *nexo funcional* em si mesmo, não é um elemento metodológico falsificador da análise da realidade social. Florestan está correto, na nossa opinião, quando nega a tendência da rejeição simplista da “análise estrutural-funcional” por parte de autores de inspiração marxista. Lembremos de algo que levantamos no capítulo I desse trabalho: o processo de indução, as regularidades, os atributos da “lógica formal”, em suma, as categorias do “entendimento”, não estão em oposição à dialética materialista. Mas elas reduzem a realidade somente aos parâmetros através dos quais definem a si mesmos –

como é o caso do *modelo funcional* do padrão de integração –, se furtando a compreender a *complexidade* da realidade enquanto uma *totalidade concreta*. (PRADO, 2011, p. 154-163) A análise estrutural-funcional passa a se tornar um problema para a dialética, na medida em que supõe a existência de certas *funcionalidades* falsas, obviamente, mas principalmente na medida em que precisa inscrever a realidade analisada no interior de um recorte estrutural-funcional que a fecha sobre si mesma, como uma *totalidade* que se autodetermina. Nesse caso é que se ultrapassa a tênue linha que separa, metodologicamente, a análise do *modelo* da análise baseada na *abstração científica*, ou, ontologicamente, uma visão da história como o movimento das *estruturas*, de uma visão da história como *práxis* humana.

Obviamente que isso não quer dizer que a análise feita pelo nosso autor da dinâmica da luta de classes no Brasil não consegue captar muitas das principais conexões da particularidade dessa luta sob o capitalismo dependente. Veremos no próximo item que sob a base de análises ecleticamente “estrutural-funcionais”, Florestan conseguiu chegar a elementos importantes da significação da Ditadura Militar para a dominação burguesa no Brasil, além de prever desdobramentos concretos, no plano da luta de classes. Isso significa que a sua análise não somente deduziu os *nexos funcionais* dessa dominação a partir da comparação com o *modelo*. Ela, em alguma medida, conseguiu romper com algumas amarras do *modelo* mesmo trabalhando com ele.

Na segunda questão, acerca do conceito de classes sociais, veremos um momento onde Florestan não consegue romper com essas “amarras” do *modelo*, e por conta disso oscila entre a análise dos *nexos* imanentes à *particularidade* das classes sociais na realidade brasileira e uma *conceituação negativa* de classes sociais, que o permite aproximar-se ecleticamente, nesse aspecto, da formulação weberiana.

Como já estabelecemos, o sistema econômico do capitalismo dependente condiciona uma vinculação específica da formação de interesses, consciência e atuação de classe com as relações de produção, na medida em que ele pressupõe a coexistência dinâmica de um setor arcaico e de um setor moderno no seio da mesma economia. A decorrência disso é que esse capitalismo não permite que somente uma posição ativa nas relações de produção incorpore o agente ao mercado, pois existem setores da produção que funcionam sob bases pré-capitalistas, “semicapitalistas”, ou “extracapitalistas”. Ou seja, nesses setores, o indivíduo trabalha, mas sua força de trabalho não funciona como mercadoria, ou é subvalorizada, remunerada abaixo do seu valor de mercado. Por conta desse fato, a “caracterização sociológica” das classes, para Florestan, não deve ser a

posição nas relações de produção, mas a possibilidade de se classificar e de se valorizar no mercado, observada por meio da “possessão de bens” e da “não-possessão de bens”. (FERNANDES, 1981a, p. 69)

“Todos os que se incluem no sistema econômico /.../ na condição de ‘possuidores de bens’ classificam-se na ordem econômica, independentemente do modo pelo qual valorizam tais bens através das relações de produção e do mercado. Os ‘não-possuidores de bens’, porém, poderão ou não valorizar-se e classificar-se na ordem econômica pelo trabalho. Se apenas têm uma posição ativa no sistema econômico, mas não encontram probabilidades de valorizá-la mediante uma posição simétrica no mercado, o trabalho não conta como mercadoria e, portanto, não classifica na ordem econômica vigente. Ao contrário, se à posição ocupada nas relações de produção corresponde uma valorização no mercado, o trabalho conta como mercadoria e como fonte de classificação na ordem econômica.” (*Ibidem*, p. 69-70)

A posição de nosso autor nesse ponto deve ser discutida. O que ele quer dizer especificamente quando afirma que os “possuidores de bens” independem do seu local nas relações de produção para serem classificados? Estará ele nos dizendo que o critério da estratificação social está nas relações de mercado, mais do que na produção? Essa é uma questão controversa. Nos parece que, para o autor, a especificidade do capitalismo dependente, por incorporar na sua estrutura produtiva relações de produção “extra”, “semi” ou “pré-capitalistas”, necessita de uma caracterização diferenciada das classes. Não basta que se fale em proprietários e não-proprietários, pressupondo que os não-proprietários são vendedores da força de trabalho no mercado, e que portanto, possuem a mesma *situação de classe*. Isso porque no interior dos não-proprietários existem os que vendem força de trabalho no mercado e os que não atingem essa condição, ou seja, estão inseridos em relações de produção “pré-capitalistas”. Tal fato condiciona que o critério que define a classe deva ser encontrado na síntese entre participação nas relações de produção e possibilidade de valorização através do mercado. Essa síntese é encontrada por Florestan no critério weberiano da “possessão de bens”.

Já vimos, no capítulo II, que, nesse mesmo livro *Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*, a explicação “da ordem social inerente ao capitalismo e à estratificação de classes, como uma ordem social de ‘possuidores’ e ‘não-possuidores’” é vista como uma contribuição teórica de Weber por Florestan. A partir dela se pode conceber a existência ou não de um mercado, e a posição ocupada no mercado, como critério para identificar a “valorização sócio-econômica de bens e trabalho” na definição

da *situação de classe*. (*Ibidem*, p. 39-40) Vimos também no mesmo livro que Florestan identifica a similaridade no tratamento da questão por parte de Weber, com relação à teoria de Marx acerca da definição das classes sociais, identificando a ordem social de “possuidores” e “não possuidores” com a “organização capitalista da produção e do mercado” de que fala Marx. A tensão entre os autores clássicos da sociologia está presente na interpretação de Florestan, portanto, também nesse momento. E a síntese que o autor desenha praticamente para a coexistência dessa tensão é o *amalgamento* de ambas as contribuições como similares e não contraditórias.

Isso fica claro se observamos que a compreensão da estratificação social de “possuidores” e não-possuidores”, algo característico da vertente weberiana, está sustentada em uma concepção da mercantilização do trabalho declaradamente orientada pelo marco teórico marxista<sup>86</sup>. Diz Florestan, que é a partir da análise de Marx e da sua “teoria da mercantilização do trabalho” que se pode explicar a “emergência do capitalismo em qualquer situação histórico-social imaginável”. Nas sociedade capitalistas subdesenvolvidas o trabalho não funciona universalmente como em uma sociedade capitalista desenvolvida, pois “ele não inclui, como regra, a reposição do trabalhador no cálculo do valor”, não possuindo estrutura para incluir todos os trabalhadores no sistema. (*Ibidem*, p. 47)

Daí decorre que a análise do autor sobre os diversos “estratos” existentes na realidade nacional, ganha uma face fortemente heterogênea e diversificada, sendo pouco específica sobre a definição das categorias. Quando vai falar de setores burgueses ou estamentais, o autor se refere a eles como: “classes possuidoras”, “classes dominantes”, “os de cima”, “classes privilegiadas”, “burguesia”, “classes burguesas”, “estratos privilegiados”, etc. Quando se refere ao proletariado ou aos “de baixo”: “classes despossuídas”, “classes dominadas”, “classes subalternas”, “excluídos”, “deserdados”, “miseráveis”, “classes trabalhadoras”, “classes operárias”, “oprimidos”, “gentinha sem eira nem beira”, “gente pobre”, “classes baixas” etc.,. Obviamente que em alguns contextos as denominações ganham significação com referência ao assunto em tela. Quando está se referindo ao critério da “posse” como denominação da classe, as duas classes fundamentais do capitalismo dependente serão as “classes possuidoras” e as

---

<sup>86</sup> Estamos aqui nos referindo unicamente a questão das classes sociais para fazer essa afirmação. Contudo, a aproximação que tivemos com a obra do autor, e tudo que apresentamos até aqui nos itens anteriores, nos autorizam a hipostaziar que isso ocorre em toda “teoria” de Florestan sobre o capitalismo brasileiro. As duas vertentes teóricas se imiscuem, dando origem a análises focadas em pontos de vista diferenciados, ainda que sustentando uma unidade coerente.

“classes despossuídas”, mediadas por “setores intermediários” diversos. Quando está falando da distribuição do poder político no interior dessa sociedade, as duas classes são as “classes dominantes” e as “classes dominadas”.

Portanto, a concepção das classes, pautada no critério da “posse” e da extensão do mercado, é de fato usada pelo nosso autor tendo em vista a contribuição de ambos os autores clássicos, Marx e Weber. Com essa base, Florestan estabelece que é possível determinar o “interesse de classe” a partir da “posição ocupada na ordem econômica”. Interesse de classe, aqui, significa tanto as “probabilidades lucrativas”, quanto as “condições estruturais e funcionais da ordem econômica que garantem a continuidade da posição ocupada e das vantagens dela decorrentes”. Aqui o autor se estabelece novamente no marco weberiano de análise, conclusivamente. A luta de classes é “definida” como a disputa sobre condições econômicas – ou, de mercado – de reprodução e acumulação e os interesses de classe refletem tal disputa. (*Ibidem*, p. 70)

É importante pontuar que se há de fato uma mudança qualitativa naquele posicionamento que pudemos identificar no ensaio *A Análise Sociológica das Classes Sociais*, de 1948, ela se refere mais a uma clareza relativa com relação a diferença “metodológica” entre os dois clássicos da Sociologia do que propriamente ao conceito de classes sociais. Há uma incorporação maior do ideário marxista na formulação do conceito e na análise dos fenômenos, mas as contribuições dos dois autores são tomadas como não contraditórias, e possíveis de serem amalgamadas em torno da ideia de “situação de classe”, identificada com a “*situação de mercado*”, tal como Weber a concebe.

Já pontuamos em outros momento que a própria construção teórica da leitura de Florestan do Brasil, de forma geral, está marcada por uma *lógica eclética* de união metodológica dos clássicos da Sociologia. A tese de Gabriel Cohn indica que esse *eclétismo*, nas obras históricas de Florestan ganha um caráter *bem temperado* na medida em que as formulações de cunho weberiano e durkheimniano são “trabalhadas” por uma leitura marxista da história. Ora, no que tange ao nosso problema atual, pode se dizer que é o contrário que ocorre. O que “trabalha” a concepção marxista (e a visão durkheimniana) do conceito de classes sociais é a visão weberiana do mercado ou da capacidade de consumo como critério definidor de classe.

A identificação da *particularidade* do capitalismo brasileiro é feita a partir da definição de que ele é insuficientemente capitalista, ou seja, de que ele não alcança o “padrão de organização social” que caracteriza o capitalismo “clássico”. Esse padrão é

identificado por meio da generalização do mercado como “agência de classificação social” e da criação de um “equilíbrio dinâmico” nas relações sociais, onde as classes subordinadas conseguem se “classificar socialmente” e alargar o caráter “democrático” da sociedade. É patente portanto, que Florestan utiliza das reflexões de ambos os autores clássicos, entrelaçando-as, para construir sua análise das classes sociais no Brasil<sup>87</sup>. Mas o faz de forma que a análise weberiana do conceito de classes como “possibilidade de classificação” através do mercado, vai orientar a *negação* – de cariz marxista, ainda que *formalmente* – da inexistência do capitalismo e das classes sociais no Brasil colonial, e da “fraqueza” da estrutura de classes do capitalismo brasileiro dependente.

É necessário precisar a especificidade dessa *negação*, pois aqui ressurgem muito dos pressupostos empiristas que estavam na base da concepção que Florestan constrói acerca do método dialético em Marx. Se a dialética é a comparação entre “duas séries” empíricas, o *tipo extremo* e a série real, o *particular* é aquele que congrega os “elementos comuns” do tipo extremo, mas que também exhibe “elementos variáveis”. Quando o pesquisador retém o que vai variar, ele está identificando a *particularidade*. No caso da formulação de Florestan o “elemento variável” é a inexistência da subordinação do trabalho de forma predominantemente econômica, ou seja, a não existência – e posteriormente, a insuficiência – de um regime de classes na realidade brasileira.

Ora, quando Marx está estudando a formação do capitalismo na Inglaterra ele está considerando que é nesse caso concreto que as condições de desenvolvimento do capitalismo se colocaram de maneira mais favorável, ou seja, que o capitalismo conseguiu expressar de maneira mais clara o processo contraditório de formação e explicitação de suas principais categorias históricas, que o diferenciavam dos modos de produção precedentes, aglutinando as principais determinações que o caracterizam. Pensando dessa forma, o “caso clássico” de fato representa um “modelo”, o “tipo mais puro” possível, nas condições da legalidade da realidade social<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> A reflexão que Florestan faz sobre a contribuição dos “três clássicos” da Sociologia para o estudo das sociedades capitalistas subdesenvolvidas pode ser localizada no livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. (*Ibidem*, p. 38-60)

<sup>88</sup> Diz Lukács: “Ora, o que precisamos fazer ainda é explicar, com base em alguns casos particularmente expressivos, a relação entre as legalidades gerais da economia e o processo global do curso histórico-social. Um desses casos bem expressivos é o que Marx costuma designar como ‘classicidade’ de uma fase de desenvolvimento. Talvez o caso mais expressivo seja o da determinação, por Marx, do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, que ele considera um desenvolvimento clássico. Ao fazer isso, Marx enuncia o elemento metodológico dessa determinação. Ele se reporta aos físicos que estudam os processos naturais em que ‘eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras’; coerentemente, essa ideia é ampliada para sublinhar a importância do experimento realizado em condições ‘que assegurem o transcurso puro do processo’. Ora, está claro para todos que no ser social, em virtude de sua essência, os

No entanto, o processo de metodologicamente utilizar tal “modelo” para obter, por comparação, a *particularidade* dos casos específicos não pode ignorar as características dessa mesma realidade social que não permite a utilização de “modelos puros” tal como nas ciências naturais. Se não se considera que a construção das categorias históricas existentes no caso específico, são resultados de um processo contraditório também particular, que deve ser explicado, o “modelo” clássico só serve para se obter uma *particularidade* empírica imediata por meio de sua *negatividade*, ou seja, uma *particularidade abstrata*. Ora, é necessário que se tenha em mente, que mesmo o “caso clássico” só se expressa no interior da história concreta como *particularidade*. Se ele permite obter pela abstração um reflexo do que é específico no capitalismo, não significa que ele possa funcionar como um *modelo universal* através do qual se pode deduzir por comparação a *particularidade* das suas diversas formas de manifestação. A comparação só conquista o momento *negativo* da *particularidade*. Seu momento *positivo*, ou *ativo*, só pode ser conquistado pelo conhecimento dos seus próprios *nexos* constituintes.

Daí que a *oscilação formalista* de Florestan o leva a priorizar o critério “empírico-formal” da existência ou não da categoria histórica *trabalho livre* – ou da predominância da subordinação do trabalho puramente econômica – também na caracterização do conceito de classes sociais, tomando-o *conceitualmente* não como uma categoria histórica que surge por meio de mediações específicas mesmo antes de se expressarem empiricamente na história brasileira, mas como uma *particularidade abstrata*, que cancela o momento da *positividade* da dialética da realidade do caso particular.

A partir disso se torna possível uma aproximação do conceito com o caráter *típico ideal* da conceituação de matriz weberiana, e a negação da sua existência, ou sua graduação seletiva, na caracterização da especificidade da realidade do capitalismo dependente. Pois se o *tipo ideal* esvazia a realidade histórica que analisa sintetizando seus traços por meio de uma acentuação *utópica*, o cancelamento do momento *positivo* da dialética da realidade social significa justamente isso, no plano da formação dos

---

experimentos no sentido das ciências naturais são ontologicamente impossíveis por princípio, dado o predomínio específico do elemento histórico enquanto base e forma de movimento do ser social. Portanto, se quiser investigar, na própria realidade, o funcionamento mais puro possível de leis econômicas gerais, é preciso descobrir alguma etapa histórica de desenvolvimento, caracterizada pelo fato de circunstâncias particularmente favoráveis terem criado uma configuração dos complexos sociais e das relações na qual essas leis gerais puderam se explicitar ao máximo grau, não turvadas por componente estranhos. /.../ Marx define como clássico o desenvolvimento no qual as forças econômicas, determinantes em última instância, se expressam de modo mais claro, mais evidente, mais sem interferências, mais sem desvios etc. do que nos demais casos. /.../ Como medida de valor, portanto, a oposição entre clássico e não clássico não tem muita serventia. Seu valor para o conhecimento, porém, é maior na medida em que nos é oferecido um “modelo” de legalidade econômica operante de modo relativamente puro.” (LUKÁCS, 2012, p. 262-264)

conceitos. O conceito que se forma somente a partir da *negação* do modelo pode ser adequado a qualquer realidade que caiba, mais ou menos, nos seus pressupostos.

A análise que desenvolveremos nos próximos itens, expondo a visão de Florestan sobre a luta de classes na ditadura militar e no seu período de decadência, demonstrará que os elementos identificados aqui por nós como características da leitura eclética de nosso autor sobre a formação do capitalismo brasileiro, serão mantidos. Em síntese, existe uma relação dúplice entre Marx e Weber e entre Marx e Durkheim, na maneira como Florestan os compreende. Em Marx nosso autor vai buscar a concepção de que só existem classes sociais no interior do capitalismo, na medida em que se formam as categorias históricas do *trabalho livre* e da *mais-valia relativa*. Identificando essas categorias com o que seria o mercado na formulação weberiana, ou seja, a *situação de mercado* classificando os indivíduos socialmente nas diferentes classes, Florestan vai conceber que a formação do capitalismo no Brasil se deu apenas tardiamente, pois a ausência de mercado condicionou também uma ausência de relações sociais estratificadas como classe. Mesmo depois da formação desse capitalismo, o que o caracterizará especificamente será justamente a fraqueza desse mercado, que acaba por criar um “regime de classes” compreendido mediante a chave funcionalista durkheimniana do “padrão de integração” da ordem social, na qual a estratificação social das classes não consegue dar vazão às “funções construtivas e destrutivas do regime de classes”, tal como nos “casos clássicos”. Portanto, se na questão das classes sociais há uma leitura weberiana trabalhando alguns posicionamentos marxistas, também se articula a ela a ótica funcionalista de Durkheim, dando forma ao *eclétismo* maduro do nosso autor.

## **6. Do “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” à “democracia de cooptação”.**

Na introdução apresentamos sinteticamente a polêmica da *inflexão* na obra de Florestan, nos posicionando sobre ela, o que possibilitou que tratássemos de tal questão, ao longo do trabalho, apenas pontualmente, destacando, com relação às problemáticas que levantamos, como ela se situava enquanto descontinuidade ou continuidade no interior da obra do autor. Tratando disso, portanto, já na introdução apontávamos que as principais obras de Florestan na sua produção madura – a partir da década de 1970 – tem

como objeto, predominantemente, a análise da luta de classes no capitalismo brasileiro<sup>89</sup>, além de concordarmos com grande parte da literatura comentadora quando afirma que nesse período o autor produz suas análises a partir de um referencial teórico predominantemente marxista.

Os itens anteriores do presente capítulo puderam demonstrar que essas análises, mesmo na fase madura da obra do autor, possuem em si “linhas de continuidade” com as concepções anteriores de Florestan, principalmente no que se refere à sua concepção de ciência e da possibilidade eclética da união metodológica dos clássicos da Sociologia. Vimos como isso se reflete em questões importantes da análise da formação do capitalismo brasileiro, o que se expressa principalmente na concepção de Florestan acerca do conceito de classes sociais.

A partir desse item voltaremos a expor a visão de Florestan da realidade histórica da luta de classes no Brasil, e poderemos novamente perceber que mesmo quando sua análise adquire um foco mais específico e uma “predominância marxista” mais evidente – nos temas a que se dedica; nos posicionamentos teóricos com relação a questões específicas; nas respostas políticas que dá à conjuntura com a qual se defronta; e nas referências teóricas que enfatiza para se posicionar sobre as questões particulares da realidade brasileira – ela mantém, no que se refere ao conceito de classes sociais, elementos importantes que indicam a continuidade da propensão eclética, apesar de essa propensão ser dinamizada de forma diferenciada.

Dois exemplos indicam isso mais claramente. O primeiro seria a constatação de que Florestan continua trabalhando com os pressupostos sociológicos da “*situação de mercado*” como elemento definidor da leitura acerca da dinâmica de classes. Isso poderia ser identificado, por exemplo, na ideia defendida pelo autor que a modernização econômica do capitalismo monopolista no Brasil diferencia a economia interna ampliando a incorporação das massas na ordem competitiva. O pressuposto é de que o que caracteriza o capitalismo dependente é a não existência do mercado como agente “classificador” ou “estratificador” da ordem, a manutenção de relações “extra”, “pré” ou “semi” capitalistas impedindo o desenvolvimento da “estratificação de classes” própria do capitalismo. Obviamente que no caso citado, ou no âmbito da luta de classes analisadas

---

<sup>89</sup> Estamos considerando aqui principalmente livros como *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), *Circuito Fechado* (1976), *Apontamentos sobre a ‘teoria do autoritarismo’* (1979), *Brasil: em compasso de espera* (1980), *Poder e Contrapoder na América Latina* (1981), *A Ditadura em questão* (1982), *Nova República?* (1985), entre outros.

nesse período, na nossa opinião tal fato não desemboca necessariamente em equívocos do nosso autor, mas apenas constitui uma característica de continuidade de sua análise.

O segundo seria a constatação de que o autor também continua analisando a dinâmica das classes recorrendo ao elemento do “equilíbrio” “estrutural-funcional” inerente à lógica de desenvolvimento do capitalismo nos “casos clássicos”. Na análise da luta de classes no Brasil das décadas de 1970 e 1980, Florestan vai principalmente focar em identificar os “nexos” funcionais inerentes à própria forma de dominação burguesa do capitalismo dependente. Daí surgem valiosas análises sobre o caráter autocrático dessa forma de dominação, e de sua dinamização na história recente do país.

Pois bem, uma das principais características da forma de dominação burguesa que se desenvolve no capitalismo dependente, para Florestan, é que a burguesia, enquanto classe, não é mais a conexão histórica de uma “revolução democrática e nacional”, como acontece nas vias “clássicas” de desenvolvimento capitalista. Já inserido em uma dinâmica avançada da fase imperialista do capitalismo mundial, o capitalismo periférico irá assumir um papel subordinado no interior da divisão internacional do trabalho, e a sua principal classe dominante, se associará, dentro dessa subordinação, aos principais centros imperialistas do capital.

O que decorre de tal condição – que já delineamos no item 4 – é que a dominação burguesa já surge na história brasileira como uma “força social ultraconservadora”. Seus interesses de classe, não coincidem com os interesses da nação, na medida em que eles estão vinculados à manutenção da condição de subdesenvolvimento do capitalismo nacional. No interior da dinâmica de classes isso tem uma consequência específica. A burguesia de uma economia capitalista pouco diversificada, subordinada e dependente, é frágil no seu interior. Ela não consegue se unificar em torno de um projeto nacional pois os seus interesses de classe são contraditórios e frágeis, somente se articulando de maneira “mecânica” em um “padrão composto de hegemonia burguesa”. Consequentemente, a dominação burguesa que se concretiza no capitalismo dependente não decorre somente de uma “fonte socioeconômica espontânea” que irradia por todos os níveis da sociedade, ela precisa, para se estruturar homogeneamente e alcançar toda a sociedade, frequentemente recorrer à força política e ao “uso aberto e sistemático da violência” no intuito de esmagar as demandas das outras classes e dar continuidade às condições de desenvolvimento capitalista que lhes são benéficas.

Para Florestan, a gradual penetração do capitalismo monopolista no interior da economia brasileira faz com que a própria dominação burguesa tenha que se adaptar ao

“industrialismo intensivo”, ao “desenvolvimento desigual interno” e à dominação imperialista externa atuando internamente, que decorrem daí. A dinâmica da luta de classes do período anterior ao golpe de 1964 denotava a existência de múltiplas pressões sobre a dominação burguesa, que colocavam em crise o poder burguês até então consolidado. É, no entanto, necessário dimensionar essa crise, ressalva Florestan. Pois não havia no período pré-1964 uma situação revolucionária de fato, que estivesse ameaçando o poder burguês. Havia uma situação potencialmente pré-revolucionária, na qual os conflitos no interior da ordem tendiam a restringir a eficácia da dominação burguesa. A “expansão da economia e do regime de classes” suscitou as pressões políticas de grandes parcelas da sociedade, que suscitaram uma espécie de “pânico burguês” em torno das necessidades de defesa da ordem. (*ibidem*, p. 376)

É nesse contexto que a Ditadura Militar de 1964 vai representar, para Florestan, a reestruturação da dominação burguesa, e a efetivação da única forma de “revolução nacional” possível nas condições da “dupla articulação”: que é a “contrarrevolução burguesa”. Portanto, aqui, “revolução nacional” não significa mais a extirpação das formas de organização social do *antigo regime* por meio da conquista do poder político por conta da classe revolucionária, mas sim a integração das classes burguesas em torno de seus interesses “particularistas” – de manutenção do subdesenvolvimento e da dependência externa – e a imposição da manutenção desses interesses à toda a sociedade. Ela revela que a dominação burguesa na periferia, “através de ações políticas de classe profundamente reacionárias”, possui uma essência “autocrática”, que não se furta à possibilidade de se salvar mediante formas abertas de “ditaduras de classe”. (FERNANDES, 2005, p. 343)

Nesse momento a burguesia brasileira de fato compreende a particularidade do seu *papel histórico*, diz Florestan. De estabelecer uma dominação baseada nos “interesses comuns” das burguesias nacionais e internacionais, que se submetem aos controles externos do imperialismo e assumem para si a tarefa interna de defender a “unidade do hemisfério ocidental” em torno do capitalismo, criando as possibilidades de expansão do capitalismo monopolista internamente na medida em que garante a *estabilidade da ordem* no plano da luta de classes.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> A característica dos processos de ditaduras militares na América Latina a partir da década de 1960 faz parte também, na visão de Florestan, de uma estratégia maior de “contrarrevolução” que vai se desenvolver em todo o mundo diante da polarização entre capitalismo e socialismo. A saída de qualquer país dependente para a superação da condição de subdesenvolvimento, diz o autor, estava justamente calcada em um posicionamento no interior desse conflito mundial que ganha plena explicitação no período posterior à

Para compreender esse processo no âmbito da luta de classes, Florestan incorre na análise sociológica comparativa entre os dois “modelos” que representam as formas de relação entre a “dominação burguesa” e a “transformação capitalista” nas sociedades avançadas do capitalismo, e nas sociedades periféricas. Aqui, portanto, novamente surge o elemento do “equilíbrio” “estrutural-funcional” inerente à lógica de desenvolvimento do capitalismo nos “casos clássicos”. Trata-se de um desdobramento do “padrão de integração” da ordem que já mencionamos nas páginas acima, que procura captar especificamente as principais características funcionais da dominação burguesa.

Diz o autor, que nas formas de revoluções burguesas que seguem o curso “*liberal-democrático*” a organização e funcionamento da dinâmica da luta de classes conformou o que pode se designar como “modelo democrático-burguês de transformação capitalista”. Trata-se de uma ordem social capitalista na qual a base material da burguesia como classe dominante era “suficientemente ‘integrada’, ‘estável’, e ‘segura’” para permitir que o “radicalismo burguês”, o “reformismo” e as “pressões dentro da ordem” – provenientes do proletariado e das massas populares - manifestassem seus dinamismos “econômicos, sociais e políticos” livremente. Da mesma forma, essa base burguesa, também possibilitou que as “pressões contra a ordem” fossem toleradas no “âmbito ideológico” e até na “esfera prática”, por meio das atividades sindicais e do movimento operário, e não reprimidas totalmente, como nos países dependentes (FERNANDES, 2005, p. 381)

Nesse processo dinâmico da luta de classes é que a burguesia, ou, as várias classes que compõem a burguesia e seus estratos de classe, dada a integração e diferenciação interna da economia capitalista nacional, possuía um “grau de diferenciação vertical” e um “grau de integração horizontal”, que “punha a dominação burguesa” em bases firmes para reagir às “pressões de baixo pra cima” de forma mais “*tolerante, flexível e democrática*”. O argumento central desse raciocínio de nosso autor, é que:

“Certos valores da democracia burguesa se incorporam, pois, aos requisitos materiais, legais e políticos da própria existência, continuidade e fortalecimento da dominação burguesa e do poder burguês. O *consenso burguês* podia, por conseguinte, ‘abrir’ a ordem existente àquelas pressões, como parte de um rotina que conferia à cidadania, às franquias políticas ligadas à ordem legal, à participação política das massas etc. o caráter de algo essencial para a *estabilidade* e a *normalidade* de uma sociedade nacional.” (*ibidem*, p. 382)

---

Segunda Guerra Mundial. É marcante a influência de Marcuse nessa formulação de Florestan, principalmente nos posicionamentos presentes no livro *Apontamentos sobre a “Teoria do autoritarismo”* (1979). (MARCUSE, 1973)

Portanto, a funcionalidade dinâmica daquelas sociedades capitalistas que passaram por um processo de revolução burguesa liberal-democrático, incorpora certos valores democráticos ao modo de “funcionamento normal” da ordem, possibilitando que mesmo no interior do capitalismo as classes mais baixas consigam, além de “se classificar dentro da ordem” por meio do trabalho, incorporar na sua dinâmica pautas, reivindicações e valores, que são aceitos pelo *consenso burguês* sem ameaçar a sua estabilidade, pois faz parte do funcionamento normal desse tipo de sociedade. Obviamente que os momentos de crise tendem a abalar tal dinâmica de normalidade e viabilizar múltiplas articulações entre as classes em luta, que resultam também em reações diferenciadas por parte das classes burguesas. O argumento de Florestan não nega isso. Mas tende a enfatizar que a transformação capitalista não é endurecida pela rigidez de uma dominação burguesa que não incorpora as demandas das outras classes. Pelo contrário, ela possibilita que essas demandas fluam, dentro de certos limites, o que atenua o caráter explosivo da luta de classes.

Ora, é preciso refletir sobre essa formulação. Pois ocorre aqui o mesmo processo do uso de *modelos* para o conhecimento da realidade social que apontamos páginas acima. A necessidade de lidar com um *modelo de funcionamento ótimo* como parâmetro de comparação, induz Florestan a postular uma *funcionalidade ideal* à sociedade burguesa dos “casos clássicos” que cancela o momento *positivo* da dialética da realidade histórica. Curioso é que esse momento *positivo*, o *momento da práxis*, não deixa de ser considerado pelo autor, mas é visto como uma exceção da regra que não a nega. Por isso também nesse momento ele não está totalmente amarrado pelo *formalismo* dos modelos.

Na análise da história, é possível considerar que existe uma tendência de maior incorporação dos principais valores *democráticos* à dominação burguesa que se constrói nas sociedades capitalistas que trilharam uma *via* de desenvolvimento do capitalismo “clássica”. Daí se pode concluir que em determinados momentos históricos favoráveis se concretizou de fato uma abertura e uma tolerância maior para com as manifestações do “radicalismo burguês” e do “protesto operário” (sua cooptação à lógica da ordem). No entanto, o desenvolvimento histórico posterior dessas sociedades demonstram que a dinâmica da luta de classes particular a cada uma delas, correspondendo aos interesses da lógica de acumulação do capital, desencadeia determinadas conjunturas onde esses mesmos *valores democráticos* deixam de ser toleráveis e passam a ser duramente reprimidos, inclusive de maneira *autocrática*. O que falar de um processo como o

*macarthismo* nos Estados Unidos da América, ou do *americanismo* e do *fordismo*, tal como Gramsci os analisa? O próprio Florestan admite que no período posterior à 2ª Guerra Mundial as principais características do Estado próprio do “modelo democrático-burguês de transformação capitalista” se perdem, dando origem a “*democracias fortes*” e a “Estados autoritários” com grande conotação autocrática. (FERNANDES, 1979, p.31)

Portanto, se colocados em confronto com a dinâmica viva da história, com o caráter *ativo* da dinâmica da luta de classes, é certo que a *rigidez metodológica* dos *modelos* logo se rompe. A *oscilação* de Florestan, mais uma vez, está em reconhecer isso contraditoriamente. Tira consequências importantes da *particularidade* histórica da realidade brasileira da comparação com o *modelo clássico* – estamos pensando aqui principalmente no caráter autocrático da dominação burguesa no Brasil. Mas ao supor esse mesmo *modelo*, perde características relevantes do caráter *ativo* da realidade da luta de classes na sociedade brasileira.

Dirá Florestan, que no capitalismo dependente essa funcionalidade da dominação burguesa no interior da ordem não consegue se concretizar, pois a base material da dominação burguesa não se baseava em uma economia integrada e autônoma, senão em uma economia subdesenvolvida e “heteronômica”. Portanto, o “grau de diferenciação vertical” e o grau de “integração horizontal” das classes burguesas não era “alto e complexo” o bastante, ao ponto de “engendrar um consenso burguês médio de tipo democrático”. A consequência disso no interior das dinâmicas de classe, é que nem mesmo o radicalismo burguês e as “pressões dentro da ordem” conseguiam ter vazão histórica, pois a burguesia não conseguia “articular e absorver” os interesses antagônicos das demais classes sem minar a própria base material do seu poder de classe. Trata-se do “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”. (*ibidem*, p. 383)

Como a estratificação social da sociedade de classes do capitalismo dependente pressupõe que somente uma minoria da sociedade consegue “se classificar” socialmente por meio do trabalho, a grande massa da população não irá tornar a “condição burguesa” um elemento de “estabilidade” da ordem. Ela irá irradiar “pressões de baixo para cima”, “dentro da ordem”, que serão encarados pela mentalidade burguesa intolerante como análoga às pressões “contra a ordem”. Se pensarmos aqui no período que antecede o Golpe de 1964 essa relação se demonstra claramente. As bandeiras das “reformas de base” de nenhuma maneira significavam qualquer reivindicação revolucionária, e ainda assim foram reconhecidas no seio da reação como uma “ameaça do comunismo”.

A conclusão de Florestan é que a forma como se organiza a sociedade de classes

brasileira impede que a dominação burguesa possa estabelecer qualquer tipo de articulação com as “pressões dentro da ordem” e absorver as “pressões contra a ordem”.

“A dominação burguesa e o poder burguês ficam, em consequência, estreitamente confinados aos interesses e aos meios de ação das classes burguesas. E o consenso burguês não pode alargar-se em função do suporte direto ou indireto das demais classes, que não são articuladas à burguesia, quer mediante impulsões igualitárias de integração nacional, quer através dos dinamismos materiais de participação econômica ou dos dinamismos sociais de participação cultural e política.” (*ibidem*, p. 384)

Por isso, diz o autor, a “ordem social competitiva” possível no capitalismo dependente não pode preencher as “funções normais” da dinamização do regime de classes, só se abrindo e sendo de fato “competitiva” para as classes que “se classificam socialmente”. Tal ordem só existe e se preserva no interior da exclusão das outras classes, depende de sua existência, mas as neutraliza ou exclui, no mesmo “encadeamento que liga entre si o *senhor e o escravo*”<sup>91</sup>. (*ibidem*, p. 385)

O elemento “estrutural-funcional” nesse momento remete ao reconhecimento de que no “caso clássico” existe uma *conexão funcional* inerente à relação da absorção dos valores democráticos provenientes da *via* revolucionária de desenvolvimento do capitalismo e a incorporação, na nova ordem, das “pressões” que surgem “de baixo pra cima”, ou seja, que emanam da “diferenciação do regime de classes”. Tal conexão, como integrante específica do “padrão de integração” da ordem em geral, é tomada como parâmetro comparativo – como *traço universal* – para se analisar a particularidade das classes no capitalismo dependente. Nele, o regime de classes “desviante”, ou “patológico”, não consegue estabelecer essa *conexão funcional* entre a absorção das pressões “de baixo” e a irradiação da dominação “de cima”. Por isso a dominação burguesa possui uma *conexão funcional* própria, entre manutenção da ordem e dominação autocrática.

De acordo com essa lógica, a chamada *crise do poder burguês*, diz Florestan, não era nenhuma consolidação da democracia burguesa, mas sim uma situação histórica da

---

<sup>91</sup> É curiosa aqui a remissão à dialética do senhor e do escravo de Hegel, pois revela de fato um traço característico da compreensão de Florestan acerca das classes sociais no capitalismo, que já vínhamos destacando nos itens anteriores, e que está na base de sua concepção acerca da definição “pré-capitalista” do Brasil colonial. A concepção *formalista* de que só existe capitalismo quando surge o *trabalho livre* como categoria histórica se expressa aqui na necessidade de imputar à realidade do capitalismo uma *funcionalidade* própria que, enquanto “*totalidade simples*”, autodetermina a si mesma, tal como na dialética hegeliana do senhor e do escravo. (FERRAZ, 2009, p. 283)

dinâmica da luta de classes no Brasil que colocou as classes burguesas diante de “pressões democráticas” que elas não poderiam atender sem acarretar a derrocada da própria ordem. Por isso o dilema burguês era o dilema da “autocracia”. Ou seja, de o “poder burguês” deixar de lado a “aparência democrática” da realidade social brasileira e assumir a sua verdadeira identidade *autocrática*, empregando a violência de classe para “fechar a ordem” e reestabelecer sua dominação através de uma “contrarrevolução preventiva”. (*ibidem*, p. 387)

A resposta para essa crise, portanto, se expressa historicamente no golpe militar de 1964, no qual uma “unidade tática” de “autodefesa” dos interesses comuns da burguesia brasileira, permite que ela possa conquistar o controle do impacto da “industrialização intensiva” e da “eclosão do capitalismo monopolista” na realidade histórica do país, contornando os obstáculos políticos, sociais e econômicos com os quais se defrontava. Além de também permitir que, no interior da luta de classes, a burguesia conseguisse desfazer as pressões “de baixo” que marcavam a ascensão do “reformismo burguês” em torno do Estado Nacional na figura da “demagogia populista”<sup>92</sup>. (*ibidem*, p. 392)

Na polêmica sobre a necessidade da “impregnação militar” da contrarrevolução Florestan diz que a burguesia só poderia prescindir de tal “impregnação se contasse com o apoio das classes baixas ou médias. Como essas classes eram justamente contra quem o poder burguês se fechava politicamente, existe a necessidade de um movimento de transferência das tarefas centrais do processo como um todo para certos setores aliados, o que implica em uma centralização ainda maior e na militarização e na tecnocratização do poder político. Da forma como se opera o Estado nacional a partir dessa centralização da contrarrevolução burguesa surge o “Modelo Autocrático de Estado capitalista”, construído sobre uma democracia de fachada, que somente preserva as estruturas e funções democráticas do Estado para aqueles que conseguem “monopolizar” o poder “econômico, social e político” dentro da sociedade brasileira. (*ibidem*, p. 406)

A terceira parte do livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), é escrita por Florestan na primeira metade da década de 1970. Portanto, o ano de publicação do livro antecede em dez anos o fim da Ditadura Militar. No entanto, é curioso notar como nosso

---

<sup>92</sup> Florestan por diversas vezes defende a existência do fenômeno do “populismo”. Na realidade brasileira, a especificidade do populismo se expressaria como uma “demagogia populista”, onde uma manipulação aberta das massas populares permitia que um tipo de reformismo burguês galgasse posições no interior do Estado nacional. Não obstante, o próprio caráter excluyente dessa mesma “demagogia populista”, que nunca chegava ao limite de romper com as condições de subdesenvolvimento e de heteronomia do capitalismo dependente, deixava clara sua verdadeira face, de uma “*autocracia burguesa dissimulada*”. (FERNANDES, 2005, p. 395)

autor já buscava analisar as possibilidades de desfecho desse marco histórico nas condições da luta de classes no Brasil, apontando determinadas tendências de desenvolvimento que realmente se concretizaram no período posterior<sup>93</sup>.

A contrarrevolução burguesa possibilitou que a burguesia acumulasse um “excedente de poder” para se impor por meio de formas abertas de luta de classe, consolidando assim uma nova articulação de sua classe no interior do Estado capitalista Autocrático-Burguês, criando um “consenso burguês autocrático”. A centralização do poder que decorre desse movimento, no entanto, não foi forte o suficiente para alterar a própria “dinâmica de classes”, diz Florestan. A burguesia ainda está presa aos seus próprios interesses “particularistas” e ainda vê as outras classes e os “interesses da nação” como inconciliáveis. Isso significa, afirma o autor, que ela está condenada a uma “contrarrevolução permanente”, ou seja, a ter que sempre manter o caráter contrarrevolucionário da ordem para conseguir reproduzi-la no interior de sua dominação. (*ibidem*, p. 410)

Entretanto, ela não pode fechar a própria realidade histórica dos “dinamismos de uma sociedade estratificada em classes”. Não pode sustentar para sempre essa relação entre “aceleração do desenvolvimento econômico” e “controle do *status quo*”. Para o sociólogo paulista, a aceleração tende a “convulsionar” o sistema de classes existente, por um lado expandindo as possibilidades das forças reprimidas nas classes trabalhadoras que se diferenciam, e aumentam consideravelmente, e por outro, unindo cada vez menos os interesses das classes burguesas que tendem a se “diferenciar verticalmente”, sem se integrar horizontalmente. (*ibidem*, p. 418)

A situação da luta de classes no período posterior, diz Florestan, é potencialmente explosiva. Porque, se quiser se manter no poder, a dominação burguesa terá que se rearticular em alguma forma de “autodefesa” que continue operando como uma “contrarrevolução preventiva” dentro da ordem. Isso significaria em termos práticos, conquistar um “controle da ordem” sólido que permitisse que a “ditadura de classe” continuasse sem assumir a forma de “ditadura”, mas enquanto uma *democracia restrita*. Só esse arranjo poderia continuar a situar as classes burguesas na sua situação de privilegiamento, ou seja, excluindo e deprimindo as classes baixas, sem colocar em risco o próprio capitalismo dependente

---

<sup>93</sup> Essa formulação foi valiosa para alguns autores contemporâneos recolocarem a questão acerca das “continuidades” existentes entre o regime ditatorial e a democracia que posteriormente se forma no Brasil. Sobre isso ver MACIEL, 2014, p. 269-301.

A abertura política, para Florestan, vem justamente nesse momento. Redemocratização não seria propriamente aqui o estabelecimento de uma *democracia burguesa* tal como nos países centrais do capitalismo, mas sim a “consolidação da autocracia burguesa” como estado normal do sistema. Essa abertura, para efetivar tal propósito precisaria atuar duplamente. Em um primeiro plano ela precisaria formar politicamente uma situação onde a articulação política das classes privilegiadas se legitime como se fosse “consenso nacional”, podendo assim lidar com os dinamismos provenientes das classes subalternas às “cooptando sistematicamente”. Dessa forma, a “condição burguesa” pode cumprir o papel de “absorver os estratos médios” e até mesmo setores das “classes operárias”, criando a partir da “autocracia burguesa” uma “*democracia de cooptação*”<sup>94</sup>. Em um segundo plano, a abertura deve alocar a função do *enrijecimento da ordem* em certas funções do Estado, criando “condições normais” para um funcionamento pacificador da ordem competitiva, onde os privilégios da burguesia não são questionados. (*ibidem*, p. 416-422)

Para fechar esse item ainda devemos desenhar sinteticamente o que Florestan entende por *autocracia burguesa*. É possível dizer que o retrato do “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”, para o nosso autor, representa a expressão da *particularidade* da forma de dominação burguesa que consegue ganhar corpo na condição do capitalismo dependente. Essa forma, a *essência* do caráter das ações de classe das classes burguesas, se manifesta de diversas maneiras ao longo da história do Brasil, as vezes sendo mais velada, as vezes menos.

Por isso Florestan pode considerar que o próprio período da chamada “demagogia populista”, o “populismo” específico do caso brasileiro, era também uma expressão dessa dominação burguesa autocrática, ainda que demonstrasse “lapsos” de um “reformismo burguês”. Assim como pode considerar que mesmo nos períodos “democráticos” a *democracia restrita* que se consolida, também situa-se no seio dessa “natureza”, desse *modus operandi* da dominação burguesa brasileira.

Quando não há condições para que a dominação burguesa estabeleça um “consenso burguês” que permite à ordem se reproduzir da maneira pacífica e estável, a *essência* autocrática se expressa diretamente no campo da luta de classes, “fecha a ordem”

---

<sup>94</sup> É muito curioso que essa dupla abertura já tenha sido observada por Florestan em meados da década de 1970. Pois a tese da “democracia de cooptação” já capta antecipadamente a função exercida pelo Partido dos Trabalhadores – de cooptação e burocratização dos principais movimentos de trabalhadores que surgem no bojo do processo de crise da ditadura – se incorporando ao novo “consenso burguês” e fazendo as vezes da versão mais acabada da social democracia brasileira do início do século XXI. Sobre isso ver IASI, 2012.

reprimindo os movimentos “de baixo”, e reestabelece o controle de sua dominação. Em tais situações o caráter autocrático da dominação pode se espalhar para diversos âmbitos da sociedade, se afirmando de maneira mais categórica como forma de obter sucesso histórico em sua tarefa. Daí que o Golpe de 1964 e a Ditadura militar tem como seu desdobramento específico a criação de um “Estado Autocrático Burguês”, um movimento por meio do qual a burguesia converte o Estado Nacional em uma “arma de defesa” através da qual “esmaga” seus adversários políticos internos e os fatores que ameaçam sua dominação. (FERNANDES, 1982, p. 14)

Portanto, por mais que nosso autor somente passe a insistir na designação da dominação burguesa brasileira por meio da chave da *autocracia* principalmente no período posterior ao Golpe militar de 1964, é possível inferir de suas formulações que ela corresponde à *particularidade* da fruição da dominação burguesa nas condições de um capitalismo dependente. Essa dominação possui diferentes formas de concreção histórica, mas se caracteriza por manter o núcleo central de utilização de um excedente de poder por parte das classes dominantes para minar o crescimento e desenvolvimento dos interesses das classes trabalhadoras no interior da sociedade. É inclusive nessa toada que Florestan busca analisar o processo de *transição* colocado na ordem do dia no período de decadência da ditadura, como o problema da preservação da dominação *autocrática* “por outros meios”.

## **7. A luta de classes na desagregação da Ditadura Militar e a classe como *sujeito histórico***

O período que vai desde o início da década de 1980 até o final da vida de Florestan, em 1995, é extremamente rico na produção intelectual do autor. Ele estava totalmente inserido no seio desse grande movimento de ascenso da luta de classes na conjuntura brasileira. É possível, a partir dos livros publicados, das palestras, das aulas, das entrevistas e dos artigos de jornal, traçar um retrato amplo da resposta que Florestan dava para diversos aspectos da luta que se apresentavam no polêmico processo de redemocratização<sup>95</sup>. Nosso trabalho não poderia se propor a tal objetivo. Aqui novamente,

---

<sup>95</sup> É patente que tal produção é pouco explorada pela bibliografia comentadora da obra de Florestan. A maioria das teses, dissertações e artigos que versam sobre a obra do autor, focam suas principais produções “sociológicas” em detrimento da intervenção intelectual ativa que o autor desenvolve no final da vida. Sobre uma análise desse período ver CHAGAS, 2011.

devemos reter o essencial. Na leitura que Florestan faz da luta de classes no Brasil desse período, é possível identificar uma mudança na forma como o autor concebe o conceito de classes sociais? Para responder essa questão percorreremos alguns escritos importantes do autor que abrangem o período, expondo a sua análise e identificando como o conceito é trabalhado, de maneira geral.

O longo período da Ditadura Militar se caracterizou por uma íntima relação com a expansão do capitalismo monopolista no interior da economia brasileira. A consequência imediata desse fato é que, nas duas décadas em que a ditadura vigorou a economia brasileira experimentou o que Florestan chama de uma “aceleração do desenvolvimento econômico”. A economia industrial interna se diversificou, ainda que em muitos setores como mero apêndice das grandes corporações monopolistas. Os dinamismos industriais da cidade penetraram na produção agrícola modernizando-a, movimento que ocorre paralelamente a uma forte corrente migratória de grande parte da população para as cidades. Essas já tinham maiores condições econômicas de tal população migrante, já que o comércio e os serviços também se expandem. Em suma, o capitalismo brasileiro experiencia um grande crescimento e expansão, ainda que isso ocorresse por meio da manutenção da condição de subdesenvolvimento.

Para Florestan tal “aceleração do desenvolvimento econômico”, objetivo mesmo das classes burguesas quando realinham sua coalizão de classe através da “contrarrevolução preventiva”, possui consequências diretas para o “regime de classes” existente no Brasil e, conseqüentemente, para a possibilidade de o poder burguês no país continuar a sustentar sua ditadura de classe, a “república institucional”. Isso porque, independente do controle político que a burguesia obtenha por meio da força, ela efetivamente não pode barrar os “dinamismos da história” e da mudança social que diferencia as classes em luta e que repõe os antagonismos de classe da ordem burguesa.

Mesmo no interior das classes burguesas a articulação que dá base à sustentação da ditadura não consegue mais ter a eficiência que teve no momento do golpe. Para Florestan, o “consenso burguês” que alimentava a ditadura ia aos poucos se deteriorando. O que fez com que o comando militar do estado compensasse essa “falta de consenso” com a centralização de seu poder absoluto. Isso significa, a criação de um “centro todopoderoso do poder militar” como “fonte da vontade coletiva dos estratos burgueses”, que ia aos poucos se afastando desses estratos, por conta dos dilemas que enfrentava.

Internamente, a diferenciação da própria burguesia cria um núcleo que “se frustra” diante da realidade econômica do regime em crise. Já vimos que uma característica das

articulações de classe da burguesia dependente, na visão de Florestan, é que o que a unifica é apenas a necessidade de manutenção da “supremacia burguesa” e da “estabilidade” política”, e não um projeto nacional unitário. Conseqüentemente, ainda que os conflitos “intra-classes” não conseguissem ter um desdobramento prático mais eficiente, para Florestan é certo que a base de sustentação de classe da própria ditadura começava a ruir. Externamente, a burguesia dos países capitalistas centrais vê com reticência a autonomia que a centralização do poder ditatorial experimenta. Certas iniciativas “nacionalistas” dos governos dos militares, que dá “sinais de rompimento com o imperialismo”, diminuía a força do apoio externo centralizando ainda mais o poder político no núcleo militar da ditadura. (*ibidem*, p. 19-20)

Por outro lado, fora das classes burguesas, a diferenciação do regime de classes também age de forma a desgastar o poder ditatorial. Diz Florestan que os setores intermediários, de forma geral, ainda se mantinham leais às posições da grande burguesia, mas passam a oscilar frente à conjuntura da ordem. A “classe média tradicional”, diz o autor, se fragmenta, e uma parte dela passa a engrossar as fileiras da “oposição legal”. Assim como a pequena burguesia, que oscila entre uma adesão à oposição legal e a incorporação aos interesses das “classes subalternas”. A “classe operária” e as “massas de trabalhadores” livres e semilivres, não possuem “condições consolidadas de classe independente”, e “meios de ação coletiva inconformista no meio político”, mas o aumento exponencial do número de greves e de manifestações em confronto direto com a ditadura revelam que a nova organização da economia e da sociedade brasileira deu também folego novo a articulação dos “de baixo”, e criou uma potencialidade de mobilização desses “setores subalternos”. (*ibidem*, p. 23-24)

Portanto, ainda que a ditadura tivesse cumprido com excelência a sua função no interior da dominação burguesa autocrática do capitalismo dependente, a própria “contra-revolução” entra em refluxo no último quartel do século XX, recolocando o velho problema da “*crise do poder burguês*” na ordem do dia. Como fazer um processo de “transição democrática” se a articulação burguesa autocrática, como lhe é de natureza, necessita ainda do “excedente de poder” para conseguir ter vigência em um regime de classes dependente?

A resposta dada pelo centro do poder da ditadura, para Florestan, é: construir um processo por meio do qual se possa controlar a irrupção da luta de classes. Uma transição onde se mantenha tanto a estabilidade política, para se adaptar os interesses burgueses à nova situação, quanto a hegemonia da dominação burguesa, que preserve o “núcleo de

poder” do regime. Uma “transição lenta, gradual e segura”. Para Florestan todo o processo de transição que abarca desde a “reforma dos partidos”, passando pelas “diretas já”, até chegar na assembleia constituinte, foi de fato a expressão de como se preserva “pelo alto” as necessidades da ordem burguesa própria do capitalismo dependente<sup>96</sup>. Não houve qualquer forma de enfrentamento que pudesse arrancar do seio do regime ditatorial o avanço no interior de uma “revolução nacional” e de uma “revolução democrática” que destravassem o processo de “descolonização” do Brasil e da superação da sua condição de subdesenvolvimento. Conquistou-se alguns avanços democráticos, arrancados pela luta das classes trabalhadoras por meio dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, mas o resultado disso não foi o rompimento com os elementos do passado, mas sim sua continuidade por outros meios.

Para o que nos importa, devemos considerar que a leitura que o autor constrói ao longo desses anos sobre o processo como um todo vai aos poucos se delineando em conjunto com sua ativa intervenção no processo. Portanto, por mais que indiquemos o fato de que na sua leitura geral não foi possível romper com o elemento “colonizante” que caracteriza o capitalismo dependente, é preciso considerar que Florestan acreditava que havia possibilidade de que isso ocorresse, por meio da atuação na luta das classes trabalhadoras. Por isso é preciso identificar como toda essa conjuntura afeta as possibilidades de que as classes trabalhadoras, os “de baixo”, surjam na “arena política”, e deem passos no sentido de sua auto-organização. Nesse âmbito é que a reflexão do autor dá uma guinada importante em direção a uma leitura das classes sociais que incorpora traços antes não explicitados no interior de sua teoria.

Diz Florestan que a hegemonia burguesa autocrática do capitalismo dependente significa uma “guerra permanente” contra a autonomia relativa das classes subalternas. De forma que transfere para o Estado a sua dominação de classe que, na base da força, exclui a massa da população do interior da ordem social. A “dominação burguesa” do capitalismo dependente não consegue se “irradiar” naturalmente, ou seja, através de mecanismos sociais, econômicos e culturais, que permitam uma relativa absorção de manifestações políticas dos “de baixo”, sem que isso desestabilize a própria ordem. Como vimos no item anterior, na visão do autor essa dinâmica da luta de classes é própria da

---

<sup>96</sup> Aqui, novamente, há uma ampla bibliografia do autor que documenta e reflete politicamente o período de maneira detalhada. Muitos dos artigos de jornais e entrevistas, além dos livros e ensaios, estão publicados em livros como *Brasil: compasso de espera* (1980), *A Ditadura em questão* (1982), *Nova República* (1985), *Que tipo de República?* (1986), *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo* (1988), *A transição Prolongada* (1990), *A Constituição Inacabada* (1988), *Florestan Fernandes: a força do argumento* (1998).

“funcionalidade” dos países capitalistas “clássicos”, do “modelo democrático-burguês de transformação capitalista”. No capitalismo dependente a fraca diferenciação e força econômica da burguesia interna, a irradiação da burguesia externa, e a deficiente classificação das massas populares no interior da ordem, por meio do trabalho livre, não permite que a dominação burguesa consiga conquistar estabilidade somente se pautando na sua dominação econômica. Por isso ela precisa de um “excedente de poder”, que se manifesta no “uso sistemático da violência” política como forma de compensação<sup>97</sup>.

Disso decorre, para Florestan, que na história brasileira as classes subalternas sempre tiveram suas “irrupções” reprimidas. Mesmo no período posterior ao Estado Novo, quando aparecem de forma mais aberta na arena política, defendendo seus interesses, e mesmo assim nunca ultrapassando a condição de “cauda eleitoral” dos partidos burgueses. Os autênticos movimentos de manifestação dos interesses das classes trabalhadoras sempre foram reprimidos e afastados das instituições políticas. Para Florestan, desde o início do século até o início da década de 1980, essa relação dos “de baixo” com as instituições políticas brasileiras não havia se alterado. No entanto, afirma que ali havia uma possibilidade de que isso acontecesse. O refluxo da “contra-revolução”, na sua visão, comportava também um “fluxo da revolução”, através da qual as massas trabalhadoras contando com suas próprias organizações e partidos de classe, poderiam pressionar a ditadura em crise para derrubar com ela a sua própria exclusão do regime de classes brasileiro. (*ibidem*, p. 72)

Dentro dessa chave, “abertura democrática” deveria significar muito mais do que uma simples “transição lenta, gradual e segura”. Para Florestan a abertura só seria democrática se ela de fato pulverizasse a ditadura por meio de uma “democracia de participação ampliada”, conquistada e dirigida diretamente pelo papel ativo das “massas trabalhadoras” e de seus organismos de classe, no processo. A transição, apesar de ter

---

<sup>97</sup> É possível somente destacar aqui como a *oscilação* de Florestan novamente se repõe. A particularidade da dominação burguesa é justificada a partir de sua comparação com um *pressuposto ideal* existente no *modelo*. Entretanto, por mais que tal pressuposto não se justifique, ele permite que o autor capte um *nexo funcional* da dominação burguesa na particularidade do capitalismo dependente, realmente existente, o caráter autocrático dessa dominação. É preciso novamente evitar mal entendidos nesse ponto. A influência da “análise estrutural-funcional”, na forma como é usada por Florestan, faz com que ele *oscile* em momentos de suas análises entre o formalismo da *particularidade abstrata*, que define o particular somente por meio da *negação* do modelo, e a libertação das amarras desse *formalismo*, que torna possível a obtenção também do momento *positivo* de construção dessa particularidade, considerando-a como parte constitutiva da *totalidade* social. De forma que a identificação da *oscilação* não nega a possibilidade de que o uso do nexo funcional captando a particularidade no interior da *totalidade*, realmente se deu em diversos momentos da sua formulação. Mas se dá em íntima confluência com o uso do modelo como pressuposto ideal, como realização *ótima*.

sido manejada pelas classes burguesas adequando-a aos seus interesses, abria de fato uma “oportunidade histórica” de as classes trabalhadoras transformarem a ordem burguesa. E Florestan, via nessa conjuntura mais ou menos aberta, a possibilidade de que o crescimento do “protesto operário” viesse a desembocar na superação das antigas “tarefas não cumpridas” pela burguesia brasileira, herdadas pelos trabalhadores como parte constituinte do processo de revolução socialista no Brasil. A “descolonização”, a “revolução democrática” e a “revolução nacional”.

Dois aspectos devem ser analisados com cuidado nesse ponto. O primeiro é o caráter que Florestan dá a tais “tarefas não cumpridas” como parte integrante do processo de imposição ativa das classes trabalhadoras no interior da conjuntura política. Trata-se, de fato, de um momento do “programa” político dos trabalhadores na luta de classes brasileiras. E o segundo decorre do primeiro, é a forma como Florestan considera as classes sociais a partir do momento que está pensando a estratégia revolucionária socialista necessária para aquele momento histórico.

Durante muito tempo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e algumas de suas dissidências, defenderam que a estratégia correta que deveria orientar a prática comunista no interior da política brasileira, visando a construção do socialismo, era de caráter “democrático-burguês”. Se chegava a isso, quando se considerava que a estrutura do capitalismo brasileiro não possuía condições desenvolvidas o suficiente para que imediatamente se travasse uma luta pelo socialismo. Era necessário então, que em uma etapa anterior, os comunistas acumulassem forças na luta política, em aliança com setores progressistas das classes burguesas e das classes intermediárias, e atuassem no sentido de fazer com que a estrutura econômica e social do país pudesse chegar a um patamar de desenvolvimento de suas forças produtivas que comportasse as condições objetivas para a transição ao socialismo. O centro da estratégia reside em uma concepção de que a burguesia brasileira não cumpriu as suas “tarefas revolucionárias”, nacionais e democráticas, tal como fez nos principais países de desenvolvimento clássico do capitalismo. Essas “tarefas” entravariam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e dificultariam o surgimento de “condições objetivas” para que se pudesse travar uma luta socialista. Por isso, seria parte integrante da estratégia socialista, em uma etapa anterior à luta pelo socialismo, a solução dessas “tarefas”.

É importante pontuar que o centro nevrálgico da leitura da formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro que subjaz à tese da estratégia “democrático-burguesa”, está também presente de maneira contraditória na teoria de Florestan. Como

já mencionamos na introdução desse trabalho, a visão de que era necessário superar a condição de subdesenvolvimento por meio de uma revolução *dentro da ordem*, é uma característica essencial da leitura de Florestan, no período anterior à sua *inflexão*. Ainda assim, mesmo no período posterior à *inflexão*, subsiste na teoria de Florestan a ideia de que o que caracteriza o capitalismo brasileiro é a própria “insuficiência” desse capitalismo, que não consegue inserir a massa da população no interior das dinâmicas próprias de uma sociedade de classes.

Portanto, mesmo que nosso autor, a partir da década de 1970, não mais credite à burguesia brasileira, em aliança com os setores subalternos, a possibilidade de levar à cabo uma *revolução nacional* e uma *revolução democrática*, a necessidade de que tais revoluções ocorram, ainda está colocada concretamente na realidade brasileira. Mas ela é tomada de forma diferenciada. Não como uma etapa necessária ao processo revolucionário socialista, mas como uma tarefa imediata da aliança dos “de baixo”, como um momento de transição e acúmulo de forças através do qual a classe trabalhadora começa a entrar em confronto decidido com a “supremacia burguesa” da sociedade brasileira, questionando seus principais pilares de sustentação. (*ibidem*, p. 86)

Obviamente que é preciso considerar as diferenças fundamentais que permeiam essas duas leituras. Florestan, após 1970, não mais nutre ilusões com relação às possibilidades “progressistas” da burguesia e das classes médias brasileiras. Toma a necessidade da concretização progressiva de uma *revolução democrática* e de uma *revolução nacional* pela aliança dos “setores subalternos”, não como a concretização da “revolução burguesa”, mas sim como o processo de concretização da revolução proletária. Aqui vale mencionar a forma como o autor considera a revolução cubana. O caráter *nacional* e *democrático*, a partir da metade do século XX, só pode ser expressado pelo socialismo, pois a burguesia, mesmo nos países periféricos, já é profundamente reacionária e conservadora. De forma que a única saída emancipadora possível ao dilema que a “condição de subdesenvolvimento” lega aos países periféricos é a revolução socialista.

Por isso, quando Florestan considera que “as classes trabalhadoras herdaram as tarefas não resolvidas da burguesia” ele não está se referindo a uma etapa do processo revolucionário que deve ser cumprida para que se criem condições objetivas da luta pelo socialismo. Mas sim que os potenciais civilizatórios que o capitalismo conseguiu incorporar aos seus principais centros hegemônicos, por meio de uma negação revolucionária do *antigo regime*, só poderiam se concretizar nos países dependentes

através de um processo de transição socialista. A sua própria concretização forçaria a ordem burguesa dependente para além dos limites que o seu “regime de classes” pode acomodar.

Entretanto, se não há de fato um “etapismo”, é certo que há algum tipo de “gradualismo” na forma como Florestan se refere a luta dos trabalhadores. Ele considera que as “tarefas não resolvidas” são as “tarefas imediatas” dos trabalhadores, a sua necessária ligação com as “condições concretas da luta política”, cuja realização fortaleceria a classe no interior das lutas, gerando o “acúmulo de forças” por meio do qual seria possível ter o peso político nacional necessário para o “salto revolucionário” socialista<sup>98</sup>. (*ibidem*, p.91)

E faz isso em nome de um *realismo* político que julga necessário para avaliar a correlação de forças na luta de classes. Por isso rejeita a atitude de extrema-esquerda que “coloca as tarefas políticas dos trabalhadores muito à frente de seu movimento real”. Para Florestan, o “fluxo da revolução” que surge na história brasileira recente junto ao “refluxo da contra-revolução” não deve ceder ao “reformismo”, mas também não pode deixar de considerar que quem faz a revolução é a própria classe, e que ela se desenvolve e se transforma em uma “*classe para si*”, somente no transcurso do combate vivo que trava com a ordem burguesa. Há portanto um sentido de “revolução permanente” no gradualismo enunciado por Florestan. Não ceder ao reformismo burguês, mas também não ser inconsequente com a realidade da classe.

Isso nos leva diretamente ao segundo aspecto. Quando Florestan enuncia tal “eixo estratégico” do papel das classes trabalhadoras na conjuntura da decadência da ditadura,

---

<sup>98</sup> Aqui está um elemento que gera debate no interior da esquerda anti-capitalista brasileira da atualidade. Pois durante muito tempo o Partido dos Trabalhadores defendeu por meio de suas teses congressuais a necessidade de que a luta dos trabalhadores deveria “acumular forças” no interior da luta de classes, galgando postos no Estado, conquistando direitos democráticos, para somente depois ser possível o “salto revolucionário” socialista. Tal forma de encarar o processo ficou mais conhecida como a “estratégia democrático-popular”, por meio da qual, através de uma aliança das classes “mais baixas”, a esquerda acumularia forças para se chegar ao socialismo. A própria história demonstrou que tal estratégia fracassou de maneira trágica. A capilaridade que o Partido dos Trabalhadores possuía nas “classes baixas” aos poucos foi se incorporando ao consenso burguês surgido da Nova República, até abandonar totalmente os ímpetus socialistas que apareciam de maneira difusa na sua origem, definindo-se no pacto social de classes que caracterizou a emergência da socialdemocracia brasileira a partir da década de 1990. Obviamente que não é possível creditar os rumos assumidos pelo partido dos trabalhadores no período posterior somente a um equívoco de estratégia. Setores importantes do partido nunca tiveram pretensão revolucionária alguma, e já expressavam a sua decidida cooptação ao novo consenso burguês que surgia. Mauro Iasi argumenta que a estratégia democrático popular será a forma como o PT inicialmente se afirma como novo artífice da esquerda no período histórico em que surge, e também a forma como se metamorfoseia em um partido socialdemocrata que “disciplina a luta de classes”. Para o autor, a leitura de Florestan, ainda que não defendesse essa “metamorfose” ocorrida pelo partido – inclusive, combatendo-a antecipadamente – foi uma importante formulação que deu base à leitura da realidade que justificava tal estratégia. Sobre isso ver IASI, s/d, p. 14-23.

ele está lidando diretamente com a ideia de que tais classes devem absorver o socialismo “reformista e revolucionário” para “enfrentar as faces sucessivas de conquista do espaço político na ordem” e transformar, revolucionariamente, essa mesma ordem. Diz o autor que para a burguesia “a luta de classes aparece como um instrumento de dominação e, se preciso, de terrorismo político”. Enquanto para os trabalhadores “a luta de classes conta como instrumento de liberação dos oprimidos, de democratização da riqueza, do prestígio social e do poder /.../, e de instauração de uma sociedade sem classes”. Portanto não se pode pensar a luta de classes a partir da ótica burguesa, segundo a “crença de que o amadurecimento da luta de classes representa um processo orgânico das sociedades capitalistas”. Da ótica das classes trabalhadoras, quando se supera a “condição de classe em si”, a luta de classes deve ser manejada sem descanso, para que o “movimento orgânico inerente à transformação capitalista se desprenda para o lado do polo operário” fazendo o “amadurecimento da luta de classes se processar em benefício dos trabalhadores e seus aliados”. (*ibidem*, p. 79)

Para isso, diz Florestan, o “partido operário” é vital. Se “o que satura o pólo operários da luta de classes, /.../ são as forças econômicas, sociais, culturais e políticas das classes trabalhadoras”, o partido operário “concentra e multiplica essas forças a nível ideológico e político”. É natural que na medida em que se acentuem, as ações políticas das classes trabalhadoras criem antagonismos com a ordem social do capital. Por isso, os partidos operários que surgem devem ter uma clara vinculação com as condições concretas de existência da classe, e com os princípios do “socialismo proletário”, para que não oscilem para a “submissão”, para o “aburguesamento das lideranças” e para a “conciliação política como recurso de sobrevivência”. (*ibidem*, p. 83)

É possível dizer que nesse momento da formulação de Florestan, a reflexão sobre o conceito de classes sociais ganha um novo patamar na medida em que o autor passa a analisar as condições de formação e desenvolvimento da classe no interior da luta. Já vimos que nas suas principais obras das décadas de 1960 e 1970, que tratam da formação do capitalismo no Brasil, as classes são analisadas predominantemente do ponto de vista “sociológico” da *situação de mercado* e das *funcionalidades* imanentes ao regime de classes. Essa abordagem ainda subsiste no momento atual, Florestan não as nega. Mas a diferença é que agora a própria identificação das classes, focada que está no processo da luta e do conflito entre as classes, e não na estratificação da ordem social competitiva, é muito mais centrada na posição que elas ocupam no interior da contradição fundamental que caracteriza a sociedade capitalista, e nos interesses de classe objetivos que emanam

dessa posição. Daí que a formação da classe não é mais somente encarada como uma distribuição diferenciada no interior dos diferentes setores do mercado capitalista, mas também como um processo político, econômico e social por meio do qual a classe avança e se desenvolve, ganhando “consciência” de suas tarefas fundamentais no seio da sociedade, e potencializando sua capacidade de fazer história.

Portanto, Florestan passa a encarar de maneira mais próxima o aspecto *subjetivo* da determinação das classes sociais, ou seja, a concepção da classe como um *sujeito histórico*, e não apenas como um “estrato social”. É patente que essa abordagem diferenciada que aparece aqui está diretamente relacionada com a influência crescente que o referencial teórico marxista passa a exercer na sua atividade intelectual. Como vimos, na reflexão que Marx faz das classes sociais não é possível que se pense a classe somente do ponto de vista do seu local na produção, ou da sua inserção no mercado, justamente porque a separação estática dos “estratos” assim delineados perde a dimensão contraditória e processual da história como *luta de classes*. Quando nosso autor se volta para as classes em luta na conjuntura da crise da Ditadura Militar, se coloca para ele não somente o problema de como considerar a lógica própria de reprodução da ordem burguesa sob essa nova conjuntura, mas também o problema de como a organização e atuação das classes em luta pode modificar a história. E esse problema específico não pode ser respondido somente pela visão das classes sociais como uma forma de “estratificação social”.

Daí que serão marcantes, e bem reconhecidas pela literatura comentadora, as influências das formulações dos autores clássicos do marxismo nas intervenções de Florestan<sup>99</sup>. Como já aventamos anteriormente, não podemos dizer que elas não existiam na obra anterior, já que Florestan desde sua juventude dialoga arduamente com a teoria marxista, dentro e fora da academia. E nem podemos afirmar que não existem linhas de continuidade entre a forma como Florestan encarava a teoria marxista nas formulações metodológicas da juventude, e a visão que defende na sua obra madura.

---

<sup>99</sup> A literatura comentadora da obra de Florestan, e suas entrevistas autobiográficas, enfatizam a crescente influência que os escritos de Lenin exercem no pensamento do sociólogo a partir da década de 1970. De fato, tanto no conceito de *autocracia burguesa*, quanto na concepção de “partido operário” é possível reconhecer que o pensamento do revolucionário russo articula na obra de Florestan tanto elementos teóricos importantes para a análise da conjuntura brasileira, quanto posicionamentos políticos com relação ao processo revolucionário de organização da classe trabalhadora. É significativo o belo texto analisando a obra de Lenin que Florestan publica como introdução ao volume da coleção *Grandes Cientistas Sociais* dedicado ao autor russo. Sobre isso ver FERNANDES, 2012, 221-267. A título de curiosidade, no arquivo Florestan Fernandes, atualmente situado na Universidade Federal de São Carlos, é possível verificar que os exemplares de Florestan das Obras Completas de Lenin foram amplamente manuseados, grifados e comentados pelo autor, todos os mais de 40 volumes.

O central aqui, na nossa interpretação, é que a atividade intelectual do autor adquire uma “predominância marxista” desde o início da década de 1970 que se acentua consideravelmente a partir do início da década de 1980. Tal predominância permite que Florestan desenvolva em seus “escritos políticos” aspectos da forma de encarar as classes sociais que não se explicitavam em suas “obras históricas”, e que estão em íntima confluência com os dilemas e problemas que envolvem toda a história da tradição revolucionária moderna, e particularmente, marxista.

Se a luta de classes é pensada em termos da contradição entre as *forças produtivas* e as *relações sociais de produção* do capitalismo contemporâneo, não há como desconsiderar que as classes sociais em luta possuem não somente uma posição objetiva na estrutura social, mas também interesses objetivos que decorrem dessa estrutura. Daí que interpretar a luta de classes passa a ser também considerar a *ação de classe* que ocorre imediatamente – sua relação com as variações e diferenciações da *consciência de classe* – e as possibilidades de que ela possa construir, em uma conjuntura específica da luta, uma mudança radical das relações sociais existentes.

Isso coloca diretamente o problema do *partido político* como sintetizador da “vontade coletiva” da classe. O que se demonstra nas intervenções e considerações que Florestan faz em diversos âmbitos com relação a sua atuação política no Partido dos Trabalhadores. O *programa* político, que manifesta concretamente tal “vontade coletiva”, Florestan vai identificar na tradição do “socialismo revolucionário”, como uma incorporação necessária para que o movimento das classes trabalhadoras brasileiras não se degenere em uma “social democracia” absorvida pelos interesses da ordem burguesa<sup>100</sup>. Trata-se aqui de construir um movimento que possibilite que a *luta de classes*, a partir da classe trabalhadora, tenha condição de modificar as estruturas históricas que sustentam a sociabilidade do capital, colocando na ordem do dia da

---

<sup>100</sup> Considerando os rumos tomados pelo Partido dos Trabalhadores no período posterior à morte de Florestan, é preciso ressaltar que desde meados da década de 1980 nosso autor já exortava as consequências que uma guinada “socialdemocrata” poderia concretizar se absorvida pelas fileiras petistas. Sobre isso suas contribuições ao I Congresso do PT são sugestivas, ainda que limitadas ao elemento político-organizacional interno ao partido: “Pode o PT sobrepujar obstáculos aparentemente intransponíveis e ser o principal veículo da implantação do socialismo no Brasil? Não estará ele marchando a favor da corrente interna e mundial que favorece os partidos ‘neoliberais’ /.../ e os partidos social-democráticos, que se identificam com um ‘socialismo de coabitação’, instrumental para a reforma capitalista do capitalismo? As controvérsias entre figuras mais expressivas das várias tendências revelam que, no tope, existe uma propensão arraigada para restringir o campo de ação política à transformação da ordem ou à revolução dentro da ordem /.../. As lições tiradas da ‘crise do socialismo real’ são equivocadas e perfilham tendências social-democráticas, ou de um ambíguo ‘socialismo democráticos’, que condenam as classes trabalhadoras e os movimentos populares radicais e revolucionários à castração social democrática.” (FERNANDES, 1991, p. 75)

realidade brasileira a questão da *transição socialista*.

## **Considerações Finais**

A hipótese que desenhamos no início da pesquisa, de que o conceito de classes sociais era tratado pela teoria de Florestan tanto no registro teórico do marxismo quanto no da Sociologia de cariz weberiano, inspirou uma abordagem que delineasse, ainda que minimamente, em que medida essas duas correntes teóricas que são, pode-se dizer, opostas, puderam ganhar na obra de Florestan um caráter complementar.

O aprofundamento da pesquisa revelou que tal complementariedade, na obra de Florestan, só pode ser compreendida se pensada por meio do prisma unificador da Sociologia como disciplina científica. Nossa pesquisa demonstrou que nos seus escritos metodológicos das décadas de 1940 e 1950 Florestan defende arduamente a viabilidade e o desenvolvimento da Sociologia através de uma visão de ciência e de conhecimento científico fortemente influenciada pela abordagem positivista e empirista de Durkheim. Isso se expressava tanto na defesa explícita da necessidade de que a Sociologia se construísse como uma “ciência empírica”, quanto na defesa do seu caráter de “ciência indutiva”. Partindo desses pressupostos Florestan avaliará as principais contribuições dos três autores clássicos da Sociologia para o desenvolvimento da disciplina, e atribuirá a cada um deles diferentes formas, não contraditórias, de resolver o “problema da indução” no interior do conhecimento sociológico.

Sob tal prisma, portanto, é que Florestan fará a sua primeira aproximação com o tema das classes sociais, na qual o conceito aparece como um campo de estudos, o das “estratificações sociais”, no qual a Sociologia avança de diferentes maneiras, contando com a contribuição complementar e acumulativa de diversos autores. Identificando o conceito de classes, no seu uso “moderno”, principalmente com a teoria de Marx, Florestan designa que ele assume a forma de um conceito “típico-ideal”, na medida em que se refere às formas de estratificação social específicas das sociedades modernas, baseada somente em critérios econômicos de distribuição de renda, de poder, de privilégios, de ócio, da cultural, etc.

Posteriormente, procuramos delinear que quando nas décadas de 1960 e 1970 Florestan passa a analisar a realidade da formação do capitalismo na sociedade brasileira, o conceito de classes sociais ganha um contorno mais determinado. Ele passa a ser considerado uma forma de “estratificação social” somente existente em sociedades que subordinam o trabalho à propriedade de maneira especificamente econômica,

possibilitando que o mercado seja o critério de “classificação social”, e a *situação de classe* – entendida como *situação de mercado* – o critério de identificação e diferenciação das classes na realidade social.

No interior dessa concepção Florestan incorre em um consciente *amalgamento* das teorias de Marx e Weber na consideração das classes, pois se vale do critério marxista para negar a existência das classes sociais em outras formas de sociedade, mas se vale do critério weberiano de *situação de mercado* para identificar as classes no contexto brasileiro. Esse traço do amálgamo será identificado em dois momentos.

Primeiro, quando Florestan analisa a formação do capitalismo brasileiro, a não existência do mercado nas relações sociais da Colônia, leva nosso autor a decididamente rejeitar a identificação da formação social brasileira como um “capitalismo colonial”, passando a designá-la como “pré-capitalismo”, e analisando as relações sociais no interior da colônia através da chave weberiana das estratificações de castas e de estamentos.

Segundo, quando já analisa a estrutura de classes do capitalismo dependente existente no Brasil e na América Latina, o critério do mercado como definidor das classes é decisivo quando Florestan considera que a coexistência de formas de trabalho “sub”, “pré” e “extra” capitalistas no interior da sociedade impossibilita que as classes possam ser identificadas por meio da subordinação do trabalho à propriedade, mas somente pela sua “possessão” de bens. O raciocínio é de que, se o trabalho existe, mas enquanto trabalho “pré-capitalista”, ele não consegue se classificar no interior do mercado, de forma que não é possível utilizar esse critério para analisar as classes.

Com relação a esses dois posicionamentos, defendemos ao longo de nosso texto que a concepção empirista do Florestan da juventude ainda se manifesta na forma como ele trata as contribuições teóricas dos autores clássicos da Sociologia. No caso do conceito de classes sociais, na nossa visão, o uso que Florestan faz do conceito prende-se ao pressuposto lógico formal da existência empírica imediata como momento determinante da definição conceitual, fazendo com que o autor, nesse momento, ignore as múltiplas determinações que incidem sobre a possibilidade de captar a particularidade de uma formação social que não se apresenta de modo “típico”, que é contraditória em seu movimento.

No primeiro caso, o momento determinante da definição conceitual das relações sociais da colônia não é a sua função no interior da *totalidade*, ou seja, das tendências já colocadas pelo processo de acumulação e expansão do capital ao redor do globo, mas sim a forma imediata como se apresenta empiricamente a subordinação do trabalho. Mesmo

assumindo que a subordinação do trabalho escravo produz mais-valia, e que o escravismo colonial de maneira geral, seja uma determinação fundamental na análise da realidade social brasileira sob o ponto de vista de sua inserção na *totalidade*, o critério defendido por Florestan para a definição conceitual é um critério empírico imediato, que se apega de maneira *formalista*, ao “dado sensível”.

No segundo caso a mesma *oscilação formalista* continua atuando, pois a forma de conceber o conceito de classes sociais não muda. O que faz Florestan postular que existe um “regime de classes” fraco é o critério de que o mercado como forma de classificação social não atua suficientemente na realidade brasileira. De forma que, mesmo que toda a cadeia de relações de produção do capitalismo dependente estejam intimamente relacionadas com a dinâmica de acumulação do capitalismo tanto interna quanto externamente, a existência de grandes massas de trabalhadores que não conseguem se “classificar” no mercado pelo critério da “posse” permite que Florestan postule ser o “regime de classes” do capitalismo brasileiro, um regime fraco. Nesse momento a *oscilação formalista* de Florestan age principalmente por meio do amálgamo das concepções do conceito de classes em Marx e em Weber, sendo dado ao último – ao critério da *situação de mercado* – a predominância na definição conceitual da realidade das classes no Brasil.

Portanto, nas “obras históricas” de Florestan, das décadas de 1960 e 1970, defendemos que a definição e a fruição do uso do conceito de classes sociais possui uma característica weberiana muito forte, o que não nos permite dizer que há de fato uma superação da concepção defendida pelo autor na década de 1940, quando define o conceito como um “tipo ideal”. Apesar desse fato, há uma incorporação significativa da leitura que Marx faz com relação a formação do capitalismo na Inglaterra, o que coloca os dois autores lado a lado no interior da teoria de Florestan.

Essa concepção presente nas “obras históricas” ainda vai possibilitar que Florestan incorpore uma chave interpretativa “estrutural-funcional” de matriz durkheimniana na análise das classes sociais. Na medida em que o mercado não consegue “classificar” os indivíduos socialmente, o “padrão de equilíbrio” típico da “ordem social competitiva” não consegue se realizar, criando assim um regime de classes “particular”, no qual as classes não conseguem cumprir suas “funções construtivas” e suas “funções destrutivas”. A chave funcionalista é trabalhada para supor o “caso clássico” como um “modelo funcional”. A partir de tal modelo, por comparação, se pode obter a particularidade do “caso empírico” analisado. Isso é feito por Florestan tanto para considerar a

particularidade do “regime de classes” de maneira geral, quanto para considerar traços específicos no interior desse regime, como as suas formas de dominação burguesa.

Apesar de não defendermos o pressuposto “estrutural-funcional” com o qual Florestan analisa a realidade do regime de classes, por considerar que a ele somente é acessível um conhecimento do momento *negativo* da realidade social dinâmica, há que se reconhecer que mesmo sob essa chave teórica Florestan conquista diversas contribuições para o conhecimento das dinâmicas das classes sociais na realidade brasileira. Argumentamos que, se a constituição dos *modelos* concorre para supor uma funcionalidade interna autodeterminante na realidade analisada, na medida em que não permite que o pesquisador capte essa realidade em seu devir, como fruto social da *práxis* humana, é possível notar que o próprio Florestan, em alguns momentos, vai além das *amarras* do modelo, e consegue captar magistralmente determinações particulares da luta de classes na realidade brasileira.

A partir da década de 1980 a análise da luta de classes feita pelos escritos do autor será fundamentalmente construída com base na leitura que Florestan erigiu anteriormente. Portanto, é imprescindível notar que o “regime de classes” visto como formado pela dinamização do mercado interno e estruturado a partir de uma dinâmica funcional própria, permanece como um elemento constante, até o final de sua vida.

Entretanto, a conjuntura política que o rodeia, e as tarefas teóricas e militantes as quais o autor se dedica, determinam que haja uma sensível mudança na forma como se concebe as classes sociais. Pois se no primeiro momento, tratava-se de fazer uma “interpretação sociológica” da “sociedade de classes” brasileira, aqui trata-se de atuar no interior da luta de classes, se posicionando ao lado das “classes trabalhadoras”, e definindo suas possibilidades táticas e estratégicas para a conjuntura colocada pela crise da ditadura militar.

Daí que o conceito de classes na obra de Florestan incorpora as determinações *subjetivas* da caracterização das classes não como mero reflexo da *situação de classe*, ou do seu posicionamento na dinâmica *funcional* do regime, mas também do ponto de vista dos interesses objetivos das classes frente a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Ou seja, na medida em que passa a considerar a classe como *sujeito histórico*, Florestan enriquece as premissas com as quais trabalhava anteriormente, concebendo as classes sociais do ponto de vista da *totalidade* da realidade social do modo de produção capitalista, em suas particulares manifestações.

Baseado nessa síntese de nossos resultados, acreditamos que, a despeito dos

equivocos que pudemos ter cometido, e do caráter aproximativo que essa pesquisa certamente possui, conseguimos apresentar ao leitor uma visão geral sobre o tratamento dado por Florestan Fernandes ao conceito de classes sociais. Esse tratamento também permitiu que levantássemos determinações importantes para considerar outras problemáticas presentes na discussão da bibliografia comentadora da obra de Florestan.

Do ponto de vista do problema da *inflexão* na obra de Florestan, tal como o apresentamos na introdução desse trabalho, a análise do conceito de classes sociais permite identificar que não é possível falar que existe um “corte epistemológico” no pensamento do autor. Como pudemos analisar, ainda que a partir dos anos 1970 Florestan se volte decididamente para um referencial teórico predominantemente marxista, existem diversas linhas de continuidade entre as posições defendidas pelo autor no período anterior, e as leituras que realiza no seu período maduro. Tanto no que se refere à visão acerca da natureza do conhecimento científico, quanto as possibilidades de união metodológica dos clássicos das ciências sociais, Florestan mantém traços importantes do seu pensamento anterior, no seu pensamento maduro.

Isso se reflete também no problema do *eclétismo* em sua obra. Se na juventude o eclétismo era “declarado” e justificado do ponto de vista empirista da “ciência indutiva”, no período maduro Florestan ainda vê a possibilidade de união metodológica dos clássicos da Sociologia para a análise da realidade social, tanto que recorre a tal expediente na sua principal obra, *A Revolução Burguesa no Brasil*, e em diversas obras posteriores. A análise do conceito de classes sociais no seu pensamento nos permitiu identificar nexos de entrecruzamento entre as leituras das três matrizes teóricas clássicas da Sociologia em sua obra madura, caracterizando de fato a continuidade da postura eclética. Qualificar o eclétismo do autor, em suas diversas manifestações e formulações, não caberia ao objeto de nosso trabalho. Entretanto, pudemos notar que se o *eclétismo bem temperado* se caracterizaria pela utilização de expedientes weberianos e durkheimnianos de forma subordinada ao marxismo, no que se refere ao conceito de classes sociais, isso não ocorre. A forma como se trabalha as classes é principalmente baseada em uma visão weberiana do conceito, que, aí sim, trabalha expedientes marxistas e durkheimnianos. Somente a partir da década de 1980 é que uma visão das classes mais aproximadas do registro teórico marxista, vai permitir que o eclétismo passe a ser *bem temperado*, tal como Gabriel Cohn o define.

A base do eclétismo na obra do autor está na sua visão da possibilidade de desenvolvimento da Sociologia como uma ciência positiva, que, portanto, congrega

acumulativamente as diversas possibilidades de interpretação da realidade social como contribuições específicas à ciência como um todo. Do ponto de vista sociológico, Marx, Weber e Durkheim, não possuem visões contraditórias, senão complementares para se conhecer a realidade social de diferentes pontos de vista. Para nós, essa defesa do ecletismo está presente em toda obra de Florestan, de maneira mais ou menos acentuada.

Por fim, é preciso dizer que Florestan Fernandes era de fato um intelectual orgânico da classe trabalhadora no Brasil. Sua obra representou não só um valioso enriquecimento para a análise do capitalismo brasileiro, mas também um poderoso instrumento por meio do qual a classe poderia desvendar as dinâmicas próprias da hegemonia burguesa e se organizar para combatê-la. Não era outra a pretensão de Florestan. Mesmo no interior da necessidade de desenvolvimento da Sociologia como disciplina científica, as posições políticas de nosso autor sempre foram orientadas pela *ética socialista* que desde jovem se lhe apresentou como única saída possível à realidade das relações sociais sujeitas à lógica predatória do capital.

A radicalidade crescente com a qual Florestan enfrentou os dilemas políticos da sociedade brasileira do final do século XX infelizmente nunca pode ser acompanhada pelos rumos do seu partido, o Partido dos Trabalhadores. Ao final da vida Florestan era um revolucionário convicto, e enquanto tal não vacilava sobre as possibilidades colocadas pela luta de classes no Brasil. Sem nunca perder o contato com o realismo político que tão bem o caracterizava, Florestan também nunca se deixou levar pelas ilusões da social-democracia, apesar de sua leitura sobre a realidade brasileira ter inspirado muitos setores da esquerda a reincidir na “reposição tardia” do etapismo como estratégia, a chamada “estratégia democrático-popular”.

O avanço da ciência e da filosofia requer também a nossa dedicação em rever criticamente nossos clássicos. Isso não implica rejeitá-los unilateralmente e nem nos paralisar diante de sua “classicidade”. Implica teoricamente em reconhecer que o patamar sob o qual nós pisamos no início de qualquer análise, só chegou a tal nível por conta de suas contribuições, que certas ou erradas, colocaram debates essenciais para o aprofundamento social do conhecimento da realidade. De forma que, se todo conhecimento é fruto de um trabalho social, a obra e a vida de Florestan inspira jovens pensadores de esquerda a melhor conhecer o Brasil, a destrinchar os detalhes da luta de classes do país, de forma a possibilitar que o conhecimento mais radical da realidade social possa estar disponível para quem almeja, ao lado da classe que pode destruir as

classes, emancipar-se humanamente.

## **Referências Bibliográficas**

- ARON, R. *Novos temas de sociologia contemporânea: A Luta de Classes*. Editorial Presença. Lisboa. 1964.
- \_\_\_\_\_. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Martins Fontes. São Paulo. 2002.
- ARRUDA, M. A. N. e GARCIA, S. G. *Florestan Fernandes: Mestre da sociologia moderna*. Paralelo 15. Brasília. 2003.
- BACON, F. *Novum Organum*. Coleção Os Pensadores. Nova Cultural. São Paulo. 1999.
- BARAN, P. *A Economia Política do Subdesenvolvimento*. Zahar. Rio de Janeiro. 1964.
- BASTOS, E. R. *Florestan Fernandes e a construção da Ciências Sociais*. In: MARTINEZ, P.H. *Florestan ou o sentido das coisas*. Boitempo e Maria Antonia. 1998.
- CANDIDO, A. *Florestan Fernandes*. Perseu Abramo. São Paulo. 2001.
- CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Livros técnicos e científicos. Rio de Janeiro. 1970.
- CARDOSO, F.H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003.
- CERQUEIRA, L. *Florestan Fernandes vida e obra*. Expressão Popular. São Paulo. 2004.
- CASTELO, R. *Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista*. s/d. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf> Último acesso: 02/07/2015.
- CHASIN, J. *A Miséria Brasileira*. Ad Hominem. Santo André. 2000.
- CHILDE, V. G. *A Evolução Cultural do Homem*. Zahar. Rio de Janeiro. 1971.
- COHN, A. (org). *Florestan Fernandes*. Beco do Azogue. São Paulo. 2008.
- COHN, G. *O ecletismo bem temperado*. In: D'INCAO, M. A. *O saber militante*. Paz e Terra/ Editora Unesp. 1987.
- \_\_\_\_\_. *Crítica e Resignação: fundamentos da Sociologia de Max Weber*. T.A Queiróz. São Paulo. 1979.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Burguesa no Brasil*. In: Mota, L. D. *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, Vol. I. Editora Senac. São Paulo. 1999.
- CUIN, CH & GRESLEN, F. *História da Sociologia*. Editora Ensaio. São Paulo. 1994.
- CUNHA, P. e CABRAL, F. (orgs) *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. Fapesp e Editora Unesp. São Paulo. 2011.

- ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo. São Paulo. 2007.
- FERNANDES, F. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. Editora Pioneira. São Paulo. 1976a
- \_\_\_\_\_. *Mudanças Sociais no Brasil*. Editora Global. São Paulo. 2008a
- \_\_\_\_\_. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Vol I e II. Editora Globo. São Paulo. 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Zahar. Rio de Janeiro. 1981.
- \_\_\_\_\_. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Zahar. Rio de Janeiro. 1976b.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Editora Globo. São Paulo. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Zahar. Rio de Janeiro. 1973.
- \_\_\_\_\_. *Circuito Fechado*. Globo. São Paulo. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. Hucitec. São Paulo. 1979.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: em compasso de espera*. Hucitec. São Paulo. 1980b.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura em Questão*. Editora T.A. Queiroz. São Paulo. 1982.
- \_\_\_\_\_. *Que tipo de República?*. Brasiliense. São Paulo. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Nova República?* Zahar. Rio de Janeiro. 1985.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Editora Nacional. São Paulo. 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Editora Ática. São Paulo. 1980b.
- \_\_\_\_\_. *A Condição do Sociólogo*. Hucitec. São Paulo. 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Sociologia no Brasil*. Vozes. Petrópolis. 1980a.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de Sociologia Teórica*. Editora Nacional. São Paulo. 1974.
- \_\_\_\_\_. *Marx, Engels e Lenin: a história em processo*. Expressão popular. São Paulo. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Em busca do Socialismo*. Editora Xamã. São Paulo. 1995.
- \_\_\_\_\_. *A Função Social da Guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo. Pioneira. 1970.
- \_\_\_\_\_. *O que é revolução*. Brasiliense. São Paulo. 1981c.
- \_\_\_\_\_. *O PT em Movimento*. Cortez e Autores Associados. São Paulo. 1991.

\_\_\_\_\_. *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana*. Expressão Popular. São Paulo. 2012.

\_\_\_\_\_. *Poder e Contrapoder na América Latina*. Zahar. Rio de Janeiro. 1981d.

\_\_\_\_\_. *A Constituição Inacabada*. Estação Liberdade. São Paulo. 1989.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e Ação: o PT e os rumos do socialismo*. Globo. São Paulo. 2006.

\_\_\_\_\_. *A transição prolongada*. Editora Cortez. São Paulo. 1990.

\_\_\_\_\_. *Florestan Fernandes: a força do argumento*. Editora da UFSCar. São Carlos. 1998.

FERRAZ, C. L. *Marxismo e Teoria das Classes Sociais*. In: POLITEIA: História e Sociologia. Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 271-301, 2009.

FRANCO, M. S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. Editora Ática. São Paulo. 1974.

FREITAG, B. *Democratização, universidade, revolução*. In: D'INCAO, M. A. (org). *O Saber Militante*. Paz e Terra. São Paulo. 1987.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1987.

FURTADO, C. *A Formação Econômica do Brasil*. Editora Nacional. São Paulo. 1987.

GARCIA, S. G. *Destino Ímpar: Sobre a formação de Florestan Fernandes*. Editora 34. São Paulo. 2002.

GIANOTTI, J. A. *Notas sobre a categoria "modo de produção"*. In: *Estudos Cebrap*. nº 17, São Paulo. 1976.

GORENDER, J. *A Revolução Burguesa e os comunistas*. In: D'INCAO, M. A. *O saber Militante*. Editora Unesp e Editora Maria Antonia. São Paulo. 1987.

HIRANO, S. *Castas, Estamentos e Classes Sociais*. Alfa-Omega. São Paulo. 1975.

\_\_\_\_\_. *Pré-capitalismo e Capitalismo*. Hucitec. São Paulo. 1988.

IASI, M. *Ensaio sobre Consciência e Emancipação*. Expressão Popular. São Paulo. 2008.

\_\_\_\_\_. *As Metamorfoses da Consciência de Classe*. Expressão popular. São Paulo. 2006.

\_\_\_\_\_. *Democracia de Cooptação e o Apassivamento da classe trabalhadora*. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

JAHNKE, H. *O conceito da compreensão na Sociologia de Weber*. Imprensa da

universidade de Coimbra. s/d.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Coleção Os Pensadores. Nova Cultural. São Paulo. 1999.

KOSIC, K. *A Dialética do Concreto*. Paz e Terra. São Paulo. 1969.

LOWY, M. *A Política do Desenvolvimento desigual e combinado*. Sundermann. São Paulo. 2010

\_\_\_\_\_. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. Editora Cortez. São Paulo. 2007.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do Ser social*. Vol I. [recurso eletrônico]. Boitempo. São Paulo. 2012

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do Ser social*. Vol II. [recurso eletrônico]. Boitempo. São Paulo. 2013.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e a teoria da literatura*. Expressão Popular. São Paulo. 2010

\_\_\_\_\_. *El assalto a la razón*. Grijalbo. Barcelona. 1968.

\_\_\_\_\_. *Introdução a uma estética marxista*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1970.

LENIN, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Centauro. São Paulo. 2008.

LOVATTO, A. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP. São Paulo. 2010.

MACIEL, D. *A Aliança democrática e a transição política no Brasil*. In: PINHEIRO, M. *Ditadura: o que resta da transição*. Boitempo. São Paulo. 2014.

MANNHEIM, *Ideologia e Utopia*. Zahar. Rio de Janeiro. 1968.

MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. Editora Vozes e Editora Polis. São Paulo. 1984.

MARCUSE, H. *Contra-revolução e Revolta*. Zahar. Rio de Janeiro. 1973.

MARIOSIA, D. F. *Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais*. Tese de doutorado. Unicamp. Campinas. 2007.

MARTINEZ, P. H. *Florestan ou o sentido das coisas*. Boitempo e Maria Antonia Usp. São Paulo. 1998.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Sagrada Família*. Boitempo, São Paulo. 2003.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. Boitempo. São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. *O Manifesto Comunista* [recurso eletrônico]. Boitempo. São Paulo. 2010.

MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Paz e Terra. São Paulo. 2011a.

- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Boitempo. São Paulo. 2011b.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I. [recurso eletrônico]. Boitempo. São Paulo. 2013.
- \_\_\_\_\_. *A Questão Judaica*. Centauro. São Paulo. 2007a.
- \_\_\_\_\_. *O 18 do Brumário de Luis Bonaparte* [recurso eletrônico] Boitempo. São Paulo. 2011.
- \_\_\_\_\_. *A Miséria da Filosofia*. Expressão Popular. São Paulo. 2009
- \_\_\_\_\_. *Contribuição para a crítica da Economia Política*. Expressão Popular. São Paulo. 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito de O Capital*. Editora Moraes. São Paulo. 1985.
- MAZZEO, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil*. Boitempo, São Paulo. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Unesp Marília Publicações e Boitempo editorial. São Paulo - Marília. 1999.
- MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1990.
- MESZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. Boitempo. São Paulo. 2008.
- NETTO, J. P. *A Recuperação Marxista da categoria de revolução*. In: D'INCAO. M. A. *O Saber Militante*. Paz e terra e Editora Unesp. São Paulo. 1987.
- NETTO, J.P. & BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. Editora Cortez. São Paulo. 2006.
- OLIVA, A. *Ciência e Ideologia: Florestan Fernandes e a formação das Ciências Sociais no Brasil*. EDIPUCRS. Porto Alegre. 1997.
- PAIVA, C. A. N. *Capitalismo (in)dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil – um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Campinas. 1991.
- PORTELA JR, *Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil*. In: PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo. V.19.2, pp. 9-27.
- PRADO, E. *Complexidade e Práxis*. Editora Plêiade. São Paulo. 2011.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Companhia das Letras. São Paulo. 2011.
- \_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense. São Paulo. 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Brasileira*. Brasiliense. São Paulo. 1978.

- SEREZA, H. C. *Florestan: a inteligência militante*. Boitempo. São Paulo. 2005.
- SOARES, E. V. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. Editora Cortez. São Paulo. 1997.
- SODRÉ, N. W. *A História da Burguesia no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1967.
- SWEEZY, e outros. *A Transição do feudalismo para o Capitalismo*. Paz e Terra. São Paulo. 2004.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol I. Paz e Terra. São Paulo. 2004.
- TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Vol. I. Sundermann. São Paulo. 2007.
- VAISMAN, E. *A Ideologia e sua Determinação Ontológica*. In: *Ensaio 17/18*. São Paulo: Editora Ensaio, 1989, p 399 - 444.
- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Zahar. Rio de Janeiro. 1971.
- \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. Vol I. Editora Unb. Brasília. 2000.
- \_\_\_\_\_. *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais*. In: COHN, G. (org). *Max Weber*. Ática. São Paulo. 1982.
- WOOD, E. *Democracia contra Capitalismo*. Boitempo. São Paulo. 2003.